

Leonardo Alves da Cunha Carvalho

**Ler uma hidrelétrica a contrapelo: Juventude rural e política
numa história de Barra Grande**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de mestre em Sociologia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Janice Tirelli Ponte de Sousa

Florianópolis
2013

Carvalho, Leonardo Alves da Cunha

Ler uma hidrelétrica a contrapêlo : juventude rural e política numa história de Barra Grande / Leonardo Alves da Cunha Carvalho ; orientadora, Janice Tirelli Ponte de Sousa - Florianópolis, SC, 2013.
289 p.

- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Juventude rural. 3. Capitalismo hidrelétrico brasileiro. 4. UHE Barra Grande. 5. Ação política. I. Sousa, Janice Tirelli Ponte de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Leonardo Alves da Cunha Carvalho

Ler uma hidrelétrica a contrapelo: juventude rural e política numa história de Barra Grande

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de “mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Florianópolis, 10 de junho de 2013

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Janice Tirelli Ponte de Sousa
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Elisa Guaraná de Castro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Luzinete Simões
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a.Dr^a. Maria José Reis
Universidade Federal de Santa Catarina

Agradecimentos

O empreendimento da pesquisa é inacreditavelmente solitário. Mas também é assaltado por momentos em que depende da interlocução e do apoio de pares, sejam em sua modalidade intelectual-acadêmica, seja na emocional. O trabalho de campo em ciências sociais traz ainda a saudável necessidade do encontro com os sujeitos de pesquisa — que, no meu caso, foi também uma intensa experiência de alteridade, sobre a qual relatarei um pouco na introdução deste trabalho.

Cabe então agradecer aos que interromperam a solidão da ciência e, talvez sem saber, acabaram por fertilizá-la.

Primeiramente, a todos os que me receberam em suas casas, fornecendo-me as condições materiais (leia-se: hospedagem, alimentação, transporte, companhia e, principalmente, uma parcela de seu tempo) para realizar as entrevistas, as observações, para aplicar os questionários. Devo nomeá-los por família:

- No reassentamento Laranjeiras, obrigado Odari, Inês, Alex, Liciane (meus inesquecíveis anfitriões em todas as idas para a pesquisa); obrigado seu Natalício (“tio Nata”) e Dona Orandina que também me receberam em sua casa; obrigado Júlio, Marinês e Everton; obrigado André e Rosana; obrigado Herinton e Elodir; obrigado Galo e Vanderlei, seu João e sua companheira; obrigado Macau; obrigado Gibrail e Tati. O Genivaldo, pai do André, me buscou na encruzilhada da estrada vicinal com a SC-458. Claiton pelas conversas, pelas caronas de caminhonete e pelo churrasco no galpão. Um agradecimento especial ao Odari por me acompanhar nos outros reassentamentos, ajudar nos primeiros contatos com reassentados desconhecidos e também na aplicação dos questionários no reassentamento Santa Catarina. Júlio e Odari foram comigo ao reassentamento Barra do Imigrante (com o carro do tio Nata) e com eles disputei inúmeras partidas de baralho noturnas.
- Obrigado Oberti, que me recebeu tanto na secretaria do MAB em Cerro Negro quanto me levou (de moto!) de lá até sua casa no reassentamento Esmeralda-II, além de ter feito “o meio-de-campo” com uma série de reassentados do 15 de

Fevereiro e do Esmeralda-II. Agradeço a seu irmão Oberdan e a sua mãe, que também me acolheram. Obrigado João Orly pelo almoço e pelas conversas, assim como agradeço à Cleonira.

- No 15 de Fevereiro, obrigado, Carlinhos e família pela hospedagem, alimentação e entrevista; obrigado, Zé da Atafona; obrigado, seu Vilson.
- No Santa Catarina, obrigado Claiton pela conversa, pelo almoço e por ter me acompanhado na aplicação dos questionários. Agradeço ao irmão do Odari por ter-nos recebido e ao Leandro pela carona do centro de Anita Garibaldi até o reassentamento.
- Obrigado Claudio e família por me receberem no reassentamento Barra do Imigrante, assim como fizeram os pais do Júlio, também lá residentes.
- Obrigado MAB por ter viabilizado caronas e a participação de eventos não-programados em meu cronograma de pesquisa, mas que acabaram sendo importantes para compreender mais amplamente o universo dos sujeitos pesquisados.

Agradeço à Carolina, por ser quem é. (E por me estimular a reflexão frankfurtiana, principalmente os estudos sobre Benjamin e as “Teses sobre o conceito de história”).

Agradeço a minha mãe Rosana, que me ensinou qual ética deve orientar minha participação não só na comunidade científica, mas em qualquer comunidade.

Aos amigos-irmãos de Floripa, que muito procurei e com quem muito conversei sobre a pesquisa: Cauê, Matheus, Nádia, Tomás e Vinícius.

À Janice, pelo convite para pesquisar e pela leitura do trabalho final.

Ao Osvaldo Sevá, do programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, cuja disciplina (feita já na reta final da dissertação) mudou os rumos das minhas reflexões sobre o capitalismo hidrelétrico e durante a qual fui apresentado mais sistematicamente às discussões sobre acumulação primitiva e acumulação por espoliação.

Aos companheiros que participaram comigo das edições de 2010 e 2011 do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) de Santa Catarina, eventos a partir dos quais eu primeiramente entrei em contato com a situação e os sujeitos que geraram esta pesquisa.

“Se fosse fazer o resumo de tudo, assim, nesse período, muita coisa boa, mas também muita coisa pesa hoje, já. Com 27 anos acho que vivi coisas que muita gente de 50 anos não viveu. Tem gente que diz assim: 'ah, quem tem 50 anos tem mais experiência de vida!' Depende! Se você viveu 50 anos ali, fechado no seu mundinho, não. Que experiência de vida teve? Nós, entre processo, andar correndo da polícia, entre sair pra outro lugar, entre estudar e fazer luta... Acho que aprende muita coisa.”

*[S., moradora do
reassentamento Laranjeiras e
ex-moradora da comunidade
São Jorge, em Cerro Negro]*

RESUMO

Palavras-chave: Juventude rural. Capitalismo hidrelétrico brasileiro. UHE Barra Grande. Ação política.

A intenção deste trabalho é captar as ações de sujeitos expostos à situação de ameaça de perda de terras e, conseqüentemente, de condições de reprodução social devido à chegada da UHE Barra Grande, no Rio Pelotas, bacia do rio Uruguai, na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Diante disso, se envolveram em um conjunto de ações políticas que visibilizaram de forma conflituosa esta ameaça, apontando para a necessidade de, ao menos, serem concedidas medidas compensatórias. Passados alguns anos dos conflitos, tais sujeitos, jovens à época dos eventos, são hoje investigados para compreendermos como organizaram seus projetos de vida, como estes projetos se articularam com a própria condição juvenil no meio rural e com os formatos de desenvolvimento existentes na região onde se inserem os reassentamentos conquistados — onde hoje se reside e se cultiva.

Busca-se pensar estes sujeitos a partir de uma perspectiva que privilegie sua ação e sua narrativa, de tal forma que contribuam para refletir criticamente sobre o capitalismo hidrelétrico brasileiro enquanto um modelo de desenvolvimento sócio-econômico pautado na apropriação violenta de recursos naturais e na desapropriação violenta de populações que, por sua própria existência, o obstaculizam. Modelo cuja inevitabilidade tornou-se a justificação para sua repetição (“infernai”, diria Walter Benjamin) e para as medidas arbitrárias e autoritárias — *de exceção*, segundo Giorgio Agamben — realizadas em seu nome e que se lhe afiguram “irracionalmente razoáveis”. Diante disso, o recorte adotado foi situar projetos e trajetórias de jovens atingidos à época da instalação da UHE e atualmente reassentados, para interpelar criticamente certa manifestação concreta do progresso capitalista, baseada numa modalidade de *acumulação por espoliação* (David Harvey) há décadas enraizada na realidade brasileira: a geração de hidreletricidade.

ABSTRACT

Keywords: Rural youth. Brazilian hydropower system. UHE Barra Grande. Political action.

This investigation intends to understand the actions of individuals, mostly peasants, whose means of social reproduction suffered intense changes by the construction of the hydropower plant known as Barra Grande, in the Pelotas river, Uruguay river basin, Santa Catarina and Rio Grande do Sul states border, in southern Brazil. Some of these individuals engaged themselves in a series of political actions whose goals shown how threatening this new situation was to their entire region. Meanwhile, they meant to demand compensatory measures due to the drowning and consequently loss of the land where they lived and worked until then. Some these individuals, young at the time these political conflicts occurred, were investigated either due to the need of understanding how they managed to organize their life projects some years after, how these life projects related to the experience of being young and how these life projects took place at the region affected by the hydropower plant whom they struggled against in order to be resettled. Nowadays, these resettlements – relatively near their original land - are their living and working places.

The investigative perspective here frames actions and narratives by these subjects, who faced a concrete expression of what is called Brazilian hydropower capitalism, a model of development (both social and economic) whose dynamics are based on violent exploitation of natural resources and on the eviction of entire populations whose mere existence appears as its impediment. Since the mid 60's, this model has been considered inevitable, and this inevitability has become the justification to its endless (“infernally”, the German philosopher Walter Benjamin would say) repetition. Along that, several authoritarian and arbitrary measures – *of exception*, according to Giorgio Agamben – have been taken by both governments and electric companies. The aim of this investigation was to locate social agency that concretely confronts the model. The way to do it was to sociologically reconstruct life projects and trajectories of young individuals affected by the Barra Grande hydropower plant, engaged in politically confronting it and now resettled. It makes possible to critically understand the social consequences of this branch of capitalist progress, strongly based on what David Harvey call *accumulation by dispossession*.

Sumário

Introdução.....	15
1. Capitalismo hidrelétrico enquanto acumulação por espoliação	57
1.1. Neoliberalismo e Desenvolvimento	68
1.2. Acumulação por espoliação, neoliberalismo e reconfiguração do poder de classe	74
1.3. Aprofundando a relação entre Estado, neoliberalismo e espoliação	80
2. Comentários sobre o capitalismo hidrelétrico brasileiro	89
2.1. Um breve histórico	97
2.2. ...o CHB hoje	116
2.3. As lutas na bacia do rio Uruguai	122
3. A região	133
3.1. Os Campos de Lages	137
Interlúdio: “Brasileiros” e “italianos”	142
3.2. Tempos atuais	147
4. Uma história de Barra Grande	159
4.1. Memória, história oral, lugar	159
4.2. A chegada da barragem	173
4.3. Grupos de base	179
4.4. Conflitos, paritárias, lutas por critérios de compensação	186
4.4.1. 15 de fevereiro de 2005	202
4.5. Organização pós-Barragem	208
4.6. Um pouco sobre os reassentamentos hoje	215
4.6.1. Reassentamento Laranjeiras	215
4.6.2. Reassentamento Santa Catarina	222
4.7. Epílogo	225
5. Juventude Rural	231
5.1. Situando o debate	231
5.2. <i>Habitus</i> camponês e experiência de geração em contexto de implantação de hidrelétricas	240

5.3. Juventude reassentada e o futuro	251
Considerações finais	261
Bibliografia	269
Anexos.....	283

Lista de tabelas

Tabela 1 — Ramos industriais eletrointensivos e seu respectivo uso da energia elétrica no Brasil (2000 e 2008)

Tabela 2 — Série histórica da área de cultivo de *pinus sp* na região dos Campos de Lages

Tabela 3 — PIBs: Santa Catarina, microrregião dos campos de Lages e municípios atingidos pela UHE Barra Grande (1970-2010)

Tabela 4 — População urbana e rural: Santa Catarina, Campos de Lages e municípios atingidos pela UHE Barra Grande (1970-2010)

Tabela 5 — População rural e urbana por gênero: Santa Catarina, Campos de Lages e municípios atingidos pela UHE Barra Grande (1970-2010)

Tabela 6 — PIBs: Santa Catarina, Campos de Lages e municípios atingidos pela UHE Barra Grande (1999-2010).

Tabela 7 — Variação percentual dos PIBs: Santa Catarina, Campos de Lages e municípios atingidos pela UHE Barra Grande (1999-2010)

Tabela 8 — Taxas de pobreza (2003) e PIB *per capita* (2010): Municípios atingidos pela UHE Barra Grande

Lista de Siglas

ACCE – Associação das Construtoras de Centrais Energéticas
ANA – Agência Nacional de Águas
Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica
Baesa – Energética Barra Grande S/A
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEB – Coalizão Empresarial Brasileira
Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Cnaee – Comissão Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNI – Confederação Nacional da Indústria
Coppe/UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental
Enercan – Campos Novos Energia S.A
EPE – Empresa de Planejamento Energético
Fama – Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEE/USP – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo
IGP – DI – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
Iirsa – Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana
Ippur/UFRJ – Instituto de Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAE – Mercado Atacadista de Energia
Maesa – Machadinho Energética S/A
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MME – Ministério de Minas e Energia
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONS – Operador Nacional do Sistema
PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
PND – Programa Nacional de Desestatização
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Sinduscon/SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

SPE – Sociedade de Propósito Específico

TVA – Tennessee Valley Authority

UHE – Usina Hidrelétrica de Energia

UTE – Usina Termelétrica de Energia

Introdução

Em qualquer obra, a introdução tem uma missão difícil. Deve, antes de tudo, capturar quem pretende ler o trabalho, mas deve fazê-lo de forma a não quebrar o mistério das páginas subsequentes. Não pode nunca bastar-se em si a ponto de prescindir da obra. O que parece banal, visto que esforço científico algum é concebido de forma a bastar-se na introdução — pretensão sem cabimento. No entanto, há maneiras não tão incomuns de estudar obras a partir da leitura apenas de suas introduções e conclusões. Todo o miolo, em que se dão com calma as *análises* (cuja própria etimologia, principalmente quando no plural, remete a uma cadeia de quebras, de separações, de operações às vezes infinitesimais, que devem ser acompanhadas para depois compreendermos no que resultarão), arrisca tornar-se algo um tanto supérfluo: bastaria entendermos a proposta na introdução e os resultados na conclusão. Feito.

Didatizar em demasia na introdução pode, então, jogar contra a própria obra. Ao mesmo tempo, deve-se ter clareza de que aquela é sua parte integrante, onde o panorama do pensamento se abre aos que não participaram de sua (geralmente tão solitária) confecção. Assume, portanto, a difícil tarefa de ligar uma experiência a outra — no caso, a do autor/pesquisador com o ignoto público a quem lançará a obra, mensagem na garrafa. Poder-se-ia pensar que o ato de tornar a enfim acabada pesquisa conhecida ao mundo geraria uma atitude de displicência, como se o autor não tivesse mais coisa alguma a ver com a obra. É uma atitude possível. Mas não desejável.

Por este motivo, a introdução torna-se o espaço de criar o primeiro elo com outrem, alhures. Como fazê-lo? Não há muito como fugir da certeza de que aqui se delineará o programa geral da obra. Mas se pode valer do recurso de anunciá-lo de forma deliberadamente lacunar, para que a presente seção não se desprenda — como se algo ligado apenas por um fio acabasse por autonomizar-se de forma indesejada. Há, então, de se encontrar um instável equilíbrio para produzi-la.

Para isso, nada melhor do que explicar de onde surgiu a

presente pesquisa. Aqui, é claro, deve-se prescindir de referências a ambições intelectuais e profissionais e aos laços criados no ambiente universitário. Para as primeiras, os currículos eletrônicos públicos que preenchemos (com diferentes graus de intensidade) nos tempos atuais cumprem razoável papel. Para os segundos, basta ler as notas de agradecimento, julgando-as por critérios de extensão ou estilo. Epígrafes também cumprem interessante papel no exercício de contextualizar o autor.

Feito o esclarecimento, prefiro falar sobre cruzamentos improváveis, ao menos para mim. Esta será a melhor maneira de começar (embora já o tenha feito há quase uma página!). Posto que uma dissertação é o fim de um determinado ciclo, é bom poder (ainda) espantar-se com o que nos levou até ela. Afinal, o tema “espanto”, o *thaumazein* aristotélico, é muito caro não só à ciência, mas ao pensamento racional em sua gênese, constituição e, em seu momento mais contemporâneo, autocrítica. É sobre o espanto possível na experiência da pesquisa que esta introdução falará — sem resistir à tentação de uma nota metodológica ao final.

1º Cruzamento: Ciência e Política

A experiência de alguns pesquisadores das ciências humanas está marcada pelo encontro entre três dimensões: o envolvimento com a militância política de esquerda, a predileção por certo referencial teórico e o trabalho sistemático junto ao universo empírico. Há bibliotecas inteiras versando sobre as tensões relacionadas a tais encontros, alertando principalmente para a tendência de alguma dessas dimensões sobrepujar as outras duas. Este tipo de cruzamento acontece na presente obra também — com singularidades que pretendo destacar, começando pelo desejo genuíno de não “atropelar” os dados colhidos.

O presente autor inclina-se ao engajamento em coletivos de transformação social. As ciências sociais, por sua vez, constituem ramo do conhecimento particularmente capaz de atrair este tipo de sujeito, pois são percebidas como espaço possível de reflexão sobre sua prática. Cabe então perguntar: como lidar com esta confluência?

Pode-se vislumbrar alguns cenários.

Há aqueles que buscam pesquisar o próprio universo

movimentalista em que estão imersos, o que resulta em questionamentos acerca da distância adequada em relação a ambos os meios frequentados (o acadêmico e o militante). Há aqueles que pretendem compreender melhor as determinações e os atores que conformam a trama da injustiça contra a qual lutam, cunhando conceitos e/ou trazendo dados mais sólidos para fundamentar a ação — ao mesmo tempo em que contribuem para o alargamento do debate e para a visibilização de novos temas e categorias de pensamento. Há ainda aqueles que guardam um relação mais mediada com tais movimentos, por quem nutrem simpatia mas junto aos quais não agem, pelos mais diversos motivos.

Há também situações que se misturam. Talvez seja o caso aqui. No começo, minha atitude foi deixar os universos bem separados. Resolvi não pesquisar nada relacionado imediatamente aos possíveis engajamentos que tivesse. Voltei-me para outro ambiente que me inquietava, também relacionado ao recorte da juventude como objeto sociológico, com o qual travava contato devido a atividades profissionais. No caso, as medidas sócio-educativas para adolescentes em situação de ato infracional, em seus diferentes graus de rigor punitivo. Minha intenção, ao formular projeto de pesquisa e adentrar o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, era investigar a incidência destas medidas na construção de projetos de vida dos jovens. Tentaria, por um lado, reconstruir semelhanças e diferenças nestas trajetórias e, por outro, construir indicadores de como tais políticas influenciavam seu público-alvo imediato.

Esta proposta não chegou a sair do estágio de projeto. Pelo fato de me aproximar de movimentos sociais rurais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em uma sequência de atividades que seria ocioso enumerar aqui, acabei por conhecer por breve período o cotidiano de pequenos agricultores do assentamento Santa Rosa-3, em Abelardo Luz, oeste catarinense. A partir de então, desenvolvi respeito e empatia por esta realidade — que os mais implacáveis poderiam classificar de populista e romântica, devido a minha quase total ignorância acerca do tema até então.

Noutro momento, em atividade da Via Campesina (que congrega diversos movimentos originados da luta no campo) conheci a história da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Barra Grande. Relatos de agricultores ligados ao Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB) ali presentes e a exibição de um documentário sobre os conflitos trazidos pela usina, intitulado “Grande Barra”, causaram-me grande impressão. Empreendimento já encerrado há cerca de cinco anos à época, cujos desdobramentos alcançaram repercussão internacional, com confrontos por vezes violentos, intervenção de órgãos estatais em múltiplas instâncias, denúncias graves de irregularidades ambientais, reconfiguração sócio-territorial de toda uma região, apresentava-se como fenômeno fascinante, embora aparentemente com pouca perspectiva de janelas de pesquisa para mim. Caberia manter-me no caminho já traçado e buscar, se fosse o caso, outras formas de me aprofundar no “caso Barra Grande”¹.

2º Cruzamento: Teoria e Empiria

Mas houve imponderáveis no caminho. Nesta pesquisa foram dois. O primeiro consistiu noutra breve vivência, no início de 2011, no reassentamento Laranjeiras, área rural do município de Capão Alto (SC). Este reassentamento é um dos sete que surgiram após a implantação da UHE Barra Grande, parte de um dos eixos de medidas compensatórias àqueles que tiveram suas terras, até então situadas às margens íngremes do rio Pelotas (divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina), atingidas pela subida do lago da barragem. Lá houve a possibilidade de perceber um pouco do cotidiano dos agricultores, transferidos² para uma área relativamente próxima à de sua moradia original, embora com características físicas distintas (principalmente no que diz respeito à fertilidade das terras e às culturas agrícolas adequadas). Também ouvi vários relatos dos enfrentamentos desses agricultores com a Baesa (consórcio

-
- 1 Ao longo da dissertação haverá referência tanto ao “caso Barra Grande”, a “Barra Grande” e à “UHE Barra Grande”. A última expressão é a denominação para a obra de engenharia em si, enquanto as outras duas buscam resgatar como aparece no discurso dos entrevistados um fenômeno que assaltou seu cotidiano e, embora calcado na obra, surge vinculado a acontecimentos, a significados, a memórias. Para além da obra física, e expressão “Barra Grande” circunscreve um evento.
 - 2 Um pouco menos de cem quilômetros de distância.

responsável pelo empreendimento), referentes à busca pela garantia das medidas compensatórias. Vislumbrei também a presença do MAB no reassentamento, centrada em poucas pessoas e com variável grau de legitimidade e ressonância entre as 34 famílias ali residentes. Por fim, ao contrário do que imaginava, havia ali quantidade significativa de indivíduos entre os 25 e 35 anos — ou seja, jovens à época dos conflitos, ocorridos em sua maioria entre 1999 e 2005 — agora responsáveis pela gestão de lotes agrícolas e que, mesmo assim, ainda se viam acossados pelo dilema enunciado por Castro (2005) ao referir-se à juventude rural: ficar ou sair do campo?

Observado *a posteriori*, este período de dez dias consistiu numa espécie de “pré-campo” e permitiu delinear o horizonte da problemática: tentar compreender as trajetórias e perspectivas destes sujeitos, jovens que passaram por ações coletivas em prol de um novo acesso à terra (após a expulsão daquelas que originalmente habitavam) e, passados alguns anos, no que isto incidia nos seus projetos de vida.

Para orientar-me diante deste novo emaranhado, outro imponderável: uma combinação um tanto assistemática de leituras passou a ocorrer, abrindo possibilidades de circunscrever os jovens atingidos por Barra Grande enquanto objeto sociológico.

A primeira sequência de reflexões já constava no projeto de pesquisa original. Dizia respeito à intenção de pensar projetos de vida de jovens e as modalidades de *moratória social e vital* (Margulis & Urresti, 1996) em contextos empíricos específicos. Em meu projeto inicial, desejava verificar se a experiência dos sujeitos em situação de ato infracional cumprindo medidas sócio-educativas poderia tornar-se mais um marcador negativo para o encurtamento da vivência do “ser jovem”, reduzindo ainda mais sua moratória social — e, em caso afirmativo, com que intensidade.

Os conceitos de moratória social e moratória vital constituem importantes contribuições para a pesquisa sociológica. A partir de matriz crítica, operam uma desnaturalização da juventude enquanto segmento social a princípio dotado de certas características unificadoras. Partem da seguinte argumentação: apesar de compartilharem uma mesma faixa etária, o que este marcador

homogeneizador acaba por esconder sobre os jovens? Apesar de gozarem de um tempo relativamente longo para desfrutar a vida (ou seja, uma *moratória vital*), como esta vida é desfrutada pelos diversos grupos? Torna-se importante um conceito que dê conta da pluralidade dos possíveis, a partir de marcadores sociológicos consagrados (classe, gênero, trajetória familiar etc.).

Adentra aí a *moratória social*: por sobre o marcador biológico, vital, a sociedade se inscreve e determina “quanto tempo o jovem poderá ser jovem”. Dependendo do grupo social, questões importantes como a não-preocupação com a manutenção financeira ou a contração de matrimônio vêm mais cedo ou mais tarde; o envolvimento com o crime aparece como uma possibilidade mais ou menos próxima; a necessidade de políticas públicas e participação em projetos sociais aparece como algo necessário; o engajamento político passa a ser determinante para a própria identificação com outros iguais. A moratória social, diferentemente da vital, traz variadas possibilidades de manifestação, que devem ser investigadas nos contextos eleitos para pesquisa.

Confrontado com a temática do mundo rural e embrenhando-me obliquamente na bibliografia a ele relacionada, percebi, por outro lado, que a experiência de crescer no campo constituía outro marcador, definitivo, de encurtamento da moratória social, devido à série de atribuições delegadas aos jovens, que no mundo urbano têm outra coloração e outro ritmo. Cedo já estão ligados à atividade produtiva, o que implica tanto certa qualificação técnica quanto os leva a realizar uma série de trabalhos, não somente ligados ao território em que sua família se fixa, mas em propriedades próximas. Surge cedo também uma demanda por independência por parte destes jovens, que pode se materializar em vínculos laços matrimoniais precoces ou êxodo motivado pela busca por trabalho. Isso se torna mais claro na citação abaixo, referente a algumas reflexões sobre a economia familiar camponesa:

O outro aspecto do modelo chayanoviano é que, sendo dada *a priori* a composição da família, sua estrutura demográfica fornece um estoque de trabalho potencial. O problema aqui é, em primeiro lugar, que esse estoque depende do padrão de participação de membros da família no trabalho. Ora, a participação dos membros de grupos domésticos camponeses no trabalho agrícola parece confirmar, por sua

uniformidade, essa ideia. Lia Fukui descreve crianças entre 3 e 4 anos ajudando no trabalho com o auxílio de ferramentas velhas (Fukui, 1979, p.154), e é observação corrente que crianças entre sete e dez anos participam regularmente da rotina agrícola e/ou doméstica como ajudantes, sem assumir tarefas integrais; de 10 a 14 anos (tomando os pontos extremos indicados na literatura) os jovens tornam-se trabalhadores completos, no sentido de assumirem rotinas integrais de trabalho doméstico ou agrícola. Faltam descrições mais precisas desses ciclos, que são marcados por rituais (como a enxada própria, Fukui, 1979) e que terminam com a saída dos filhos da casa paterna. Isso tudo resulta numa distribuição do trabalho de cada filho ao longo do tempo. Um filho representa um *quantum* crescente de trabalho (quando tem entre 7 e 14 anos) e um *quantum* constante e máximo de trabalho (quando tem entre 14 e 21 anos). (Almeida, 1986, p.70).

No entanto, devido à dinâmica de comando de propriedades e de trabalho remunerado trazer retorno financeiro por vezes restrito e ainda centrar-se no mundo masculino, o mundo rural envelhece³ e se masculiniza — como há muito as pesquisas demonstram. Ao mesmo tempo, a juventude rural tem não só motivos para o êxodo, mas, por outro lado, apresenta também padrões de permanência. Como se daria esta questão num contexto de terra recém-conquistada, como no caso dos sete reassentamentos desdobrados dos conflitos de Barra Grande? Ali algumas das mais significativas causas de êxodo — a inexistência de terras para os filhos de proprietários continuarem o cultivo agrícola em porções independentes de território; a vontade de abandono da lógica de intensa autoexploração da agricultura familiar; a ameaça de perder tudo com o alagamento e o esgarçamento do tecido comunitário devido à chegada da barragem — seriam

3 Uma boa síntese da discussão sobre este fenômeno está em Wissenheimer (2004).

revertidas pela conquista de novos terrenos para cultivo, muitos deles sob a propriedade de jovens? Como se reconfiguraria o projeto destes, após aqueles acontecimentos?

Projeto, aqui, vem da reflexão do antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1999), que remete às ações individuais realizadas a partir de um determinado campo de possibilidades por eles percebidas e que não podem transcender. Com o advento da hidrelétrica, um elemento externo, de crise, intercede neste campo de possibilidades, desencadeando reformulações no âmbito das ações possíveis e levando alguns sujeitos a engajar-se em conflito organizado contra suas causas — no caso, o empreendimento. E, depois de conseguida a terra enquanto medida compensatória, a pergunta: como reorganizar novamente os projetos? É importante lembrar que essa questão era quase impensável naquele primeiro campo de possibilidades, devido à partição excessiva dos terrenos familiares não deixar terra suficiente para todos os filhos ou, ainda, haver a tendência ao êxodo pela busca de ocupações melhor remuneradas.

Por fim, como se estabeleceria a relação dos projetos individuais com a prática política? Afinal, em Barra Grande muitos indivíduos se engajaram em conflitos e ações coletivas determinantes para o rumo dos eventos. Permanecera a militância política em seu cotidiano ou já não teria mais o mesmo significado dos tempos de conflito com o consórcio da hidrelétrica?

A esta ideia agregava-se a interessante perspectiva de lidar com indivíduos cuja “juventude” deveria ser melhor explicada. Quem eram os jovens de Barra Grande que eu gostaria de conhecer e sobre os quais esperava poder falar algo mais? De um lado, o critério seria necessariamente aqueles que eram jovens *à época dos eventos*, o que implicava numa distância de cerca de dez anos, visto que as ações poderiam ser datadas a partir do início da década de 2000, tendo os dados sido colhidos no decorrer de 2011. A coleta e análise das informações teriam que lidar com esta condição: os sujeitos da pesquisa já teriam algumas versões do ocorrido assentadas em sua memória, reatualizadas pelo que viviam no momento em que eu os abordaria — incluídas aí suas avaliações sobre o rumo de seus projetos de vida e sua permanência no campo. Por outro lado, é impossível não lembrar Bourdieu (1983), quando confere tratamento sociológico ao conflito de gerações, esses “conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes”. Gostaria de captar os

sistemas de aspirações que estes sujeitos conformavam. A tensão, no âmbito de gerações distintas no campo, tem muito a ver com o já citado “ficar ou sair”, aspirações que podem opor mais velhos e mais novos, ou simplesmente levar a estratégias em que o “sair” não é retirar-se para municípios distantes, mas garantir relativa proximidade territorial, circulando pela região deixada sempre que é possível — embora sem participar do cotidiano de trabalho e de partilha simbólica

4

com a mesma intensidade. Neste contexto, os jovens de outrora passaram a ser chefes de família e gestores de pequenas propriedades — e tal estatuto marca uma independência em relação aos mais velhos. Não eram, portanto, mais vistos da mesma maneira. Este tipo de acesso à possibilidade de pensar relações geracionais me agradava bastante — o que a institucionalização dos jovens urbanos que eu escolhera estudar primeiramente não permitia.

Um bom complemento conceitual à geração vem nos termos de Margulis & Urresti (1996), para quem

a geração não é uma simples coincidência na data de nascimento, mas uma verdadeira irmandade frente aos estímulos de uma época, uma diacronia compartilhada, uma simultaneidade em processo que implica em cadeia de acontecimentos dos quais se pode dar conta em primeira pessoa, como ator direto, como testemunha ou ao menos como contemporâneo. Sobre isto se constituem os eixos da memória social, é sobre esta facticidade dos acontecimentos do que efetivamente foi o caso, ou seja, do que faz ambiente e, por fim, condiciona e conduz identificações (p.27).

Por fim, os próprios movimentos sociais no campo parecem se abrir para a juventude enquanto segmento específico. Assim como outro grupo (as mulheres), os jovens passam a receber atenção antes inexistente, *status* até então consolidado talvez por suas demandas serem consideradas menos importantes que as bandeiras amplas de

4 Como o fazem os membros de algumas famílias que observei, que migram para pólos urbanos próximos dos reassentamentos, como os municípios de Caxias do Sul (RS), Vacaria (RS) e Lages (SC).

cada movimento. Outro trabalho de Castro (et alii., 2009) explicita bem as tensões internas aos movimentos e à produção e reprodução de lideranças em seu interior: embora partilhando das bandeiras gerais e das modalidades de organização, os jovens denunciam a dificuldade de conseguirem intervir, participar, ter realmente voz nas instâncias internas. Apontam os obstáculos para fazer com que linguagens, comportamentos e questões típicas de sua geração sejam incorporadas nas pautas dos movimentos, mesmo que lideranças jovens façam parte de coordenações e direções. Reconhecer estas demandas estimularia inclusive a aproximação de outros jovens aos movimentos — como exemplificaram dois entrevistados na minha pesquisa, que destacaram como marcantes os momentos em que puderam encontrar membros de movimentos de outras nacionalidades, com causas próximas e que, para além das lutas, compartilhavam uma série de outras experiências marcantes no âmbito subjetivo e de produção do cotidiano.

Ao mesmo tempo, tais movimentos sociais encontram-se numa situação objetiva que poderíamos chamar de “limiar da sucessão”, ou seja, confrontados pela necessidade de renovação de participantes, com o foco no que eles próprios chamam de “lideranças” ou “quadros”. No momento atual, isto se coloca pelo incontornável envelhecimento de lideranças históricas. No entanto — e aí se coloca o problema sociológico —, há tensões neste processo de renovação, seja devido aos “diferentes sistemas de aspiração”, ao êxodo rural que ainda existe e acossa também jovens simpáticos aos movimentos seja, ainda, ao fato de a participação arrefecer em distintos graus após o desenlace (positivo ou negativo) de algumas lutas. Este último tema, como veremos no último capítulo, aparece de forma muito interessante no discurso dos jovens, no que diz respeito a como a gestão de suas propriedades, conquistadas quando da participação mais intensa junto ao MAB em Barra Grande, acaba por afastá-los do cotidiano do movimento. Em sua opinião, a condução do lote e o esforço em torná-lo viável economicamente, quando bem feitos, já representariam a contribuição possível nesta altura. “Afim, não foi para isso que lutamos tanto?”, perguntou-me um entrevistado.

O revés do progresso (ou ler uma hidrelétrica a contrapêlo)

Retornemos agora ao segundo imponderável. Em paralelo ao

descrito acima, desenrolava-se meu primeiro contato com o que acabou por constituir-se em leitura orientadora desta dissertação. Responsáveis pela guinada definitiva nas escolhas teóricas da pesquisa, as “Teses sobre o conceito de história”, do filósofo alemão Walter Benjamin (a partir de análise especialmente feliz de Michel Löwy (2007)), apareceram a esta altura. À linha frankfurtiana de crítica aos desdobramentos da razão, em especial no que se refere a seu imbricamento com o progresso e a técnica, juntava-se este documento, que me pareceu adequado para pensar o sentido da implantação de uma hidrelétrica e os conflitos que dela decorrem como parte da dinâmica mais ampla do capitalismo — aqui materializado na mercantilização de recursos naturais a partir do barramento de um trecho do rio Pelotas para gerar energia a ser vendida. Além do mais, arrisco constatar que, embora muito presentes em reflexões filosóficas, literárias e históricas, estes últimos escritos de Benjamin foram pouco explorados pela pesquisa sociológica de matiz empírico.

Gostaria de descrever alguns de seus aspectos, a fim de apresentar os motivos de sua influência sobre meu olhar. Antes de tudo, é um texto paradoxal. Por um lado, acentua uma característica da escrita de Benjamin: seu viés oblíquo, indireto, às vezes de difícil acesso, repleto de metáforas e imagens que, se o tornam fascinantes, não lhe retiram a opacidade. Por outro lado, é um texto conhecidíssimo, muito citado, cuja fama ainda guarda as tinturas trágicas do momento histórico e biográfico em que foram concebidas. A imagem do anjo da história, da tese IX; a expressão “escovar a história a contrapêlo”, da tese VII; ou a ideia de produzir a história a partir da percepção prática de um fulgurante instante de perigo, presente na tese VI, entre outros exemplos, fazem parte de um “senso comum teórico”, se nos permitirmos parafrasear Bourdieu.

Importa aqui destacar alguns pressupostos das teses de Benjamin que se relacionam à pesquisa. Em seu conjunto criticam a maneira como o progresso capitalista escancara consequências regressivas, que lhe são absolutamente indissociáveis. Tal progresso,

- em sua lógica linear em direção ao futuro, mesclando às buscas iluministas por perfectibilidade humana aquelas voltadas para a acumulação de capital, não deixa de produzir

um rastro interminável de vítimas, catástrofes, ruínas. Cimento legitimador de um conjunto heterogêneo de discursos e práticas, a ideia de progresso guardaria em si a potencialidade contraditória de melhorar a vida humana através da técnica e da ciência, da desmistificação de superstições e da dominação da natureza, ao mesmo tempo em que pode representar retrocesso em outras áreas, principalmente no que diz respeito às vítimas de sua “voragem.”⁵ No que diz respeito aos diversos grupos envolvidos, as consequências não são apenas múltiplas: são também trágicas. O que resulta na constatação de que, sob a capa de “documentos de cultura”, os empreendimentos capitalistas são também “documentos de barbárie” — outra clássica formulação no seio da dialética benjaminiana da história, que o leva a propor a necessária “escovação a contrapêlo” de grandes obras humanas, de forma a reunir e também denunciar seus legados de ruínas .⁶

- leva à perda de qualidade do tempo, que se torna homogêneo e vazio. Seu mote é realizar o trabalho capitalista, por sua vez encalacrado em eterna repetição. Nisso, há algo

5 “Na voragem do progresso” foi a expressão de Eder Sader (1988) para designar a maneira como os habitantes da cidade de São Paulo, nos anos 50, percebiam o acelerado crescimento urbano que os cercava. A expressão dá título ao segundo capítulo do seu livro *Quando novos personagens entraram em cena*, que remonta exatamente a uma experiência objetiva de segregação sócio-espacial num cenário de intenso desenvolvimento capitalista. Ingredientes explosivos, que contribuem para fomentar uma série de ações coletivas de matiz novo ao final dos anos 70 — e que guardam alguma semelhança com o presente trabalho, embora em contexto social, histórico e geográfico distinto.

6 Luciano Gatti (2009), ao refletir com Baudelaire e Benjamin sobre a experiência da transitoriedade existente no mundo moderno, aponta para a metáfora da ruína como central para compreender a natureza e os efeitos do tempo neste momento histórico: o que é novo hoje, amanhã é ruína. Outra metáfora, umbilicalmente ligada a esta, é a do exílio: os que não acompanham este processo (a modernidade enquanto produção incessante de ruínas) são desterrados. Pobres, loucos, poetas, mulheres etc. povoam o universo do poeta francês e seriam exemplares em sua reflexão.

de *castigo infernal* — Benjamin nunca se furtou em lançar imagens teológicas. Esta ideia de sempre viver o presente como algo referenciado no futuro também faz com que as vítimas dos feitos passados sejam simplesmente esquecidas. O passado ficou “lá”, ou seja, longe. A proposta de Benjamin, ancorada no materialismo histórico, é que a ação política na luta de classes seja exatamente o que interrompe este monótono *continuum* e permita rememorar os oprimidos de gerações passadas, fazendo-lhes justiça. Busca-se a qualidade de um tempo que se perdeu, transformando o presente num momento único, que se articula ao passado, revivendo-o através do resgate das gerações anteriores de oprimidos .

- encontra como principais entraves, então, a interrupção e a rememoração da tradição dos oprimidos. A interrupção ocorre quando os indivíduos agem politicamente para reverter a tendência à “submissão servil a um aparato incontrolável”, a que o progresso acaba por tentar enredá-los. Uma noção importante aqui é a de “tempo-de-agora”(*jetztzeit*), que representa o instante capaz de explodir o contínuo monótono da história. Opõe-se à noção grega de *cronos* (o tempo homogêneo) e aproxima-se à de *kairós* (chance única, “instante de perigo” em que se pode interferir no rumo dos acontecimentos através da interrupção).

A ideia de interrupção trazida pela ação política é um mote importante para o presente trabalho, pois descarta duas argumentações fortes: por um lado, a de que os camponeses e pequenos agricultores no meio rural desaparecerão, devido a um tipo irreversível de modernização da produção agrícola

7 A rememoração interminável dos vencidos pode antepor-se à voracidade progressista. Para exemplificar as possibilidades de requalificação do tempo, Benjamin resgata reflexões e práticas dos socialistas do século XIX, como a proposta de Fourier do trabalho como jogo (não como repetição heterônoma), a valorização do carnaval e da festa, e a ocorrência, nas jornadas revolucionárias de 1830, dos revoltosos dirigirem as balas de suas armas aos relógios das torres parisienses.

(a cadeia produtiva do agronegócio), de concentração fundiária e da apropriação dos recursos naturais brasileiros (no nosso caso, com destaque para os hídricos); por outro lado, a de que, se sustentável, o progresso (sob o lema do “desenvolvimento”, que em nossa argumentação serão tratados como sinônimos) pode deixar suas características predatórias de lado, devendo persistir como fator de inclusão social e competitividade econômica no país.

Por visar a racionalidade e a materialidade que engendram, a crítica de Benjamin rebate ambas as teses: de um lado, coloca a ação política como fundamental para interromper o fluxo do progresso (o que, no caso dos movimentos sociais rurais, tem tido algum grau de efetividade e, mais especificamente no caso da pesquisa, engendrou consequências mitigadoras), pois é capaz de abrir a história, rompendo o *telos* modernizador decretado *a priori*; por outro, aponta para a contradição basal entre progresso e retrocesso inerentes à acumulação capitalista calcada na dominação da natureza, cuja lógica não se redime estruturalmente pela simples adoção de noções como o de “sustentabilidade”;

- por fim, relaciona-se a um tema a ser desenvolvido no capítulo 1 do presente estudo, originalmente na tese VIII, que percebe a existência do progresso contínuo, esta “locomotiva sem freios” cuja unidade de funcionamento é a catástrofe, como algo viável apenas porque calcado num “estado de exceção permanente”. Ou seja, um contexto em que a exceção tornou-se a regra, legitimando o amontoado de catástrofes transformadas em fatos do progresso, em conquistas da civilização, fruto da empresa de sujeitos motivados pelo desenvolvimento, cujas vítimas acabam por ser sistematicamente olvidadas. Como interromper este ciclo?

São motes fortíssimos, produzidos quando da ascensão do nazi-fascismo. No entanto, como já dito, não se restringem a denunciar as deformações desta configuração histórica, mas estendem-se na direção de uma postura teórica que dê conta daqueles que a história, a filosofia e a política oficiais (que, para Benjamin, reuniam não só os regimes totalitários, mas também o comunismo stalinista, o reformismo social-democrata e, evidentemente, o próprio capitalismo)

teimam por abandonar. Embora alguns de seus objetos de crítica tenham perdido, em larga medida, a importância, outros continuam vigorosos – o que leva à atualidade das proposições. A intenção de verificá-las, confrontando o objeto desta dissertação (as trajetórias dos jovens atingidos pela UHE Barra Grande) contra o pano de fundo de crítica ao progresso, permeia o presente trabalho.

A verdade tecnológica como substância do progresso capitalista

Apresentada a semente benjaminiana, a lavra da escola de Frankfurt aparece ainda mais rica, pois outros pontos de contato assomam. O primeiro deles é Herbert Marcuse (1998 [1941]) e sua discussão sobre a técnica e a tecnologia, noções que ele faz questão de separar. Se a tecnologia é um processo eminentemente social, a técnica, por sua vez, é apenas um dos elementos que a compõem – manifestando-se enquanto um conjunto de aparatos: de indústria, de comunicação, de transportes etc. (no caso da presente pesquisa, a UHE como uma aparato de produção de energia). Por isso, não pode ser atribuída à técnica qualquer normatividade *a priori*: “A técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo.” (p.74).

A tecnologia, por sua vez, estaria relacionada a uma manifestação específica do modo de produção, manifestando-se nas seguintes três dimensões: organização e perpetuação das relações sociais; manifestação de uma forma de pensamento e de padrões de comportamento; instrumento de controle e dominação. No cenário capitalista, acoplada à ideia de progresso infinito da acumulação, a tecnologia teria desencadeado um processo histórico de transformação da racionalidade iluminista. Esta, que buscava inicialmente romper com o holismo social (que submetia as vontades e potencialidades individuais e se calcava na superstição) e rumar para a autonomia do sujeito e para o desvendamento progressivo dos “motivos do mundo”, vê-se assaltada e submetida por uma forma de encarar a realidade cujo obscurantismo é de outro tipo. No caso, a racionalidade tecnológica,

instrumental, que preconiza uma individualidade que se dá como eficiência, através de elementos externos ao indivíduo, por reações a padrões, funções e tarefas pré-determinadas e adequadas à manutenção e/ou expansão do aparato.

Antes o avanço individual independia de reconhecimento e se dava pelo próprio trabalho; hoje, o desempenho é recompensado apenas se realimenta o aparato. Acontece então o que Marcuse chama de *submissão altamente racional à factualidade*, que impõe limites à *razoabilidade*. Este uso da razão não para transcender, mas para ajustar melhor a adaptação, é algo absolutamente novo, típico do século XX. O homem percebe que obedecer, submeter-se, é sinônimo de sucesso. Não há possibilidade de revolta, a autonomia é impossível. Estamos no reino da calculabilidade restrita entre meios e fins. A sociedade tecnológica gera esta mecânica da submissão através da captura da libido e da deslegitimação da transcendência, visto que “o aparato ao qual o indivíduo deve ajustar-se e adaptar-se é tão racional que o protesto e a libertação individual parecem, além de inúteis, absolutamente irracionais.” (p.82)

Isto se dá porque se estabelece o que Marcuse chama de *verdade tecnológica*, ou seja, um conjunto de valores de verdade que se originam do processo de autonomização da racionalidade tecnológica. No entanto, o filósofo prima por não absolutizar tais conceitos, pois percebe uma relação de contradição entre duas racionalidades advindas do projeto inicial iluminista: a *racionalidade tecnológica* e o que chama de *racionalidade crítica*, ancorada no objetivo da emancipação individual através da garantia de condições cognitivas e materiais para a realização das múltiplas potencialidades humanas. Ele não as vê como antagonicamente estanques, mas como pólos de uma relação que se transforma historicamente — e tem, no entanto, obedecido ao padrão aterrador de a verdade tecnológica conseguir a proeza constante de colonizar a crítica, fazendo sucumbir sua raiz autônoma.

O filósofo não assume uma postura de estrita negação, mas de crítica à tecnologia capitalista. Por isso, discorda também dos movimentos anti-tecnológicos e anti-industriais da época, por negarem a técnica em si, sem perceber que haveria a possibilidade de, a partir dela, desenvolver estratégias liberadoras de individualidade e de negação da racionalidade tecnológica:

Quanto menos tempo e energia o homem precisar gastar

para manter sua vida e a da sociedade, maior a possibilidade de ele poder ‘individualizar’ a esfera de realização humana. Para além do reino da necessidade, as diferenças essenciais entre os homens poderiam se expandir: cada um poderia pensar e agir por si, falar sua própria língua, ter suas próprias emoções e seguir suas próprias paixões. (...) os objetos de seu desejo seriam tanto menos permutáveis quanto mais fossem apreendidos e moldados por seu livre eu. ‘Pertenceriam’ a ele mais do que nunca e esta propriedade não seria infamante, pois não teria de se defender contra uma sociedade hostil. (Marcuse, 1998, p.103).

Assim, o progresso criticado por Benjamin está em estreita colaboração com a concepção de tecnologia capitalista apresentada por Marcuse. Ambos, por sua vez, auxiliam a presente pesquisa a entrever o fato de como a demanda incessante por energia, com sua importância geopolítica e econômica, cristaliza-se na sucessão de UHEs surgidas no Brasil nas últimas décadas, eventos que tendem a assumir um caráter incontestável e incontornável — mesmo que represente a exclusão sócio-territorial de significativos contingentes de população (a verdade tecnológica valendo-se de estados de exceção para concretizar o projeto de progresso).

No entanto, ambos os autores deixam brechas para analisar obstáculos capazes de antagonizar esta lógica, conferindo bastante relevância à ação política contrária. Que, em Barra Grande, teve papel decisivo — e marcou decisivamente as trajetórias dos envolvidos. Portanto, parece-me adequado relatá-las, buscando articulá-las contraditoriamente ao fenômeno que lhes assaltou a realidade: a hidrelétrica como progresso tecnológico capitalista concretizado.

O entrelaçamento entre progresso filosófico e social

Cabe, por fim, lançarmos as reflexões de Adorno (1992), que matizam a questão ao proporem que se pense a categoria filosófica “progresso” em entrelaçamento inevitável com o que este passa a significar social e historicamente. Para isso, o autor se esforça em livrá-la de uma série de referências históricas que remetem somente à

dominação da natureza e à sujeição social, retornando a um significado mais próximo do que ele chama de “iluminismo anti-mitológico”. Forte no século XVIII, esta vertente tinha como base a proposta kantiana da razão como senhora de si mesma, submetida à sua própria autocrítica. A partir desta perspectiva é que se deve destrinchar a categoria progresso.

A perspectiva metodológica de Adorno é interessante, pois preconiza que se mergulhe no progresso para captar-lhe os meandros e a história sem, no entanto, deixar de manter certa distância. O que é fundamental para não sermos tragados por sua dinâmica e simplesmente passemos a justificá-la, ao invés de compreendê-la. Demasiada proximidade em relação ao objeto “progresso” pode nos impedir de perguntar: *progresso em relação ao quê?*

Escrito nos anos 60, o ensaio aponta para uma tese que aparece em outros textos do autor, referindo-se ao fato de que já àquela época existia avanço técnico suficiente para resolver a questão da miséria material mundial. Esta não seria a pauta básica da questão do progresso, embora dela fizesse parte: mais importante, contudo, seria demonstrar como o avanço técnico, de conhecimentos e destrezas, não resume a ideia de progresso. Pelo contrário. Confundir a humanidade enquanto sujeito global com seus desenvolvimentos técnicos é não perceber que o programa (inicialmente burguês) de libertação humana é assim repetidamente sabotado, assumindo um caráter regressivo. O que, por consequência, aprofunda a tendência da razão de produzir o pensamento identitário, violento, cujo ato de compreender a realidade é sempre o ato primeiro de submeter as multiplicidades nela existentes a algum parâmetro redutor, implicando num posterior controle tanto da natureza quanto dos próprios homens. Que, no cenário histórico capitalista, relaciona-se com a homogeneização das relações de troca e seu desdobramento necessário, a acumulação de capital.

O interessante aqui é demonstrar que não somos obrigados a abandonar a ideia de progresso, mas que se faz necessário radicalizá-la enquanto resistência ao que ele chama de “crença no progresso”, que limita as possibilidades de reconhecimento da humanidade por ela mesma ao confundi-la com suas produções técnicas. Assim, o progresso sob o capitalismo aparenta uma dinâmica que, girando sobre seu próprio eixo sem sair do lugar, nada mais é que um tipo particular de estática. No caso por nós estudado, tal “dinâmica estática” se reduz ao caráter indiscutível de que se deve produzir mais e mais

energia hidrelétrica, pois isto colabora para o desenvolvimento, para o aumento da produção, para a maior competitividade no cenário internacional.

Dois trechos do texto de Adorno colaboram para a compreensão desta ideia, remetendo-nos à maneira como a incorporação crítica da noção filosófica de progresso pode ser de grande valia para estabelecer outras perspectivas sobre o tema. Embora não proponha, como faz Benjamin, a interrupção da “crença no progresso” através da ação política no contexto de luta de classes, pode-se perceber como o mote da interrupção está presente também em Adorno, mesmo que com outra conotação e finalidade:

O progresso gerado pelo sempre igual consiste em que em qualquer momento ele pode enfim começar. Se a figura do progredir da humanidade evoca a de um gigante que após um sono imemorial lentamente se põe em movimento para depois desembestar, espezinhando tudo que lhe surja no caminho, ainda assim o seu rude despertar é o único potencial de emancipação; portanto de que não caiba a última palavra ao enredamento da natureza, no qual o próprio progresso se integra. Por séculos, a questão do progresso carecia de sentido. Ela só se põe após a libertação da dinâmica na qual a ideia de progresso podia ser extrapolada. (p.224)

Progresso significa: sair do encantamento também daquele do 'progresso que é ele mesmo natureza', por uma humanidade cônica de sua própria naturalidade e capaz de pôr termo à dominação que impõe à natureza. Nessa medida se poderia dizer que o progresso se dá no ponto em que termina. (p.224-5)

Trabalho, no presente estudo, com a ideia de que a UHE Barra Grande é mais uma manifestação desta crença no progresso, operando a partir das tendências de acumulação inerentes ao que pode ser chamado de *capitalismo hidrelétrico brasileiro*, a ser melhor definido e historicizado no capítulo 2. A UHE em questão é mais uma das inúmeras projetadas e implementadas na bacia do Rio

Uruguai desde os anos 70⁸. No entanto, desde aquela época tais ingerências sobre os recursos hídricos da região têm engendrado ações coletivas contrárias, por sujeitos de extração camponesa em situação de ameaça de perda de terras. Geralmente eles se opõem aos empreendimentos aureolados sob o jargão do desenvolvimento, que se justificam sempre por si só, sem se saber exatamente o quê se desenvolve. O quê progride. Os conflitos que surgem daí (de cuja história Barra Grande faz parte) acabam por colocar esta questão em toda a sua agudeza e materialidade. Mesmo que as demandas dos sujeitos atingidos passem muitas vezes pela garantia de alguma medida compensatória, elas questionam os empreendimentos em seu cerne, pois que o desenvolvimento que estes trazem acaba por adotar sempre o mesmo procedimento em relação àqueles em seu caminho: impor a *verdade tecnológica* (no sentido de Marcuse) que, por sua vez, implica na invisibilização de coletividades inteiras. Destas, alguns grupos vêm-se instados a confrontar empresas estatais ou consórcios privados do ramo do capitalismo hidrelétrico. Confronto para exigir aquilo que, entre os sujeitos que pesquisei, é sempre denominado de “o nosso direito” (sejam reassentamentos, auto-reassentamentos, indenizações, melhorias comunitárias) e que não é homogêneo em seu antagonismo e intensidade, embora Barra Grande tenha certamente atingido altos índices de ambos, como veremos no capítulo 4.

Assim, a UHE como documento de cultura lido como documento de barbárie, expressão da verdade tecnológica, tem também produzido esta negatividade localizada num território, calcada numa certa tradição política dos movimentos sociais rurais desde meados dos anos 1970 no sul do Brasil. E não só isso, mas (se me permitem a articulação, valendo-me aqui menos do atributo filosófico do progresso e mais de seu sentido social e histórico), encaixam-se na busca por outra concepção de progresso, referenciada no que Adorno chama de “alívio do sofrimento”, na qual a ação política parece-me desempenhar papel primordial:

8 Um histórico desta sucessão de planejamentos, estudos e inventários do que ficou conhecido como “Projeto Uruguai” está em CANALI (2002). Um viés mais crítico pode ser encontrado em ESPÍNDOLA (2009).

O progresso da dominação da natureza que, na analogia de Benjamin, corre a contrapelo de todo progresso verdadeiro, que tivesse seu *telos* na redenção, não está contudo desprovido de toda esperança. Não é apenas no afastamento da desgraça última, mas em toda forma de alívio do sofrimento persistente que ambos os conceitos de progresso entram em contato. (p.229)

A intenção deste trabalho é capturar alguns dos eventos de Barra Grande sob o prisma da crítica ao progresso apresentada acima. O recorte adotado é o das trajetórias de sujeitos que se opuseram à UHE, com a especificidade de que eram jovens à época dos embates. O destaque para as trajetórias individuais — e, num segundo plano, pela reconstituição rápida da dinâmica dos reassentamentos — pretende ressaltar que é na “vida ao rés do chão” que se pode captar muitas das manifestações concretas do resultado do progresso e da política.

Por outro lado, para que esta vida não pareça existir por ela mesma, pretende-se inseri-la em determinações mais amplas, fornecendo uma crítica à maneira como o capitalismo hidrelétrico tem se reconstituído nos últimos anos. Embora isto se realize com maior vagar no capítulo 1, vale ainda nesta introdução lembrar — benjaminianamente — suas dinâmicas anteriores, sua tendência recorrente ao “alagamento das coletividades” e as resistências a ela apresentadas. Nesta altura do texto, a intenção é destacar algumas continuidades históricas, e problematizar por que elas persistem. Nada muito extenso, apenas uma menção às reflexões feitas sobre as UHEs que, nos anos 80, ameaçavam a Amazônia, inclusive a região em que hoje, enfim, se estão implementando as UHEs de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau. Para isso, chegamos ao...

...3ºcruzamento:Ontem e Hoje

Antes de remetermos ao “ontem”, porque não checar ocorridos ainda mais recentes do que os de Barra Grande e questionar se alguns padrões de invisibilização de coletividades via verdade tecnológica, denunciados há décadas, permanecem?

Nas minhas idas a campo visando captar o cotidiano dos atingidos

por Barra Grande e também conseguir informantes para a pesquisa, ocorridas repetidas vezes durante todo o ano de 2011, envolvi-me em ações do MAB. No caso, desde alguns anos antes havia mobilização relacionada à instauração de outra UHE, chamada “Garibaldi”, na bacia do rio Uruguai, desta vez no rio Canoas. Este rio, afluente do Pelotas, tem características muito distintas das deste, pois não forma margens íngremes, nas quais é difícil residir e mesmo produzir, mas sim bordas planas, habitadas e cultivadas. Com isso, a instalação da UHE Garibaldi causaria o alagamento de parcelas significativas de terra em muitos municípios, entre eles Abdon Batista (onde o canteiro de obras estava instalado e onde se situaria a casa de força), São José do Cerrito, Cerro Negro, Vargem, entre outros.

Com isso, nova agitação produziu-se na região, pois as obras já começavam, alterando os acessos e os usos das estradas vicinais, trazendo a especulação de terras, mobilizando contingentes significativos de trabalhadores (“os barrageiros”, cuja procedência é das mais variadas regiões do país, o que passou a causar estranhamentos num município tão pequeno quanto Abdon Batista), proporcionando incerteza em relação às porções de terra a serem realmente alagadas e tensão devido à colocação de marcos pelos técnicos em geomensura, a boataria acerca de medidas compensatórias, a instalação de casas de prostituição voltadas para os trabalhadores ao lado do miolo urbano da cidade (prática corriqueira quando da implantação de barragens)...

Associadas a todos estes elementos estavam as ações de mobilização do MAB, que resultaram inclusive em ocupações do canteiro de obras da UHE em maio de 2011— simultânea à ocupação de um terreno no município vizinho de Cerro Negro, feita com o intuito de pressionar o governo em prol de medidas de aprofundamento da reforma agrária. Ambas as ações foram realizadas em colaboração com o MST, tendo a primeira durado cerca de cinco dias e sido encerrada após a avaliação de que a Rio Canoas Energia (consórcio responsável pela UHE Garibaldi) teria recebido adequada advertência para realizar os trâmites das medidas compensatórias com justiça. A segunda permaneceu cerca de seis meses no terreno em Cerro Negro.

No entanto, as negociações entre atingidos (orientados por

militantes mais antigos do MAB)⁹ e o consórcio continuaram, num tom de desencontro que se assemelhava ao criticado por grupos afetados por outros empreendimentos, em outros momentos e espaços. Um trecho do meu diário de campo, referente ao dia 14 de setembro de 2011, fundamenta melhor esta afirmação:

O encontro com a Rio Canoas Energia era às 9 horas. A ideia dos membros do MAB era encontrar-se com os outros componentes da comissão dos atingidos uma hora antes, para afinar o discurso. Encontraram-se na padaria e conversaram em pequenos grupos, aparentemente não sobre a reunião em seguida. Apenas quando chegou a hora do encontro reuniram-se na frente da praça central e X. [*membro do MAB e atingido pela UHE Barra Grande*] deu algumas palavras rápidas, orientando para não gastarem tempo como das outras vezes.

A reunião aconteceu na casa alugada pela ETS em Abdon. A ETS é uma empresa especializada em operacionalizar barragens, desde os laudos técnicos à lida com trabalhadores, passando pelas negociações com os atingidos. Era visível que a coordenadora de meio ambiente estava acostumada com este tipo de situação — além de conhecer o X, que, por sua vez, lidou com a ETS tanto em Barra Grande quanto quando esteve em Goiás [*nas mobilizações relacionadas à UHE Serra da Mesa*]. Havia uma série de funcionários presentes na reunião, a maioria na condição de observadores. Como curiosidade, a presença de um ex-funcionário da Eletrosul, que não falou muito durante a reunião. Quem mais se manifestou foram um homem e a mulher já mencionada, ambos na qualidade de gerentes de meio ambiente do projeto. Além deles, um jovem agrônomo

9 Os participantes da comissão de atingidos eram, em sua maioria, contatos que o MAB fez através da metodologia de organização de grupos de base nas comunidades ameaçadas pelos empreendimentos. Algo similar, embora em escala muito maior, foi feito à época de Barra Grande. Muitos de meus informantes participaram dos grupos de base àquela época, tendo sido alguns deles multiplicadores desta metodologia durante o processo da UHE Garibaldi, cerca de dez anos depois. Há descrição mais detalhada dos grupos de base no capítulo 4.

de outra empresa contratada pela ETS para elaborar os laudos das propriedades atingidas e, por consequência, as medidas compensatórias. Outra menina, também jovem, geralmente acrescia detalhes às informações deste rapaz. Por fim, um advogado, também jovem, que se dispunha a se pronunciar acerca das posições jurídicas do consórcio.

A conversa foi tensa e rápida, embora na primeira meia hora a preocupação maior fosse encontrar cadeiras para todos os participantes (havia cerca de 30 pessoas na sala) e de questionar, por parte do consórcio, a composição da comissão de atingidos. Isto por que havia gente nova, que não participara dos encontros anteriores. Pediram nomes completos de todos, para que uma assessora de comunicação fizesse constar em ata. Pareciam querer ganhar tempo.

A intenção da reunião era escutar a posição da empresa nesta altura das negociações. Isto por que a primeira reunião, ocorrida ainda da outra vez em que estive aqui [maio de 2011], teve como proposta um documento de 'Critérios e Diretrizes', que pouco interessou aos atingidos — insatisfeitos, elaboraram uma pauta alternativa, entregue num encontro ocorrido no dia 25 de agosto. A reunião de ontem era para saber a posição da empresa perante o documento. Infelizmente, em nenhum dos pontos a coisa avançou.

A celeuma começou com os funcionários da empresa anunciando que alguns laudos de análise das propriedades estavam prontos. Dois teriam sido entregues em visitas *in loco* aos proprietários, mais três aguardavam as possibilidades das visitas, mais seis estavam em fase de elaboração. Todos eles referentes às terras mais próximas do eixo da barragem, a montante. Houve polêmica em vários pontos deste item, a começar pelo fato de um dos representantes da comissão de atingidos desta comunidade específica – São Paulinho – argumentar que a visita dos técnicos havia sido de dez minutos, sendo contra-argumentado com a noção de três horas. A coisa ficou no ar.

Em seguida, foi debatido o caráter sigiloso do laudo, reivindicado pela Rio Canoas Energia, que prefere entregar apenas um sumário aos atingidos. Estes exigiam o laudo completo, visto que, com o documento em mãos, se poderia buscar outra assessoria para refutar supostas discordâncias. A princípio o advogado argumentou que

aquilo não seria possível, só com procuração judicial. Depois, com a discussão, ficou claro que o direito a uma cópia – e a um período de trinta dias para análise por parte dos proprietários – era algo incontornável.

Depois, sem conseguir entrar na discussão da pauta em si, os funcionários agregaram a informação de que, à quantia oferecida pelas propriedades e benfeitorias, constante em cada laudo, seria acrescida a porcentagem de 3% do valor, para custear a documentação de outras terras. Percebi que ficaram bastante tempo remetendo a isso. Quando questionados acerca do fato de tal quantia não garantir topografia, geoprocessamento e marcações das propriedades, um recurso argumentativo surgiu com força: a questão dos índices técnicos dos valores do metro quadrado regional, que teriam sido pesquisados com antecedência e, segundo os cálculos da empresa, teriam sido mais do que suficientemente contemplados.

E, quando eram questionados acerca de outras coisas (como no caso da proposta dos atingidos de serem ressarcidos pelas benfeitorias que fizeram em suas propriedades pelo preço de como se fossem novas), a resposta era sempre técnica, com metodologias e normativas neutras. No caso das casas, a partir do metro quadrado construído, o índice de avaliação que eles forneceram foi baixíssimo, alegando que era um índice oficial do CREA baseado na realidade local. Foram questionados sobre isso, tanto no que diz respeito ao CREA (pesquisando depois, militantes do MAB concluíram ser o índice previsto o dobro disso), quanto à realidade local (os atingidos tinham experiência, por lidarem com isso cotidianamente). Assim, o que na proposta da Rio Canoas Energia era 660 reais por m² construído, foi questionado para valores entre 800 e 1300 R\$/m². Para defender-se, o técnico mobilizou duas estratégias, pouco convincentes: de um lado, o fato de a pesquisa ter sido realizada em maio de 2011, podendo estar os preços um pouco defasados; de outro, um exemplo seu, particular, de casa que construía na cidade de Itapoá, litoral de Santa Catarina, cujo valor seria próximo aos R\$ 660. Quando apresentou esta última informação, sofreu com o escárnio dos atingidos.

Em seguida foi questionada a análise dos casos de

agricultores não-proprietários. Dos laudos até agora elaborados, todos os exemplos possíveis ou iriam para estudo de caso, ou haviam sido automaticamente 'negativados'. Perguntou-se o motivo, e a resposta foi a mesma: 'inconsistência nos dados comprovatórios de dependência econômica a partir da propriedade.' Foram imediatamente interpelados, citando os filhos de um dos proprietários analisados, que teriam nascido, crescido e desde então trabalhado naquela terra. 'Mas mesmo assim havia inconsistências', ele respondeu, o que levou a questionar quais seriam os critérios metodológicos para a análise, visto que aquela posição, aparentemente técnica, escondia tais critérios, levando a intuir que havia uma série de arbitrariedades em seu manejo. O espaço dos estudos de caso, ao que parece, será de uma verdadeira guerra, não podendo ser deixado apenas aos técnicos do consórcio, mas também para a participação de comissão de atingidos, tais como as desgastantes 'paritárias' realizadas à época de Barra Grande - cujos graus de burocratização, tensão e humilhação escrevem capítulos importantes da relação dos atingidos com a memória de sua luta por medidas compensatórias.¹⁰

Por fim, outro capítulo do desgaste da reunião foi a discussão sobre as indenizações de terra e do que nelas constava. Primeiro, novamente os 'critérios técnicos de avaliação de pesquisa de preços de terras' apareceram como escudo. Alguns depoimentos sobre procura de terras, por parte dos agricultores atingidos, demonstraram como será difícil encontrar lugar equivalente ao que eles residem e plantam atualmente. Um agricultor declarou que perambulou até [*o município de*] Erval Velho, passando por Campos Novos e adjacências. E nada. Também ficou claro que a equipe da Rio Canoas não leva em consideração o fato de uma barragem gerar uma corrida por especulação imobiliária, visto que se sabe que há desapropriações e possibilidade de proprietários fazerem dinheiro com vendas para o consórcio. (Pode-se perceber, no

10 As paritárias (reuniões entre atingidos e consórcio responsável pela hidrelétrica para avaliar os casos de indivíduos que mereciam medidas compensatórias) também serão explicadas com mais detalhe no capítulo 4.

entanto, que os funcionários estão cientes de tal fato, pois criaram um 'banco de terras', ao qual os proprietários remetem seus dados para avaliação da empresa – sem compromisso!).

Sobre as culturas existentes na terra, as árvores frutíferas produzindo, a madeira nativa e para reflorestamento, a equipe foi taxativa: não pagará pelo que realmente valem. Há uma tabela de valores, que leva em conta o preço da árvore, mas não a produção e o retorno que ela dá para o agricultor agora, depois de ele ter plantado, cuidado e feito produzir. Quando um atingido perguntou o que faria diante do fato de viver dos pêssegos e uvas que atualmente vende, recebeu a resposta de que teria que comprar a muda e esperar os anos necessários para ela começar a frutificar. Os atingidos riram nervosamente, de revolta. Quando retorquiram afirmando que um hectare de parreiral produzindo atualmente vale 200 mil reais e que este valor nunca seria pago pelos empreendedores, o clima ficou ainda mais pesado.

Sobre o reflorestamento, a mesma coisa. Sobre a madeira nativa, que será cortada pelo consórcio após a desapropriação e antes do alagamento, eles afirmaram que não indenizarão, apenas fornecerão a madeira para os proprietários. (A funcionária aproveitou para explicar todos os caminhos burocráticos a serem percorridos junto ao Ibama). Nas épocas da Baesa, esta promessa foi feita e não cumprida... Isto causou a maior indignação, levando a comissão de atingidos a abruptamente levantar-se e começar a se retirar da sala. No entanto, ainda uma última pergunta foi feita por X, membro do MAB, à equipe: 'quer dizer que vocês não querem negociar nenhum dos pontos que nós apresentamos? Nem o tamanho dos lotes para reassentamento, nem os critérios de beneficiários?' A equipe da ETS baixou os olhos e apenas a gerente de meio ambiente respondeu que não, confirmando a necessidade da comissão de demarcar sua revolta e retirar-se.

Este trecho tenta captar os impasses que a negociação por medidas compensatórias acaba por engendrar. Há pelo menos duas visões de mundo colocadas em relação conflituosa, interessando-nos

mais agora como os responsáveis pela UHE valem-se de um jargão técnico para marcar posição, enquanto os atingidos mobilizam informações relacionadas às trajetórias, à vida cotidiana. No meio disso, os militantes valem-se de sua experiência anterior em situações análogas, para ao mesmo tempo mediar e tensionar o encontro.

Esta concepção do território atingido e dos sujeitos nele residentes como campos de significado distintos para os grupos envolvidos em mega-empresendimentos evidencia-se quando termos como “social” ou “ambiental” vêm à baila para caracterizar suas consequências. Termos que podem revelar ou ocultar conflitos, concepções de mundo e, principalmente, interesses materiais. Esta tendência ao atropelo das singularidades coletivas pelas ações de planejadores, gerentes e empresários do ramo hidrelétrico do capitalismo é algo que tem atravessado as últimas décadas no país e denuncia a permanência de um déficit democrático neste âmbito. Assim deixou claro Lygia Sigaud (1988), que acompanhou os desdobramentos de UHEs relacionadas ao projeto de desenvolvimento nacional, como as de Sobradinho (BA) e Machadinho (RS/SC). Foi uma das pesquisadoras que entre os anos 70 e 90 do século passado mais problematizou o *modus operandi* da racionalidade tecnológica hidrelétrica, àquela época centralizada no planejamento estatal. Para ela, marcaram a implementação da política energética nos anos 80 características como a preponderância do discurso técnico, a presença do interesse de grandes grupos empresariais (construção civil, consultorias, equipamentos elétricos,

¹¹ eletrointensivos) e a articulação de um conjunto de visibilizações e invisibilizações, no qual os interesses particulares destes grupos empresariais beneficiados (e do capital financeiro que emprestava recursos) desaparecia sob o discurso da produção da energia para o interesse nacional – tomado aqui como algo homogêneo, acima de qualquer outra pauta, ao qual tanto os brasileiros como um todo como as coletividades atingidas deviam se submeter. Uma verdade tecnológica calcada na crença ao progresso e com viés nacionalista, convertida numa noção distorcida de interesse público.

11 A noção de eletrointensividade, fundamental para compreender os usos da energia elétrica produzida no Brasil, será abordada com mais vagar no cap. 2.

Com isso, as implicações sócio-territoriais teriam sido sistematicamente ignoradas pela Eletrobrás, só levadas em consideração após o curso das obras estar já bastante adiantado. Isto caracteriza a *política do fato consumado*, tão familiar àqueles envolvidos nos conflitos em torno da UHE Barra Grande:

Trata-se no entanto de avaliar para 'minimizar', 'mitigar' ou 'neutralizar' 'impactos' de uma decisão já tomada e em curso, e nunca uma avaliação de 'impactos' para ser levada em conta na decisão de construir uma hidrelétrica. (...) Na medida em que o 'social' não interfere na tomada de decisões, ele só pode vir a se constituir em 'problema', para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer e a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis. E é exatamente por que o 'social' ocupa essa posição subordinada que as soluções encontradas são desfavoráveis à população. Por esta razão, se pode afirmar com segurança que as empresas do setor elétrico têm sido responsáveis pelo deslocamento compulsório e atabalhado de milhares de cidadãos brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida. (Sigaud, 1988, p.104).

Além de mapear algumas de suas estratégias discursivas, ela aponta para uma série de consequências dos rumos do capitalismo hidrelétrico, tais como a especulação fundiária em áreas de implantação de UHEs, o autoritarismo na condução dos processos (em que a participação da sociedade civil nas brechas do sistema em plena redemocratização pouco alterava o teor as decisões), o caráter vicioso e indigente de um instrumento de regulação ambiental recentemente implantado (os *Estudos de Impacto Ambiental/Relatórios de Impacto Ambiental*, cuja produção carecia de profundidade tanto nos âmbitos “social” quanto “ambiental” e se mostrava enredada nos interesses de seus próprios financiadores, os consórcios)¹² e o fato de tais políticas do setor elétrico incidirem na

12 “Não apenas não se observa nenhuma inversão de prioridades em relação ao 'social', como também se verifica que agora como antes trata-se a rigor de **minimizar a avaliação dos efeitos, antes mesmo de se pensar em**

vida da sociedade brasileira em geral - visto que, para se materializarem, empréstimos internacionais eram contraídos, contribuindo com o aumento da dívida externa do país.

Para finalizar, a autora alegava que os direitos das populações ribeirinhas e indígenas deveriam ser reconhecidos antes de tudo, sob o preço inclusive de redução dos programas de geração de hidreletricidade. (*Retorna aqui o mote interrupção*, embora muito distinto e sem referência à abordagem benjaminiana). Ou ao menos de sua alteração, levando em conta programas de conservação de energia e de política industrial que tivessem a ver com os interesses da maioria. E aponta para uma lacuna fundamental na concepção dos gestores em relação às coletividades atingidas:

Se o setor elétrico se dispuser a levar a sério o 'social', será necessário que procure entendê-lo como um todo dotado de significação antes de criar situações de fato, para as quais não existem soluções democráticas, mas sim soluções de força que para serem impostas não podem dispensar as forças repressivas (...)." (p. 108)

Em outro texto da mesma coletânea (Viveiros de Castro & Andrade, 1988), permanece este cenário de *irremediável incomensurabilidade* entre direitos coletivos e racionalidade tecnológica, transformada em *incomunicabilidade*, em *inviabilidade política* e, por fim, apenas em *dominação*. No caso, os autores debruçaram-se sobre os grupos indígenas ameaçados pelo então chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira (cujo nome atual é complexo de Belo Monte, que prevê o barramento do rio Xingu em diversos pontos de seu curso), apontando para o conjunto de operações que tentam demonstrar como o meio ambiente a ser preservado era produzido por um discurso gerencial no interior dos setores de planejamento da Eletrobrás. Que, por sua vez, buscavam incorporar as prescrições regulatórias das peças recentes da política

minimizar os próprios efeitos. A rigor, os dois principais documentos do setor não explicitam afinal como se avalia impactos, a partir de que metodologia. De que modo pretende o setor, por exemplo, avaliar as repercussões culturais de suas iniciativas? O entendimento do social passa pela produção de um conhecimento que, por sua vez, requer um investimento intelectual e um tempo de maturação." (Sigaud, p.108).

13

ambiental sem, no entanto, abrir tais decisões a uma discussão com a sociedade e nem prescindir dos objetivos iniciais da empresa. O que resultava num *ambientalismo oficial*, disposto a colocar a “sociedade a serviço da economia, não a economia a serviço da sociedade”.

Além disso, tendo como base o *Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010*, produzido no bojo do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da “Nova República”, esta modalidade estatal de ambientalismo ressaltava que os povos indígenas residentes próximos às margens do rio Xingu constituiriam obstáculos às medidas hidrelétricas, devendo assumir que elas poderiam favorecê-los em uma suposta transição para algo mais próximo à “sociedade brasileira”. Assim, o meio ambiente presente no discurso do planejamento estatal hidrelétrico desde meados dos anos 60 é aquele em que os recursos naturais só poderiam ser aproveitados pela racionalidade tecnológica capaz de quantificá-los — qualquer outro modo de encarar a questão seria leviano e contraproducente. O que Viveiros de Castro & Andrade apontam ser uma demonstração da “mentalidade estatística” do Estado, que, reduzindo sociedades indígenas a um componente demográfico a ser removido, não consegue percebê-las como minorias sociais e étnicas, portadoras não só de outra concepção de natureza, mas também de direitos específicos ligados à sua condição.

O argumento estatístico é a versão numérica da razão de Estado, que despolitiza a sociedade, assumindo despoticamente o valor do sujeito universal. Frente ao Estado autoritário, **qualquer quantidade** de população é minoritária; seu regime é o da injustiça distributiva, todos são qualquer um. (Viveiros de Castro & Andrade, 1988, p.13).

No caso do presente estudo sobre Barra Grande (e também na supracitada UHE Garibaldi), a participação do capital privado na construção desta razão numérica e invisibilizadora aumenta, pois deixa de ser fornecedor de insumos e equipamentos para as usinas e passa também a administrar os empreendimentos como um todo — componentes específicos do capitalismo hidrelétrico brasileiro a partir

13 Principalmente a resolução 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

de meados dos anos 90, a serem detalhados no capítulo 2. A intenção aqui é apenas recuperar algumas das principais críticas realizadas há um quartel de século atrás, demonstrando sua proximidade com nossos fundamentos teóricos e com as análises que virão no decorrer do texto.

Por ora, cabe assinalar que os empreendimentos analisados criticamente pela coletânea de textos de onde extraí os excertos de Sigaud e de Viveiros de Castro & Andrade foram adiados por algum tempo. Uma série de eventos, mobilizações e debates na opinião pública contribuíram para isso. No entanto, no momento atual eles são retomados e assistimos às diversas fases de sua implementação, agora com o nome de Complexo de Belo Monte – que não deixaram de ser alvo de numerosos protestos e de uma nova rodada de estudos críticos de intervenção.¹⁴

Esta percepção de continuidade histórica das estratégias e práticas de apropriação territorial pelo capitalismo hidrelétrico embebido de racionalidade tecnológica, amparada pelo viés progressista/desenvolvimentista que lhe é caro, inevitavelmente alimenta o presente estudo. Resta, no espaço desta introdução, explicar como ele foi feito.

Nota Metodológica

A metodologia de pesquisa sociológica é entendida aqui

como conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (Demo, 1989). Não se trata, portanto, de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de se fazer ciência. A metodologia não é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica. (Martins, 2004. p.291).

14 Cabe destacar, neste plano, a obra *Tenotã-Mo* - Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu (Sevá, 2005).

Portanto faz-se importante apresentar o caminho que liga as técnicas à teoria. Que passa, novamente, por Walter Benjamin. A ideia então é fazer uma leitura “à contrapêlo” dos eventos de Barra Grande, buscando contar os fatos a partir dos discursos que não se valem dos artefatos e aparatos de legitimidade dominantes. Numa palavra, a partir das vozes dos que tanto ele quanto o historiador E.P. Thompson (2001) nomearam, sem qualquer conotação pejorativa, como “os de baixo”, voltando-nos enfim a grupos de sujeitos atingidos. No caso, a ênfase (embora não a totalidade) na coleta de dados deu-se entre os agricultores residentes no reassentamento Laranjeiras (Capão Alto-SC), com quem acabei desenvolvendo mais condições de confiança para engendrar as situações de pesquisa. No entanto, achei importante buscar informantes também em outros reassentamentos, mesmo aqueles situados já no Rio Grande do Sul (município de Esmeralda).

Além do primeiro pressuposto metodológico, vale destacar outras premissas, tais como:

- a compreensão de ser a realidade sócio-histórica engendrada pelo conflito social, em que há grupos que participam desigualmente da produção material e simbólica;
- a consciência de que, embora os fatos históricos transcorram de forma cronológica, as múltiplas reconstruções do passado e percepções de futuro influenciam nas ações situadas num determinado presente;
- é fundamental articular atores sociais e determinações contextuais de forma a conseguir perceber como nesta convergência ocorre uma experiência coletiva específica, capaz de, depois de compreendida, ser comparada a outras.

Para destacar estas dimensões, importantes para dar lastro às noções de projeto e trajetória que enfatizamos antes, optou-se por técnicas que permitissem um contato mais intenso com grupos não muito numerosos de sujeitos atingidos. A primeira delas consistiu em entrevistas qualitativas de modalidade narrativa (Jochvelovitch & Bauer, 2004) com os diretamente atingidos. Isto porque tal técnica

permite que o informante conte, sem interrupções, a sequência de fenômenos e fatos relacionados a um determinado evento, cuja narração é solicitada pelo pesquisador no início do contato. A expectativa era que gerasse então uma descrição menos entrecortada e mais ativa por parte dos sujeitos, o que, no caso de quem relataria uma experiência vivida intensamente, muitas vezes traumaticamente (dividindo a vida em “antes” e “depois” daquele determinado evento), é algo significativo. Além disso, como ressaltam os autores que lidam com esta técnica, a agência do pesquisador não é suprimida, mas sim deslocada para momentos posteriores, quando ele realiza perguntas de fechamento e amarração do relato. Alguns temas que quis trabalhar com mais vigor e procurei que fossem contados foram a experiência de transterritorialização, a lembrança das ações políticas e das formas de organização, as mudanças na percepção política, as diferenças entre o cotidiano produtivo e simbólico no “antes” e “depois” e, por fim, as percepções de futuro.

Para realizar tais entrevistas, houve dois tipos principais de informantes. Os jovens à época dos eventos e aqueles que, mais velhos, poderiam relatar com outros detalhes os eventos, possibilitando-me reconstruir os ocorridos em Barra Grande. O critério para selecionar estes últimos foi a participação mais ativa nas mobilizações, o que me levou a alguns líderes regionais do MAB e a outros atores que, embora ainda ligados ao movimento, eram-lhe agora pouco orgânicos.

Foi perceptível que a escolha da entrevista narrativa teve prós e contras. Como descrevem Jochvelovitch & Bauer (2004), é fundamental explicar a natureza e as fases do procedimento ao informante antes que a entrevista comece. No meu caso, ao fazê-lo pude perceber que o grau de compreensão acerca da proposta variava muito. Aos militantes mais familiarizados com outras pesquisas, eventos públicos e declarações na imprensa, foi relativamente simples. Outros, por sua vez, sentiam-se encabulados por terem que desenvolver uma narrativa, estranhando que numa entrevista eu não me propusesse a realizar sucessivas perguntas. Nestes casos, as narrativas eram feitas em poucos minutos, levando-me a alterar a estratégia metodológica no momento mesmo da coleta de dados, transformando a entrevista narrativa numa improvisada semi-estruturada.

Além disso, outro fato trouxe obstáculos à entrevista qualitativa (narrativa ou semi- estruturada): sua duração. Isto porque

ela ocorria em pleno cotidiano dos agricultores, levando-os a ter que interromper as conversas quando avultava alguma questão a ser resolvida. Isto ficou muito evidente não tanto em relação à dinâmica do trabalho desenvolvido “na roça”, mas na rotina do trabalho doméstico e, muito surpreendentemente para mim, nas relações com vizinhos. No primeiro caso, a lida com as crianças pequenas era uma demanda constante, que diversos informantes, de ambos os sexos, deveriam contornar com presteza. Assim, muitas vezes eu interrompia o gravador e me constrangia um pouco por estar tomando aquele valioso tempo. Retornavam geralmente afoitos e demorávamos um pouco para retomar o fio.

No segundo caso, o das visitas de vizinhos, aprendi rápido que toda a rotina deve parar para que o papel de anfitrião se instale com tempo e atenção. As conversas em torno do chimarrão e das crianças pequenas ocorreram muitas vezes, com uma das famílias vindo à casa da outra para encontros de atualização das informações. Trocam-se notícias sobre parentes e amigos residindo nos núcleos urbanos, dicas de medicina popular, combina-se o futebol e os detalhes da próxima novena, articulam-se vendas de animais ou contatos para fazê-lo em municípios próximos, reforçam-se os laços de compadrio. Por isso, algumas de minhas entrevistas tiveram que ser interrompidas, uma delas em duas ocasiões diferentes! Esta inelutabilidade, que inicialmente me trazia certa angústia, depois deixou claro um importante aspecto das mudanças que ocorreram: a sociabilidade de outrora, nas “capelas” ou “raias” (comunidades) à beira do rio Pelotas, perdeu-se em grande parte. Este seria um dos mais negativos legados deixados pela saída de comunidades que algumas famílias chegaram a ocupar por quase uma centena de anos. Aquelas visitas, que por vezes atravessaram a coleta de dados, eram vistas pelos meus informantes com muito bons olhos, porque, mesmo se rarefeitas em relação ao passado, acabavam por reatualizá-lo.

Voltando aos aspectos positivos e negativos da materialização da entrevista narrativa enquanto estratégia metodológica, posso afirmar que nos casos em que os depoimentos foram menos entrecortados a escolha metodológica resultou bastante acertada. Isto se deu principalmente em relação aos depoimentos dos militantes, capazes de reconstruir mais amplamente os fatos. No entanto, para quase todos aqueles com quem travei contato, as perguntas que eu fazia após encerrada a primeira fase, de relato ininterrupto,

possibilitavam sínteses até então ausentes que, não raro, ganhavam tons de emoção. Não busquei isso, mas tais reações me foram muito significativas: o tempo que a entrevista narrativa exige, embora apareça como empecilho, permite que o sujeito vasculhe um pouco mais entre suas posições e memórias, o que acaba por intensificar o teor dos relatos. No meu caso, isto foi importante – mesmo que imprevisto. Foram 15 entrevistas nesta modalidade, com moradores de cinco reassentamentos (Laranjeiras, Santa Catarina, Esmeralda-II, 15 de Fevereiro e Barra do Imigrante).

Cabe ainda destacar papel relevante nesta pesquisa de um saber teórico-metodológico típico das ciências sociais: a etnografia. Esta não implica em observação participante e sistematização em diário de campo (técnicas importantes e que serão utilizadas na pesquisa), como às vezes se confunde, mas a uma operação de interpretação das diversas camadas de significado presentes numa determinada realidade descrita (porque presenciada). Aqui tentamos seguir com fidelidade as ainda consistentes propostas de Geertz (1978) sobre o tema, acrescentando que uma etnografia nos faculta a compreensão do cotidiano e das práticas de um grupo social. É importante destacar isso porque as entrevistas são situações em que a obtenção dos dados é artificialmente proposta pelo pesquisador, implicando em certos comportamentos por parte dos envolvidos. Além disso, uma entrevista é sempre uma seleção de informações por parte do entrevistado, imbricada em uma intencionalidade determinada. A observação das práticas, por parte do pesquisador, embora ainda implique em uma certa artificialização do cotidiano, é menos afetada por tal fator e ainda permite perscrutar a relação dos agentes com os códigos sociais e a coerência daqueles com as versões expostas nas situações de entrevista.

O olhar etnográfico me foi de especial valia na empresa de reconstituir o reassentamento enquanto espaço de reprodução social (Almeida, 1990)¹⁵ de uma porção dos atingidos por Barra Grande.

15 A reprodução social dá-se numa dupla perspectiva, que Almeida propõe conciliar. Primeiramente estuda “(...) como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo: trata-se do que se tem chamado de reprodução, mas de uma reprodução de ciclo curto, anual.” Lida também com “(...) como a unidade familiar (ou um conjunto delas) se

Ou seja, como se dava a apropriação daquele território por um grupo dotado de práticas sociais e universos simbólicos específicos. Como reconstituir este ambiente, este cenário, para que as trajetórias e projetos que nele majoritariamente agora transcorrem faça sentido? Além disso (e retornando ao mote inicial desta introdução) tal perspectiva foi fundamental para que eu registrasse o *espanto* diante de um mundo distinto para mim. Um mundo calcado na posse de meios de produção e, por isso, do controle do tempo de produção; no qual os laços familiares ganham ares de alianças políticas, econômicas e cosmológicas; um mundo em que ainda se fazem muito presentes categorias e valores do catolicismo popular e também da honra (esta última que leva, às vezes, à presença de soluções violentas para os problemas e que pode permear também a ação política); onde a valorização do trabalho manual é conspícua e hegemônica; onde a chegada de certos braços do Estado (educação e saúde são exemplos) ainda é muito menor do que nos núcleos urbanos; onde a valorização do dinheiro dá-se de forma diferente – entre uma série de outras características. Durante a pesquisa, a percepção relativista da alteridade constituiu um desafio concreto e cotidiano, embora prazeroso. O que é muito difícil, por vezes, não só de sistematizar, mas de simplesmente expressar. Espero que o olhar etnográfico tenha colaborado neste sentido, trazendo clareza ao momento em que buscarei rapidamente contextualizar os reassentamentos.

Na minha quinta (e última) ida ao planalto sul catarinense, tive a intenção de traçar algum panorama dos reassentamentos, que se baseasse em dados de um matiz diferente do que obtivera até então. Isto porque em todas as minhas idas a campo passei muito tempo nas propriedades, conversei com muita gente, com alguns consegui estabelecer as entrevistas, percorri os lotes, realizei trabalhos agrícolas em solidariedade a meus anfitriões e pratiquei a observação participante em momentos interessantes do cotidiano — como a realização de novenas católicas, de campeonatos de futebol, de

reproduz no ciclo geracional, ou seja, como famílias se perpetuam. Trata-se de um ciclo longo de reprodução. O foco na primeira perspectiva é a lógica econômica da família, que preserva famílias via trabalho e consumo; o foco da segunda perspectiva é a lógica de parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança.” (p. 68)

negociações de novilhos entre compadres, de reparos em parreiras, de festas de natal para crianças, de preparações para ações do MAB, da própria festa de comemoração de 20 anos do movimento no reassentamento São Francisco de Assis/Esmeralda-II, entre muitos outros – mas faltava-me sistematizar um pouco esse ambiente. Parecia-me, numa constatação um tanto quanto típica para cientistas sociais que optam pela pesquisa empírica, que eu estava imerso demais no universo escolhido. E isto talvez tenha se dado pelo fascínio que a experiência da alteridade pode despertar, algo pouco previsto no início da coleta de dados.

Assim, busquei emergir um pouco, formulando o questionário-base ¹⁶ que abarcasse questões que pudessem ser facilmente respondidas, ao mesmo tempo que importantes para ter versões mais curtas e precisas de informações que circulavam ininterruptamente em minha estada por ali. O tamanho dos lotes, a quantidade de membros das famílias neles residentes, a escolarização, alguma projeção de renda, as comunidades de onde vieram os agora reassentados, as políticas públicas relacionadas à proteção social e à produção agrícola, alguns parâmetros de produção (quantidade de animais, a produção em grãos, quais os gastos com insumos, o escoamento dos produtos)... Além de perguntas um pouco mais abertas, embora pensadas para serem respondidas de forma breve, como: “a vida melhorou ou piorou depois de ser reassentado?”, “o que dificulta a produção e a obtenção de renda a partir dela?” ou “se o MAB convocar para alguma mobilização/atividade política, você participaria?”.

Esta iniciativa possibilitou que eu circulasse em outras casas além daquelas onde obtive as entrevistas narrativas e também fosse a outros reassentamentos com o propósito de aplicar os questionários. O que foi particularmente forte no reassentamento Santa Catarina, em Anita Garibaldi, ao qual fui mais com este intuito. Ao total, consegui aplicar 33 questionários, sendo que majoritariamente nos reassentamentos Santa Catarina (12) e Laranjeiras (19). Tendo clareza que com este instrumento não se pretende firmar variáveis, índices ou parâmetros estatísticos, mas apenas esclarecer pontos que possam ter permanecido obscuros na exposição. A aplicação dos questionários focou-se no reassentamento Laranjeiras e no Santa Catarina, devido a condições materiais da pesquisa (tempo e pessoal

16 Ver modelo de questionário em anexo.

para aplicação, distância e transporte entre reassentamentos, hospedagem), mas sua intenção é apenas fornecer um panorama geral para algumas questões que foram tratadas nas entrevistas ou observadas na permanência em campo, que durou cerca de 80 dias, em cinco idas entre os meses de janeiro e dezembro de 2011.

A dissertação

A intenção deste trabalho é, portanto, captar as percepções de sujeitos expostos à situação extrema de ameaça de perda de terras e condições de reprodução social devido à chegada da UHE Barra Grande. Diante disso, envolveram-se em um conjunto ações políticas que visibilizaram de forma conflituosa esta situação e apontaram para a necessidade de medidas compensatórias. Os sujeitos, jovens à época dos eventos, são hoje investigados para compreendermos como organizam seus projetos de vida passados alguns anos dos conflitos, e como estes projetos se articularam com a própria condição juvenil no meio rural e com os formatos de desenvolvimento existentes na região em que estão localizados os reassentamentos conquistados, onde hoje se reside e se produz.

Busca-se pensar estes sujeitos a partir de uma perspectiva que privilegie sua ação e sua narrativa, conferindo-lhes o espaço adequado na composição da dissertação. Espera-se que esta perspectiva contribua para refletir criticamente sobre as consequências de um modelo de desenvolvimento pautado na apropriação violenta de recursos naturais e na desapropriação violenta de populações que, por sua própria existência, o obstaculizam. E cuja inevitabilidade tornou-se, perversamente, a justificção para sua repetição (“infernai”, diria Benjamin) e todas as medidas arbitrárias e autoritárias que se lhe mostram irracionalmente razoáveis. Assim, busco aqui colocar projetos e trajetórias individuais para interpelar criticamente certa manifestação concreta do progresso capitalista, há décadas enraizada na realidade brasileira: a hidreletricidade.

O material está organizado da seguinte forma:

- O capítulo 1 pensa teoricamente a questão específica da hidreletricidade. Para isso, mobiliza-se o referencial

relacionado principalmente à noção de *acumulação por espoliação*, como proposta pelo geógrafo britânico David Harvey a partir das reflexões de Marx sobre a acumulação primitiva, desdobradas por Rosa Luxemburgo e, mais contemporaneamente, por Massimo DeAngelis, que pensa a acumulação primitiva como processo central ao capitalismo contemporâneo — ao invés de considerá-la um processo iniciador da acumulação, confere-lhe continuidade a partir da história e percebe sua permanência hoje. Caracterizada pela separação violenta dos trabalhadores em relação aos meios de produção, a acumulação por espoliação é relacionada então à noção de *estado de exceção* proposta pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, que auxilia a pensar situações concretas em que a norma jurídica é suspensa e a soberania se manifesta pela força de quem consegue estabelecer o poder de decisão. No caso do usufruto de recursos naturais (e, no que concerne ao presente estudo, dos recursos hídricos), através da acumulação por espoliação, sugiro que o estado de exceção em relação a populações nativas tem sido largamente observado — com agudeza sob o discurso da necessidade e inevitabilidade do desenvolvimento econômico.

- O capítulo 2 pretende um sumário resgate histórico do que se pode chamar “capitalismo hidrelétrico brasileiro”, desde seus primórdios no fim do século XIX ao início do XXI, em tempos do governo democrático e desenvolvimentista sob a batuta do Partido dos Trabalhadores. Ainda neste capítulo realizo rápida recapitulação dos conflitos e do surgimento do MAB na bacia do rio Uruguai;
- O capítulo 4 se volta para a reconstituição dos conflitos envolvendo Barra Grande, na visão dos atingidos. Ali busco sistematizar os pontos mais recorrentes na narrativa dos entrevistados desde a chegada das primeiras notícias da barragem à descrição dos reassentamentos hoje, buscando organizá-los cronologicamente e apontando para as previsões para o futuro percebidas nos relatos. O material empírico para compor este capítulo foi quase exclusivamente o extraído das entrevistas.
- O capítulo 3 volta-se para a caracterização histórica,

geográfica e econômica da região dos Campos de Lages, com foco nos municípios atingidos pela UHE Barra Grande e onde se instalaram os reassentamentos. Creio ser importante para vislumbrar indicadores sócio-econômicos e demográficos e problematizar: qual exatamente o padrão de desenvolvimento que tem ocorrido na região?

- O capítulo 5 trata especificamente da juventude rural. Ou melhor, dos jovens à época dos eventos e suas percepções acerca de projetos individuais e coletivos, principalmente no que diz respeito à reprodução social, à ação política, à visibilização do jovem no campo e à continuidade dos reassentamentos.
- As considerações finais buscarão trazer sugestões de novas problemáticas capazes de fertilizar e ampliar o olhar sobre a problemática aqui explorada em futuras pesquisas.

1. *Capitalismo hidrelétrico enquanto acumulação por espoliação*

Embora o foco desta dissertação seja a apreensão do modo de vida atual de um grupo de pessoas que viveram a implantação da UHE Barra Grande — contatadas na pesquisa por serem jovens à época dos eventos — este capítulo delineará algumas tendências do capitalismo hidrelétrico brasileiro (doravante CHB) desde aqueles momentos até os dias atuais. Assim como as narrativas dos jovens camponeses e camponesas rememoram a vida desde antes o alagamento de sua região de trabalho até o cotidiano atual nos reassentamentos, passando pelas ações de resistência no início da década de 2000, é relevante compreender o CHB, cuja dinâmica foi responsável por mudança tão radical em suas vidas. Isto feito permitirá conhecer alguns dos elementos determinantes para os eventos que engendraram não só Barra Grande, mas também outras UHEs na bacia do Uruguai e em território nacional, e inferir até que ponto ainda permanecem na lógica atual do setor elétrico. Se desdobrarmos esta linha de raciocínio, vale questionar se, mesmo com programas partidários distintos, as burocracias que se sucederam na responsabilidade de gerir o segmento estatal do sistema durante este período mantiveram ou não linhas similares de discurso político-administrativo e de planejamento energético, principalmente nos pontos que dizem respeito às consequências sócio-ambientais.

Esta empresa exige remeter a raízes históricas importantes. Há uma série de trabalhos sobre a gênese e expansão do CHB (Carvalho, 2006; D'Araújo, 2009; Cosme, 2007; Martins, 2009; Silva, 2001; Espíndola, 2009; para o sul do Brasil, ver Reis & Santos, 2002), alcançando-nos no momento atual. Recobrem o início da eletrificação no país que, após iniciativas individuais em pontos isolados, passa a ser estimulada majoritariamente pelo capital privado estrangeiro; o ciclo seguinte marcado pelo progressivo encampamento do setor pelo Estado — primeiro através de legislação e outros mecanismos de regulação, até a assunção de que, por ser uma área estratégica nos âmbitos econômico e geopolítico, o Estado deveria participar enquanto empresário e principal coordenador de

planejamento. Tal processo resultou na criação da *holding* Eletrobrás¹⁷

(1961)¹⁸ e das quatro grandes empresas regionais. É possível distinguir uma terceira fase na reestruturação engendrada a partir dos anos 1990 pelo Estado neoliberal à brasileira. Por fim, estenderei a análise até os dias atuais, a fim de demonstrar que o modelo vigente guarda dívida significativa com as políticas dos anos 90 — embora algo destas também tenha sido descartado.

Para isso, a análise deve enfrentar a equação que vincula fortemente *energia elétrica* e *desenvolvimento nacional*, cujo terceiro componente é a produção de *territórios múltiplos*, por vezes *antagônicos*, a partir de um mesmo espaço onde os empreendimentos do CHB são instalados. Os formatos, os modelos, os conceitos de desenvolvimento parecem divergir historicamente, de acordo com a alternância dos gestores e de debates na opinião pública, embora haja pouca discordância quanto à motivação básica de que “é preciso desenvolver” — na contramão das reflexões sobre o progresso feitas por, entre outros, Benjamin, Marcuse e Adorno. Há, por vezes, o esforço de agregar a tal mote adjetivos como “social” ou “sustentável”, que procurariam precisá-lo mais, ou de tentar distingui-lo da ideia de crescimento econômico, assinalando a impossibilidade de continuar a tratar ambos como sinônimos imediatos. No entanto, a pretensão de universalizar o desenvolvimento como única forma de organizar a sociedade brasileira apresenta-se hegemônica, obrigando-nos a assinalar o quanto a operação mesma de universalizar realiza-se a partir de perspectivas particulares, que lutam entre si.

Para isso, constrói-se uma série de lugares comuns *com* os quais se legitima o discurso, embora a problematização *sobre* tais

-
- 17 Além de formular o planejamento estratégico do setor, ser a principal interlocutora tanto junto às concessionárias estaduais quanto junto às agências multilaterais de auxílio externo e regulamentar os preços de venda de energia, a Eletrobrás constituiu-se como primordial fomentadora da expansão do sistema (uma espécie de banco financiador do setor).
- 18 Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco, criada primeiramente em 1948 para viabilizar os empreendimentos hidrelétricos na cachoeira de Paulo Afonso, na Bahia); Furnas, criada em 1957 para atender a região Sudeste; Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul, 1968) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte, 1973).

lugares comuns (Bourdieu & Wacquant, 2002) muitas vezes não esteja em questão. O que implica em não pautar a própria origem dos termos em debate, em buscar esconder a pretensão de desistoricizá-los e transparecer uma espécie de gênese pura, enquanto se ressalta seu caráter englobador, fagocitador de antagonismos sociais. Como desdobramento, amplia-se a capacidade destes lugares comuns circularem nos mais diversos espaços e conferirem sentido aos mais diversos argumentos, metamorfoseados em “palavras de ordem política”, chaves-mestras para os mais diferentes contextos teóricos. “Conceitos-ônibus”, enfim ¹⁹.

Desenvolvimento, enquanto pedra fundamental de todo um ramo da *doxa* contemporânea, mereceria ao menos um capítulo substantivo do que os dois autores franceses sugerem como exercício de “uma verdadeira história da gênese das ideias sobre o mundo social, associada a uma análise dos mecanismos sociais da circulação internacional dessas ideias (p.28)”, para que pudéssemos compreender como tornou-se algo tão difundido. Nesse âmbito, há um ponto de inflexão a ser explorado, que diz respeito mais diretamente ao recorte do presente estudo. Refere-se à tentativa dos múltiplos advogados da categoria “desenvolvimento” realizarem uma espécie de pacto social, propor certo consenso, que minimiza ou oculta as contraditórias consequências das ações realizadas “em seu nome”. Isto muitas vezes faz com que, ao invés de percebermos **relações de força** compondo a conjuntura atual de disputas em consequências em torno do tema, esta apareça como **necessidade**

19 “(...) vê-se de passagem que, entre os produtos culturais difundidos na escala planetária, os mais insidiosos não são as teorias de aparência sistemática (como o ‘fim da história’ ou a ‘globalização’) e as visões do mundo filosóficas (ou que pretendem ser tais, como o ‘pós-modernismo’), no final das contas, fáceis de serem identificadas; mas sobretudo determinados termos isolados com aparência técnica, tais como a ‘flexibilidade’ (ou sua versão britânica, a ‘empregabilidade’) que, pelo fato de condensarem ou veicularem uma verdadeira filosofia do indivíduo e da organização social, adaptam-se perfeitamente para funcionar como verdadeiras palavras de ordem políticas (...)” (Bourdieu & Wacquant, 2002, p.16-7). Argumento aqui que o uso do termo desenvolvimento opera de maneira similar.

natural.

No entanto, os diferentes grupos sociais que de alguma forma vivenciam em seu cotidiano a incidência de um mega-projeto de geração energia hidrelétrica — sejam engenheiros, trabalhadores da construção civil, moradores atingidos, gestores públicos, investidores dos consórcios, entre outros — situam-se não só em pontos diferentes do espectro das consequências, prejuízos e benefícios possíveis, mas também em escalas desiguais da possibilidade de acessar informações e influir sobre seu rumo.

Se não partimos deste pressuposto analítico, arriscamo-nos na armadilha da despolitização dos discursos e práticas, visto que desaparecem aí noções como as de *dominação* e *resistência*. O que, no caso específico da UHE Barra Grande, tem muita importância, seja na elaboração dos instrumentos técnicos relacionados à legislação ambiental (estudos de impacto para o licenciamento ambiental, termos de ajuste de conduta), na concepção, pelos consórcios, dos habitantes das regiões atingidas (não é exagerado dizer que ocorre uma particular homogeneização dos diferentes grupos, classificados a partir de uma hierarquia civilizatória, que opera uma estigmatização²⁰ das regiões e, com isso, visa alcançar uma mais efetiva legitimação para a dominação territorial enquanto “desenvolvimento de potenciais intrínsecos à região, até então subaproveitados”) ou ainda na ressemantização de termos até então explicitamente claros, como *conflito sócio-ambiental* e *impacto*. Aqui se busca, ao contrário, traçar as continuidades que resultam destas lutas intestinas ao CHB e podem ser observadas empiricamente, apesar de governos, anos e planejamentos passarem.

O desenvolvimento enquanto carro-chefe da terminologia do consenso político é contestado em algumas frentes atuais do pensamento. Sevá (2008), constata, em sua reflexão sobre “três Amazônia” (a hidrelétrica, a petrolífera e a minero-metalúrgica), que as consequências danosas dos projetos nestes ramos lá implantados levam à necessidade, imediata, de interromper o aprofundamento e a intensificação de seu ritmo. No contexto que descreve, desenvolvimento consistiria antes de tudo em sinônimo para as modalidades contemporâneas de acumulação do capital. Funcionaria

20 No sentido proposto por Velho (1997), de seleção, reforço e posterior articulação de traços negativos para caracterizar determinado grupo social.

como seu substituto ideológico, pois mascara aspectos do fenômeno que procura descrever — caracterizado, por um lado, pela exploração intensiva de recursos naturais e humanos e, por outro, por investimentos com pesada carga de capital fixo para obras de infraestrutura, alicerçados no crédito estatal, com o intuito de possibilitar maior acesso a novos espaços de exploração ou de circulação de bens, geralmente com baixíssimo valor agregado. Ou seja,

um mecanismo essencial da atualidade internacional: materializar e conduzir grandes fluxos de materiais e de energia daqui — das Américas Central e do Sul, da Amazônia, em especial, e também da Patagônia, dos Andes, da Bacia do Prata — para o crescimento do comércio com a América do Norte e com a Europa e, em proporção crescente, com os mercados asiáticos. (Sevá, 2008, p.3)

Além disso, Sévá esforça-se em despir tal noção dos múltiplos adjetivos aos quais geralmente vê-se acoplada pois, além de despolitizá-la (ou seja, invisibilizar os antagonismos que engendra e, por consequência, a possibilidade de discutir e agir sobre eles), a recorrência de termos como “desenvolvimento ambiental” ou “humano” acaba por mascarar sua real dimensão econômica, de aprofundamento das contradições da acumulação — principalmente em sua modalidade *espoliativa*, como veremos a seguir.

O reconhecimento desta contradição, inerente aos resultados do desenvolvimento calcado em grandes empreendimentos de infraestrutura e, na mesma chave, de uso de largas extensões territoriais para o agronegócio monocultor e exportador, é assinalado também por Leroy (2010). Em consonância com a análise de Sévá,²¹ apresenta não só crítica à ação do capital na Amazônia, mas

21 Podemos estender esta modalidade de disputa territorial para quaisquer espaços-alvo de projetos de desenvolvimento baseados em exploração intensiva de recursos e extensiva de terra, como também tem sido o manancial hídrico da própria bacia do rio Uruguai desde a década de 1970.

também alternativas a ela, construídas pelos mais diversos grupos populares da região. A Amazônia do capital mundializado se materializa aqui através do exemplo da Lei de Gestão das Florestas (Lei 11.284/06) enquanto estratégia de setores dominantes de gerar valor a partir de “árvores em pé”, administradas de forma privada, ao mesmo tempo em que mascara e faz esquecer a destruição ambiental passada e presente, ainda perpetrada na região por estes mesmos setores.

O autor também se refere à Amazônia enquanto “território dos povos”, pensada e vivida a partir de formas de gestão dos recursos comuns existentes há tempos, da relativização do conceito de propriedade privada como único que pode conferir legitimidade à ocupação do solo, e da manutenção da relação do território com a ancestralidade. Por ser algo pelo qual se engajam politicamente, torna-se para quilombolas, pequenos agricultores, extrativistas, trabalhadores rurais, entre outros segmentos atualmente caracterizados como *comunidades tradicionais*, uma constante *unidade de mobilização política* — cenário e motivo de modalidade atualizada de experiência coletiva, que passa também pela publicização de um conflito em relação aos significados e práticas possíveis concebidas para determinado território. Parafraseando Benjamin, é uma forma de *escovar o território a contrapelo*, ou seja, de conferir-lhe sentido e materialidade a partir da prática daqueles que a geografia do capital²² pretende apagar.

Leroy ainda defende a importância de refinar analiticamente as tensões em torno do desenvolvimento, esforço que implica em concepções distintas de espacialidade e territorialidade. Ele o faz a partir do que chama de *campos políticos*, nos quais os diferentes grupos agem e se expressam. Vale citar a tipologia proposta e os quatro grupos componentes para compreender melhor o cenário da Amazônia atual:

1) O campo comprometido com a estratégia liberal que

22 No texto em questão, o autor se vale de suas experiências como militante sócio-ambiental e educador popular na Amazônia desde os anos 70 para falar sobre a experiência de “Gurupá, município paraense situado no Baixo Amazonas, na 'região das Ilhas', próxima ao estuário.” (Leroy, 2010, p.11)

renuncia inteiramente a um projeto nacional para o Brasil e à defesa da Amazônia brasileira como patrimônio do Brasil;

2) O campo político desenvolvimentista que reconhece a importância de uma presença ativa e planejadora do Estado na região, mas não hesita em reproduzir os padrões insustentáveis de produção e consumo dos países do Norte e vê os povos da Amazônia como objeto passivo de seus projetos expansionistas de ocupação da fronteira agrícola e mineradora;

3) Um campo heterogêneo de interesses econômicos e políticos que, sob o manto do nacionalismo, procura garantir seus interesses particulares (nesse campo se juntam grupos de extrema direita, políticos e parlamentares do norte em disputa pelo controle de recursos públicos, grupos econômicos interessados em manter e aumentar as áreas de exploração etc.)

4) Um campo político contra-hegemônico que, no contexto de um mundo em crise, preconiza um Brasil sustentável e solidário, comprometido com o exercício responsável e solidário da soberania nacional e com a defesa do patrimônio sócio-biodiverso que a Amazônia constitui para o Brasil, em consonância com o desafio maior de sobrevivência da Humanidade e do planeta ameaçado. (Leroy, 2010, p.15).

Continuemos na senda de Leroy e Sevá, tentando demonstrar como os modos desiguais e contraditórios através dos quais os diferentes grupos influenciam os rumos do “desenvolvimento” no Brasil são por demais conspícuos para não serem expostos. Deslocando um pouco o foco, vale atentar para a participação de um grupo social importante, cuja atuação colabora ativamente para o direcionamento da produção, em seus diversos segmentos, no cenário brasileiro atual. Façamos das tomadas de posição da burguesia brasileira na formulação, pressão e concretização de iniciativas, baseando-nos para tanto nos estudos de Mancuso (2003), Mancuso & Oliveira (2006), Diniz & Boschi (2003) e Fontes (2008) — cujas abordagens, embora distingam-se teórica, metodológica e historicamente, podem ser associadas para enriquecer a compreensão.

Estas análises se referem às estratégias mobilizadas pelo

empresariado brasileiro nas últimas duas décadas, que demonstram que tal ação coletiva, marcadamente classista e muitas vezes corporativa, influenciando os debates sobre o desenvolvimento, explicitando como ele é construído a partir da busca pela realização de certos interesses, organizados sob variáveis graus de convergência e tensão interna. A economia e a política ganham feições características quando assaltadas por estes interesses, ainda mais quando se apresentam sob o programa da necessidade imperiosa de se alcançar o bem comum, sob o manto do “desenvolvimento”.

Mancuso (2003) e Mancuso & Oliveira (2006) debruçam-se sobre fatos de meados da década de 1990, quando do delineamento jurídico de modificações importantes no Estado, referentes tanto às concessões de serviços públicos para a exploração da iniciativa privada quanto aos desdobramentos da abertura comercial. No primeiro caso, a lei 8.987, promulgada em 13 de fevereiro de 1995, incidiu na regulamentação da exploração de serviços de infraestrutura até então estatais, como geração e distribuição e energia elétrica, saneamento básico, rodovias, gás canalizado, telefonia e ferrovias, entre outros. A infraestrutura é sempre um carro-chefe importante das ações estatais, crucial para a expansão das economias nacionais. Mancuso analisa as inflexões pelas quais esta área passa a partir do processo de tramitação da referida lei no Congresso, submetida a uma série de pressões por entidades empresariais — principalmente por parte da Associação das Construtoras de Centrais Energéticas (ACCE)²³ e, em menor grau, do Sinduscon/SP.

Em três momentos distintos (maio de 1992, dezembro de 1994 e fevereiro de 1995), a ACCE incidiu sobre os poderes legislativo e executivo, buscando influenciar a redação de trechos específicos da lei, tais como o não-estabelecimento de prazos fixos para as concessões, mas a fixação feita caso a caso, e o aumento de suas possíveis prorrogações de 50 para 90 anos; o reajuste automático das tarifas dos serviços concedidos em caso de aumento de impostos; a responsabilização exclusiva do governo pelos custos de medidas

23 A ACCE existiu entre 1990 e 1998. Foi criada para pressionar o pagamento da dívida contraída pela União junto às empreiteiras contratadas para a construção de diversas centrais energéticas. Todas as doze empreiteiras filiadas à entidade estavam entre as vinte e cinco maiores do país naquele momento.

compensatórias e desapropriações; um receita mínima a ser paga pelo Estado aos concessionários caso a exploração dos serviços não alcançasse determinado patamar de lucro. Além disso, o Sinduscon/SP pressionou de forma bem específica: clamou por menos exigências a serem cumpridas pelas empresas concorrentes em licitações, visto que impediam empreiteiras menores de participarem do processo e lhes vedavam acesso às linhas de crédito do BNDES.

Ao mesmo tempo, implantavam-se no Brasil alguns eixos das orientações neoliberais formuladas pelas instituições multilaterais de fomento, em colaboração com o Tesouro Nacional dos EUA. A abertura comercial no país, por exemplo, pautou-se pelo lema da integração competitiva, praticada no plano interno através da queda de barreiras protecionistas e no externo pelo lema “exportar ou morrer”, expondo a economia nacional à concorrência internacional. O corolário desta lógica seria a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Tal contexto obrigou a burguesia brasileira a preparar-se. No ²⁴ plano interno, foi deflagrada a campanha sobre o ***Custo Brasil***, voltada para denunciar os supostos entraves à competitividade das empresas nativas e as alternativas para reduzi-los. Assumindo o papel de “empreendedor político”, quem se encarregou de capitanear esta mobilização foi a Confederação Nacional da Indústria (CNI), designando corpo técnico próprio para monitorar todas as proposições legislativas relacionadas ao tema. Passou, a partir de 1996, a publicar anualmente a *Agenda Legislativa da Indústria*, que apresentava as medidas legislativas, dissecava-as e apresentava as posições da indústria sobre.

No plano do comércio exterior, a CNI preocupou-se em estabelecer a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), multisetorial, com abrangência nacional, voltada à negociação internacional no contexto da *ALCA*. Também foi criada em 1996, diante do susto sofrido no início das rodadas de negociação, pois constatou-se o desequilíbrio de preparo entre o empresariado estadunidense e o brasileiro (posteriormente reforçado com a comparação com as entidades de classe no México e no Chile, igualmente avançadas).

24 A partir do seminário “Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional”, realizado em maio de 1995.

Também se valendo do corpo técnico da CNI, a CEB buscou diminuir esta discrepância, focando a ação em três eixos: coordenação de representação de distintos ramos empresariais (além da indústria, a agricultura, o comércio, os serviços, o setor financeiro); a formulação de um posicionamento explícito e o exercício de influência sobre o governo brasileiro (o que Mancuso & Oliveira chamam de “presença no quarto ao lado”). Disto resultou um aumento do diálogo com o Itamaraty e a maior possibilidade de interferir tanto nos rumos do projeto quanto no comércio exterior como um todo — sem o qual seria ainda mais difícil superar as súbitas e intensas variações tanto do PIB brasileiro na década de 90 quanto do desempenho

25

industrial no mesmo período. Desdobrando-se, inclusive, em laços com o Estado que hoje desembocam em políticas como a *lirsa*, assim como no padrão de ação durante a tramitação da lei 8987/95, que evolui para a formulação das Parcerias Público-Privadas, de 2003, ou nas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) financiadas com linhas de crédito do BNDES para grandes projetos de infraestrutura — sobre as quais falaremos mais a seguir, no caso do modelo atual de financiamento de grandes projetos, inclusive hidrelétricas.

Há, portanto, uma contínua ação de classe sempre muito próxima ao Estado, buscando redesenhar as modalidades de desenvolvimento no capitalismo nacional — não sem conflitos internos e, principalmente, confrontos com outras classes sociais. O texto de Fontes (2008, p.303-50) também capta este movimento da burguesia em território brasileiro, embora de forma mais crítica. Debruça-se sobre a constituição do capitalismo brasileiro na contemporaneidade, nas condições que permitem caracterizá-lo como “capital-imperialista”. A burguesia brasileira aparece como protagonista em duas tramas, que se entrelaçam na história da nação a partir dos anos 30 do século passado: a do *desenvolvimento*, numa matriz autoritária característica, e a da *luta de classes*, que se desenrola e se atualiza devido àquela outra. A autora aponta que nem só de truculência, relação subalterna com o capital transnacional e estreita proximidade com os recursos públicos vive a classe dominante no território brasileiro. Como vimos, é importante compreender seus

25 Para dados dos anos 90 sobre variação do PIB e participação setorial no PIB e fusões e aquisições no cenário empresarial brasileiro, conferir tabelas em Diniz & Boschi (2003), entre as ps. 16 e 21.

mecanismos próprios de organização e influência, que passam por superar a ação meramente oligárquica e regional e nacionalizar-se; por formar ideólogos; por multiplicar entidades de classe²⁶, por posicionar-se diante do capital internacional e negar a vocação de “burguesia-tampão”, embora não se reconheça naquela “burguesia nacional”, de projeto republicano, tão ansiada por intelectuais, comunistas partidários e *radicais dentro da ordem* em décadas passadas.

A partir da década de 1930 configura-se paulatinamente no Brasil a sociedade em que a economia cresce rápida, dependente e desigualmente, e a política faz-se sempre pelo alto, com hiato de participação popular devido à repressão seletiva à que são submetidos os setores subalternos. A economia industrializa-se, o capital monopoliza-se, o Estado configura-se de forma a, por um lado, ser plástico o suficiente para acolher as demandas das diferentes frações da classe capitalista e, por outro, ser autônomo o bastante para não ser dirigido por apenas uma delas. Contêm-se e estabilizam-se as lutas populares, reduz-se a margem de manobra dos sindicatos, explicita-se por longo tempo a subcidadania dos trabalhadores rurais, impede-se sua organização autônoma e sua articulação com as lutas urbanas (possibilidade emancipatória à qual Fontes confere bastante importância, no que diz respeito à transformação social feita pelos “de baixo”).

Criam-se, assim, as condições para que o Brasil torne-se uma nação “subimperialista”, pois por um lado exporta *commodities* agrícolas e minerais (geralmente produtos eletro e hidrointensivos de baixo valor agregado) para países do capitalismo avançado, e por outro vende para nações da América do Sul produtos com maior valor,²⁷ devido à existência de algum investimento em pesquisa tecnológica.

26 Iniciativa também destacada por Diniz & Boschi, 2003. Cf. tabela na p. 22.

27 Entre as páginas 339-46, a autora relata uma série de exemplos de transnacionalização imperialista de empresas brasileiras, fortemente apoiadas em financiamento do BNDES (muitas delas vinculadas também a empreendimentos hidrelétricos, minero-metalúrgicos e petrolíferos no território brasileiro), na ação da diplomacia nacional e no autoritarismo já largamente posto em

Ou seja, uma modalidade muito específica de configuração política e econômica, geralmente escoimada sob o termo “desenvolvimento”.

Antes de adentrarmos as considerações acerca de como a configuração do capitalismo brasileiro recente influenciou a organização do CHB, há de se realizar outra volta na espiral do pensamento: completemos o desenho da conjuntura a partir da relação entre termos que parecem opostos no debate contemporâneo, embora possibilitem aproximações. Conversemos, então, um pouco sobre o **neoliberalismo** e sua relação com o desenvolvimento, visto que é possível perguntar até que ponto a organização do Estado hoje, embora busque se pautar por alguma diferenciação do período mais fortemente reconhecido como neoliberal, ainda não opera a partir de diversos condicionantes estabelecidos naquele momento histórico. Nossa hipótese é que o CHB pode ser pensado a partir desta chave, marcada por certo hibridismo.

1.1 – Neoliberalismo e Desenvolvimento

Os Estados desenvolvimentistas se compatibilizam com a neoliberalização na medida em que facilitam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, aceitam as regras de livre comércio e recorrem a mercados de exportação abertos. Mas são ativamente intervencionistas à criação de infraestruturas necessárias ao clima de negócios favorável. (Harvey, 2008, p.82).

Para contextualizar o CHB, com ênfase na época dos eventos mais agudos de Barra Grande (que podem ser circunscritos entre os anos de 1998 e 2006), faz-se necessário pensar seu funcionamento recente através das manifestações, ainda que não completamente homogêneas, de **estratégias neoliberais** de condução da economia e da política, implementadas setorialmente. E como, nesta mesma toada, é encarada a gestão de recursos naturais e territoriais – que ocorre através de uma lógica específica de ação, da qual se valem os

Estados, os organismos multilaterais e as grandes corporações.

Os rios apresentam o duplo caráter de *recursos comuns* – visto que proporcionam às populações ribeirinhas múltiplos usos das águas – e *utilidade pública*, princípio que orienta sua gestão pelo Estado. Assim, quando um rio é barrado para a produção da energia, há a possibilidade de que uma ou ambas as características se percam. No caso de Barra Grande, em que o consórcio responsável é formado por empresas privadas, percebe-se a transfiguração das duas situações anteriores. O que nos autoriza a pensar tal situação como um expressivo momento da lógica da *acumulação por espoliação*. Embora não se reduza a isso, tal forma de espoliação conta com uma dinâmica específica de articulação entre Estado e agentes privados. Busca-se aqui investigá-la através do recorte do pensamento e planejamento energéticos no Brasil recente, para vislumbrarmos então como intervêm pressupostos que têm atravessado diversos contextos sócio-espaciais no capitalismo contemporâneo global, das mais variadas formas e intensidades.

Mencionado o termo, inevitável a pergunta: ainda é adequado discutir sociologicamente o cenário brasileiro recente através do que se convencionou chamar de neoliberalismo? Não seria tal noção — que se refere originalmente à economia política em que as liberdades de competição no mercado constituem os motores primeiros da ação humana — correspondente a gestões passadas do aparato estatal federal, e também a outro contexto mundial? Não estaríamos, afinal, noutro momento?

Estas e outras perguntas nos interessam por que, embora tenha havido significativa reflexão sobre o tema a partir da década de 1990 — em especial o escrutínio crítico empreendido pela intelectualidade à esquerda e pelos movimentos sociais — nota-se atualmente esforços, nacionais e internacionais, para dar-lhe continuidade. Seja a partir de considerações sobre a incoerência entre os fundamentos teóricos do neoliberalismo e sua aplicação prática, das diferentes formas como incidiu em contextos histórico-geográficos específicos, da relação entre crises financeiras locais e as propostas
28
neoliberais, das possíveis articulações entre os discursos neoliberal e

28 O caos financeiro, bancário e creditício nos EUA após 2008 tem sido atribuído, em parte, ao desmonte da regulação neste âmbito,

desenvolvimentista ou, por fim, das propostas de resistência política a tal projeto, é possível afirmar que há novos “balanços do neoliberalismo” ainda em andamento. Ou, ainda, pode-se considerar a existência de algo como a **neoliberalização**, ou seja, não apenas o *corpus* teórico e a maneira como incide nos distintos territórios, mas um *processo* que imprime marcas e direções à história e à sociedade global contemporânea, não isento de antagonismos e recuos, com consequências também nos planos simbólico, ético e individual, além das mais citadas na economia e na políticas.

Concordam vários estudiosos (Hobsbawn, 1994; Anderson, 1995; Harvey, 2008; Chauí, 2007; Klein, 2008) que o delineamento teórico do neoliberalismo consolida-se em 1947, quando do primeiro encontro da sociedade de Mont Pélérin, cidade onde se localiza uma bucólica estação de inverno suíça. Lá, proeminentes intelectuais (Friedrich Von Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, entre outros) juntaram-se para discutir formulações contrárias ao formato então hegemônico de conduzir as economias dos países capitalistas centrais no pós-guerra, pautado na social-democracia, no Estado de Bem-Estar Social e numa forte associação do Estado com corporações industriais cuja organização no plano produtivo era fordista — além de forte investimento em infra-estrutura. Estado e capitalistas buscavam a ampliação da acumulação via consumo de massas, possível devido às políticas de pleno emprego e da consequente formação de significativos setores de classe média nas maiores economias.

Nas análises citadas, há retrospectivas históricas minuciosas explicitando o funcionamento do keynesianismo e da social-democracia, a “Era de Ouro” entre as décadas de 1950 e 60 (quando o capitalismo viveu as maiores taxas de crescimento em toda sua história) e sua subsequente crise, marcada por queda de crescimento, alta inflacionária (“estagflação”), desemprego, caos orçamentário e, por fim, perda de legitimidade política. Os anos 70 prenunciavam a decadência deste modelo.

Ao mesmo tempo, as primeiras experiências de neoliberalização vêm à tona: na ditadura de Pinochet, no Chile, a partir da atuação dos “Chicago Boys” (economistas chilenos que

e uma das soluções encontradas para amainar o cenário (desvio do fundo público para o saneamento das contas de grandes empreendedores privados) foi típico da pragmática neoliberal, embora contradiga seu núcleo duro teórico.

estudaram na universidade de Chicago sob a batuta de Milton Friedman), onde pouco mais do que a extração do cobre, setor estratégico para o país, foi mantido sob o jugo do Estado (Klein, 2008, p.95-122); a crise orçamentária na Nova York dos anos 70, que levou à aplicação de medidas de austeridade fiscal e de drástica redução da participação popular na gestão. Há a descrição de como governos do eurocomunismo nos anos 1980, como o de Mitterrand, do Partido Socialista Francês, tiveram que adotar medidas de austeridade fiscal e retração de investimentos do Estado em políticas sociais e empresas públicas, mesmo que isto contradissesse tanto o histórico do partido quanto seu programa naquele momento. Ou ainda momentos de inflexão como a instauração dos ajustes estruturais para países em desenvolvimento, forçados no “Consenso de Washington” de 1989, com importantes repercussões para a América Latina — ao mesmo tempo em que países na região viviam os primeiros passos da redemocratização após regimes ditatoriais. No item sobre o histórico do CHB, perceberemos com mais vagar a penetração destas práticas no cenário nacional.

São analisadas também as linhas estabelecidas pelo neoliberalismo para lidar com a política e a economia. O Estado, que com a social-democracia passa a gerir um fundo público de montantes cada vez mais elevados, voltados para subsídios às corporações e também ao provimento de alguns itens do salário indireto dos trabalhadores (como saúde, educação, habitação, previdência, assistência social), é estigmatizado como aparato mastodôntico, a ser tornado mais leve, ágil e focado. O objetivo principal agora seria assegurar um ambiente adequado para as transações capitalistas.

Procede-se assim a uma sequência de desregulamentações, principalmente no que diz respeito às movimentações do capital financeiro em seu formato especulativo, à abertura comercial dos países sob o *slogan* da integração competitiva (o que leva à quebra de setores industriais nacionais e batalhas diplomáticas acerca de políticas de protecionismo e *dumping*), a desregulação (e quase imediata alta) dos preços de itens básicos na economia, além da quebra das centrais sindicais através da alteração das legislações trabalhistas. Quando tais medidas eram contrapostas pelos trabalhadores resistentes e organizados, havia também o recurso à

força física estatal.²⁹ Este último fenômeno foi complementado pelo advento de terceirizações e, por conseguinte, de uma cadeia de sucessivas subcontratações — que, para serem rentáveis, têm de abdicar de implementar direitos trabalhistas e/ou instaurar instrumentos mais eficazes de controle dos trabalhadores e de avaliação de seus índices de produtividade. Isso rompe com algumas características da lógica fordista de organização fabril, pois, além das inovações no plano tecnológico, logístico e administrativo, há fragmentação das plantas produtivas em inúmeras pequenas unidades ou transferência total destas para países com condições mais atrativas ao capital, como mão-de-obra mais barata e isenções fiscais. Instaure-se uma “guerra global” pela atração de investimentos, baseada em precarização do trabalho, flexibilização ambiental, subsídios estatais, que ganha mais vulto no início dos anos 90, com inclusão de todo o até então bloco socialista na economia global e a conseqüente introdução dos trabalhadores destes Estados nacionais neste contexto.

Passam a ganhar cada vez mais força as ações de organismos financeiros multilaterais como FMI, OMC (que após a Guerra Fria substitui o até então ocidental GATT) e Banco Mundial, que desfrutam da dupla natureza de serem *arenas de debate* acerca do futuro do capitalismo e também *sujeitos políticos* que imprimem receitas similares a Estados nacionais (que se veem diante de crescente perda de autonomia): estabilidade monetária, anulação da inflação, privatizações, corte de gastos sociais (ideia de direitos sociais e bens públicos tende a desaparecer, vertidos agora em serviços privados a serem comercialmente explorados, sob o cimento ideológico da igualdade de oportunidades) e ampliação da dívida pública, operações que ficam conhecidas como “ajustes estruturais”.

O fundo público dos Estados nacionais reduz tanto sua intervenção empresarial na economia quanto seu financiamento do salário indireto, tornando-se cada vez mais voltado para o endividamento estatal via juros altos, que visam manter nos países os capitais financeiros em incessante circulação. Busca-se resolver os problemas de desequilíbrio fiscal a partir da taxação regressiva de comércio, consumo e trabalho — ao mesmo tempo em que se cortam

29 Exemplos históricos clássicos são a greve de petroleiros no Brasil em 1995, a dos aeroportuários em 1981 nos EUA e a dos mineiros britânicos ante Thatcher, entre 1984-1985.

os impostos dos mais ricos, com a justificativa de que tais montantes retornarão em forma de investimentos. Por fim, o Estado neoliberal abandona seu papel outrora proeminente no planejamento das economias nacionais, sendo aos poucos tomado por empresas privadas que vislumbram novas fronteiras de acumulação, e passa a assumir apenas o que se convencionou chamar de regulação desta acumulação. Passa a anunciar sua incapacidade de gerir políticas que ele mesmo criou e nas quais atuou de forma dominante, desde saúde, previdência e educação superior às áreas de infraestrutura como energia, telecomunicações e transportes.

No entanto, há de se rechaçar a tese do Estado mínimo, ou seja, de que ele se retira de intervir nos destinos da nação, do território, da população. De que diminui seu governo, por incapacitado ou fraco. O que se pode afirmar é que suas prioridades mudam. Além de esforçar-se em neutralizar demandas sindicais e de movimentos sociais, o Estado age de forma a recanalizar suas receitas, processo em que restaura poder de uma classe capitalista com perfil e estratégias alteradas.

[o neoliberalismo] não é de modo algum a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do Estado e o desaparecimento do fundo público. Ele é a posição política, vitoriosa no momento, que decide cortar o fundo público no pólo do financiamento de bens e serviços públicos, cortar o financiamento público do salário indireto e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu. (Chauí, 2007, p.317)

Durante a década de 70 [nos EUA], os interesses dos negócios aprimoraram sua capacidade de agir como classe, reprimindo seus instintos competitivos em favor de uma ação conjunta e colaborativa no campo da legislação. Em lugar das empresas individuais voltadas apenas para obter favores especiais para si, o tema dominante da estratégia política dos negócios passou a ser o interesse comum da derrota das medidas legislativas, como a proteção ao consumidor e a reforma da lei trabalhista, bem como a promulgação de medidas legais favoráveis no campo dos impostos, de

regulamentação e das proteções anti-monopólios. (Edsall *apud* David Harvey, 2008, p. 58).

Os negócios e as corporações não só colaboram intimamente com atores do governo como chegam mesmo a assumir um forte papel na redação das leis, na determinação das políticas públicas e na implantação de estruturas regulatórias, que são vantajosas, antes de tudo, para eles mesmos. (David Harvey, 2008, p.87)³⁰

1.2 Acumulação por espoliação, neoliberalismo e reconfiguração do poder de classe

Aqui é importante atentar para um fenômeno importante. Para efetivar a restauração de classe, o Estado, então, colabora para um processo que Harvey (2005, 2008) chama de ***acumulação por***

30 O que é fartamente ilustrado nas partes 5 e 6 do livro de Klein (2008, entre os capítulos 14 e 18, p. 335-456), em que demonstra a relação próxima entre gestores do primeiro escalão do governo dos EUA e empresas multinacionais interessadas em fomentar gastos estatais em segurança, anti-terrorismo e, como consequência, na reconstrução do Iraque invadido e destruído na campanha militar iniciada em 2003.

No caso brasileiro, bons exemplos são as empresas que usam intensivamente os recursos naturais para a exploração econômica, que têm participação expressiva no financiamento das campanhas de parlamentares (deputados federais e senadores) situados nas mesas diretoras de meio ambiente no Congresso Nacional, como descrito no texto *A consciência ambiental do capital*, de Inny Acioly (<http://passapalavra.info/?p=63149>, acessado em 21 de agosto de 2012). Ou a atuação dos representantes do agronegócio em temas como a revisão do Código Florestal, a revisão dos índices de produtividade em propriedades agrícolas, da conceituação e da legislação sobre trabalho escravo e, num plano mais amplo, da supressão do termo latifúndio no debate público em prol de uma ideia mais tecnicizada e modernizadora, sob a rubrica de agronegócio. (cf., BRUNO, 2010).

espoliação, modalidade que imprime os contornos hegemônicos do capitalismo pós-crise de 1973 — e fundamental para pensar o caso do CHB. Harvey tem o inegável mérito de articular teoricamente a dinâmica de acumulação do capital às suas incidências sobre a organização territorial. Para além da ênfase na dimensão da reprodução expandida — ou *circuito primário* de acumulação, no qual se extrai a mais-valia do trabalho na produção de mercadorias — ele atenta para os circuitos *secundário* (resultado do investimento intensivo em capital fixo, marcado pela instalação de infraestruturas) e *terciário* (exemplificados pelos setores de gastos sociais e também de pesquisa e desenvolvimento). Segundo sua proposição, quando há sobre-acumulação de capital devido às inovações tecnológicas ou depressão no consumo das mercadorias no circuito primário, a estratégia geralmente é tentar repassá-la de alguma forma para os outros circuitos, na forma, por exemplo, de construção de estradas, aparatos de geração e transmissão de energia, telecomunicações, habitação, além de investimento em qualificação de mão-de-obra e de pesquisa em tecnologia, para realimentar o circuito produtivo.

Esta transferência de capital — constituinte do que Harvey denomina de *lógica molecular de acumulação do capital* — tem repercussões espaciais e temporais, pois há sempre a necessidade de adiamento temporal e, ao mesmo tempo, de expansão geográfica da ação do capital. **Adiamento temporal** por que há profusão de fornecimento de crédito, muitas vezes em forma de capital fictício via títulos de dívida dos Estados, fomentando então a economia presente e esperando taxas de retorno vultosas futuramente. Além dos investimentos mais a longo prazo, em empreendimentos que absorvem largos montantes de capital fixo — hidrelétricas e redes de transmissão de energia são casos ilustrativos disso. **Expansão geográfica** por que estes investimentos devem buscar sempre novos locais (“*novas ordenações espaciais*”) para deitar raízes, transfigurando territorialidades pré- estabelecidas, possivelmente constituídas sem a presença tão ostensiva do capital, ou mesmo desvalorizando e desfigurando os territórios onde estavam até então presentes.

No entanto, este afã da lógica molecular de acumulação em resolver suas crises de excedente entra em relação complexa e possivelmente conflituosa com outra lógica, a *territorial do poder*,

relacionada à atuação do Estado. A análise das duas lógicas em diferentes espaços e tempos, confrontadas incessantemente pela iminência de crises de sobre-acumulação, compõe centralmente a proposta de Harvey de uma “geografia histórica do capitalismo”.

Um novo capítulo desta geografia estaria atualmente em pleno desenrolar, podendo sua gênese ser situada na crise de 1973, início do momento neoliberal. A partir daí instaura-se progressiva financeirização, ao mesmo tempo em que ficam mais evidentes mecanismos de acumulação que a crítica da economia política reputava existentes apenas nos primórdios do capitalismo. Designados por Marx como *acumulação primitiva*, referem-se à maneira geralmente violenta como o capitalismo se relaciona com formas não-capitalistas de produção. Harvey explicita a vigência destes processos até hoje, acreditando que a tendência é que se tornem tão determinantes quanto a exploração do trabalho — circuito primário de acumulação — em si. O geógrafo britânico não quer apenas demonstrar que a espoliação é um processo contínuo que, embora analisado por Marx em contexto histórico-geográfico específico (Inglaterra da Revolução Industrial), permanece e ganha cada vez mais proeminência. Quer também destacar o empenho do capital em produzir ativamente a destruição de áreas capitalistas atrasadas, para depois empregar o capital excedente na reconstrução, como demonstrou Klein (2008) em seu estudo sobre o capitalismo de desastre.

Por não serem mais “primitivos”, não situáveis apenas em perspectiva genética, propõe-se então o conceito de “*acumulação por espoliação*” para compreender tais fenômenos e seu papel na produção de diversos contextos histórico-geográficos contemporâneos. Além do papel regressivo, já assinalado, desempenhado pelo Estado neoliberal, principalmente em seu âmbito fiscal, as outras três características desta modalidade de acumulação seriam:

- ***Privatização/Mercantilização*** de esferas até então não alcançadas pela vontade dos mercados: repasse de ativos estatais, tais como a venda de empresas de utilidade pública, a gestão de obras de infraestrutura e de políticas culturais (que garantem seu orçamento via leis de incentivo, baseadas na possibilidade de empresas interessadas em assumir o mecenato escolher quais iniciativas desejam financiar e, para isso, deduzirem de seus impostos); a transformação dos direitos

sociais que compunham o salário indireto (frutos da luta entre as classes) em serviços a serem explorados; as operações de guerra, nas quais opta-se em contratar exércitos de mercenários amealhados por empresas regamente recompensadas pelo Estado (como nos casos das presenças dos EUA e Reino Unido no Iraque e no Afeganistão); e, por fim, a transformação de recursos comuns (biodiversidade genética, água, ar, terras) em algo alheio às populações que até então as desfrutavam e conservavam, em prol de concessões de exploração capitalista. Sobre este tema, ganha vulto a temática dos *novos cercamentos* (DeAngelis, 2001; Midnight Collective, 2001), em que comunidades fixadas à terra e dependentes dos recursos territoriais são expulsas por razões geralmente legitimadas sob a rubrica de “utilidade pública” ou “desenvolvimento nacional” — o que se evidencia, por exemplo, toda a vez que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decreta a desapropriação de um rio e suas margens para a instalação de novo empreendimento hidrelétrico;

- ***Administração e manipulação de crises:*** crises devido ao endividamento de Estados nacionais não eram frequentes nos anos 1960. No entanto, tornam-se eventos corriqueiros a partir dos anos 80 e 90, devido à maneira como o capital especulativo e as taxas de juros circulam cada vez mais livremente, tornando as nações dependentes de tais investimentos. Exemplo trazido por Harvey (2008) é o México em 1982, que quebrou devido ao aumento dos juros dos EUA, tornando muito mais oneroso o valor dos empréstimos tomados pelo país vizinho e inviabilizando seu pagamento. Países como Argentina e Brasil, que se valeram destes mesmos dólares para financiar obras de expansão de infraestrutura durante seus regimes autoritários mais recentes, passaram por situações parecidas na mesma época, ameaçando pedir moratória das dívidas e trazendo pânico ao sistema financeiro mundial. Depois disso, a década de 1990 foi pródiga em produzir tais crises (Ásia, Brasil, Rússia, México novamente), até a quebra brutal da Argentina em 2001 e, mais recentemente, a crise nos EUA em 2008. Segundo Harvey, “Trata-se de crises orquestradas, administradas e controladas tanto para

racionalizar o sistema quanto para redistribuir os ativos.” (2008, p.175).

- **Financeirização:** primazia do capital especulativo, circulando em quantidades cada vez mais exorbitantes³¹ que, embora pudesse aparecer como crédito para atividades produtivas e mesmo para gastos com direitos sociais, desvinculou-se de tais preocupações e basicamente serve para mais transações financeiras. No entanto, tal disponibilidade de crédito incide retroativamente no “mundo real”, devido a especulações junto ao crédito imobiliário, às políticas agressivas de fusão e aquisição de empresas, à investida cada vez mais intensa das empresas no mundo da financeirização (buscando assegurar lucros às vezes não obtidos na produção), à necessidade de os Estados manterem políticas de juros altos para garantir a permanência dos capitais, mesmo que isto implique em desemprego e recessão;

Desde aqueles processos descritos por Marx (1964 [1867]), com os cercamentos e a promoção do subsequente êxodo rural, as leis contra a vadiagem, o tráfico de escravos, o trabalho infantil em estabelecimentos industriais, a taxaço regressiva e tudo o mais que caracterizou a acumulação primitiva, constata-se que a espoliação é sempre *separação entre os produtores e seus meios sociais de produção* (DeAngelis, 2001). Esta separação é típica do próprio capitalismo, mesmo quando já se inseriu uma massa de proletários

31 Paula (2011, p.25-7) cita o relatório do McKinsey Global Institute para fundamentar sua análise da metamorfose da relação entre PIB mundial e ativos financeiros mundiais (AF), em série histórica:

1980: PIB U\$ 10 tri, AF U\$12 tri;
1990: PIB U\$ 20 tri, AF U\$ 90 tri;
2006: PIB U\$ 48 tri, AF U\$ 167 tri;
2007: PIB U\$ 50 tri, AF U\$ 400 tri.

No caso do Brasil, o aumento dos ativos em negociação na Bovespa sobe 1450% entre 1994 e 2007. Além disso, lucros do setor financeiro nacional aumentam de 5% dos lucros da classe empresarial em 1982 para 41% em 2007, quando a evolução de sua participação no PIB foi apenas de 8% para 16%.

em seu esquema de reprodução expandida.

Duas são as características da espoliação, que também marcarão as formas de resistência a ela (De Angelis, 2001, p.3). A primeira é sua necessidade de fatores exteriores ao processo econômico para assegurá-la. Falamos aqui em **força, violência, militarização**, para submeter realidades até então estranhas à mercantilização. Baseado na história social do trabalho britânica, que estudou as resistências ao capitalismo na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, Harvey lembra-nos como se elaboraram alternativas populares para tais fenômenos, a partir da proposta de outras formas de organização social comunitária. Aí estão os motins contra a tentativa de aumentar os preços do pão, as lutas contra a implantação da jornada baseada em tempo de trabalho (antes o trabalho estava relacionado à realização de tarefas, não ao tempo dispendido nos estabelecimentos produtivos), a não-aceitação da supressão de uma série de feriados e festas populares, a quebra de máquinas, a ampla caracterização do advento do industrialismo como “catástrofe” e “apocalipse”. Muitas das revoltas ocorridas devido a estas tensões foram duramente reprimidas por poderes regionais e nacionais.

O segundo aspecto da espoliação/separação é sua **multiplicidade**. Como já explicitado, ela ocorre sob diversas formas. Nisto, difere da extração de mais-valia no processo produtivo.

A espoliação contemporânea coincide com o que outros autores tratam sob a alcunha de “neoliberalização da natureza”, principalmente no que diz respeito à articulação entre mercantilização, governança ambiental, ambientalismo e Estado. Estes autores, agrupados em coletânea recente (Heynen & McCarthy et alli, 2007) repleta de estudos de caso, concordam com a ideia de uma “trans-historicidade” dos processos de cercamento e de acumulação primitiva, percebendo que no momento atual convergem para a consolidação de uma nova fronteira de acumulação baseada em **mercadorias fictícias** sob a rubrica da proteção ambiental, sendo os créditos de carbono³² o exemplo mais conspícuo — embora

32 Vinculado às iniciativas de responsabilidade sócio-ambiental ligadas ao que tem sido chamado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em 2011 a Baesa vendeu de créditos de carbono ligadas ao lago da UHE Barra Grande. No que é

dentro do arcabouço maior da denominada economia verde, que aprofunda a tendência de *desmaterialização da economia* (Glassmann, p.97, 2007). Além de modalidades como a já mencionada concessão privada de exploração florestal, outras como a privatização da água urbana ou de faixas oceânicas, entre outros casos citados na coletânea, conformam empiricamente a ideia de **neoliberalização** enquanto dinâmica que apresenta unidade mesmo diante da diversidade de maneiras como a acumulação incide, intensiva e extensivamente, sobre os recursos territoriais.

Diante disso, seguindo a linha de raciocínio já apresentada acima, o Estado é inquirido não mais a partir do prisma de sua suposta retirada, ou mesmo da desregulação, mas a partir de como atua “re-regulando” sua atuação nesses âmbitos. Com quais finalidades? A partir de quais as estratégias de legitimação, sejam no plano político-ideológico, seja no discurso institucional? Quem acabam sendo os beneficiários?

1.3 - Aprofundando a relação entre Estado, neoliberalismo e espoliação

Por desempenhar complexo papel (de cenário e também de ativo partícipe) nesse processo, há necessidade de discorrer um pouco mais sobre o Estado no contexto atual de acumulação. Tem-se apontado que, diante dos ditames dos organismos multilaterais e da guerra global de investimentos, os programas político-partidários apresentam-se cada vez mais similares e, ao mesmo tempo,³³ opacos e resistentes às pressões populares de toda a monta . A esta

denominado “mercado voluntário mundial”, esta venda representou o total de 8,9% do montante negociado nos primeiros dois meses de 2011. Deste montante, 30% foram voltados para os projetos de responsabilidade sócio-ambiental. Ver http://www.institutocarbonobrasil.org.br/mercado_de_carbono1/noticia=727131

- 33 No plano da teoria política, um pouco deste clima é captado pela ainda efetiva discussão feita por Bobbio (1996) acerca da validade dos conceitos de direita e esquerda, num momento

indiferenciação — apoiada em certa cantilena acerca da inevitabilidade de se adotar medidas que garantam competitividade, atraiam investimentos, evitem inflação, baixas taxas de desemprego e altas taxas de crescimento —, agrega-se um crescente grau de autoritarismo e tecnocracia na condução política. Por consequência, ocorre paulatino esvaziamento do poder parlamentar em prol do executivo e, num plano subsidiário, o judiciário. A possibilidade de controle democrático vê-se então reduzida, dando margem cada vez mais a mecanismos de decisão afeitos à teoria do “estado de exceção” (Agamben, 2005). No caso do setor elétrico, esta forma de deliberação estatal tem mobilizado temas como a escassez energética e a existência de um confronto entre investimentos e legislação sócio-ambiental e a necessidade de se criar um ambiente mais atraente para os negócios, através da legitimação de medidas que pouco ou nada são discutidas em aberto com a sociedade. Principalmente no que diz respeito à implantação de empreendimentos de grande porte. Para debruçarmo-nos de forma adequada sobre isto, é importante compreendermos alguns pontos da ideia de estado de exceção apresentada por Agamben.

Cunhadas para tentar compreender situações extremas, como os campos de concentração nazistas ou o contexto de atuação do governo dos EUA após os atentados ao World Trade Center, em 2001, suas reflexões podem ser úteis quando confrontadas a outras paisagens. Isto porque, ao contrário do que se poderia pensar, o estado de exceção não nasce a partir do arbítrio de tiranias, mas de

em que todo um aparato conceitual se colocava para suplantar esta dicotomia. Ali se apresentavam projetos como o da Terceira Via, buscando acoplar ao capitalismo os valores socialistas, ou mesmo o ambientalismo (na figura dos partidos Verdes), que por suas bandeiras de caráter global se apresentava como algo transversal a qualquer filiação política mas que, exatamente por isso, acabou por dividir-se entre “Verdes de direita” e “Verdes de esquerda”. A preocupação de Bobbio em definir a esquerda a partir de sua defesa do estatuto da igualdade em diversos planos continua atual pois, naquela época como atualmente, percebe-se um retorno a algumas desigualdades sociais não só como consequências da economia política vigente, mas como seus fundamentos teóricos, abertamente declarados.

tensões intestinas aos regimes democráticos instaurando-se aos poucos como “paradigma de governo”. A tese é a seguinte: com o advento de situações que pressionam o ordenamento jurídico dos Estados nacionais, por imprevistas ou antagônicas a ele, surge o imperativo de alguma decisão ser tomada. Neste momento, a soberania coloca-se em jogo, pois pode-se pender para o lado do corpo de leis já estabelecido, firmado pelos representantes parlamentares e ratificado pelo executivo, ou para a instância que decide violar a legislação, alegando que tal desobediência dá-se em prol de sanar a necessidade que surge. O que leva a um *estado de exceção* à norma, e a soberania, antes tão claramente assentada, migra para aquele que foi capaz de realizar tal operação, *aquele capaz de decidir*, como na fórmula do jurista e teórico político alemão Carl Schmitt, resgatada logo no início do livro (2005, p. 11).

O mérito do filósofo italiano é demonstrar, através da análise de algumas cartas magnas nacionais, decretos e comentaristas jurídicos, a extensão deste tipo de mecanismo no mundo contemporâneo. O poder executivo lançaria mão constantemente deste instituto, legando aos outros poderes apenas a ratificação de suas proposições. Cria-se com isso uma zona de indeterminação entre Estado e direito, *a decisão da exceção passa a ser o ordenamento*, mesmo que não prevista nos documentos e não legitimada nas instâncias de praxe. Geralmente alegando necessidade e assegurando provisoriedade, acaba por consolidar-se, embora fora do jurídico. Esclarece Agamben: não é que se preencha momentaneamente uma lacuna inexistente, em que determinada situação histórica tensiona a norma jurídica. Ao contrário, o que ocorre é a “abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento”, sob a rubrica de alguma urgência, fabricando um vazio em que o Estado atua, aplica lei, mas sem referência ao corpo jurídico original.

Deve-se então mapear que tipo de necessidade pauta esta injunção sobre o ordenamento. Historicamente, tem-se percebido a exceção articulada a tensões autoritárias no cerne da democracia. Agamben apresenta uma série delas, em diferentes momentos e nações (2005, p.24-38), com destaque para dois exemplos extremos: a suspensão, pelo regime nacional-socialista recém-eleito em 1933, dos artigos referentes aos direitos civis na constituição da república de Weimar, através do “Decreto para a proteção do povo e do Estado”, que vigorou entre 1933 e 1945; e de todo o conjunto de decretos que orbitaram em torno do *Patriot Act*,

no bojo dos esforços estadunidenses contra o terrorismo após o 11 de setembro de 2001 também calcados na suspensão de liberdades civis em prol da segurança nacional e, num segundo momento, do mote de levar liberdade e democracia para Iraque e Afeganistão.

Como desdobramento deste mecanismo, criam-se precedentes em que categorias inteiras de indivíduos são colocados como ameaça ou simplesmente excluídos de alguma tipificação jurídica — como aconteceu com os prisioneiros de campos de concentração ou os de Guantánamo, cujo estatuto simplesmente não era regulado por nenhuma das legislações vigentes, pois tais sujeitos constituíam o resultado da exceção a elas. Há, na exceção, a tendência à eliminação de adversários, com diferentes formas e graus de intensidade em sua manifestação.

Assim, além de situações de beligerância declarada, percebe-se a tendência a justificar as políticas econômicas nacionais através de estados de exceção³⁴, expandindo sua aplicação enquanto *técnica de governo*. Isto nos interessa, pois a sugestão a ser feita é exatamente a possibilidade de o Estado no neoliberalismo — e também sua versão associada a certo discurso do desenvolvimento — valer-se dos procedimentos acima descritos, conformando um *modus operandi* específico para a democracia — um *paradigma de governo*, nos diria Agamben (2005, p.17-49). Com o corolário de produzir sujeitos que, embora não necessariamente sejam alvos de eliminação física (o que distingue dos regimes totalitários), permanecem adscritos a um vazio jurídico. A exceção pode, enfim, constituir chave importante para compreendermos, em linhas muito gerais, a relação entre Estado, direito e economia no contexto neoliberal.

O exemplo de Barra Grande é válido aqui, para termos a

34 Os exemplos da política econômica francesa entre as décadas de 1920 e 30 (Agamben, 2005, p. 26-7), em que governos de matizes ideológicos distintos lançaram mão da exceção através da centralização de poderes ilustram este raciocínio — além de remeterem diretamente ao contexto de crise econômica na Grécia e na Itália contemporâneas, embora estas contem com o agravante de que os representantes do próprio executivo se viram pressionados a renunciar, para serem substituídos sem os devidos trâmites democráticos.

exceção tornada concreta. Isto por que seu Estudo de Impacto Ambiental teve sérias distorções (a serem descritas em detalhe no capítulo 4), mascarando a supressão de ampla área de preservação, qualificada no documento como “capoeirão”. Além disso, em consonância com prática de longa data no CHB, os atingidos não eram reconhecidos a partir de suas demandas, ou mesmo de diretrizes estipuladas em suas reuniões com a Baesa. Após a ampla divulgação, feita tanto por ambientalistas quanto por atingidos, o caso ganhou repercussão internacional, obrigando a intervenções das esferas executiva e judiciária do Estado brasileiro. Diante da constatação de que a obra estava praticamente pronta, os poderes envolvidos optaram por termos de ajustes de conduta que, além de pouco incidirem sobre a gravidade do caso, acabavam por ratificar o “caso Barra Grande” como exceção, calcada na produção do que se chama *fato consumado* — ou seja, da irreversibilidade de funcionamento da hidrelétrica devido ao fato de estar pronta, mesmo que tenha sido feita ilegalmente. O que consolida aos poucos uma maneira específica de operar, correndo em paralelo com esforços de minar um “rigor excessivo” da legislação nacional diante do

35

imperativo que a produção de eletricidade apresenta. Parece-me possível estender esta argumentação para as obras nos rios Madeira e Xingu, além das realizadas para os mega-eventos esportivos de 2014 e 2016 no país — embora não caiba prolongar a reflexão neste sentido.

Uma palavra sobre os atingidos neste processo. Há esforços históricos do MAB em aprovar, junto ao governo federal, alguma medida que regulamente juridicamente a figura dos atingidos por barragens, pois sem isso o trato das medidas compensatórias restringe-se à difícil interlocução direta entre eles e os consórcios. Pode-se perceber que tal demanda visa exatamente a retirada de uma categoria inteira de indivíduos do *status* de vazio jurídico — ou seja, a negação de um dos mecanismos de exceção. Isto por que, ao mesmo tempo em que não são visibilizados enquanto sujeitos de um direito específico, são produzidos colateralmente por uma série de medidas estatais que reivindicam a “utilidade pública” dos empreendimentos.

Pode-se perceber outras transformações no âmbito da decisão

35 Veremos no próximo capítulo como tal posição não é adotada apenas por empreendedores ligados à construção de hidrelétricas e investidores do mercado da energia, mas também por técnicos no interior do governo.

estatal, além do estado de exceção. Para isso, vale destacar aspectos de dois trabalhos de Acsehrad & Bezerra (2010, 2011) que contribuem para entendermos isso. O primeiro deles discorre acerca da ascensão, nos últimos 20 anos em contexto latino-americano, de mecanismos de resolução de conflitos no plano ambiental. Estes pautam as vantagens de não recorrer às legislações e instituições jurídicas nacionais, e sim a espaços que lidem com “cada caso em particular”, a partir de termos de barganha negociados diretamente entre os atores envolvidos. Disseminada por especialistas de universidades norte-americanas e fomentados a partir de instituições da sociedade civil de cada país (porém ligadas em rede no âmbito do continente), a regulação de conflitos é trazida a partir da discussão específica da crise ambiental e da necessidade da gestão racional dos recursos territoriais em prol da segurança ecológica. Advoga-se por uma postura de “realismo político”, em que as tensões acerca do sentido estabelecido para o uso dos territórios (que geralmente antagonizam o polo organizado em torno do uso comum, não-mercantil, por populações tradicionais, àquele que gira em torno da apropriação privada por parte de grandes empreendimentos) podem ser substituídas por “comunidades de aprendizado”, que prescindem das disputas e patologizam os conflitos para serem solucionadas.³⁶

Na América Latina, a regulação de conflitos volta-se em grande medida para a intervenção nos processos e documentos de licenciamento ambiental, a maneira como são produzidos e interpretados pelos diferentes atores envolvidos. Busca-se enfatizar a necessidade de se propor e de se aceitar os mecanismos de compensação financeira como alternativa, pois equalizariam as posições dos empreendedores, dos atingidos pelos empreendimentos e, entre os dois polos, os interesses dos municípios e estados envolvidos. A compensação financeira seria o fundamento de uma filosofia em que,

36 O texto elabora quadro sinóptico da aprovação dos mecanismos de regulação em diferentes países da América Latina. Note-se a sincronicidade dos processos, visto que tais aprovações acontecem entre os anos 1995 e 2000. (Ver pags. 39-41), Mesmo assim, quase imediatamente depois (2000 e 2003) a Bolívia seria duas vezes cenário de insurreições populares em torno da não-privatização de recursos comuns e das empresas públicas relacionadas à administração do gás e da água.

supostamente, “todos vencem”.

A compensação econômica equacionaria o conflito no próprio âmbito dos atores envolvidos, esvaziando a possibilidade de evidenciar o confronto entre diferentes modelos de relação entre ambiente e sociedade. (...) mais do que a democratização do acesso aos benefícios do desenvolvimento, ao menos parte dos fóruns não-adversariais engaja-se basicamente na separação das resistências e na aprovação dos empreendimentos. (Acselrad & Bezerra, 2010, p. 50-1)

No texto de 2011 os autores apontam para outro mecanismo que visa a submeter regiões-alvo de projetos de exploração de recursos territoriais: a dita *chantagem locacional dos investimentos*, absolutamente relacionada à produção da lógica territorial molecular do capital conceituada por Harvey. Tal chantagem consiste em um conjunto de tecnologias sociais que condicionam a instalação de empreendimentos às localidades que apresentem menores resistências às suas exigências, implicando em déficits de democracia e abdicação de regulações trabalhistas e ambientais. Esta possibilidade de deslocar os investimentos com consequências danosas para territórios que os aceitem, por assim vislumbrarem a possibilidade de entrada de receita e geração de empregos, dá-se de acordo com uma “divisão sócio-espacial da degradação ambiental”.³⁷ A lógica da chantagem

37 Os autores citam exemplos desta transferência de “externalidades negativas” dos empreendimentos, como no caso do lixo eletrônico que resulta da obsolescência programada do capitalismo informacional, que resulta no envio de toneladas de esqueletos de computadores e outros aparatos para depósitos na China, na Índia, em Gana. Relatam também exemplos de lutas por justiça locacional e ambiental, ou seja, de negação daquelas externalidades, ocorridas no Brasil: atuação da rede *Alerta contra o Deserto Verde* (Espírito Santo e Sul da Bahia) que, além de obter vitórias políticas e judiciais contra o monocultivo de eucalipto engendrado pela empresa Aracruz, também auxiliaram populações do norte fluminense (para onde a Aracruz anunciou instalar-se) a exigirem criterioso zoneamento ecológico. Há os casos de Camaçari (BA), cuja sociedade civil organizada impediu a

locacional, que ameaça retirar os investimentos de certas regiões caso suas proposições não sejam aceitas e suas necessidades saciadas, engendra uma norma (no sentido foucaultiano, mobilizado pelos autores) que disciplinaria não apenas sujeitos, mas territórios inteiros, resultando no que é chamado de *docilidade política territorial*. Configura-se a partir daí toda uma “*pedagogia da conformidade*” e de aceitação da desregulação — em muitos casos produzida pela exceção, enquanto “obrigatória remoção de empecilhos burocráticos ao desenvolvimento” (Acselrad & Bezerra, 2010, p. 190-2).

Seguindo a referida dinâmica de guerra global de investimentos (que no Brasil ocorre mais abertamente a partir da década de 1990, resultando em seguidas tensões federativas, vasta utilização de recursos públicos, novas bandeiras na organização de classes — como a criação do já mencionado lema do “Custo Brasil”), o Estado muitas vezes atua em prol da “re-regulação”. Fornece subsídios e incentivos de infraestrutura para empreendimentos cuja territorialização pode ser danosa; inviabiliza ou esvazia momentos de discussão e deliberação (audiências públicas); dá pouca ou nenhuma importância aos estudos ambientais (atropelando-os e inclusive sendo conivente com a ameaça física a técnicos que os formulam); declara a inevitabilidade da instalação (a estratégia do “fato consumado”) e, como consequência, a ociosidade de qualquer resistência ou mesmo discordância; por fim, legitima comissões de cidadãos que dividem a opinião dos atingidos (como no caso da UHE Itá, relatado por Zen, 2005). Este complexo conjunto de ações e omissões estatais concede aos consórcios de empresas um grau de soberania (Bernardo, 2004, p. 41-62), que lhes permite exercer poder inaudito não só como investidores, mas também como gestores do território em que buscam se fixar — permanecendo estruturalmente impermeáveis a demandas democráticas que as populações afetadas possam trazer.

38

transferência de um depósito de resíduos químicos existente até então em Cubatão (SP), e do município de Itaguaí(RJ), que conseguiu rechaçar a implantação de uma termelétrica em seu perímetro.

38 Isto fica mais evidente nos dois estudos empíricos apresentados

Com a imposição das condições mais desejáveis para si, os grandes empreendimentos tornam-se 'quase sujeitos' das políticas de regulação do território, bem como dos limites de aceitabilidade dos riscos para a própria população local. O processo de construção, por parte da população, do que ela entende por intolerável e arriscado ficará constrangido pelas condições impostas pelas empresas. (Acselrad & Bezerra, 2011, p.181)

Esta atuação do Estado está de acordo com um dos desdobramentos da teoria neoliberal, no que diz respeito à sua desconfiança em relação à democracia. Isto se dá porque a decisão da maioria — fundamento da soberania política na teoria moderna — pode ser contra a defesa intransigente da propriedade privada e da liberdade de mercados. Ao mesmo tempo, parece-nos importante apontar como a relação entre espoliação e violência, de um lado, e a postura neoliberal refratária à democracia podem mutuamente se potencializar. Disputas por territórios ricos em recursos naturais geralmente corroboram empiricamente tal esquema teórico.

brevemente no texto de Acselrad e Bezerra (2011, principalmente entre as p.191-202), que não poderemos descrever em detalhes aqui: a atuação da Aracruz Celulose no Espírito Santo e na Bahia, que remete ao momento das políticas de ocupação de territórios tidos como “ vazios” pela ditadura militar (que na verdade solapou formas tradicionais de vida, notadamente de indígenas e quilombolas) e para as quais foram despejados generosos subsídios estatais, grilagem de terras e ameaças aos moradores para a implantação do monocultivo extensivo de eucalipto para a produção de celulose para exportação. O momento analisado é a da guerra empreendida entre os estados do Espírito Santo e o Rio Grande do Sul para garantir mais uma planta de processamento de celulose desta empresa em seu território. Por já haver sofrido derrotas políticas e jurídicas no primeiro, o grupo prefere o estado gaúcho. O outro caso é o da iniciativa da MMX (braco minerador do grupo EBX, de Eike Batista) de tentar instalar um pólo minerossiderúrgico na região pantaneira, na fronteira do Mato Grosso do Sul com a província de Santa Cruz, na Bolívia.

2. *Comentários sobre o capitalismo hidrelétrico brasileiro*

Até agora foram delineados argumentos para compreender uma das tendências atuais da acumulação, suas estratégias de legitimação e as contradições engendradas. Embora tenhamos tentado recortar para o plano em que sociedade, política, economia e território se interpenetram, é importante conferir à análise um pouco de substância empírica. Gostaria de deixar mais claro como neoliberalismo e (novo) desenvolvimentismo, longe de se oporem, têm conseguido se harmonizar em alguns pontos.

Para isso, apresento um histórico do CHB, de antemão ciente dos riscos de ser demasiadamente superficial, devido às limitações decorrentes de não ser este meu objeto central. No entanto, é fundamental situar a dinâmica deste complexo de instituições e relações, pois uma das hipóteses deste trabalho é que, ao menos no que se refere às consequências sócio-ambientais dos projetos do CHB, tais formas de gerir a neoliberalização não desaparecem no momento atual.

Isto ficará mais claro quando descrevermos as ações recentes do MAB, um dos movimentos sociais que têm galvanizado as demandas e ações dos atingidos na história brasileira recente. A ênfase aqui será em sua atuação na bacia do rio Uruguai. Fundamental no estabelecimento dos conflitos em torno dos impactos sócio-ambientais das UHEs, no tensionamento em prol da devida responsabilização dos consórcios e, num plano maior, do questionamento da lógica do próprio setor elétrico e para qual modelo de desenvolvimento ele serve, foi possível perceber durante a pesquisa que diversos desdobramentos, resultantes das lutas desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990, ocupam o movimento hoje. Seja a regulamentação do decreto federal que estabelece o estatuto legal dos atingidos por barragens, a busca por políticas públicas para desenvolvimento local nos reassentamentos, a mobilização específica de mulheres e jovens da base política interna (grupos até então invisibilizados) ou a sistemática denúncia da violação de direitos humanos nos sítios de implantação das UHEs, as ações do MAB se diversificam. Vale apontá-las, para que a compreensão do setor elétrico ganhe mais relevo a partir dos conflitos que continua a originar — e de sua incidência na vida dos

protagonistas desta pesquisa.

Começamos, no entanto, refletindo sobre o CHB, os recursos hídricos nacionais e os discursos sobre seu potencial. Como bem salienta Ioris (2011), fala-se da abundância das águas por aqui desde os primeiros documentos coloniais. No século XX, este imaginário associa-se ao do potencial de produção hidrelétrica como pilar de desenvolvimento e, por consequência, à irracionalidade que o desperdício destes recursos representaria para as pretensões brasileiras no tabuleiro de competição global. A partir da década de 1990, acopla-se uma terceira ideia, de que a expansão da produção nacional não seria possível a partir do aparato institucional vigente, hegemonizado pela ação estatal, com ênfase na esfera da União. Vislumbra-se o acirramento de competitividade no setor, somente possível (segundo seus proponentes) através de desregulamentações (“re-regulamentações”) e privatizações. Por fim, o século XXI ainda consolida a percepção da hidreletricidade como uma das fontes energéticas que melhor obedeceriam aos critérios de sustentabilidade (em comparação com a natureza muito mais poluente de combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão vegetal ou mais letal da nuclear) e de eficiência energética.

O Brasil, segundo as estatísticas apresentadas por D'Araújo (2009, p. 35-59), estaria em vantagem neste cenário, devido não só à “vocação hídrica natural”, mas também à maneira como seu sistema elétrico foi implementado. A tendência ao crescimento dos aproveitamentos hidrelétricos encontraria aqui perfeito alento, visto que o país seria apenas o décimo produtor de energia elétrica mundial (seus 386 Twh/ano³⁹ seriam menos de dez vezes a realidade dos 4150 Twh/ano do líder, os EUA), ao mesmo tempo em que disporia da maior quantidade de recursos hídricos do mundo, ainda distantes de serem explorados em sua plenitude. (No que diz respeito ao potencial hídrico explorável para energia, o país estaria na terceira colocação). Assim, sugere D'Araújo, qualquer planejamento energético deve passar pela maneira como os recursos hídricos serão manejados, posto que visivelmente abundantes.

Outras características brasileiras, segundo o mesmo autor:

- Estoque de água que pode ser explorada para

39 Twh = Terawatts por hora.

hidreletricidade (ou seja, de rios e lagos) representa apenas 0,5% da água do planeta. O Brasil dispõe de 18% do total mundial destes recursos exploráveis;

- Muitos rios brasileiros são de planalto (ou seja, entre dois trechos planos do rio há uma declividade acentuada, o que facilita a formação de barramentos para grandes reservatórios) e longos, que possibilitam o estabelecimento de barramentos em sequência;
- Energia hidráulica converte 90% da queda da água em energia, enquanto as usinas térmicas conseguem aproveitar apenas entre 50 e 60% da matéria-prima combustível; 84% da energia elétrica brasileira é gerada pela via hidráulica. Apenas Paraguai (100%) e Noruega (99%) têm tamanha primazia desta fonte em sua matriz;
- Em produção absoluta de hidreletricidade, o Brasil está em segundo, atrás apenas do Canadá.
- Existência de 4000 km de linhas de transmissão, que não funcionariam apenas como dutos de passagem de energia, mas também de racionalização para o fornecimento da mesma. Isto porque, devido à grande desigualdade hidrológica entre as regiões brasileiras, as linhas realocam energia para locais que mais necessitam — impedindo assim que se desperdice água dos reservatórios.

Significativamente, D'Araújo (ex-funcionário de Furnas, fundador do Instituto Ilumina, consultor de planejamento energético do PT e participante da Eletrobrás no governo Lula) foi um dos especialistas entrevistados por Antonaz (2005) em seu estudo sobre as características do que ela denomina ***pensamento energético brasileiro***, ou seja, os discursos técnicos e políticos acerca de como deve ser a organização do CHB. Com o intuito específico de compreender como tal pensamento se manifesta no planejamento de grandes UHEs para as bacias dos rios Xingu e Madeira, ela mapeou instituições e indivíduos que colaboram para fomentar estudos e políticas públicas para o setor elétrico — as principais seriam a Coppe/UFRJ, o IEE-USP, o departamento de gás e energia da Petrobrás, o Instituto

Ilumina, o Instituto Cidadania⁴⁰, além de instâncias corporativas como CREAs (Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura), associações e sindicatos de engenheiros e funcionários das empresas públicas. Estes têm colaborado, em alguns casos há mais de três décadas, com o acúmulo para fundamentar problemáticas e terminologias referentes ao planejamento setorial.

A investigação contribui para desmistificar o caráter meramente técnico da noção de planejamento energético, que

não implica apenas a discussão da forma de energia a ser utilizada prioritariamente, mas remete à ideia de escassez — de um bem limitado — e que, portanto, necessita ser adequadamente administrado. A percepção da 'escassez', e sua permanente reprodução, subentende uma série de outras questões frequentemente não explicitadas, ou seja, as variadas concepções de demanda e consumo, que, por sua vez, implicam diferentes construções de 'desenvolvimento', categoria-chave que inclui diferentes visões sócio-econômicas e político-ideológicas. (...) a tematização desta categoria é central para a compreensão da ação dos diferentes agentes na elaboração das políticas energéticas. (Antonaz, 2005, p.151)

Há, portanto, heterogeneidades e lutas na formulação do planejamento energético brasileiro, que dependem de formações disciplinares (engenharias, economia, física, sociologia, geografia etc.), inflexões teórico-políticas (ambientalismo, planejamento centralizado, liberdade de mercados, etc.), trajetórias profissionais (universitários, funcionários de carreira em empresas estatais, quadros político-partidários), capital social (no sentido atribuído por Bourdieu) junto não só aos setores mercantil e estatal, mas também a partidos políticos, movimentos sócio-ambientais e centros internacionais de pesquisa em energia. Antonaz vê neste cenário de linguagem comum, disputas em torno de afirmação de projetos e

40 Ligado ao Partido dos Trabalhadores e citado aqui devido ao fato específico de ter agregado alguns dos especialistas analisados por Antonaz em torno da elaboração de proposta setorial para a candidatura Lula/Alencar no pleito federal de 2002.

busca por determinadas posições sociais a conformação de um campo (também no sentido atribuído por Bourdieu, que alicerça suas reflexões) no qual, como já explicitado na citação, o manejo de noções como *escassez e abundância, desenvolvimento, eficiência energética, planejamento, demanda e consumo, gestão de recursos naturais e de impactos sócio-ambientais, regulação, modicidade tarifária, eletrointensividade*, entre outras, é fundamental para uma atuação bem-sucedida.

No que diz respeito à ideia de desenvolvimento, a autora nos apresenta duas tendências percebidas entre os especialistas. De um lado, a elaboração do planejamento energético visando à expansão do consumo de massa, tendo como um dos índices de medida a quantidade de consumo de energia elétrica *per capita*. Tal índice possibilitaria perceber sinais de pobreza, que um “desenvolvimento voltado ao social” deve ser capaz de mitigar — embora tal raciocínio não necessariamente problematize que as estratégias de consumo no interior da sociedade podem variar bastante. Aqui, o planejamento energético vislumbraria que

o investimento em novas usinas poderia ser bastante modesto enquanto que o investimento principal seria feito em linhas de transmissão, subestações e distribuição, na melhoria de eficiência dos usos finais de eletricidade e visaria principalmente a universalização do consumo e ramos da produção econômica que não sejam eletrointensivos (2005, p. 161).

Outra tendência preconizaria prioridades distintas para o planejamento do CHB,

ou seja, trazer investimentos de qualquer espécie para o país, seja na fase de construção das UHEs, seja posteriormente, o que implica atrair recursos através de oferta de energia elétrica abundante, estável e barata. O que está em jogo, aí, são **as fábricas eletro- intensivas** (...) que, apenas na produção para a exportação nos setores de alumínio, siderurgia e ferro-ligas consumiu 8% da energia nacional em 2004 (p.160).

O planejamento energético desta modalidade primaria por

investimentos maciços na construção de grandes e médias usinas, enquanto que os custos de transmissão e distribuição seriam relativamente baixos, uma vez que as linhas de transmissão seriam dirigidas para os principais pontos de consumo, incluindo-se aí fábricas eletrointensivas cuja localização pode ser decidida de modo que as linhas de transmissão sejam mais curtas e de uso exclusivo (p.161).

Eletrointensividade é aqui entendida como qualidade de algum processo produtivo que, para obter seus resultados finais, vale-se de grande quantidade de energia. É característica de alguns ramos industriais (metalurgia, cimento, ferro-gusa, ferro-ligas, aço, química, papel/celulose) que, no caso brasileiro, voltam-se⁴¹ eminentemente para a exportação. Devido a esta condição estrutural, almejam a *autoprodução*, ou seja, as próprias empresas destes ramos buscam gerir suas fontes de energia, inclusive através da administração de hidrelétricas — o que ganhou força no período de privatização e liberalização do CHB nos anos 90. Autoprodutores como o grupo fabricante de cimento Votorantim e uma de suas subsidiárias, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), aparecerão entre os acionistas da UHE Barra Grande (Cosme, 2005, p. 44).

Tais setores consomem significativa parcela da energia produzida no país. Alguns dados e reflexões são apresentados por Bermann (2004, 2007, 2012), que há tempos se debruça sobre o tema. Em texto de 2012, ele sistematiza a seguinte tabela, partindo de informações do Ministério de Minas e Energia:

41 Bermann (2012, p.29) assinala que apenas cimento e química têm como referência o mercado interno.

Tabela 1 — Ramos industriais eletrointensivos e respectivo uso da energia elétrica no Brasil, nos anos de 2000 e 2008

Setores	Consumo da eletricidade nacional (em %)	
	2000	2008
Mineração	2,2	2,6
Agropecuária	3,9	4,3
Indústria Pesada*	27,5	28,6
Indústria Leve	16,7	17,4
Residencial	25,2	22,3
Comércio/Serviços	14,3	14,6
Público	8,8	8,0
Transporte	0,4	0,4
Total Geral (em TWh)**	331,6	428,3

* “O setor da indústria pesada inclui as indústrias de cimento, ferro-gusa e aço (siderurgia), ferro-ligas, não-ferrosos (alumínio), química, papel e celulose.” (Bermann, 2012, p.30).

** TWh: bilhão de kWh.

Este quadro é importante por permitir interpretações diversas. De um lado, poder-se-ia dizer que o país tem conseguido dispor de

uma importante “vantagem comparativa” (a presença de bacias hidrográficas) como ator no cenário global de competição capitalista, de forma a dar pujança à sua economia. Por outro, poder-se-ia argumentar que, além da questão da produção do deslocamento compulsório de populações e da utilização dos rios, enquanto bens públicos, para fins estritamente mercantis, a eletrointensividade incide de outras formas sobre a política, a economia e a sociedade. O parque produtivo, muito alicerçado nestes ramos industriais, acaba influenciando sobremaneira o planejamento energético do país em sua previsão de demanda. No entanto, enquanto sua cota específica de consumo mais que dobrou nos últimos 25 anos (Bermann, 2004), seus produtos têm baixo valor agregado, empregam relativamente poucos trabalhadores (cf. Tabela 1.6 em Cosme, 2005, p.39), acabam por exportar energia (Bermann (2004) calcula que 8% da energia brasileira deixa o território incorporada em produtos eletrointensivos exportados) e seus empreendimentos geram custos para a população devido às isenções concedidas pelo Estado.

Portanto, há que se matizar “as vantagens comparativas”, tendo sempre em vista a relação valor agregado dos produtos/custo energético dos produtos/grau de investimento público/ benefícios à sociedade, principalmente em forma de empregos. Além disso, deve-se assinalar qual a fatia deste tipo de participação no consumo de energia da produção industrial total — que, enquanto no Brasil tem aumentado, em economias avançadas tem se reduzido.

Ao grau de detalhamento relacionado às possibilidades de exploração dos recursos hídricos, contrapõe-se a generalidade com que se trata a faceta denominada “social” de tais projetos, que aparece como categoria abstrata na fala dos especialistas, contraposta aos vantajosos custos e taxas de aproveitamento das UHEs (e, portanto, de sua suposta inevitabilidade). Como apresentaram Antonaz (2005), Sigaud (1988) e Viveiros de Castro & Andrade (1988), mesmo em documentos mais detalhados, os conhecimentos sobre culturas específicas são superficiais, não levando em conta a maneira como se relacionam com os territórios habitados nem suas diferenças em relação a outros grupos residentes nas proximidades — são encarados de forma homogênea e classificados a partir de sua suposta defasagem em relação aos centros urbanos. Esta maneira de raciocinar faz com que os especialistas tenham certeza de que a vida das populações ribeirinhas melhorará com a chegada dos empreendimentos, pois algum desenvolvimento chegará, enfim, à

região.

Em momento algum *[os especialistas]* refletem, embora sendo governo, que saúde, educação, estradas e outros direitos deveriam ser garantidos pelo Estado em qualquer circunstância. Quando a construção da barragem está em jogo, as obrigações não cumpridas pelo Estado se transformam em objeto de barganha, sendo que a contrapartida é a intervenção sem limites delineados na vida dos moradores da região. (Antonaz, 2005, p.164)

A autora destaca ainda que as ações do Ministério Público, no sentido de garantir a interpretação rigorosa da legislação ambiental, são vistas com reticência e crítica por esses especialistas, cuja conclusão pode variar em grau, mas tem sempre o foco na necessidade da hidreletricidade. Para ela, a intensidade de sua aplicação em forma de mega-empresendimentos dependerá da intensidade de resistência e organização das populações atingidas, que inevitavelmente marcam a trajetória do CHB em muitos momentos de sua trajetória. Acompanhe- mo-la mais de perto, então.

2.1. Um breve histórico

A expansão do CHB tem seus ciclos, relacionados a contextos econômicos, políticos e técnicos. Muito de sua história está vinculada a esforços do executivo federal, embora nossa intenção não seja realizar uma retrospectiva de medidas governamentais e de suas relações com empresas de infraestrutura e do mercado de energia.

Em seu início, a eletrificação nacional esteve marcada por iniciativas isoladas e pelo interesse de multinacionais do ramo pelas áreas mais urbanizadas do país. Entre as primeiras, houve pequenos empreendimentos voltados para autoprodução. Assim foi em 1883, na cidade mineira de Diamantina, quando da instalação de uma usina para a extração de diamantes, ou de Juiz de Fora, também em Minas Gerais, no ano de 1889, quando um industrial têxtil buscou aprimorar

seu parque fabril e também acabou por viabilizar a iluminação pública do município. Há uma série de outros exemplos, geralmente no interior do país (cf. Silva, 2001, p. 27-59; para o contexto do sul do Brasil, ver Coelho dos Santos & Reis, 2002, p. 19-94).

Neste momento, o regime político brasileiro caracterizava-se pela organização oligárquica, em que poderes locais concentravam-se sob elites pouco numerosas que exerciam forte influência sobre a organização econômica, social e territorial de determinadas regiões. Por outro lado, gozavam de significativa autonomia perante o governo nacional. A eletrificação também seguia este modelo: engendrava-se por vontades, posses e necessidades de grandes proprietários e “coronéis” regionais. Não havia algo como um planejamento energético regional ou nacional, unificado — que só surgiria com vigor em meados da década de 50 do século XX.

42

Algo novo acontece quando, em 1897, a empresa canadense Light aporta em território nacional. Atuante em diversos países como EUA, Cuba e México, e não só em geração e distribuição de energia, mas também em transporte público e telefonia, a Light (que no Brasil passa a se chamar *Brazilian Traction, Light and Power Company*), investe nas duas regiões mais urbanizadas do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Na década de 1920, era ali que se consumia dois terços da energia produzida no país. A estratégia da transnacional foi basicamente abarcar as iniciativas de geração já instituídas local e isoladamente, elaboradas sob comissões de iluminação comandadas por fazendeiros, comerciantes, industriais e outros poderosos locais.

Com esta estratégia que, por um lado, absorvia as pequenas iniciativas para, em seguida, expandi-las e inaugurar plantas geradoras próximas, e, por outro, focava em distribuir apenas para mercados promissores, a Light consolidou hegemonia, que só passou a ser rivalizada com a chegada da *American Foreign Power Company* (Amforp), em 1927. Nesta época, a industrialização brasileira encontrava-se em crescimento, assim como a necessidade de iluminação pública, de transporte por bondes e de consumo doméstico de eletricidade. A Amforp, com sede em território

42 Em verdade, a empresa era apenas nominalmente canadense, sendo seu capital majoritário de origem inglesa, contando com alguma participação de investidores e administradores estadunidenses. Para mais detalhes, cf. Silva, 2001, p. 37.

estadunidense e atuação prévia em países da América Central (Guatemala, Panamá, Cuba) percebeu esta demanda e passou a comprar pequenos parques de autoprodução espalhados pelo complexo cafeeiro no oeste paulista. Esbarrando no monopólio da Light nas capitais, buscou incorporar iniciativas em outros estados, como Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul (Martins, 2009, p.30-1).

Com o advento da Revolução de 30, o panorama lentamente começa a mudar. A preocupação com a industrialização se aprofunda, assim como ganha vigor o projeto de estabelecer um regime burguês de cunho nacionalista — sem, no entanto, alterar profundamente o equilíbrio oligárquico de poder. No âmbito energético, ao mesmo tempo em que se observava crescente monopolização da oferta pelas duas multinacionais, aumentava o temor de uma crise de racionamento, visto que a expansão da capacidade instalada não
⁴³ seguia a de consumo.

Embora não acenasse com medidas estatizantes, o governo Vargas gera mecanismos de regulação. Os principais são o Código das Águas, lei de 1934, e a Comissão Nacional de Águas e Energia Elétrica (Cnaee), órgão regulador de 1939, instância que até então inexistia. Estes mecanismos viabilizam medidas importantes, como o início das discussões acerca da interligação do sistema, ainda no âmbito regional, e também o estatuto das concessões dos rios, que passam dos estados da federação para a União. Além disso, é no período do Estado Novo que surgem as duas primeiras concessionárias estaduais de energia: em 1943, a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), no Rio Grande do Sul, e em 1945 a Empresa Fluminense de Energia (EFE), no estado do Rio de Janeiro.

A percepção de escassez continua após a saída de Vargas e o planejamento energético ganha mais visibilidade com o plano Salte do governo Dutra (1946-51), que destinou 16% do orçamento da União para a área da energia. Esta decisão ia de encontro com o diagnóstico da missão Coke, contratada pelo Estado Novo em 1942 junto aos EUA para elaborar um diagnóstico do desenvolvimento brasileiro —

43 Entre 1930 e 1945, a produção cresce 95%, e o consumo, 219%. Em taxas anuais, aquela é de 4,69%, esse é de 8,99%. (Martins, 2009, p.32-34)

missão que inaugura uma série de consultorias feitas por técnicos estrangeiros para a realidade energética brasileira. Seus técnicos concluíram que um dos gargalos possíveis seria a insuficiência do parque gerador nacional. Neste contexto surge a primeira empresa regional, a Chesf, concretizada em 1948 quase exclusivamente para viabilizar as usinas Paulo Afonso I e II, na porção baiana do rio São Francisco.

A década de 1950 marca definitivamente as mudanças nas políticas do setor. Com a segunda gestão de Getúlio Vargas (1951-54), percebe-se o início de uma elaboração sistemática, visando a crescente intervenção do Estado, que incluía as seguintes medidas:

- Outro diagnóstico em conjunto com técnicos estadunidenses, sob o desígnio de “Comissão Mista Brasil-EUA”, que de certa forma repete o dito pela missão Coke no que se refere à necessidade de participação estatal no setor para o fomento da industrialização;
- Criação do Fundo Federal para a Eletrificação, a ser mantido por um Imposto Único da Energia Elétrica — recurso que, nos estados, só poderiam ser repassados para as concessionárias estaduais, excluindo-se assim as filiais da Light e da Amforp;
- Profusão de concessionárias estaduais estatais ;
- Elaboração do Plano Nacional de Eletrificação, que previa investimento maciço na geração e transmissão (cujas necessidades de capital fixo são altas), delegando a distribuição ao capital privado, num horizonte de dez anos de expansão;
- Previsão de interligação nacional a partir de três subsistemas, planejados pelo Estado;
- Elaboração do Projeto de Lei 4.280 em 1954, que previa a criação da Eletrobrás, empresa nacional de energia, gerida pela União.
- Fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento

44

45

(BNDE) , em 1952, e da Petrobrás, em 1953, demonstram o interesse do Estado não só em interferir no ramo energético da economia, mas também em criar as condições financeiras e institucionais para tal.

Esse progressivo movimento do Estado incomoda. Há debates acalorados sobre o desenvolvimentismo assim concebido, rechaçado por intelectuais e legisladores vinculados ao capital estrangeiro — no caso do CHB, havia o que ficou conhecido como “bancada da Light”, que defendia os interesses da empresa no parlamento e foi em parte responsável pela série de emendas feitas ao PL 4.280, que interfeririam sobremaneira no surgimento da Eletrobrás sete anos depois, com feições distintas das inicialmente previstas.

O governo JK (1956-60) assistiu ao surgimento de mais concessionárias estaduais⁴⁶, explicitou a importância da energia para seu Plano de Metas (cerca de 43% de seu orçamento inicial era para isso) e aprofundou um modelo de desenvolvimento que buscava atrair investimentos estrangeiros diretos — como no caso da instalação de fábricas — ou indiretos — empréstimos para que o próprio Estado realizasse obras do setor de infraestrutura, que ficou basicamente sob seu controle. Um pouco depois de sua saída, já na gestão Quadros (1961), surge a Eletrobrás, que será a mais significativa criação estatal no que diz respeito à energia elétrica. Antes de nos determos um pouco sobre ela, alguns adendos sobre o período que se estende dos 1930 aos 60.

O primeiro é sobre uma das referências para as formulações do CHB a partir dos anos 50, que é a *Tennessee Valley Authority* (TVA), implementada na bacia hidrográfica do rio Tennessee durante o New Deal estadunidense entre as décadas de 30 e 1940. Vislumbrada como

45 O “S”, que diz respeito ao “Social” na sigla atual do BNDES, só é incorporado em 1982.

46 Cherp (SP), Coelba (BA), CEMAR (MA), CEAL (AL), CEMAT (MT). CELESC (SC) e CELG (GO) surgem em 1955, no governo interino após o suicídio de Vargas.

uma corporação revestida de autoridade oficial e de flexibilidade e autonomia de uma empresa particular, encarregada do planejamento para utilização, conservação e desenvolvimento dos recursos naturais da bacia do rio Tennessee e territórios vizinhos, para o bem-estar social e econômico geral da Nação (Silva, 2001, p. 24),

que adotasse uma perspectiva descentralizada de gestão integrada de recursos hídricos (água e hidreletricidade). Sua influência, no entanto, entrou em conflito com a realidade do aparato estatal brasileiro. Seguindo aqui a pesquisa de Silva (2001, cap.1), pode-se afirmar que algumas das características da TVA, no entanto, nunca foram incorporadas pelo Estado brasileiro. A principal delas defendia um planejamento e uma atuação descentralizados e horizontalizados ao máximo — o que o tecnocratismo autoritário destas plagas nunca permitiu. Por outro, pensar a implantação dos empreendimentos de energia elétrica a partir da região, e não impor a ela o empreendimento — o que também parece ficção, se analisarmos o planejamento estatal à luz da história dos atingidos por ele. A própria ideia de uma gestão integrada só surgiria com força a partir da legislação dos anos 1990 no Brasil, embora esta não passe de formalização de espaços decisórios com pouco conteúdo realmente democrático (Ioris, 2011) e desperdício da possibilidade real de incorporar os usos múltiplos das águas, como assinala, entre outros, Ildo Sauer (2002).

Tais tendências, ainda mais visíveis na atuação da Eletrobrás e suas subsidiárias regionais durante o regime ditatorial civil-militar brasileiro, incorporam-se aos eixos característicos do *ciclo 1930-60*, assim caracterizados por Ioris e constituindo nosso segundo comentário, mais a título de pano de fundo histórico: investimentos públicos, segunda onda de substituição de importações, voltada para as indústrias de base e transformação; expansão do mercado interno; aumento da dívida externa; rígido controle do governo federal; ausência de regulações ambientais específicas (Secretaria Nacional do Meio Ambiente só surgirá em 1973).

Nos anos 1960 e 1970 a Eletrobrás demonstra pujança. Foi ela quem, àquela época, pensou o modelo energético brasileiro a partir de um planejamento estratégico de longo prazo (Canali, 2002; Coelho dos Santos, 2002). A partir de sua ação ficou marcada definitivamente a intervenção estatal no setor, adquirindo a competência técnico-científica necessária ao articular universidades,

centros de pesquisa e empresas em torno desta prioridade. A forte presença do Estado apareceu na criação da Eletrosul (1968) e da Eletronorte (1973), na incorporação da Chesf e de Furnas, na estatização de empresas de alcance estadual como a Light (Rio de Janeiro) e Escelsa (Espírito Santo), no financiamento integral do projeto da Itaipu binacional e na materialização do acordo nuclear Brasil/Alemanha, que originará as usinas termonucleares Angra I e II. Ao mesmo tempo, a capacidade de geração hidrelétrica instalada aumentou cerca de dez vezes entre 1960 e 1985 (ano do início de funcionamento de Itaipu), com a instalação de 17 UHEs com capacidade de geração superior a 1000MW entre 1961-90 — o que representa 70,8% do número total destas obras até 2002⁴⁷

Apenas nos anos 80 tal conjuntura começaria a sofrer abalos. Como assinalam Gomes e Vieira (2009), um conflito mais aberto entre os diversos atores do setor elétrico apareceria exatamente no contexto da redemocratização do país, quando as administrações estaduais se rebelaram contra a unificação das tarifas de energia elétrica mantida pelo governo federal, com o lucro de algumas unidades federativas sendo compulsoriamente transferido para as que se encontravam deficitárias. Este conflito contribuirá em parte para a reestruturação do setor elétrico nos anos 90 — cujo principal instrumento será o Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado ainda na conturbada gestão Collor de Melo (1990-92), quando é promulgada lei referente ao tema (8031/90).

O contexto mundial era de estagnação econômica e de dificuldade de captação de recursos internacionais para as grandes obras — distinto do que acontecia entre os anos 60 e 70. O projeto da “nação em construção” foi interrompido pela crise da dívida na década de 80 e pela percepção de que não haveria mais como financiar mega-projetos de infra-estrutura através do endividamento

47 Para um bom inventário do quadro brasileiro, conferir Carvalho (2006, p.88-100).

48 Esta tensão tornar-se-ia insuportável no governo Itamar Franco (1992-94), no qual a tentativa de manter a equalização tarifária entre as concessionárias estaduais foi abandonada em prol de outra iniciativa, que vinculou as tarifas repassadas aos consumidores ao custo de funcionamento de cada empresa.

estatal. Em consonância com isto, no último ano da gestão Sarney (1985-89) é baixado um decreto presidencial que impede o BNDES de financiar as empresas estatais, incidindo negativamente na capacidade de expansão até então promovida pelo Estado.⁴⁹ De forma geral, tal ciclo de política econômica, designado neoliberal, teve a ver com desfazer muito do que antes fora fomentado, sob o discurso da necessidade de supressão inflacionária. Representou, segundo técnicos do próprio BNDES, a adoção de “um novo paradigma de política industrial” (o da *integração competitiva*), e uma nova “opção nacional para a participação do Brasil no processo de globalização”. O que teria a ver com a estratégia de não mais fomentar as empresas, mas de deixá-las sair para competir e analisar seu desempenho no cenário internacional. Com isso, houve supressão de cadeias industriais inteiras e também a decomposição de redes comerciais interdependentes, além de neutralização de mecanismos nacionais de decisão (Novoa Garzon, 2011) — ou, ao menos, sua minimização, pois, como vimos anteriormente, houve articulação de setores empresariais nacionais buscando reverter ou mitigar o quadro.

O processo ganha maior fôlego durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que se prevê a mudança do papel do Estado na participação setorial, o surgimento das agências reguladoras como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional de Águas (ANA), o declínio dos investimentos em expansão da geração e transmissão (em descompasso com o crescimento da demanda de energia), as crises de racionamento de 1999 e 2001, a incerteza e falta de clareza em relação às regras que norteavam os atores do setor e, por fim, o aparecimento de um modelo híbrido (estatal e privado) de gestão, vigente até hoje.

Para compreendermos melhor o declínio da Eletrobrás enquanto principal formuladora da política setorial à época, perdendo força para as agências reguladoras e para o programa de linhas de crédito do PND implementado pelo BNDES, que atuou

(...) localizando as empresas mais atrativas, desarmando

49 Em decreto presidencial de 24 de maio de 1997, o BNDES passa a ser autorizado a emprestar para empresas estrangeiras.

obstáculos administrativo- jurídicos, definindo preços mínimos, articulando potenciais investidores e depois ainda financiando a transferência patrimonial (Novoa Garzon, 2011,p.74),

retomemos algumas reflexões de Sauer (2002), que realizou importante balanço sobre os impactos da desestatização. Segundo ele, as justificativas mobilizadas oficialmente para legitimar a reestruturação do setor elétrico foram a existência de uma crise institucional e econômica do Estado brasileiro e, mais especificamente, a necessidade de ampliação de atendimento e redução da tarifa. As ações previstas para isso foram organizadas sob um programa de desverticalização da indústria (quebra do monopólio da Eletrobrás e das concessionárias estaduais nos ramos na geração e comercialização), abrindo margem para a entrada de entidades privadas.

Sauer, no entanto, aponta uma série de desvantagens advindas do PND para o setor elétrico:

- os valores pelos quais algumas empresas estatais foram vendidas não alcançaram os patamares mínimos esperados, portanto o deságio levou o governo ao prejuízo. O caso da Eletrosul ilustra bem isso ;

50 Um marco do momento neoliberal, ao menos no sul do Brasil, é a separação entre as atribuições de geração, transmissão e distribuição, todas antes sob a égide da Eletrosul. Em 1997 cria-se a Gerasul (referente somente à parte da Eletrosul anteriormente responsável pela geração), que em menos de um ano será comprada pela franco-belga Tractebel-Suez. Esta, por sua vez, incorporará 7% da geração nacional e 50% da do Sul do Brasil, assumindo o controle de quatro UHEs (Itá, Passo Fundo, Salto Osório e Salto Santiago), três UTEs (Usinas Termelétricas de Energia – Complexo Jorge Lacerda, Alegrete e Charqueadas) e participação na Maesa S.A, consórcio responsável pela UHE Machadinho. Outros consórcios privados assumirão empreendimentos na bacia do Uruguai, como a Enercan na UHE Campos Novos, a já citada Baesa em Barra Grande, a empresa Triunfo na UHE Garibaldi (rio Canoas), entre outras. A venda da Gerasul foi realizada pelo valor de 760 milhões de reais, embora, segundo Espíndola (2009), seu valor estivesse avaliado em 7

- Perda da qualidade de serviços prestados, principalmente devido à dispensa de profissionais qualificados, formados dentro das empresas estatais entre as décadas de 60 e 90;
- Aumento das tarifas de luz elétrica, principalmente as residenciais⁵¹, que se dá devido ao surgimento de novos encargos, taxas e contribuições associadas ao modelo híbrido em marcha. Isto levou a exclusão de parcelas de baixa renda do acesso a programas de eletrificação;
- Queda nos investimentos estatais em expansão do sistema (pois, de acordo com os ajustes estruturais preconizados para países como o Brasil, todo investimento estatal era visto como fonte originária de déficit público, que deve ser evitado a qualquer preço)⁵² ;
- Renúncia do papel do Estado como gestor estratégico, ao mesmo tempo em que foi reputado incapaz de fomentar regulação eficiente e clara para o setor;
- Erosão do planejamento estratégico de longo prazo para o setor energético;
- Prejuízos à economia devido à falta de confiabilidade em relação ao serviço existente.

bilhões de reais. Para um quadro detalhado dos consórcios, as empresas componentes e as respectivas UHEs na bacia do Uruguai, ver Espíndola (2009, p.113).

- 51 A tarifa brasileira é a quinta mais cara do mundo, mas varia de acordo com o consumidor: enquanto residências urbanas, responsáveis por 25% do consumo nacional, pagam R\$ 0,50 o kW, grandes empresas eletrointensivas — que constituem 48% do consumo nacional — tais como Votorantim (que consome 4% da energia total do país) e Vale do Rio Doce (5%) têm as tarifas subsidiadas pelo Estado, cabendo-lhes apenas a bagatela de R\$ 0,06/kW.
- 52 Enquanto, entre 1991 e 2000, a demanda por energia cresceu 4,1% ao ano, a oferta disponibilizada cresceu apenas 3,3% (Sauer, 2002). Numa série mais longa, exposta por Espíndola (2009) a partir do documento “Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio”, do Ipea (2007), constata-se que esta discrepância acumula 30% entre 1980-2003. A partir deste dado pode-se inferir outros: enquanto o PIB anual cresceu 1,9% no período, a demanda energética cresceu 2,5% ao ano.

Além disso, a energia foi transformada num negócio altamente lucrativo: por ano, os consórcios envolvidos passaram a lucrar R\$15 bilhões, além de explicitar uma contradição entre a perspectiva mercantil para os usos da água (direcionada majoritariamente para a geração de energia elétrica, em contratos que preveem décadas de fornecimento vendidas antecipadamente) e a de usos públicos e

⁵³

múltiplos das águas . Como corolário desta lógica, fica evidente a vantagem dos conglomerados capazes de comprar grandes quantidades de energia, fazendo-o por preços baixos, estratégia impossível para consumidores residenciais individuais. A UHE Barra Grande passa a existir a partir desta lógica, embora sua formulação inicial pertencesse ao contexto de centralização estatal dos anos 1970.

Para Vainer (2007), a reestruturação do setor significa “desmonte”, constituindo o regime de concessões e a instauração de agências reguladoras a perda de uma dezena de anos de trabalho de articulação entre legislação ambiental, legislação setorial e agenda governamental. Tanto consórcios privados quanto as agências reguladoras não sabem lidar com as dimensões sócio-ambientais, inclusive ignorando muitas vezes quais as suas atribuições neste aspecto. Para Vainer,

A ausência de um debate público consistente e abrangente sobre o novo modelo institucional, bem como sobre suas implicações sociais e ambientais, sinalizou a vontade de relegar ao passado as experiências de participação e negociação, fazendo da privatização também um meio de limitar o controle social nos processos de decisão — sejam aqueles

53 “A Lei das Águas (lei 9433/97) preconiza que a gestão dos recursos hídricos proporcione sempre os usos múltiplos da água, priorizando, em situação de escassez, o abastecimento humano e a dessedentação animal. Entre as possibilidades de usos incluem-se: controle de cheias; transporte de passageiros e cargas; irrigação; piscicultura; recreação; incentivo ao turismo; conservação do meio ambiente; produção de eletricidade.” (Sauer, 2002, p. 14)

referentes aos planos de longo e médio prazos, sejam aqueles direta e imediatamente associados à implantação de projetos específicos.(2007, p.121).

O livro de Biondi (1999), escrito no calor dos acontecimentos e com forte tom de denúncia, contribui com boa quantidade de informação sobre o processo geral de desestatização, não somente no que tange ao setor elétrico. Um dos aspectos que mais chama atenção diz respeito à comparação com os países europeus (marcadamente Inglaterra e Itália) que também passaram pelas privatizações. Enquanto no Brasil as empresas estatais foram vendidas para grandes conglomerados, em sua maioria formados por capital estrangeiro, capital nacional privado e fundos de pensão, naquelas nações as ações foram pulverizadas de forma a serem adquiridas pelos cidadãos. O autor inclusive sugere que algo neste sentido poderia ser feito por aqui, através de transferência dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao trabalhador) aos contribuintes de direito, em forma de ações das estatais.

Outros apontamentos do autor que assinalam o caráter problemático dos processos brasileiros de privatização:

- Dívidas das estatais, quando não saneadas anteriormente com recursos públicos, foram assumidas pelo Tesouro Nacional. No entanto, se as empresas tinham dinheiro em caixa, este ficou para os compradores;
- Governo assumiu o pagamento dos aposentados das empresas;
- Programas de redução da folha salarial para assegurar a privatização;
- Preços de venda subavaliados, além de o pagamento ser aceito em parcelas, estabelecidas a juros muito baixos. Isto teria acontecido por que o critério para formular tais preços foi a possibilidade faturamento e lucro futuros, e não o patrimônio acumulado;
- Financiamento do BNDES para os compradores;
- Investimento do governo para melhorias nas

empresas nos anos imediatamente anteriores à venda;

- Processo de desmoralização das empresas estatais nos anos anteriores, que passa pela ausência de percepção, por parte da sociedade, de que aquele patrimônio era público e que conviria debate mais longo e amplo acerca de seu destino;
- Não incidiu na diminuição da dívida pública, um dos objetivos iniciais da proposta;
- Governo também não respeitou duas das premissas iniciais da proposta desestatizante: a interdição do controle acionário por parte de capitais estrangeiros foi ignorada, como também o foi a obrigatoriedade das empresas agora proprietárias comprarem em solo nacional uma parcela da tecnologia a ser usada na modernização.

No âmbito específico do setor elétrico, Biondi (1999) ainda ressaltava outros fatores. A promessa de redução de tarifas com a privatização não aconteceu, visto que foi automaticamente indexada a partir do IGP-DI, para os oito anos seguintes à venda. As empresas recém-privatizadas também foram autorizadas a financiar sua modernização da maneira como bem entendessem, o que, ao invés de fomentar a vinda de capital de suas matrizes (o que favoreceria a balança comercial brasileira), levou-as a recorrer a empréstimos internacionais — aumentando a dívida brasileira. Por fim, o Estado abriu mão de co-gerir as empresas (como estava previsto), resignando-se ao âmbito da fiscalização setorial. Isto, segundo o autor, teria resultado na perda de forças do Ministério de Minas e Energia, em detrimento da atuação do Operador Nacional do Sistema (ONS)⁵⁵, entidade nova constituída por um “condomínio

54 Embora não circunscrito ao setor elétrico, o exemplo da Telebrás é significativo: entre 1996 e o primeiro semestre de 1998 o governo investiu R\$ 21 bilhões em melhorias. O preço estabelecido para a venda da empresa foi de R\$ 22,2 bilhões. (Biondi, 1999, p. 13).

55 Substitui o GCOI (Grupo Coordenador de Operação Interligada), existente desde 1973 no interior da Eletrobrás, responsável pelas tarefas de gestão e coordenação das linhas interligadas.

de empresas”, públicas e privadas.

Os principais objetos do afã desestatizante foram as empresas do setor de distribuição, cujo investimento é menor do que os de geração e transmissão, ao mesmo tempo em que o retorno financeiro é mais rápido. Assentado este novo cenário, surge um ambiente competitivo no CHB, em que o hibridismo entre setor público e privado torna-se mais intenso — empréstimos do BNDES, concessões via Aneel, surgimento do ONS, esvaziamento do MME, criação de um Mercado Atacadista de Energia (“um espaço de livre negociação de energia, através de contratos bilaterais de longo e de curto prazo e de consumidores livres, com tarifas vantajosas”, na definição de Martins, 2009, p. 83). Assim, não há simplesmente uma “colonização” material do Estado pelo mercado, mas uma maneira de agir que funde privado e estatal, em prol da efetivação dos lucros — estes sim, essencialmente privados — e da paulatina mercantilização da energia. O Projeto Uruguai, do qual faz parte a UHE Barra Grande, é exemplo tácito deste processo: inventariado há mais de três décadas pelo Estado e atualmente por ele concessionado/fiscalizado, tem sua geração de energia hoje gerenciada por grandes consórcios, sem exceção.

Para completarmos as referências ao processo brasileiro de reestruturação (termo mais amplo que a ideia de “privatização”, embora absolutamente referenciado nela) vale apresentar a reflexão de Silva (2001) que analisa dois documentos internos — um elaborado pela consultoria inglesa Coopers & Lybrand, que buscou fornecer subsídio para o novo formato do CHB e outro, produzido no interior do MME, denominado “Diretrizes para a Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro”, ambos de 1996. O primeiro segue a lógica já exemplificada na “missão Coke” (e quejandos), segundo a qual técnicos estrangeiros são contratados para sugerir linhas de desenvolvimento para o setor. O segundo é mais curioso, pois embasa todos os argumentos da necessidade de privatização em tendências observadas na história do setor elétrico de outros países, que atravessaram processos bem distintos do brasileiro. Seu conteúdo consiste na constatação do esgotamento de uma época, marcada por keynesianismo, o advento do New Deal, o financiamento multilateral para o reerguimento europeu no pós-guerra via Plano Marshall, o

surgimento e/ou fortalecimento de empresas públicas (como na França e na Inglaterra) assumindo papéis estratégicos no desenvolvimento econômico. O desgaste destes pressupostos leva à ascensão do neoliberalismo como teoria e prática de gestão do Estado, culminando numa reconfiguração do poder de classe.

Ao término das mudanças levadas a cabo pela gestão presidencial de Cardoso (1995-2002), observava-se um cenário incerto. Se no ciclo anterior do sistema o Estado projetava investimentos de acordo com o crescimento do PIB, sem levar tanto em conta riscos e incertezas existentes em outros setores, com o advento do paradigma competitivo do setor elétrico o critério de investimento das empresas passou a ser a possibilidade de lucro. Mas, como demonstra Martins (2009), a rapidez com que as vendas foram realizadas não foi seguida pela elaboração de um marco regulatório que conferisse segurança aos diversos atores do sistema. Apesar de todas as medidas tomadas pelo Estado antes da privatização apontadas por Biondi, pairavam temores nos anos imediatamente seguintes — materializados em baixas taxas de retorno financeiro⁵⁶

das empresas, baixo índice de expansão da capacidade instalada, alto risco de escassez e, como corolário, as crises de racionamento de 1999 e 2001.

Sinteticamente, a expansão da geração elétrica

56 “(...) na última década do século, a expansão da capacidade de geração brasileira foi insuficiente para atender ao crescimento da demanda por energia elétrica no país, mesmo numa conjuntura econômica nacional que alternava baixo crescimento com estagnação, já que o período foi caracterizado pelo desequilíbrio entre o crescimento da capacidade instalada (3,4% de média anual) e a demanda (3,9%)(...)” (Martins, 2009, p.98-9). Entre 2000 e 2010, a expansão da capacidade, segundo a Aneel, é de 50,1%, chegando a 112,3 mil megawatts. (Fonte: Ambiente e Energia. <http://www.ambienteenergia.com.br/index.php/2011/02/geracao-capacidade-instalada-cresce-57-em-2010/9370> . Acessado em 17fev2012.) Aumento significativo, embora abaixo do intervalo entre 1966 e 1981, que observou taxas médias anuais de 11,6% de expansão.

brasileira no período 1990-2000 parece ter ficado na expectativa da definição do novo modelo de mercado. Por um lado, as empresas que se mantiveram estatais investiram menos na expansão da geração, não foram estimuladas pelos governos a isso e, além disso, tiveram acesso a um volume menor de crédito por parte das instituições financeiras, notadamente, o BNDES, (...). Do outro lado, as empresas privadas pareceram ter algum receio de investir em um cenário de incertezas e não conseguiram manter um ritmo acelerado de expansão. Assim, a passagem para o modelo concorrencial de mercado foi mais complicada do que a expectativa dos seus idealizadores, o que gerou uma série de questionamentos acerca da implementação do programa de desestatização. (Martins, 2009, p.102)

O primeiro governo Lula (2003-06) traz aportes novos à expansão do setor:

- o advento do Plano Plurianual (2004-7);
- o deslocamento definitivo da fronteira elétrica (ou seja, dos locais onde se buscam novas fontes de produção de energia) na direção da Amazônia;
- a alteração do MAE para CCEE (através da lei 10.848, que regulamentou o novo modelo do setor elétrico, em 2004);
- a criação da EPE (Empresa de Planejamento Energético) que, segundo a lei 10.847/2004 (que institui seu surgimento), está vinculada ao MME e é o órgão que realizará: as projeções de potencial energético, demanda e expansão da capacidade instalada e o planejamento para aproveitar e efetivar tais projeções; periodicamente realizará o balanço energético nacional; obterá as licenças ambientais prévias necessárias para licitar empreendimentos de geração e transmissão elétrica; desenvolverá estudos sobre os impactos sócio-ambientais e de viabilidade técnico-econômica dos empreendimentos de geração e transmissão, além de pesquisas para que estes futuramente possam ser mitigados e articulados com procedimentos de eficiência energética. De

certa forma, é um ator que parece responder às inseguranças existentes entre os investidores, apontadas pela citação de Martins acima;

- a lei 11.079, de dezembro de 2004, que regulamenta as Parceiras Público-Privadas, fomentando no âmbito do setor elétrico empreendimentos que misturam capital privado e estatal para expansão do parque gerador, antes dificultado pelas restrições à participação das subsidiárias federais e ao BNDES⁵⁷.
- a crescente participação do BNDES como financiador e também acionário de novos projetos, norteando suas ações a partir da adoção de inovações financeiras, tais como o *project finance*, as *sociedades de propósito específico* e o horizonte da *corporatização*, ou seja, a transformação de seu funcionamento e função em uma empresa comercial ante-sala de sua privatização (ou o começo de sua implementação), segundo Novoa Garzon (2011).

Segundo Martins,

Entre 1995 e 2000, o BNDES financiou a construção de hidrelétricas que expandiram a capacidade instalada do país em 6.027 MW. Dentre os projetos financiados ressalta-se: Serra da Mesa, Itá, Machadinho e Lajeado.

57 Exemplos de colaborações contemporâneas sob este prisma são as hidrelétricas no Rio Madeira — o consórcio que venceu o leilão de Jirau era composto por Chesf, GDF-Suez, Camargo Correa e Eletrosul, enquanto no de Santo Antônio participam Furnas, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Cemig — e no Xingu — consórcio Norte Energia é composto por Eletrobras: 15,00%, Chesf: 15,00%, Eletronorte: 19,98%, Fundos de Pensão (Petros: 10% e Funcef: 5%), a Sociedade de Propósito Específico Belo Monte Participações S.A, articulada em torno da privada Neo energia S.A.(10,00%) e da empresa Amazônia (de propriedade de Cemig e Light, com 9,77%), as autoprodutoras Vale do Rio Doce (9%) e SinoBrás (1%), entre outras participações minoritárias.

Esses projetos obtiveram uma participação do banco da ordem de R\$ 1,90 bilhão (BNDES, 2001). Durante o contexto de crise energética em 1999, o governo elaborou o PPE (Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários no Setor Elétrico), que estabeleceu uma lista de projetos prioritários, com linhas de crédito do BNDES diferenciadas e facilitadas, na sua maioria projetos de termelétricas. O BNDES previa, até 2003, 'a expansão dos sistemas interligados brasileiros, através de 21 projetos de hidrelétricas, em cerca de 7.803 MW, dos quais 53,3% estão sendo financiados pelo Banco, representando investimentos da ordem de R\$ 10,7 bilhões.' (p.107).

(...) Um outro documento institucional atesta que o banco tem sido 'o principal agente provedor de recursos de longo prazo para o equacionamento das fontes de recursos dos projetos'. E destaca que no campo exclusivo da geração, a instituição 'aprovou no período [2003-junho de 2008] 142 projetos, com um montante de financiamento no valor de R\$ 21,3 bilhões (...), agregando ao sistema elétrico brasileiro 15.214 MW de potência instalada. Dentre os projetos financiados no segmento da geração, destaca-se a preponderância assumida pelas hidrelétricas, mais de R\$13 bilhões (...). Também chama atenção o volume de recursos destinados aos investimentos de transmissão, quase R\$6 bilhões, somando 9.800 km de linhas de transmissão, 10%⁵⁸ da malha total existente no país. (p.107).

Em consonância com documento de 2007 do Banco Mundial, citado por Novoa Garzón (2011), o BNDES passa a estimular a participação estatal em projetos de infraestrutura da seguinte forma: não incidir no planejamento, apenas no financiamento do capital — principalmente o fixo, cujo tempo de

58 Vale mencionar que, para além do crédito para Ité e Machadinho, também a UHE Barra Grande obteve financiamento: R\$ 460 milhões por parte do Banco (ou 35% do custo total da obra), exatamente dentro do PPE. Fonte: Agência Brasil. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-06-05/bndes-financiaconstrucao-da-usina-de-barra-grande>. Acessado em 17 de fevereiro de 2012.

rotação e retorno em forma de lucro é mais lento — além de atuar na "re-regulação" e nos subsídios incondicionados, tendo em vista o retorno financeiro garantido dos projetos. Modalidade singular de neoliberalização da natureza, visto que o banco é o principal fomentador das iniciativas de mercantilização dos recursos hídricos no país hoje .⁵⁹

Essa garantia é importante porque os consórcios atuais são em parte constituídos por Sociedades de Propósito Específico, que se formam a partir de empresas que se juntam para uma ação específica e captam empréstimos a partir de previsões de ativos e rendimentos — ou seja, a partir de simulações de quanto os empreendimentos a serem financiados poderão gerar de lucro. Por consequência, os investidores não se responsabilizam integralmente pelos riscos do projeto, sendo estes compartilhados por todos os atores envolvidos, inclusive instituições de fomento como o BNDES. Por estar assim, baseando o próprio custeio dos projetos a partir de receita que ainda não existe, o cumprimento estrito do cronograma e da previsão de despesas faz-se ainda mais fundamental — mesmo que para isso se dê pouca atenção às normatizações trabalhistas e sócio- ambientais. Esta lógica caracteriza o *project finance*, sintetizada por Martins enquanto

um mecanismo de estruturação de financiamento a um projeto legalmente independente dos investidores, na qual os financiadores assumem que o fluxo de caixa a ser gerado e os ativos do projeto são as fontes primárias de pagamento e garantia do financiamento (2009, p.106).

É a que tem prevalecido para os atuais empreendimentos hidrelétricos.⁶⁰ Este quadro contribuiu ainda para reaquecer no setor

59 A discussão de Novoa Garzon (2011) sobre a atuação do BNDES enquanto enclave político que articula lógicas ainda ligadas aos enclaves econômicos descritos pela teoria da dependência — tidos como formadores históricos da dinâmica econômica e sócio-territorial das nações latino-americanas — é das mais interessantes, embora não caiba aqui.

60 Crítica de Novoa Garzon ao modelo: “No caso do Brasil, firma-se um compromisso, entre todos os atores envolvidos (o setor privado, o

empresarial a percepção de que o meio ambiente seria obstáculo do desenvolvimento econômico capitalista — mesma imagem feita dos grupos camponeses e suas formas tradicionais, às vezes inclusive não-capitalistas, de sociabilidade. Com o advento da EPE, o papel do BNDES e dos agentes privados, orientados pela lógica de um mercado de energia que, embora criado nos anos 90, hoje opera com igual ou superior intensidade de leilões, especulações e investimentos, fica a questão de como tais empreendimentos, geradores de consideráveis consequências sócio-ambientais, terão seus efeitos geridos, como se dará o financiamento dos laudos ambientais e a formulação e implementação das medidas compensatórias necessárias. Sobre esta tensão, que faz convergirem neoliberalismo e o momento atual, gostaríamos de nos aprofundar um pouco mais em sumárias considerações sobre...

2.2... o CHB hoje

Na breve sistematização realizada a partir de bibliografia recente sobre o CHB, verifica-se, grosso modo, duas linhas que se distinguem bastante, se tomarmos como critério a avaliação das ações e as perspectivas futuras. De um lado, os textos que não discutem os pressupostos da geração de energia e buscam delinear, a partir de análises geralmente vinculadas à administração e à economia, o que se pode executar a partir do quadro existente hoje. De outro, a preocupação em estabelecer uma crítica aos projetos de geração de energia elétrica a partir da enumeração de suas consequências sócio-ambientais, de suas finalidades econômicas e do grau de democracia em sua implementação e gestão. Crítica que visa, em alguns casos,

governo federal e o BNDES em particular), de administrar os riscos antecipadamente. Nesse sentido, tudo o que vier a afetar a potencial taxa de retorno do projeto será exorcizado e excomungado pelos setores comprometidos previamente com esse nível de resultado. A resposta diuturna será o encaixotamento e o enquadramento de todos os custos/riscos, nas subseqüentes fases de implementação do projeto, dentro de parâmetros de rentabilidade já pré-acordados. O Estado, assim, deixa de negociar com o capital a partir de vetores econômicos com alguma equivalência e se reduz, por esforço próprio, a um canal privado de negociações impermeável as reivindicações populares.” (2011, p.81-2).

fomentar mudanças em aspectos deste modelo.

Interessa destacar mais a primeira vertente, que constitui uma espécie de "pensamento nativo", interno ao sistema, seguindo a linha de Antonaz, embora com outro material para a análise que não suas entrevistas com especialistas do campo. Com isso, é possível confirmar a afirmação de Vainer (2007) de que há uma espécie de perda do acúmulo obtido anteriormente nas negociações acerca da implantação das UHEs, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado e à criação de canais legítimos de diálogo com os atingidos.

Cada um dos textos de referência têm um escopo distinto. O primeiro, produzido no interior do próprio governo — é um “Texto para Discussão” do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) — destrincha os investimentos do maior programa da segunda gestão do governo Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no âmbito do setor elétrico, lidando com a vinculação tida como absoluta entre expansão da produção energética e da capacidade produtiva do país. O segundo é um modelo de gerenciamento de reassentamentos proposto por um analista do Banco Mundial. O terceiro tem a ver com um histórico do setor elétrico a partir de teorias da administração, que utilizam como critério primordial de análise o grau de complexificação do setor, verificado com base na maneira e quantidade com que diversos atores se envolvem em seu fomento e gestão.

O texto para a discussão número 1329, intitulado “O PAC e o Setor Elétrico: Desafios para o Abastecimento do Mercado Brasileiro (2007-2010)” (Pêgo & Neto, 2008) é a peça mais interessante, pois descreve um cenário recente de mais de 20 anos de investimentos insuficientes no setor, o que, num primeiro momento, coincidiria com o já citado período de conflito entre as concessionárias estaduais e o governo federal e, num outro, mais recente, com o das privatizações sem o marco regulatório nem o planejamento adequados.

61 O texto de Bermann (2007) propõe uma série de medidas técnicas que aliviarão o sistema e a necessidade de novos grandes empreendimentos, tais como a repotenciação de usinas já existentes, a complementação de outras que não contam com todas as turbinas instaladas e a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que teriam consequências sócio-ambientais menos danosas.

Os números relacionados ao investimento em energia no PAC fazem jus ao destaque que o setor de infraestrutura ganha nos blocos de ação governamentais⁶²: são R\$274,8 bilhões em quatro anos, sendo que R\$ 179 bilhões vão para petróleo e gás natural, R\$78,4 bilhões para energia elétrica e R\$17,5 bilhões para energias renováveis. Mesmo assim, no que diz respeito ao CHB os autores reputam não ser o montante suficiente, pois a reestruturação do setor, operada durante a década de 1990 e visando, entre outras, a abertura para o capital privado e o início do uso de fontes como o bagaço da cana e o óleo combustível, não foi capaz de evitar previsões sombrias de racionamento para os anos de 2009 a 2011.

Interessa refletirmos um pouco mais sobre tão sombrias previsões. Elas parecem caminhar lado a lado com a necessidade preeminente de crescimento econômico — sem energia em oferta cada vez maior, ficará complicado manter o ritmo propugnado como necessário para os objetivos do PAC (Pêgo & Neto, 2008). São mobilizados então dados da EPE e também da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), ambos assinalando a proximidade de índices de risco de déficit para os próximos anos. Isto influencia outros setores da produção (como vimos, a cadeia produtiva brasileira está em parte marcada pela característica eletrointensiva) e também o próprio preço da energia negociado no mercado — a tendência, em caso da escassez da mercadoria, é de aumento. Mostra-se então necessária uma intervenção governamental no sentido de acalmar os ânimos, cujo conteúdo os autores deixam bem claro:

(...) ao longo da década passada e desta, o governo não conseguiu dar agilidade à elaboração de estudos e inventários que dessem origem a novos projetos de investimento, principalmente hidrelétrico, em regiões com potencial pouco explorado como a Norte e a Centro-Oeste. Por isso é fundamental a aplicação de recursos para a formação de uma nova carteira de

62 Além do bloco de ações referentes à infraestrutura, que comporta intervenções no âmbito da energia, da infraestrutura social e urbana e da logística, há mais quatro: i) melhoria do ambiente de investimentos; ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; iii) desoneração e aperfeiçoamento tributários; iv) medidas fiscais de longo prazo.

projetos hidrelétricos.(...) Deve-se destacar que, sem licitações de grandes empreendimentos hidrelétricos e com incertezas em relação ao abastecimento do mercado de gás natural, o preço do MWh no mercado livre de energia está em alta. (...) O mercado livre de energia é muito influenciado pelas previsões de investimento. Se o governo conseguir colocar em licitação grandes projetos, como as hidrelétricas do Complexo do Rio Madeira, os preços tenderão a cair. (Pêgo & Neto, 2008, p. 29).

O sentido de inevitabilidade de expansão do sistema elétrico brasileiro a partir da hidreletricidade (que no últimos 30 anos já cresceu 700% e, como dito, já representa 77% do abastecimento nacional) (Leturcq, 2009, p.3), devido às características de mercado apresentadas acima, associadas ao temido espectro do racionamento, parecem conferir toda legitimidade aos investimentos e empreendimentos previstos. Além disso, justificam as medidas tomadas para atrair investidores privados, principalmente a partir de financiamento de até 85% das inversões do setor privado no setor energético pelo BNDES (preponderância de um tipo de atuação institucional parecido com o do momento neoliberal), pois este setor teria algumas especificidades que deveriam ser levadas em conta, que já conhecemos: produz em economia de larga escala, apresenta uso intensivo de capital, necessita de longo prazo de maturação dos investimentos e exige contribuições de diversos ramos tecnológicos.

Por fim, os autores apresentam medidas de curto e longo prazo para a evitação de um possível racionamento na região Sudeste em 2013⁶³ (visto que esta é a maior consumidora), e indicam um caminho político no que diz respeito aos impactos sócio-ambientais:

63 Curto prazo: *i*) contratação de navios conversores de gás liquefeito, *ii*) aumentar capacidade de caldeiras de usina de bagaço de cana; *iii*) Efetivar o cronograma de operacionalização das usinas a óleo combustível; *iv*) Torcer por regimes hidrológicos favoráveis.

Fato relevante que tem provocado atrasos sistemáticos e prolongados ao andamento das obras não só do setor elétrico, mas também dos setores de petróleo, gás e transportes, é a enorme dificuldade para a obtenção do licenciamento ambiental. Várias medidas têm sido tomadas nos últimos anos no sentido de se dar mais agilidade aos processos de licenciamento ambiental, embora sem sucesso até o momento. (p.26)

Esta discussão ilustra bem a dicotomia proposta por Zhouri e Oliveira (2007) para pensar o conflito entre dois paradigmas de consequências sócio-ambientais: um que levasse em consideração o ambiente apenas a partir da centralidade da intervenção humana a ser feita e, como consequência, buscasse estratégias de preservação que não questionassem os impactos, apenas os amenizassem (“paradigma da adequação ambiental”), ignorando a racionalidade econômica instrumental que preconiza a compensação de tudo a partir da equivalência monetária; e outro que pense as potencialidades e condições do ambiente e as interações humanas pré-existentes (“paradigma da sustentabilidade”).

Podemos perceber a permanência desta dicotomia ao refletir sobre as considerações do Banco Mundial, a partir do texto de Cernea (2007), quando apresenta o modelo de reassentamento calcado em outras experiências históricas, visando a mitigar os efeitos da perda de terras devido aos alagamentos causados por barragens. Ele usa indicadores como perda de terra, do lar ou do trabalho, empobrecimento, marginalização, insegurança alimentar, perda de referências familiares e comunitárias etc.

Em nenhum momento, no entanto, se questiona a inevitabilidade do modelo energético de grande porte e proporcional impacto sócio-ambiental: apenas se deve levar em conta os possíveis reparos a serem feitos nele. O Banco Mundial, mesmo distante de investimentos nesta área no Brasil há mais de uma década (Pêgo e Neto, 2008, p. 17), faz uma série de recomendações, entre elas o respeito à legislação ambiental, sensibilidade para com a realidade sócio-cultural dos atingidos/futuros assentados, a hierarquização dos riscos envolvidos nestes empreendimentos, além de projetos de

reassentamento que saibam prever as variáveis de maior risco, evitando-as logo de saída.

Por fim, vale mencionar a breve recapitulação do CHB realizada por Gomes & Vieira (2009). Aqui, a ênfase na quantidade de organizações e na intensidade da atuação destas no campo, numa aparente importação do conceito de Bourdieu (2007) (há menção a relações de força a partir de regras e recursos simbólicos estabelecidos no interior de um conjunto de relações) para a teoria da administração pública. Chama a atenção nesta sumarização a atenção não tanto a constituição do campo — que, concluem os autores após relevante resgate empírico de sua história, chega a um alto grau de institucionalização ao fim do século XX, com a presença de empresas privadas, estatais, agências reguladoras, associações de classe, instâncias estatais de decisão. O mais interessante aqui é o que diz respeito às transformações na relevância da gestão da energia elétrica para a configuração dos diferentes projetos nacionais e papéis do Estado, desde o encampamento de empresas municipais e estrangeiras por parte do primeiro governo Getúlio Vargas até o contemporâneo contexto de hibridização já descrito. Como nos outros dois textos analisados, mas desta vez com ênfase na teoria da diferenciação do campo organizacional, os autores encaram o setor como vinculado a dinâmicas de investimentos e decisões políticas, sem atentar para dimensões sócio-ambientais imbricadas neste desenvolvimento histórico. Leitura, enfim, onde predomina uma espécie de tecnicismo que, nos dois primeiros casos, sai do campo analítico para ganhar o terreno normativo e de indicações práticas de planejamento setorial. De qualquer forma, as três contribuições mencionadas destacam perspectivas e olhares que iluminam algumas razões para compreendermos Barra Grande e outros empreendimentos na região do Uruguai a partir de perspectiva analítica muito diversa — ou seja, da lógica do CHB como acumulação por espoliação calcada na apropriação violenta de recursos naturais, muitas vezes associada a práticas de estado de exceção para ocorrer. Para iniciarmos tal caminhada, vejamos agora os antagonismos que a lógica híbrida (estatal “re-regulada” + mercantil) acabou engendrando, da qual Barra Grande é um capítulo importante.

2.3. As lutas na bacia do rio Uruguai

Após elencar perigosos efeitos ambientais vinculados às hidrelétricas⁶⁴, Bermann (2007) sintetiza da seguinte forma seu impacto especificamente social: tais empreendimentos chegam em áreas em que as formas de produção e reprodução da vida social muitas vezes não estão hegemônicas pela lógica mercantil, o que inexoravelmente passa a acontecer; corroboram com o caráter pífio do debate e da participação nas decisões relacionadas à implementação destas ações; demonstram quão pouco levam em consideração a agência e os projetos de vida dos sujeitos atingidos pelos empreendimentos.

A região da bacia do Uruguai tem sido, há mais de três décadas, cenário de múltiplas percepções e manifestações a respeito destes empreendimentos e, principalmente, da maneira como são conduzidos. Bloemer (2000), em seu estudo sobre a implantação da UHE Campos Novos nos Campos de Lages, assinala bem esta variedade, ao destacar, entre os camponeses da região, sentimentos de angústia/incerteza, de confiança nos notáveis locais (que supostamente garantiriam o futuro de seus protegidos) ou ainda de disponibilidade para confrontar o empreendimento. Além disso, a autora destaca como tal evento mexe com a própria lógica da reprodução social das populações camponesas da região, expressas principalmente na sua relação de identificação da terra (com os recursos e limitações por ela impostos; as formas de relação com o meio ambiente e de organização da lavoura, marcadas pelo baixo uso de tecnologia agrícola; as trajetórias de capitalização e os planos de herança/padrões sucessórios; os circuitos de sociabilidade estabelecidos há gerações) e também com a experiência da migração (outrora voluntária, desejada, sinônimo de conquista da terra e da segurança vinculada à condição camponesa, agora imposta, prenhe de variáveis

64 i) Alterações do regime hidrológico das regiões de barragens; ii) a emissão de gás metano — que contribui para o efeito estufa — vindo da decomposição vegetal no fundo dos reservatórios; iii) a pressão sobre o solo e subsolo devido à massa de água existente, induzindo abalos sísmicos e a proliferação de mosquitos vetores de doenças à beira dos reservatórios.

desconhecidas).

Num outro registro, Reis (2001) nos traz a variedade de experiências após a remoção de famílias afetadas pela UHE Itá, que culminaram em alguns reassentamentos coletivos de famílias da

⁶⁵

região. Os dois reassentamentos estudados — em Marmeleiro (PR) e Campo Erê (SC) — assinalam problemas na retomada do processo produtivo, endividamento, tensões e, ao mesmo tempo, tentativas de recriação no campo da sociabilidade, dificuldades de efetivar algumas das proposições feitas à época nos acordos firmados pela Eletrosul (principalmente no que dizia respeito à assistência técnica e regularização fundiária), divisões políticas fortes entre grupos de reassentados mais próximos das pautas da CRAB e outros vinculados aos técnicos da Eletrosul. No entanto, apesar de críticas e impasses, os reassentados viam com bons olhos sua nova realidade. A maioria deles, antes arrendatários, apreciavam a nova condição de proprietários, fundamental para a confirmação dos sentimentos de liberdade, autonomia, capacidade de transmissão da terra às novas gerações e, por fim, criação de um lugar camponês, percebidos por Woortmann (1990) em seu texto sobre campesinato e moralidade.

No caso do grupo por mim pesquisado, podemos pensar como o modo de reprodução dos camponeses da região da bacia do Uruguai — mais precisamente os municípios afetados pela UHE

⁶⁶

Barra Grande sofreu com a implantação do empreendimento hidrelétrico. Isto por que este impôs um conflito no qual tal modo corria o risco de se esgarçar — expressando-se enquanto consciência

65 Reassentamentos são uma modalidade de medida compensatória para a perda de terras devido aos alagamentos decorrentes de barragens. Como assinalam diversos autores (Vainer, 2007; Reis, 2007; Bloemer, 2000), são medidas que fogem das alternativas individualistas e patrimonialistas inicialmente propostas pela Eletrosul, como indenizações pecuniárias ou compras de terrenos para cada família (auto-reassentamentos, também conhecidos como cartas de crédito). Os reassentamentos surgem da percepção de que a perda da terra transcende a questão física de uma área submersa, significando a perda de todo um modo de reprodução social até então sedimentado em determinada região.

66 Em Santa Catarina: Lages, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, Cerro Negro. No Rio Grande do Sul: Vacaria, Esmeralda e Pinhal da Serra.

de uma contradição posta concretamente, no plano econômico através da lógica da acumulação por espoliação e no político pela exceção, afetando percepções de cotidiano e também de possíveis futuros. Ficava ameaçado o que Abramovay et alii (2004), a partir do conceito de Bourdieu (2009) [1980]), chamam de *habitus camponês*.

Cabe dar um passo atrás para vislumbrar melhor este processo. Ao reconstituírem a história deste grupo absolutamente heterogêneo que são os atingidos por barragens — visto que habitam regiões diferentes do país e sofreram as consequências de diferentes empreendimentos, realizados em momentos históricos distintos — Dumans (2005) e Reis (2007) demonstram quais as condições que levaram alguns destes sujeitos, ao entrar em antagonismo com as empresas do setor elétrico, a passarem paulatinamente a se verem como movimento, primeiramente sob a insígnia de CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens) depois MAB⁶⁷ (Movimento dos Atingidos por Barragens).

Dumans ilustra bem tal heterogeneidade ao relatar acontecimentos em três diferentes localidades atingidas por barragens (bacia Araguaia-Tocantins, pela construção de Tucuruí; bacia do São Francisco, pela de Sobradinho; e bacia do Alto Uruguai, pelo projeto Uruguai) e demonstrar como apenas no último caso as condições propícias levaram a uma organização política antagonica. No entanto, as semelhanças também são relevantes:

- nos três casos, muitos dos atingidos não foram indenizados ou não receberam compensações, porque não apresentaram títulos de propriedade de terras — indisponíveis devido à sua condição de posseiros, meeiros, arrendatários;
- condições de reassentamento que negavam a relação dos habitantes com a terra e com a região propunham ida para localidades muito distantes da anteriormente ocupada;
- intransigência e ausência de diálogo das empresas com os

67 Um dado importante da mobilização diz respeito exatamente à ressignificação do termo “atingido por barragem”, primeiramente usado em relatórios da Eletrosul e depois apropriado pelas organizações como forma de autoidentificação.

atingidos, postura sempre exponenciada pela sonegação de informações sobre os projetos;

- envolvimento de sindicatos rurais das regiões afetadas (no caso do Sub-Médio São Francisco e do Alto Uruguai) no auxílio da organização dos atingidos.

Podemos sintetizar alguns destes apontamentos nas três características elencadas por Reis sobre a maneira como o setor elétrico geralmente lida com estes segmentos: *desinformação* deliberada, *estratégia patrimonialista* (só reconhece como atingido quem tem como provar a posse das terras) e a *negociação individual*, que evidentemente enfraquece mobilizações que queiram pressionar as injunções das empresas. Bermann (2007) aponta ainda a estratégia de construir um *fato consumado* justificado em nome do progresso, do interesse público e do fornecimento de energias limpas, renováveis e baratas. Barra Grande, mesmo com a comprovação da falsidade do EIA-Rima feito e a mobilização jurídica e política em diversas frentes, acabou por fornecer, na visão dos ambientalistas e dos atingidos, mais um exemplo desta lógica (Prochnow, 2005).

Foi no caso do Alto Uruguai ao final dos anos 1970 que, no entanto, a movimentação foi definitivamente antagônica, frutificando em ações até hoje existentes. Àquela época um conjunto de possíveis atingidos colocou-se contra o projeto Uruguai, conhecido a partir do vazamento de informações sobre as intenções da Eletrosul de alagar parte da região. A partir deste momento, o conflito se estabeleceu e uma dinâmica organizativa se instaurou entre a população rural, residente na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Motivados pela articulação proporcionada pela Comissão Pastoral da Terra (por sua vez calcada na “nova hermenêutica bíblica” da Teologia da Libertação,⁶⁸ que punha em pé de colaboração fé e política) , por um novo contexto de modernização agrícola que começava a afetar a região, pela abertura do período de

68 Igrejas católica e luterana participavam organizando cursos de formação política de lideranças, fornecendo infraestrutura para reuniões, atos e formas de comunicação, ajudando a mobilizar financiamento internacional e buscando legitimar a causa nos espaços possíveis.

redemocratização e pela troca de experiências com atingidos por barragens da Eletrosul nas localidades paranaenses de Salto Osório e Salto Santiago, os possíveis atingidos passaram a se organizar. A política do *fato consumado* contava, pela primeira vez, com óbices de fato.

Esta fase de resistência, que atravessou cerca de uma década, pode ser periodizada a partir da formação da CRAB em 1979, por 350 famílias agricultoras. A partir daí algumas vitórias são conseguidas: 20 mil pessoas reunidas na Romaria da Terra de 1983, cujo lema⁶⁹ foi “Águas para Vida, Não para a Morte” ; entrega de abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas para o ministro extraordinário dos Assuntos Fundiários, em 1987; reconhecimento, por parte da Eletrosul, da legitimidade deste movimento como interlocutor e, logo em seguida, fechamento de acordo que garantiu um reassentamento coletivo. Em 1989 ocorre em Goiânia o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Depois disso tenta-se agregar outras lutas parecidas num mesmo movimento, que será fundado em Congresso Nacional realizado em 1991, buscando unidade nacional a partir de um modelo federativo — necessário devido às diferenças nas lutas regionais e aos escassos recursos para mobilização nacional. Concomitantemente, o agora denominado MAB amplia suas bandeiras para além da luta contra as barragens, visando alterações na política energética, a ênfase na pesquisa de energias alternativas, a manutenção de condições para a agricultura familiar, a preservação do meio ambiente e a crítica ao neoliberalismo.⁷⁰

Mas voltemos aos anos 1980, detalhando-os um pouco mais a partir da pesquisa de Reis (2007), que nos demonstra como a CRAB via suas diferentes bandeiras ganharem força em momentos distintos. Num primeiro, nos idos de 1979, a primazia era a “indenização justa”, em seguida ultrapassada pela luta por reassentamento na própria região (primeira metade da década de 80), associada a algo mais amplo e radical como o “não às barragens”, fase em que já se buscava ocupar espaços mais significativos e legitimadores como a assembleia legislativa do Rio Grande do Sul,

69 Principal palavra de ordem do MAB atualmente.

70 As mediações que levam o MAB a construir um discurso específico sobre o neoliberalismo são analisadas por Dumans (2005), entre as p.11-25.

que serviu de palco para evento público organizado pelos atingidos.

Além deste breve panorama de momento político tão efervescente, a autora nos apresenta algumas das transformações no interior da organização da CRAB. Primeiramente muito influenciada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) viu-se, no entanto, transformada, sofrendo processo de paulatina institucionalização e burocratização ao aproximar-se de orientações sindicais e político-partidárias. O primeiro espaço de formação de lideranças acontecia no âmbito das CEBs, a partir da metodologia da educação popular, fortemente arraigada numa perspectiva de democracia de base, realizada a partir de comissões locais e na visão da CRAB enquanto “ponto de apoio e serviço”. A influência da formação de lideranças intermediárias e de uma executiva, responsável por organizar uma assembleia geral de atingidos, marcou a entrada do formato sindical-partidário, a partir do qual é possível perceber uma lógica mais de movimento e menos de “serviço”, como assinala a autora.

Citemos sua conclusão sobre este aspecto:

Em síntese, os reflexos da transformação da CRAB de 'serviço' em 'movimento', ocorrida na prática, a partir de 1985, intimamente associada à predominância de princípios organizativos propostos pelo 'sindicalismo combativo', tornam-se evidentes, como já foi dito, em uma maior concentração do poder de decisão nas mãos de um grupo dirigente. Como parte dessa postura vanguardista ocorreram modificações na perspectiva da CRAB quanto aos objetivos de sua atuação e da própria luta política levada pelo MAB. No primeiro aspecto, tratava-se (...) de promover a 'consciência política' nos pequenos produtores rurais. No segundo, de promovê-la no sentido de reconhecer sua condição de 'trabalhadores rurais', ameaçados de perder a terra. Significou, ainda, um progressivo afastamento das práticas e representações simbólicas inspiradas no universo religioso praticamente hegemônico no período anterior, marcado pela intermediação da Igreja Progressista. (p. 488-9).

Todos estes são elementos para pensar uma experiência

coletiva bem delineada temporal e espacialmente, que pretendemos continuar explorando a partir das práticas políticas ocorridas em Barra Grande. Algumas pistas sobre como tal experiência continua nos anos 90 podem ser obtidas com Dumans (2005), que relata a articulação do MAB na Via Campesina e na CLOC (Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo), demonstrando ímpeto de trabalhar em redes, modelo que geralmente caracteriza os movimentos de resistência global e cuja participação de movimentos de trabalhadores rurais sempre foi muito forte.

No que diz respeito às atuações em rede, pode-se destacar o envolvimento do MAB em algumas frentes. Participa da Via Campesina, articulação mundial de movimentos sociais rurais com forte presença no Brasil que, além do engajamento em campanhas como a reestatização da Vale do Rio Doce e da manutenção das jazidas petrolíferas do Pré-Sal sob gestão estritamente estatal, atualmente realiza campanha contra o uso excessivo de agrotóxicos na agricultura. Esta campanha, intitulada “**Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida**” e lançada no início de 2011, parte da estratégia da Via Campesina de diferenciar dois modelos de produção agrícola, colocados como absolutamente antagônicos, expressões também de distintos projetos nacionais.

De um lado, o agronegócio monocultor, intensivo em tecnologias advindas dos desdobramentos da Revolução Verde (aí entram agrotóxicos, mecanização agrícola, engenharia genética), voltado para a produção de *commodities* agrícolas para a exportação, cuja expansão territorial dá-se em direção à Amazônia (tal como acontece com a fronteira elétrica), entre outras características. De outro, aparece a figura da pequena propriedade gerida pelo campesinato⁷¹ auto-explorado, com manejo racional do território, a produção voltada para o mercado interno, para a policultura em pequena escala, com uso de tecnologias sustentáveis.

Os debates, campanhas e outras ações realizados junto à Via Campesina contribuem para o delineamento de propostas e bandeiras de luta do próprio MAB no que diz respeito ao fomento da produção econômica dos atingidos, geralmente quando reassentados. Um bom exemplo é o programa PAIS (Produção Agroecológica Integrada e

71 Embora ainda gere controvérsias no debate acadêmico, a categoria campesinato é mobilizada fortemente pelos movimentos sociais do campo com propósitos de consolidação de uma identidade política.

Sustentável), que consiste em articulação com a Fundação Banco do Brasil para financiamento de unidades de produção com caixa d'água, galinheiro, horta e compostagem implementadas de forma integrada para a produção obrigatoriamente orgânica nas propriedades de agricultores atingidos. À época da coleta dos dados, estavam em implementação cerca de 25 destas unidades nos reassentamentos de atingidos pela UHE Barra Grande (outras unidades estavam sendo implementadas em reassentamentos referentes a outras UHEs, como a de Machadinho). Sobre elas mais será dito no capítulo 4.

Ainda sobre a atuação em rede, vale destacar a consolidação da “Plataforma Operária e Camponesa para a Energia”, que tem agregado os atingidos do meio rural a sindicatos de trabalhadores urbanos ligados aos setores da água e da energia, tais como a Federação Nacional de Urbanitários. A partir dela se alavancou a discussão atual sobre a renovação de importante fatia das concessões do parque gerador brasileiro, cujo vencimento está previsto para até 2015. Sob o mote “Todos pela Energia”, esta campanha preconiza que as concessões de empresas como Furnas, Chesf, Celesc, Eletronorte, Copel, CEEE, entre outras, não sejam postas para a concorrência no mercado, devendo permanecer sob a gestão do governo. A proposta da coalizão é, portanto, que sejam automaticamente renovadas. Isto em consonância com a intenção de pensar a matriz energética brasileira a partir do prisma de bem público, e não fronteira de expansão do capitalismo — ou seja, a percepção aguda de que há aí a espreita de mais uma possibilidade de acumulação por espoliação.

Por fim, no âmbito interno, percebe-se que o MAB tem acompanhado a tendência, pesquisada por Castro et alii (2009), de outros movimentos sociais rurais brasileiros, que buscam incorporar as temáticas da juventude enquanto bandeiras internas específicas. No caso, não só jovens, mas também mulheres têm conquistado visibilidade nestes movimentos, percebendo-se que as consequências da implantação de barragens têm incidências singulares sobre estes grupos — tais como a aceleração do êxodo rural e a intensificação do processo de masculinização e envelhecimento da população no campo. Neste sentido, ocorreram nas jornadas de luta do MAB (sempre no dia 14 de março, conhecido como o dia mundial de luta contra as barragens) dos últimos anos a preocupação com a

realização de encontros nacionais “setoriais”: um deles voltado para a juventude (em 2010, em Brasília), e outro para os debates vinculados às questões das mulheres (também em Brasília, em 2011), este com ênfase na violação dos direitos humanos das mulheres atingidas por barragens.

A discussão sobre direitos humanos dos atingidos por barragens passa por dois lances, relacionados à pressão institucional realizada pelo MAB. O primeiro tem a ver com a publicação, em 2009, do relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, instância do Ministério da Justiça. Tal comissão foi instituída devido à denúncia de violações sistemáticas dos direitos humanos (o relatório

72

cita 16 modalidades de violações) nos conflitos relacionados à implantação das UHEs, que o movimento sintetiza como “a continuidade da ditadura nas barrancas dos rios”. Para fortalecer as denúncias, em 2005 ocorreu no acampamento feito em protesto à UHE Campos Novos a visita da representante da ONU para a defesa dos direitos humanos, Hina Jilani. Todas estas articulações desembocaram na instituição da comissão especial em 2006, que

-
- 72
1. Direito à informação e à participação;
 2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
 3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
 4. Direito à moradia adequada;
 5. Direito à educação;
 6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
 7. Direito à melhoria das condições de vida;
 8. Direito à plena reparação das perdas;
 9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
 10. Direito de ir e vir;
 11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e à preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
 12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
 13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
 14. Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;
 15. Direito à reparação por perdas passadas;
 16. Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou comunitária.

realizou visitas *in loco* a UHEs em construção nas cinco regiões do país (UHE Cana Brava, UHE Tucuruí, UHE Aimorés, UHE Foz de Chapecó, PCH Fumaça, PCH Emboque e Barragem de Acauã).

Com este documento em mãos, a temática dos direitos humanos ganhou vulto para o movimento, sendo mobilizada em negociações junto a consórcios e a instâncias governamentais variadas. Em outubro de 2010, dá-se o segundo lance: surge o decreto presidencial nº 7.342, que busca estabelecer os critérios públicos para o cadastro dos atingidos por barragens, até então realizados pelos próprios consórcios das empresas, sempre objeto de muita contestação e disputa. Esta normatização contribuiria como referência jurídica para todos os processos de implantação de UHEs, sendo realizado pelo próprio Estado — retirando os atingidos da invisibilidade de exceção à qual até então estavam legados. No entanto, a Portaria Interministerial nº 340 de 1º de junho de 2012, que regulamentou o decreto, trouxe outra configuração: autoriza a realização do cadastro por empresas privadas terceirizadas, o que de certa forma sempre aconteceu. Por isso, o movimento passou a apresentar reticências em relação ao que era até então interpretado como conquista.

3. *A região*

Os próximos capítulos desta dissertação estão calcados nos dados colhidos junto aos agricultores coletivamente reassentados após a instalação da UHE Barra Grande. Há de se notar o recorte do universo pesquisado: os reassentamentos (ou Reassentamentos Rurais Comunitários, como são chamados em documentos técnicos) constituem apenas uma das modalidades de medida compensatória aos atingidos, sendo consequência direta do acordo CRAB/Eletrosul de 1987, elaborado quando das negociações em torno da implantação da UHE Itá. Outras medidas compensatórias comuns são: indenizações em espécie; indenizações para benfeitorias nas propriedades que, embora não alagadas, terão seu entorno atingido; e cartas de crédito (também conhecidas como *auto-reassentamento*), que consistem na possibilidade de um atingido receber individualmente outra propriedade (rural ou urbana) devido à perda da anterior, de alguma forma afetada pelas águas.

O motivo principal pelo qual os sujeitos da pesquisa foram escolhidos entre os moradores dos reassentamentos deve-se ao fato de terem se envolvido em negociações e confrontos, por vezes agudos, com a Baesa. Relacionam-se, portanto, a um envolvimento com a ação política — entendida aqui como explicitação de um conflito que, embora existente devido ao deslocamento compulsório de populações atingidas, não foi tomado de início como algo que merecesse espaço nas instâncias decisórias tradicionais. No caso, a ação política consistiu em estratégias (não apenas discursivas, mas também organizacionais e de demonstração de força) para interromper a invisibilização⁷³ e instaurar um mínimo fórum de debates e negociações.

73 Valho-me aqui da noção de *política* proposta pelo filósofo francês Jacques Rancière (1996). Não se refere à comunidade e a busca por sua possível harmonia (como geralmente somos levados a crer pela tradição da filosofia política), a partir da contagem das parcelas que compõem esta comunidade e a maneira como está colocada a distribuição das possibilidades de fala de cada uma delas. Mesmo que todas as parcelas estejam reconhecidas enquanto componentes da dita comunidade política,

A implementação de reassentamentos é alvo de disputas ferrenhas entre atingidos e consórcios, por algumas razões. Uma delas é o fato de mexerem na configuração fundiária de determinada região, pois seu surgimento implica na desapropriação e posterior reorganização de uma grande propriedade em um conjunto de pequenos lotes. Por isso, torna-se uma das medidas compensatórias mais caras para o consórcio responsável. Vale remeter a trechos de depoimentos de um atingido reassentado, que esclarecem algumas contradições neste processo:

O movimento [MAB] sempre teve uma posição clara em brigar por reassentamento coletivo — depois a gente até ficou de trocar o nome para comunitário, porque culturalmente, na nossa região, se tem a ideia de que o coletivo é um amontoado de gente, que não funciona, que não dá certo.

Na verdade, os reassentamentos de coletivo têm muito pouco: é uma área coletiva, de um latifúndio, que acaba sendo dividido em parcela, lotes, para várias famílias. E ali cada família escolhe o lugar da casa, do galpão, de estrada, onde a família se sente melhor. Forma uma comunidade nova. O individual, que são as cartas de crédito, você compra de outro agricultor, uma terra que já inviável, ou por isolamento, ou pelas condições técnicas da terra... Não muda, né? Não mexe na estrutura fundiária onde se constrói a barragem. Por isso nossa luta foi por reassentamento. (B., *reassentado em*

nem todas têm a mesma condição de expressão e participação — estão situadas desigualmente diante dos recursos políticos. Mas esta desigualdade nem sempre se manifesta enquanto uma percepção coletiva dos envolvidos. Há partes que existem, mas não estão em condições de participar efetivamente, denominadas pelo autor como “parcela dos sem-parcela”. Quando elas publicizam esta realidade desigual, expondo os conflitos (na terminologia de Rancière, o *dano* e o *litígio*) constitutivos de toda comunidade, e as outras parcelas argumentam que veem esta realidade, mas não reconhecem a desigualdade que a adjetiva, temos então um cenário no qual a política acontece. Coloca-se, portanto, a necessidade de verificação da igualdade em determinado contexto, visto que igualdade não é uma substância, um *a priori* ou uma categoria do estatuto jurídico, mas algo a que se propõe verificar, checar, constatar, nas situações concretas.

Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC)

Ou, como J. fez questão de me explicar, quando eu já encerrara as perguntas previstas para sua entrevista:

Eu, aonde eu vou que precisa explicar o porquê do reassentamento, o porquê da carta de crédito, porque que a gente assinou por essas ideias, é assim, ó: a carta de crédito é oferecida pela firma construtora da barragem. Então a gente pode ir, tanto pegar um lugar bom como um lugar ruim. Eles mais procuram colocar as pessoas nos lugares piores que tem, pra eles pagarem menos o terreno e a indenização. Por que a carta de crédito é bem menos.

E o reassentamento... não é que a Baesa ofereça pros atingidos, pros agricultores. Esse é uma conquista do movimento, que o movimento conquistou, juntamente com as famílias, optou por reassentamento. Então a gente sempre, nas manifestação que a gente vai, que ajuda nas reuniões, aonde tá construindo a barragem, que nem aqui na barragem de Garibaldi — até eu fui com o B. e a S. numa reunião ali no começo, que eles estavam começando a entrar, pra informar as famílias que ia sair essa barragem, eu fui junto com eles e o B. pediu pra gente explicar o porquê do reassentamento. Daí a gente falou que o reassentamento é uma conquista do movimento. Se a gente consegue se unir e ir pra luta, a gente consegue ficar bem. E se a gente não acreditar no movimento, achar que a gente consegue fazer sozinho, a gente se dá mal. Por que a firma, quanto menos ela pagar de indenização pras pessoas, melhor pra ela. E a gente só consegue bons resultados, boas conquistas, se a gente acreditar no movimento e ajudar. *[J., reassentada no Laranjeiras, em Capão Alto, e antiga moradora da comunidade Capela São Paulo, em Anita Garibaldi].*

Além disso, a composição dos reassentamentos está fortemente marcada pela presença de não-proprietários, cujo reconhecimento enquanto atingidos é sempre mais problemático, por

colocar em questão a tendência a igualar os atingidos àqueles que conseguem comprovar a propriedade das terras de algum modo prejudicadas pela subida das águas — a *estratégia patrimonialista* adotada pelas empresas. Os não-proprietários são aqueles que muitas vezes ocupam a terra com o trabalho, filhos que arrendam e que estão no limiar da sucessão, ou mesmo os meeiros e proletários rurais. No caso de Barra Grande, demorou mais tempo para serem reconhecidos, o que aproximou alguns das ações do MAB e os levou a encampar a proposta dos reassentamentos.

A experiência da política, neste sentido, tornou-se critério importante para definir os sujeitos pesquisados, pois minha intenção também era de investigar como ela foi vivida e influenciara (ou não) projetos de vida dos outrora jovens. À época da investigação muitos deles estavam nos reassentamentos, levando-me a circunscrever lá meu universo. Além disso, outros sujeitos importantes também lá residiam, como algumas lideranças do MAB, com quem eu gostaria de travar interlocução para reconstituir os eventos em torno da implantação da UHE Barra Grande, com vistas a situar um pouco os depoimentos dos meus sujeitos principais.

Vale destacar também que as condições materiais de pesquisa influenciaram nos critérios de circunscrição, posta a dificuldade em contatar os entrevistados, devido à distância entre os reassentamentos, aos horários erráticos em que alguns poderiam ser encontrados em casa e pela mudança de dados, principalmente telefônicos, de alguns (afinal, eu os obtinha com os entrevistados anteriores, que passavam meses e até anos sem encontrar aqueles com quem outrora colaboraram intimamente nas ações em prol das medidas compensatórias, pois residiam em reassentamentos e mesmo municípios diferentes). Não havia disponibilidade de carro para pesquisa e, quando tivemos que recorrer ao transporte coletivo, este não adentrava os quilômetros de estradas vicinais que levavam aos reassentamentos. No caso de sujeitos que receberam outras medidas compensatórias, os contatos eram ainda mais fugazes: meus primeiros informantes não dispunham de referências atualizadas deles. Buscá-los implicaria num esforço extra de prospecção de minha parte, que, para o escopo da investigação, não era de todo fundamental. Assim, por demandas tanto metodológicas quanto ligadas à imediata operacionalização, estabeleceram-se os critérios de seleção dos entrevistados e o *locus* de pesquisa.

Dito isso, apresento a dupla preocupação que atravessa este

capítulo em específico. De um lado, buscar situar a região que se tornou cenário da trama na qual se envolveram os sujeitos pesquisados. A implantação da UHE é uma significativa operação de reconfiguração sócio-territorial, embora não seja possível aqui expor os dois momentos da região (o antes e o depois da UHE). Procura-se apenas apresentar algumas informações gerais, pois isso incidirá diretamente na formação de certo *habitus* e na maneira como a mudança de território trará ameaças de ruptura a ele, sendo complementado no capítulo seguinte, que procura reconstituir os eventos referentes à busca pelas medidas compensatórias. Neste particular, a opção benjaminiana foi trazer as narrativas dos atingidos que acessei, buscando compor uma versão coletiva da história a partir de suas memórias, valendo-me, onde for necessário, de um ou outro anteparo documental. A ideia, no entanto, é permitir que tais vozes ganhem momentaneamente a ribalta, mesmo que conduzidas pelo fio da presente escrita ⁷⁴.

Teremos portanto, de forma inevitavelmente breve e descritiva, um momento mais ligado à territorialidade e outro mais voltado à experiência histórica, como sói ser feito se se deseja ter mais chão para situar uma série de relações sociais — no caso, as juvenis — presentes no quinto e derradeiro capítulo deste trabalho.

3.1 - Os Campos de Lages

Segundo o Observatório Social das Barragens do Ippur-UFRJ, a UHE Barra Grande tem capacidade de geração de 690Mw, é gerida pelo consórcio Baesa — cuja composição acionária assim se divide: Alcoa (42,18%), CPFL (25%), CBA/Votorantim (15%), Camargo Correa (9%), DME (8,82%) — que recebeu em 2001 concessão por 35 anos para operação, tendo suas três unidades de geração entrado em funcionamento entre 2005 e 2006. O custo da

74 Para outras reconstituições destes eventos com variados graus de detalhe, recomenda-se a leitura dos trabalhos de Boeira (2006), Rossatto (2008), Espíndola (2009) e Prochnow (2005).

obra foi de R\$1,4 bilhão, com financiamento de cerca 32% deste valor pelo BNDES (R\$ 460 milhões).

Barra Grande instalou-se no rio Pelotas, afluente do Rio Uruguai, cuja bacia tem sido alvo de projetos e inventários de barramento desde os anos 60 do século passado. Devido à chegada da UHE e os conflitos que engendrou, o cotidiano da região imediatamente atingida sofreu alterações significativas. Resultou disso um terceiro momento, no qual os atingidos viram-se recompensados através de um conjunto de medidas que, principalmente no caso dos reassentamentos, implicaram numa experiência certamente diversa da anterior — tanto no sentido da manutenção econômica quanto no da sociabilidade comunitária. A conquista dos reassentamentos não só reconfigurou condições, possibilidades e estratégias de reprodução social em seu ciclo longo (Almeida, 1990), mas também contribuiu para uma territorialização distinta. Territorialização aqui compreendida como estabelecimento de relações sociais ligadas à apropriação de determinado espaço, eivadas de desigualdades de poder e, por isso, conflituosas, que interferem no horizonte camponês em ambos os ciclos da reprodução social.

Territorialização e reprodução social dão-se, então, num cenário específico. No caso, em duas microrregiões⁷⁵ que, mesmo situadas em unidades distintas da federação e separadas pelo rio Pelotas, são vizinhas, estão em intercâmbio cultural intenso e inseridas em processos semelhantes de formação histórica: os Campos⁷⁷ de Lages⁷⁶ e os Campos da Vacaria . Elas abrangem tanto os

75 Segundo o IBGE, microrregião “é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades se referem à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo frequente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.”

76 Municípios da microrregião dos Campos de Lages: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio

municípios atingidos quanto os que posteriormente passaram a abrigar os reassentamentos — algo que, quando se trata de medidas compensatórias ligadas às barragens, nem sempre coincide. O caso de Itá, estudado por Reis (2001), é sintomático neste sentido: famílias residentes naquela região, em ambos os lados do rio Uruguai, tiveram seus reassentamentos estabelecidos nos municípios de Campo Erê (SC) e Marmeleiro (PR), cerca de 200 km de distância dos locais originais de residência.

Por minha pesquisa ter-se desenrolado mais no estado de Santa Catarina, pretendo me concentrar na descrição dos Campos de Lages. Gostaria de iniciá-la ressaltando que se diferencia muito das outras existentes na formação do estado, como o litoral e o Vale do Itajaí, principalmente devido à estrutura fundiária. Isto porque, enquanto o litoral teve sua ocupação fortemente marcada pela presença de imigrantes açorianos, com circuitos internos de produção de subsistência (por vezes ligados a terras comunais), além da exploração da pesca e da vocação portuária, e o Vale do Itajaí esteve marcado, ao menos a partir do século XIX, pela ocupação baseada na venda de lotes para imigrantes europeus por empresas colonizadoras, o planalto catarinense (entre as bacias do rio Uruguai e Iguaçu, em cuja parte sul encontram-se os Campos de Lages) esteve marcado pela exploração pecuária extensiva em latifúndios⁷⁸ e, num outro plano, por uma economia de subsistência extrativista de ervamate, praticada pela população cabocla. Quadro que prevaleceria até a década de 1930, quando a ascensão do extrativismo de madeira e a

Costa, Painel, Palmeira, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema.

- 77 Municípios da microrregião de Vacaria: Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Capão Bonito do Sul, Esmeralda, Ipê, Jaquirana, Lagoa Vermelha, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Pinhal da Serra, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, Vacaria.
- 78 Ao analisar as possibilidades do pólo madeireiro de Lages contribuir para o desenvolvimento regional, Geiser (2006) confirma a persistência da vocação pecuária extensiva na região na atualidade: “Apesar de haver extensas áreas de pastagens nativas, a produtividade dessas áreas é baixa, sendo a capacidade de suporte nos dias de hoje inferior a 0,2 UA/hectare (uma UA – Unidade Animal- corresponde a um animal de 450kg de peso vivo).” (p.37).

instalação de inúmeras serrarias forçaria a translação do eixo econômico regional.

Entre os séculos XVIII e XIX foram-se delineando as características da estrutura fundiária da região. Lages constituía importante trecho de passagem para os tropeiros que conduziam rebanhos bovinos, muares e equinos (principalmente mulas, animais resistentes e de grande valia para trajetos tortuosos, muito negociados nas capitanias do sudeste) do atual Rio Grande do Sul à feira de

⁷⁹
Sorocaba, em São Paulo . Como informa Machado (2004, p.61) o caminho do planalto catarinense interessava porque apresentava uma série de caminhos transitáveis, dependendo da época do ano e das condições climáticas, além do fato de os campos naturais

⁸⁰
oferecerem áreas de descanso para os animais . Com isso, surgiram as vastas fazendas de criação de gado — observáveis ainda hoje, embora partilhando território com muitos hectares voltados à madeira reflorestada, à fruticultura (como no caso do kiwi ou da maçã) e o monocultivo de grãos (em especial, milho e soja).

Fundada em 1767, a vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages era alvo de interesse das capitanias de Rio Grande e São Paulo, tendo o governador desta última enviado Antonio Correia Pinto fundar o povoado e demarcar a fronteira. O território de Lages era vasto, estendendo-se da fronteira com o Paraná até o rio Pelotas. Desde esta época, o padrão de apropriação do solo por parte de fazendeiros já se deu por uma dupla condição: por um lado, extensões enormes de terra (Machado estima propriedades entre 5 mil e 20 mil hectares); por outro, terrenos de campo aberto, apropriados para pastagens. Aos sítiantes restavam outros terrenos, de bosques e faxinais, que necessitavam de trabalho para se adequarem ao cultivo e à criação — que não raro realizavam as melhorias, davam início às atividades produtivas e em seguida tinham suas terras griladas pelos latifundiários. Formava-se então uma camada destes indivíduos expropriados, mais significativa no planalto norte, embora também existente ao sul, na região de Lages. No entanto, o tipo de relação

79 Somavam-se à venda do gado em pé as do couro e, posteriormente, do charque.

80 O outro caminho, chamado “Estrada Real”, era pelo litoral. Apresentava duas dificuldades principais: a necessidade de cruzar rios por demais caudalosos e a constante ameaça de ataque de espanhóis.

mais característica ali ocorreria entre o latifundiário e

(...) este homem livre pobre, mestiço, descendente de africanos, indígenas e mesmo de portugueses, enfim, o biriva (tipo de gaúcho serrano), o peão de estância e o morador agregado à grande fazenda, [que] se encontrava, nos campos de Lages, submetido ao poder quase absoluto dos grandes fazendeiros, enredado por laços de compadrio, sujeito a um conjunto de obrigações muito mais complexas que o trabalhador livre moderno, entendido como aquele que simplesmente vende sua força de trabalho. No século XIX, não havia propriamente um mercado de trabalho livre no planalto. A maior parte da força de trabalho era fixa, nascia e morria sob os mesmos patrões. (Machado, 2004, p.66)

O fluxo pelo caminho das tropas, responsável pelo primeiro momento de ocupação do planalto por habitantes não-indígenas, observa queda aguda a partir de 1870, com o desenvolvimento de malhas de transporte ferroviário. No entanto, em meados do XIX outros fatores contribuíram para a ocupação do solo na região: a atividade econômica em torno extração de erva-mate, produto que, segundo Pinheiro Machado, tinha significativo escoamento comercial, tanto pelo rio Iguaçu (tornando-se objeto inclusive de disputas alfandegárias entre as províncias do Paraná e de Santa Catarina) quanto, no planalto sul, para o Rio Grande. A erva-mate era uma ocupação importante para pequenos produtores do planalto, pois servia para a troca por uma série de víveres e até mesmo por mulas, posteriormente vendidas em algumas praças de comércio.

Outro fator foram os distintos movimentos migratórios: um motivado pelo esgotamento de terras para a pecuária no Paraná, levando à busca por terras mais ao Sul e, outro vindo do Rio Grande, tanto em busca de novos terrenos quanto devido à instabilidade política: a região seria usada como refúgio para perseguidos políticos das Revoluções Farroupilha (1835-45) e Federalista (1893-95).

Interlúdio: “Brasileiros” e “italianos”

A chegada de migrantes italianos dá-se no último quartel do século XIX. Fixam-se às margens dos rios Canoas e Pelotas, com o intuito de estabelecer pequenas propriedades policultoras. São migrantes de “segunda geração”, ou seja, os primeiros nascidos no Brasil, que se veem sem possibilidade de partilhar a terra dos pais com os outros irmãos. Geralmente na região da serra gaúcha ou de Urussanga (sul da Santa Catarina), vão em busca de terras consideradas mais baratas. Alguns de seus descendentes longínquos eu mesmo conheci, alguns entrevistei, mas um trabalho mais detalhado sobre eles foi feito pela antropóloga Neusa Bloemer (1996,⁸¹ 2000, 2009), no contexto de implantação da UHE Campos Novos .

Sua obra é importante, pois a autora coletou informações junto a camponeses dos municípios de Celso Ramos e Campos Novos (próximos à área de minha pesquisa), antes de serem atingidos. Focou seu olhar não necessariamente para as mudanças que a hidrelétrica traz/trouxe (o que seria impossível, devido a questões cronológicas) ou para mobilizações de resistência, conferindo espaço relativamente reduzido para as percepções no que diz respeito ao futuro. Preferiu etnografar a reprodução social de dois segmentos étnicos existentes na região: o de italianos” e “brasileiros”, diferentes em alguns aspectos, próximos noutros.

A autora realizou resgate minucioso da produção e da sociabilidade destes dois grupos, colocando em primeiro plano um aspecto fundamental: *a ressemantização do sentido da migração*, à qual os dois grupos recorreram no passado como estratégia de sobrevivência, e pela qual poderiam passar de novo, desta vez

81 Dados do *Observatório Social das Barragens*: a UHE Campos Novos tem capacidade de geração de 880Mw, gerida pelo consórcio Enercan (CPFL (48,723%), CBA – Votorantim (24,726%), CEEE-GT (6,514%), VMN (20,037%) - parceiros majoritários quase idênticos a Barra Grande, com exceção feita a ausência, aqui, da ALCOA) e recebeu em 2000 concessão por 35 anos para operação, que efetivamente iniciou em 2006. O custo da obra foi de R\$ 1,5 bilhão, com participações do BID (US\$ 75 milhões) e BNDES (R\$ 620 milhões).

compulsoriamente, devido à UHE Campos Novos. A partir daí muito da dinâmica da região no último século é desvendado. Os “italianos” (descendentes de migrantes daquele país que se instalaram primeiramente no Rio Grande do Sul) cultivam, em seus discursos, valores arraigados como racionalização da produção, religiosidade católica eclesiástica, patriarcalismo, ética do trabalho e da crematística, além da “ideologia do pioneirismo heroico”, que descreveria com tintas grandiosas as proezas daqueles desbravadores, que vieram para os campos de Lages para produzir e, após muito esforço, teriam conseguido assegurar o ciclo longo da reprodução social através da compra de terras para os filhos. Com os italianos instaurou-se a policultura moderna, voltada para o mercado, e a ideia de propriedade da terra se arraiga: para os “brasileiros”, descendentes dos caboclos seminômades, coletores e caçadores, a posse já bastava.

O segmento étnico dos “brasileiros” remete à economia cabocla e à religiosidade popular ligada ao espaço doméstico (batismos feitos por compadres, histórias do nômade e desapegado monge João Maria e “casamentos por fuga” exemplificam bem esta característica marcante). São os grandes espoliados neste contexto: no plano econômico, têm poucas terras (embora afirmem que no passado as coisas tenham sido diferentes), diminuídas devido às sucessivas vendas; plantam e criam para a subsistência; arrendam as terras para conseguir um pouco mais de recursos, além de geralmente assalariar-se em algum momento da temporada. No que diz respeito à migração, os brasileiros estariam mais familiarizados com a região, não passando por peregrinações e adaptações tão longas e penosas quanto as narradas pelos italianos.

Embora possa ser ressaltada a miscigenação étnica que conforma os caboclos (indígenas, negros e brancos), interessa mais caracterizar-lhes a partir de outros parâmetros. Neste sentido, este grupo é resultado primeiramente de uma oposição em relação a imigrantes europeus, em sua maioria alemães, italianos e poloneses — tanto no Oeste catarinense (Renk, 2009) quanto nos campos de Lages (Bloemer, 2009). Há, portanto, uma heterogeneidade na origem do segmento, pois foi composto desde escravos forros e em fuga até estancieiros pobres, passando por indígenas, fugitivos das agitações políticas no Rio Grande do Sul no século XIX e migrantes dos campos de Palmas, no Paraná.

Este segmento explorava a terra de forma rotativa, podendo

inclusive assumir uma cultura seminômade. Entre os mais sedentarizados, aponta Renk, a estratégia era fixar-se num determinado local, onde estava a casa e um espaço de criação de animais, e plantar em locais distantes, onde se trabalhava com o auxílio de animais cargueiros. A plantação (milho, trigo, feijão, abóbora, amendoim etc.) era realizada através da limpeza e queima do terreno, que em seguida era abandonado em busca de outro, onde se repetia o procedimento. Esta técnica é muito similar à “roça de toco” ou de “capoeira” realizada à beira do rio Pelotas relatada pelos atingidos que entrevistei, a ser descrita com detalhe no capítulo seguinte.

O “procedimento caboclo”, no entanto, foi afetado pelo advento da Lei de Terras, de 1850, que passou a vincular o uso e a posse das terras a títulos de propriedade. Isto fez com que seus espaços de cultivo e criação fossem aos poucos reivindicados por fazendeiros, de quem passaram a ser agregados ou peões, em locais em que antes trabalhavam livremente. Neste contexto se consolida certa estratificação social, na qual os caboclos assumem os postos mais baixos:

No planalto catarinense constituiu-se uma hierarquia social composta, basicamente, do *fazendeiro*, dono da grande propriedade de terras, dedicado à pecuária, com inúmeros agregados. Abaixo do fazendeiro encontrava-se o *criador*. Tratava-se do proprietário com dois ou três peões ou trabalhando só com o auxílio da família. Abaixo deste, o *agricultor*, que se ocupava das plantações, utilizando-se do trabalho familiar. Depois, o *agregado*, podendo receber ou retribuir em espécie o pagamento pelo seu trabalho e, finalmente, o *peão*, assalariado, trabalhando na pecuária.

(Renk *apud* Bloemer, 2009, p.314).⁸²

82 Outro autor consolida esta interpretação: “O termo 'caboclo', de utilização corrente em todo o país, se refere basicamente à população tradicional, descendente de índios e portugueses, em contraste às populações de imigração mais recente ao Brasil, de cultura europeia. Segundo Cazella (2003), o planalto serrano catarinense se diferencia do restante do estado pela predominância de população dessa origem, e coloca também que no caso específico dessa região, o termo muitas vezes adquire certa conotação negativa no imaginário da população. A colonização da região (...) recebeu também o aporte de peões expulsos das grandes fazendas e da população

Mais um aspecto importante é a existência de pequenas posses ainda estabelecidas pelos caboclos (geralmente em terras de floresta mais densa), as quais se ocupavam de “limpar” e estabelecer, além da pecuária e agricultura de subsistência, a extração de erva-mate.

Por fim, interessa apontar para outras características que seriam relevantes o suficiente para a pesquisa sobre os atingidos pela UHE Barra Grande. Bloemer estrutura seu estudo a partir das diferenças étnicas entre “brasileiros” e “italianos”. Embora tenha ensaiado investigações buscando fenômeno similar, entre meus informantes esta divisão étnica não apareceu com tanta força, talvez porque o advento dos reassentamentos tenha colocado, ao menos momentaneamente, os recém-proprietários em situação de proximidade, devido ao fato de ser “uma nova terra para todos”. Vale, portanto, focarmos em aspectos que tanto em seu livro quanto no que observei na pesquisa parecem se repetir: o significado da terra para além de mero espaço de produção e a reciprocidade enquanto estruturante da sociabilidade regional. A menção às várias gerações que ocuparam aquele território, a destacada oposição entre o mundo rural e urbano, o relato acerca de puxirões/mutirões e da “troca de dias” no âmbito do trabalho na roça e o fato de todos numa mesma comunidade serem conhecidos, são comuns às duas situações de pesquisa. Além desses aspectos importantes, pode-se aproximar os padrões produtivos em ambos os casos, como o plantio tradicional não só de milho e feijão (cultivados em maior escala) mas de outros itens como arroz, trigo, soja, cana e batatinha, a coleta de taquaras e pinhões, e o uso de lã para artesanato.

É importante ressaltar que aqui me refiro às semelhanças entre as comunidades pesquisadas por Bloemer e aquelas sobre as

excluída de outras regiões, que vieram em busca de terras ainda não ocupadas, além de rebeldes fugitivos das revoluções Farroupilha (1835-1845) e Federalista (1893), ocorridas principalmente no Rio Grande do Sul. Dessa forma, a população cabocla, desde sua origem, sempre esteve ligada a uma situação precária e uma condição de exclusão social. (Geiser, 2006, p.40)”

quais ouvi falar nos relatos — principalmente as de Anita Garibaldi (Capela São Paulo, Atafona, etc) e Cerro Negro (Sagrado, São Jorge) — antes do alagamento, que descreverei com mais detalhe à frente. Relatos sobre os agora inexistentes mutirões para a “roça de toco” (praticada nos terrenos íngremes à beira do rio, onde nem animais de tração às vezes chegavam, baseada na queima e roçada de capoeiras para posterior plantio, tudo à base de trabalho manual e sem uso de implementos agrícolas, nos quais vizinhos colaboravam entre si no sistema da “troca de dias”) e sobre o quase desaparecimento da sociabilidade comunitária a partir da missa, do futebol ou da ida aos bares é recorrente entre meus informantes — sobre isso, é inegável apontar a interferência da UHE.

Além disso, nota-se que meus dados e os de Bloemer se referem a certo tipo de estrutura fundiária e relações de trabalho que fogem à lógica hegemônica da região, por não se basearem em grandes propriedades antes fundadas na relação fazendeiro-biriva, agora marcadas pela proletarização rural na lida com madeira reflorestada ou na fruticultura — mas pelo cotidiano em pequenas propriedades.

Fim do interlúdio

3.2. Tempos atuais

Alguns autores tentam argumentar a 'naturalidade' das grandes propriedades numa região onde a economia predominante é a pecuária extensiva, afirmando que a baixa fertilidade do solo e a pequena produtividade da raça bovina existente implicaram, necessariamente, uma apropriação de grandes extensões de terras para que tal atividade fosse economicamente viável. Ao contrário, a forma e a extensão de terras apropriadas deviam-se muito mais às condições sociais, históricas e políticas, ao padrão senhorial de ocupação vigente (não apenas) naquele período, no qual a grande fazenda representa a possibilidade do acúmulo de riquezas, do exercício e afirmação do poder político sobre a vizinhança e a comunidade local e, muitas vezes, sua projeção regional. (Machado, 2004, p.78)

O trecho acima funciona tanto como uma síntese adequada para as reflexões apresentadas até então no capítulo quanto é fundamental para apontar a necessidade de compreendermos sociológica e historicamente o contexto do planalto sul-catarinense — tendo, em nosso caso, a microrregião dos Campos de Lages como recorte. Dirigindo-nos ao momento atual, é possível agregar outros elementos aos até então apresentados. O principal deles, que permite compreender a consolidação de todo um segmento econômico, é o ciclo da extração da madeira nativa, principalmente da araucária, que se iniciou nos anos 1930 e se estendeu até os anos 1970. Com ele, instaurou-se um surto de industrialização ligada ao ramo, chegaram migrantes devido à necessidade de maior contingente de força de trabalho (o que implicou em explosão demográfica), foram construídos ramais de transporte e outros equipamentos (como hospitais), forçou-se a monetarização das relações de trabalho (até então fortemente ancoradas no complexo de obrigações e compadrio entre fazendeiro e agregados), expandiu-se o mercado interno de consumo de bens, cresceram-se à oligarquia política local os donos de serraria e de fazendas de extrativismo, a região ganhou visibilidade econômica estadual e, por fim, ocorreu uma série de emancipações político-administrativas de distritos de Lages.

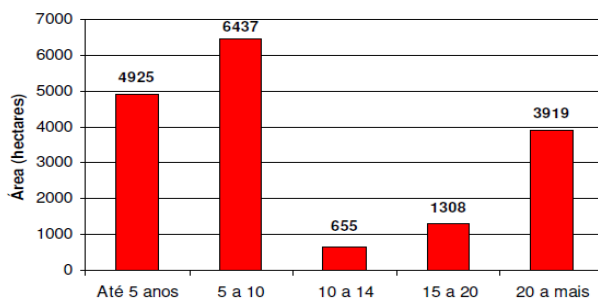
No auge do ciclo da exploração da araucária, a madeira era o principal produto de exportação do estado de Santa Catarina (Geiser, 2006, p.40-43). A região estabelecia uma vocação que, esgotada a madeira nativa (o que causou uma onda de êxodo rural já em meados dos anos 1970), buscou-se então a estratégia do reflorestamento, através do plantio de milhares de hectares com a espécie alienígena *pinus sp.* Esta cultura, embora não tenha substituído de imediato o vácuo da exploração de araucária, foi uma das soluções encontradas

83 Anita Garibaldi foi criada em 1960 e Campo Belo do Sul em 1961, ambos a partir do território original de Lages. Boeira (2006, p.62) afirma que, além do ciclo madeireiro, contribuiu para a emancipação o aumento populacional destas regiões ocasionado pela vinda dos gaúchos das ditas “colônias velhas” em busca de novas terras, como explicado pela pesquisa de Bloemer. Cerro Negro foi criado em 1991, a partir de áreas de Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul, enquanto Capão Alto foi formado por área desmembrada do município de Lages, em 1994.

para tentar sanar a crise econômica que assolou a região nas décadas de 1970 a 1990 — a outra foi um retorno à prática da pecuária extensiva. Hoje a cultura de *pinus* encontra-se largamente consolidada na região, como é possível perceber pelo gráfico abaixo⁸⁴:

Tabela 2 – Série histórica da área de cultivo de *pinus sp* na região dos Campos de Lages. Fonte: Simioni & Hoff apud Geiser (2006, p. 46)

Figura 3 – Área de cultivo de *Pinus* (ha) por faixa de idade, nas empresas madeireiras de Lages-SC



Fonte: HOFF & SIMIONI (2005)

No entanto, a forma como se dá a exploração ali, marcadamente extrativista ou agropecuária, não tem levado a reinvestimentos de capital voltados para inovações da região. Às vocações regionais atuais (pecuária extensiva, monocultura de pinus e, em menor grau, grãos) agrega-se a presença de UHEs (Barra Grande, Campos Novos, Garibaldi em construção) que desenharam um quadro de repulsão da população e desigualdade econômica, embora se possa observar o aumento dos PIBs regional e municipais de uns tempos para cá. Alguns dados extraídos principalmente do IBGE permitirão

84 Colhi alguns depoimentos em que os reassentados, antes do advento da UHE Barra Grande, trabalharam em plantações de *pinus* na região. Ao mesmo tempo em que era uma forma de complemento de renda para os jovens, geralmente colocados na instável situação de arrendatários ou mesmo proletários rurais em suas comunidades, os relatos vinham repletos de detalhes acerca do caráter exaustivo da atividade.

que vislumbremos melhor este quadro.⁸⁵

Se focarmos nos municípios da microrregião dos Campos de Lages afetados pela UHE Barra Grande (seja pelo alagamento de porções territoriais, seja pelo posterior estabelecimento de reassentamentos), chama a atenção um dado histórico referente ao êxodo rural — que, desde o declínio do ciclo madeireiro, tem ocorrido em taxas relevantes. Cabe assinalar que os municípios de criação recente não só não nos proporcionam a visualização desta série completa, como também contribuíram para a queda da população dos municípios de Anita e Campo Belo. Mesmo assim é possível perceber a diminuição:

Tabela 3 – PIB estadual, da microrregião dos campos de Lages e de municípios atingidos pela UHE Barra Grande, 1970-2010 (em mil reais):

	1970	1980	1991	2000	2010
Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.357.864	6.248.436
Campos de Lages	-	-	269.468	285.064	284.115
Anita Garibaldi	18.486	15.803	11.021	10.273	8.623
Campo Belo do Sul	13.810	13.569	12.811	8.070	7.483
Capão Alto	-	-	-	3.020	2.753
Cerro Negro	-	-	-	4.098	3.581

⁸⁵ As tabelas sempre contarão com as informações dos municípios de Esmeralda, Pinhal da Serra e Vacaria, por remeterem a área atingida, mesmo que estes não façam parte da microrregião Campos de Lages.

Esmeralda	8.672	6.405	5.800	5.521	3.168
Lages	128.728	155.295	151.235	157.682	156.727
Pinhal da Serra	-	-	-	-	2.130
Vacaria	57.107	58.562	58.610	57.341	61.342

Fonte: gerado a partir do sistema SIDRA do IBGE, em www.ibge.gov.br

A partir de 1980, mesmo Lages enquanto pólo urbano atrator permanece com a população estável. Os outros municípios com dados desde esta data (Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul) vivenciam declínios de, respectivamente, 54,6% e 46% .

Em relação à população, a microrregião como um todo teve um aumento populacional de cerca de 5% entre 1991 e 2000 e manteve-se quase igual entre 2000 e 2010 (o que já é representativo para inferir certa estagnação) e a proporção residindo nas cidades observou um incremento de cerca de 15%, compondo agora 82% do total (o que é similar à taxa de 84,2% de população urbana no Brasil e de 84% de Santa Catarina). No entanto, os destinos dos emigrantes não são cidades como Cerro Negro, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi ou Lages – esta última destacando-se ainda pela urbanização quase absoluta, em torno de 98,2%.

Entre os municípios atingidos há tanto perda de população rural quanto perda de população total, sendo o único que sofreu aumento de população total o de Vacaria (no Rio Grande do Sul, não circunscrito aos Campos de Lages), em cerca de 7,5%, e mesmo assim apenas nos últimos 10 anos (numa série histórica de 40). O que reitera os dados apresentados por Boeira (p. 63), agregando agora também os dados do Censo IBGE de 2010.

Tabela 4 – Série Histórica (1970-2010) da população urbana e rural, Santa Catarina, Campos de Lages e municípios atingidos pela UHE Barra Grande.

		1970	1980	1991	2000	2010
Santa Catarina	Urbana	1.247.158	2.154.250	3.208.537	4.217.763	5.247.903
	Rural	1.654.502	1.474.042	1.333.457	1.140.100	1.000.533
Campos de Lages	Urbana	-	-	199.329	225.047	233.107
	Rural	-	-	70.139	60.017	51.008
Anita Garibaldi	Urbana	3.075	3.466	3.477	4.188	4.551
	Rural	13.411	12.337	7.544	6.085	4.072
Campo Belo do Sul	Urbana	1.430	2.880	3.987	4.440	4.406
	Rural	12.380	10.689	8.824	3.630	3.077
Capão Alto	Urbana	-	-	-	604	962
	Rural	-	-	-	2.416	1791
Cerro Negro	Urbana	-	-	-	694	764

	Rural	-	-	-	3.404	2.817
Esmeralda	Urbana	1.795	1.795	2.035	2.415	2.128
	Rural	6.877	4.610	3.765	3.106	1.040
Lages	Urbana	89.754	123.510	138.575	153.582	153.937
	Rural	38.974	31.785	12.660	4.100	2.790
Pinhal da Serra	Urbana	-	-	-	-	478
	Rural	-	-	-	-	1.652
Vacaria	Urbana	28.034	40.397	45.643	52.425	57.339
	Rural	29.073	18.165	12.967	4.916	4.003

Fonte: gerado a partir do sistema SIDRA do IBGE, em www.ibge.gov.br

Levando-se em consideração a leve primazia da quantidade de mulheres na composição da população brasileira (51%) e catarinense (50,4%) observa-se nos municípios, na microrregião e no estado leve tendência de masculinização da população rural, como aponta a literatura sobre o tema hoje:

Tabela 5 – Série histórica da população rural por gênero em Santa Catarina, nos Campos de Lages e nos municípios atingidos pela UHE Barra Grande

		1970	1980	1991	2000	2010
Santa Catarina	Homens	852.241	764.257	695.010	594.031	521.812
	Mulheres	802.261	709.785	638.447	546.070	478.721

Campos de Lages	Homens	-	-	36.775	31.717	26.959
	Mulheres	-	-	33.364	28.300	24.049
Anita Garibaldi	Homens	7.882	6.404	3.885	3.175	2.140
	Mulheres	7.529	5.933	3.659	2.910	1.932
Campo Belo do Sul	Homens	6.316	5.464	4.616	2.013	1.644
	Mulheres	6.064	5.225	4.208	1.618	1.433
Capão Alto	Homens	-	-	-	1.271	950
	Mulheres	-	-	-	1.145	841
Cerro Negro	Homens	-	-	-	1.801	1.496
	Mulheres	-	-	-	1.603	1.321
Esmeralda	Homens	3.648	2.384	1.986	1.619	550
	Mulheres	3.229	2.226	1.779	1.487	490
Lages	Homens	20.045	16.655	6.747	2.161	1.494
	Mulheres	18.929	15.130	5.913	1.939	1.296
Pinhal da Serra	Homens	-	-	-	-	873
	Mulheres	-	-	-	-	779

Vacaria	Homens	15.030	9.479	6.816	2.721	2.210
	Mulheres	14.043	8.686	6.151	2.195	1.793

Fonte: gerado a partir do sistema SIDRA do IBGE, em www.ibge.gov.br

Interessa também destacar os padrões de rendimento e concentração de riqueza diante do fenômeno do êxodo rural. Percebe-se que os PIBs municipais e microrregional, sem exceção, sofrem considerável aumento na série histórica (1999-2010), ao mesmo tempo em que a base da pirâmide salarial (até dois salários mínimos) também engrossa. Os dados referentes ao PIB estão nos dois quadros a seguir — o primeiro com a série histórica completa entre os anos 1999-2010, em números absolutos, o segundo com o percentual de aumento neste intervalo. Com destaque para Pinhal da Serra, onde os impostos referentes à energia vendida pela UHE Barra Grande incidem no PIB municipal, devido à casa de força da usina localizar-se neste município:

Tabela 6 – Série histórica (1999-2010) dos PIBs de Santa Catarina, Campos de Lages e municípios atingidos pela UHE Barra Grande (em milhões de reais)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Santa Catarina	37.151.230	43.311.914	48.748.248	55.731.863	66.848.534	77.392.991	85.316.275	93.146.754	104.622.947	122.282.295	129.806.256	152.482.338
Campos de Lages	1.402.541	1.612.037	1.851.528	2.096.325	2.516.187	2.774.562	2.952.074	3.333.260	3.515.913	4.097.372	4.220.462	4.897.979
Anita Garibaldi	22.085	25.648	31.237	39.823	48.499	48.817	53.513	52.160	57.616	69.756	72.642	80.880

Campo Belo do Sul	29.134	31.824	40.692	52.064	65.111	66.307	62.309	62.043	77.102	86.524	96.004	102. 349
Capão Alto	14.143	16.659	18.243	19.773	25.290	26.720	28.937	30.959	29.673	44.022	47.535	54.1 25
Cerro Negro	10.457	10.777	13.080	15.766	17.899	16.605	17.801	17.525	21.884	27.998	29.813	32.8 46
Esmeralda	22.241	30.549	29.175	29.478	52.359	43.769	30.103	49.410	65.805	67.043	61.092	84.2 40
Lages	741.570	857.577	968.582	1.103. 954	1.330. 084	1.557. 154	1.764. 388	1.987. 181	2.036. 791	2.362. 059	2.375. 814	2.69 4. 965
Pinhal da Serra	-	-	12.056	21.126	36.460	57.143	46.660	118.365	111.608	103.515	129.593	163. 658
Vacaria	317.044	357.262	407.555	458.668	555.461	572.069	571.279	698.649	764.518	833.065	900.336	1.25 4. 406

Fonte: gerado a partir do sistema SIDRA do IBGE, em www.ibge.gov.br

Tabela 7 – Variação percentual dos PIBs de Santa Catarina, Campos de Lages e municípios atingidos pela UHE Barra Grande entre 1999-2010 (em%).

Local	Variação do PIB
Santa Catarina	410
Campos de Lages	349
Anita Garibaldi	366
Campo Belo do Sul	351
Capão Alto	382
Cerro Negro	310
Esmeralda	378
Lages	363
Pinhal da Serra	1357

Fonte: gerado a partir do sistema SIDRA do IBGE, em www.ibge.gov.br

Em seguida, vale contrapormos a estes dados de evidente pujança econômica o cenário de desigualdade de rendimentos e também as taxas de pobreza existentes em cada um dos municípios, para termos clareza que complementam os dados acerca da concentração de terras, trazidos por Boeira e Geiser, e trazem mais

elementos para delinear os ainda mais claramente o padrão de desigualdade existente na região:

Tabela 8 – Taxas de pobreza e PIB *per capita* nos municípios atingidos pela UHE Barra Grande

Município	Taxa de Pobreza (em %) - 2003	PIB per capita (em reais/ano) ⁸⁶ - 2010
Anita Garibaldi	31,53	9.375,20
Campo Belo do Sul	38,69	13.672,91
Capão Alto	21,23	19.660,24
Cerro Negro	31,25	9.162,01
Esmeralda	24,72	26.582,62
Lages	33,97	17.194,18
Pinhal da Serra	-	76.834,61
Vacaria	28,83	20.448,38

Fonte: gerado a partir do sistema SIDRA do IBGE, em www.ibge.gov.br

É a partir deste quadro de êxodo e concentração de riquezas que se faz necessário compreender as ações políticas dos atingidos, agregado ao fato da chegada da UHE, pois nos permite vislumbrar

86 O PIB per capita do Brasil, já em 2011, estava em cerca de R\$ 25.800. (Fonte: IBGE @Países)

como o surgimento dos reassentamentos contribui não só para fixar os habitantes na região, mas também para (em algum grau) desconcentrar terra e engendrar acesso a rendas um pouco maiores. A título de conclusão deste capítulo, interessa-nos, então, sugerir que o elemento da política (enquanto visibilização dos atingidos na região através de atos e palavras que expressaram um conflito em prol dos “direitos”, ou seja, das medidas compensatórias) interfere de forma singular num contexto sócio-econômico mais amplo, e é fundamental entendermos como isso se dá. Para isso, vale enfim chegarmos ao universo mais específico dos reassentamentos. No entanto, o processo de reproduzir-se socialmente enquanto reassentados é complexo, como veremos na reconstituição dos eventos relacionados especificamente à implantação da UHE Barra Grande.

4. *Uma história de Barra Grande*

Nenhum lugar vai ser igual àquele da beira do rio, né? Agora, as barragens que foram construídas já foram construídas. A tarefa nossa é cobrar as empresas e o governo para que resolvam os problemas — que não criem mais problemas. É essa a nossa tarefa. E também nós temos bem claro que não é não construindo uma barragem que estão resolvidos os problemas, ou não é conseguindo todos os direitos que se pauta que se vai resolver o problema. O problema é que esse modelo de sociedade que utiliza a natureza, utiliza as pessoas para acumular toda a riqueza produzida pelo trabalho humano, acumulado por uma, duas, um grupo de empresas, isso não serve, não tem espaço para as pessoas viverem bem. [B., reassentado em Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC]

4.1- *Memória, história oral, lugar*

Na lida com as entrevistas narrativas, algumas questões de cunho teórico-metodológico surgiram — expostas, em parte, na introdução deste trabalho. Uma delas diz respeito ao fato de terem sido feitas não somente para coletar percepções de mundo e de projeto individual daqueles que eram jovens à época dos conflitos de Barra Grande, mas também que fossem capazes de reconstituir o cenário e os eventos dos conflitos. Isso implicava num resgate de tais acontecimentos, na produção de narrativas ligadas à memória e de fontes orais de dados sobre um momento passado. Tal finalidade me levou à deliberada busca por informantes suplementares que, embora não se encaixassem no critério etário ou geracional inicial, pudessem fornecer estes dados adicionais.

A especificidade deste tipo de informação, associada à perspectiva adotada aqui — ligada às propostas benjaminiana da “história a contrapêlo” e thompsoniana da “história vista pelos de baixo” — nos leva, então, a breves reflexões sobre memória e história oral. Imprevistas num primeiro momento, tornaram-se necessárias

com o desenrolar da pesquisa, pois acabei por seguir alguns dos passos percorridos por este tipo de investigação elencados por Pollak (1989), tais como a busca por memórias tidas como subterrâneas, em contraponto aos discursos oficiais (no presente caso, os que se ligam à questão energética como inelutável para o desenvolvimento nacional), sua referência a sujeitos excluídos e estigmatizados socialmente, e a criação de uma “comunidade afetiva”, não assentada no sentimento nacional (como propuseram alguns dos primeiros pesquisadores da memória, ainda no início do século XX), mas na solidariedade experimentada durante os conflitos e as conquistas.

A estigmatização, procedimento de constituir a identidade do outro (individual ou coletivo) de forma a exagerar traços negativos e reduzi-la a eles, é importante mecanismo de produção e manutenção de desigualdades e preconceitos (Velho, 1997). O estigma muitas vezes existe de forma a justificar a presença de sujeitos numa situação de inferioridade e os motivos de sua permanência, exercendo ainda o efeito negativo de ser absorvido e naturalizado pelos próprios grupos a ele submetidos, na forma de violência simbólica. A repulsa a essa pecha está presente nos depoimentos, assim como a consciência dos entrevistados de que o estigma, no caso em tela, surgiu porque eles se envolveram em conflitos pelas medidas compensatórias. Excertos sobre o protesto realizado no município de Anita Garibaldi (SC) em 15 de fevereiro de 2005 (sobre o qual falaremos adiante com mais detalhe), momento de exacerbação dos conflitos entre atingidos e o consórcio Baesa, apontam para isso:

Por muito tempo, por muito tempo — hoje não, que a realidade nossa é diferente — mas o pessoal do movimento esquecia até que era o MAB, né? Naquele tempo só chamava de baderneiro, assassino, que não tinha o que fazer... Hoje eles tratam como pessoal do MAB, mas naquele tempo muita gente não dizia que era o pessoal do MAB que estava lutando, o pessoal do MAB que está acampado... Era baderneiro, era... Alguma coisa o outro era, né? Graças à luta hoje eles reconhecem isso, e hoje eles respeitam isso. Por que tem que respeitar, pela conquista nossa e pela luta nossa eles tem mais que respeitar, né? *[H., morador do reassentamento Laranjeiras, em Capão Alto, ex-morador da comunidade do Sagrado, em Cerro Negro]*

Chegando lá [*em Anita Garibaldi*], o pessoal começou a se reunir, se reunir, e que nem eu falei, para muito pessoal o MAB não existia, né? Era os baderneiros, né? A gente passava pelos barzinhos, ou alguém andando na rua que não ia lá praqueles lados, e diziam: ‘é o pessoal do MAB’, e outros diziam: ‘não, é baderneiro’. A gente via um monte de opinião, um dizia uma coisa, outro dizia outra... A pessoa não sabia qual seria a reação do pessoal, né? Por que o movimento lutou tanto, tanto, pelas pessoas que eram atingidas, que o pessoal que era da cidade, que morava nas praças, só tomou reconhecimento quando o movimento, apesar de lutar pelas pessoas, começou a lutar por aquele dono de bar, que vem uma ajuda grande para as pessoas que iam ser atingidos indiretos. Porque tinha o pessoal que era atingido direto, que tinham terreno, e aquelas indiretas, que iam ficar lá. Porque o pessoal ia sair e aqueles que tinham seu mercadinho, tinha seu armazenzinho, ele ia viver do quê, se o pessoal ia sair dali? [*H., idem*]

Como eles viram que ia dar bolo, eles [*a polícia de Anita Garibaldi*] articularam o batalhão de Lages pra vir. E, bem nessa hora, chega o batalhão de Lages! Bem na hora que tava todo o povo dentro do fórum, era bastante gente! E tinha chegado os [*manifestantes*] de Campos Novos, eram mais uns duzentos e pouco. Daí saiu o povo de dentro do fórum, prenderam o B. e prenderam o G. e daí iam prender mais e levaram pela rua o pessoal preso. O lugar que nós tudo se criemo por ali, se conhecemo, que ruim que fica, né? Tratar nós que nem bandido. Aquilo doía na gente, assim. Eu me lembro que doía, parecia que tavam prendendo tudo nós. Dava raiva em todo mundo. Tinha nego lá que chorava (...) [*S., moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro*]

Neste trecho do depoimento de P. a questão do estigma fica ainda mais evidente, devido ao fato de, quando eram agricultores em Vacaria (RS), à beira do rio Pelotas, antes da UHE, ele mesmo estigmatizava alguns vizinhos assentados do MST:

(...) a gente tinha sempre a informação baseada na televisão, na rede Globo. Todas as informações praticamente distorcidas ou na visão de quem politicamente defende a estratégias das empresas capitalistas. Então o conceito formado que a gente tinha é que era um bom negócio essas empresas. Mas a gente sabia que, desde a luta histórica que teve em Barra Grande, que não era bem assim. Que essas pessoas vinham, expulsavam a gente e não davam direito a nada, pra gente continuar vivendo onde vivia. Até por que, antes disso, próximo de onde nós morava tinha um assentamento do MST. E sempre a gente, desde pequeno, ouvia falar que lá eram os assentados, os marginais, os vagabundos, toda a taxa de criminalização daquele povo... A partir do momento que eu fui pra escola do MST, eu pude conhecer o que é a realidade do MST, do MAB, da Via Campesina, e ver que não é bem assim, ser taxado de marginal, como a gente foi aqui também, né? E esse período na escola foi importante pra isso, da gente se conhecer moralmente. *[lágrimas] [P, reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria]*

A experiência da estigmatização influencia, portanto, na produção de narrativas. Voltando à discussão sobre história oral e memória, vale aproximar a primeira — entendida a partir de Portelli (s/d) — à *imaginação sociológica* de Wright Mills (1975). Enquanto esta noção fundamenta uma visão da pesquisa sociológica como via de mão dupla, capaz de tornar inteligíveis tanto as determinações estruturais na vida dos atores sociais quanto as trajetórias desses atores e sua capacidade de encarnar e transformar tais determinações, Portelli também deseja descobrir como indivíduos ou pequenos grupos passam a fazer parte da História, como quando pesquisou acontecimentos ligados à Segunda Guerra mundial ou ao mundo do trabalho em pequenas cidades italianas. Cabe citá-lo aqui:

A história oral é sobre a experiência pessoal, por um lado, e o impacto de questões históricas, por outro. O núcleo duro da história oral jaz exatamente neste ponto, quando a história irrompe nas vidas privadas ou quando as vidas privadas são arrastadas em direção à história (Portelli,s/d) [tradução minha]

Partirei de princípios semelhantes, buscando relacionar as ações e percepções de meus entrevistados a determinações mais amplas, como a já apresentada constituição histórica da região dos Campos de Lages ou a lógica de acumulação por espoliação que ali dinamiza o capitalismo hidrelétrico. Ainda com Portelli, entendo que mesmo fatos recentes constituem-se objetos para a história oral, que se baseia na produção de fontes orais pela história ou pelas ciências sociais. Aqui, os depoimentos recolhidos são essas fontes.

A abordagem da história oral tem clareza da participação do cientista na *co-criação* dessas fontes (o que difere do ofício do historiador de documentos, que as *encontra*), que ambicionam não somente o resgate de acontecimentos, mas a maneira como neste ato produzem-se memória, narrativa, subjetividade e, no que diz respeito ao contato com o pesquisador, diálogo. Tudo isso, ao meu entender, de fundamental importância para que se possa compreender também projetos individuais relacionados ao futuro, apreendidos em sua polissemia. Por isso, a escritura em história oral pode aproximar-se daquela observada na abordagem etnográfica, usando a montagem numa extensão muito maior do que outros cientistas sociais o fazem. No resgate da memória sobre Barra Grande, presente neste capítulo, a montagem será a principal estratégia de escrita.

Compreendo, com Pollak (1989), que a memória organiza não só o passado, mas também fomenta no presente classificações e fronteiras sociais e simbólicas, tem papel fundamental na reelaboração de identidades e fornece pontos de referência e de justificação para ações e percepções. Portanto, a maneira como o cotidiano era vivido nas “barrancas” do rio Pelotas, o advento da UHE Barra Grande, o engajamento em lutas e o reestabelecimento em outros locais de moradia e produção, que irrompem seguidamente nas narrativas que coletei, fazem-no não apenas com intensidade, mas como definidores de posições acerca do futuro e das categorias de classificação. Seja o vínculo que se deseja manter com a terra, seja a vontade de permanecer agindo junto ao MAB, a perspectiva de que, no reassentamento, a densa sociabilidade de outrora se transformou e leva a certo desânimo diante do futuro ali ou, ainda, na percepção de que, mesmo apesar de todo o acontecido e o conquistado, ainda há ali poucas perspectivas para os jovens no campo, os depoimentos

reiteradamente remetem ao passado.

Um aspecto dos relatos chamou a atenção em especial: as descrições das comunidades ribeirinhas (principalmente as de Anita Garibaldi e Cerro Negro) antes do alagamento. Ao mesmo tempo em que as narrativas destacam aspectos positivos, como o fato de lá todos se conhecerem, a extrema reciprocidade existente e a fertilidade das terras, o desejo de voltar para lá não apareceu, visto que também havia uma situação de precariedade material, de trabalho muito árduo e de insegurança no que diz respeito à reprodução social, principalmente no ciclo longo, devido à posição de arrendatários que a maioria ocupava na estrutura produtiva. Os relatos produzem, portanto, uma específica memória (tanto individual quanto coletiva) sobre um *lugar*, que poderíamos qualificar como relação entre o espaço e a maneira como os indivíduos se ligam a ele, de forma a torná-lo próximo, íntimo — e a estabelecer os vínculos necessários de pertencimento (Menezes, 2000; Carvalho, 2006).

Vale nos determos rapidamente sobre este conceito, que tanto permeia os discursos em busca da terra. Relaciona-se, antes de tudo, à percepção de um espaço que é habitado e produzido de acordo com determinadas características, no que Menezes (2000) vê uma dialética entre organização espacial e social. A produção do lugar dá-se pelo estabelecimento de critérios de demarcação (que podem ser mais abertos ou mais fechados) e estabelecem seus limites. Propostos e reforçados pelos habitantes, tais limites não se confundem com referenciais político-administrativos e nem simplesmente com o estabelecimento do que é exterior, mas estabelecem a maneira como exterior e interior se comunicam — o limite é antes uma zona intersticial do que um “muro”. É importante perceber tais limites na organização dos espaços rurais, pois as propriedades e os que nelas trabalham relacionam-se com espaços urbanos, seja através da circulação de parentes que vivem nas cidades e vêm visitar, seja no esquema de produção integrada dos pequenos produtores a empresas capitalistas orientadas pelo princípio do agronegócio (que, no caso dos reassentamentos, pude observar em relação a uma grande cooperativa de grãos da região e a um laticínio, que comprava a produção de alguns lotes com criação de gado leiteiro), seja nas campanhas eleitorais municipais, que assediam os eleitores das zonas rurais e já causavam alguma movimentação nas conversas entre reassentados, principalmente os de Capão Alto (SC), à época de minha estada lá.

No que diz respeito aos conflitos pela terra, a construção material e simbólica do lugar ganha significados mais precisos. Podemos seguir aqui reflexões como as de Sauer (2012), Brumer (2009 [1990]) e Woortmann (1990), quando destacam a importância da posse da terra para o camponês como forma de garantir a autonomia através do trabalho livre. Livre porque a princípio se pode regular o próprio tempo, na produção daquilo que, de acordo com o que a região permite, se escolhe cultivar. Além disso, tais condições facultam outra forma de apropriação dos resultados desta produção.

Sobre movimentos sociais ligados à luta pela terra, Brumer (2009) nos lembra ainda como ocorre uma operação de ressignificação, entre os camponeses, no que diz respeito à propriedade privada da terra. Se antes eles se pautavam por um incondicional respeito a este princípio (o que colocava relutâncias a medidas de pressão como ocupações de latifúndios), com o tempo o contato com tais movimentos e com a vertente progressista da igreja católica leva a uma separação: de um lado, a defesa de um direito à “terra de trabalho”, onde se pratica a sobrevivência e se justifica as ações políticas de acampamento e mobilização; de outro, a “terra de exploração”, consagrada pela concentração fundiária, que deve ser combatida, porque injustificável.

Referindo-se não apenas a atingidos por barragens, mas a movimentos sociais no campo brasileiro em geral, Sauer (2012) usa a imagem da “terra prometida” existente entre aqueles que lutam pela conquista de um lote. Isto porque nele é possível resistir à exploração inerente à proletarianização rural e, ainda, evitar a sensação de insegurança, de incerteza em relação ao futuro, que muito incomoda este segmento social. A propriedade da terra proporcionaria tanto a garantia de horizontes de reprodução social (em ambos os ciclos) quanto de segurança existencial (um “vida calma”) e, ainda, a sensação de pertencimento que fundamenta a identidade coletiva em relação ao território — e cria o *lugar*. Sauer nos lembra que este é construído relacional e historicamente e, por outro lado, como o advento da migração constante em busca da sobrevivência ameaça esta condição. O que nos remete de volta à discussão de Bloemer (2009) sobre o caráter ambíguo da migração no *ethos* camponês: embora em outros tempos possa ter sido ressignificada como “pioneirismo heroico”, quando compulsória torna-se sinônimo de rompimento agudo e angústia.

Pude perceber esta tensão na apresentação de ambos os lugares — o de antes e o de depois da barragem:

A única coisa assim, que mudou bastante, que a gente sente até hoje, que a gente já está acostumada aqui, mas mesmo assim se a gente parar e pensar é a falta das pessoas, das famílias, da convivência. *[lágrimas]* Que a gente sempre viveu junto com a família, tanto do lado do pai como do lado da mãe a gente sempre morou junto. Então isso foi bastante pesado, pra gente se dispersar, dessa terra que a gente morava até aqui. Por que a convivência foi bastante complicada. A gente aqui hoje já tá acostumada, já está bem melhor a vida, mas voltando lá sente que podia estar ali, né? A gente gosta de estar naquele lugar. Por que a gente deixou parente, deixou... Eu, o pai veio junto, a mãe também. Mas a minha sogra, o meu sogro, os pais do meu marido, ficaram lá *[próximos à região alagada pela UHE Barra Grande]*. Então, a gente se considera uma família assim, eu considero eles o meu pai, a minha mãe, que a gente sempre viveu perto, né? Morando. Então isso é uma coisa que a barragem trouxe, assim, muita desunião, destruiu as famílias, é uma destruição. Eu acho que é uma destruição de famílias, por que uns vão prum lado, outros vão pra outro. Tem pessoas que nós morava perto, vizinho, que hoje passa dois anos, três anos, que a gente não se vê mais. Eu acho que muitas pessoas a gente não vai nem mais se visitar, por que uns foram prum lado, outros foram pra outro, né? Então a gente sente que nós começamos a se mudar, as primeiras famílias começaram a se mudar, e era muito triste, assim, as pessoas que ficaram lá — e a gente também, que se mudou por último, que via as mudanças saírem, então era um choque muito grande. *(lágrimas)* Eu tenho vários momentos assim que marcaram bastante. Eu, na comunidade em que nós morávamos, eu trabalhava de agente de saúde, agente comunitária, então a gente tinha assim uma boa relação com todas as famílias. E também eu era a ministra da eucaristia na comunidade, então sentia tudo que as pessoas passavam, né? A gente convivia aquilo das outras famílias. E na igreja a gente tinha o compadre B., que tocava gaita e junto com a gente. Ele fez música, fez umas quatro, cinco músicas sobre a barragem, sobre a saída das

famílias, que até a gente usava nas missas, no ofertório, pra ofertar, né? Era, assim, bem marcante. Então teve bastante coisa que... Quando começava a sair as famílias, ele até fez uma música que falava assim, que ia chegar um tempo que ele ia ficar na área sentado, tomando seu chimarrão, solito, e vendo as mudanças dos vizinho passarem sem nada a fazer.

Então *[lágrimas]*... Muda bastante, por que naquela época a gente sabia que era arrendatário, a gente sabia que trabalhava em cima de um terreno mas que a gente não era dono, que não era da gente. A gente tava ali passageiro, até que a pessoa que fosse proprietária aceitasse a gente ali, né? E a gente sendo proprietário, mesmo que não seja lá um terreno grande, seja um pedaço menor ou maior, mas que a gente tá ali trabalhando, fazendo as coisa ali, mas em cima do terreno da gente, pra gente, em cima do que a gente tem, né? Então a gente sabe que aquilo ali ninguém vai tirar da gente, a não ser que queira vender ou se desfazer daquele pedaço. Se não, ser proprietário é bem melhor. *[J., reassentada no Laranjeiras, em Capão Alto, e antiga moradora da comunidade Capela São Paulo, em Anita Garibaldi].*

Um jovem reassentado em Esmeralda relata:

Lá na comunidade de Fátima *[no município de Vacaria-RS]* era uma região costeira do rio, totalmente serra, em que a gente trabalhava com a “roça de toco”, que roçava, queimava e plantava. E uma questão que tinha bastante, de um certo ponto em diante, *[foi]* que as famílias começaram a se individualizar muito, principalmente depois que veio o anúncio de construção da barragem. Que uma das propostas da empresa é a individualização do pessoal, do pessoal não se unir para ter alguma conquista, pra não negociar suas terras de forma coletiva, de todo mundo ter um... E a empresa jogava umas pessoas contra as outras, largando boatos em regiões ou pessoas, para que brigassem entre si. E hoje eu vejo que pouca saudade eu sinto daquele lugar, por que marcou muito as pessoas de lá brigarem por questões

econômicas, de dinheiro por causa da barragem. Aqui no reassentamento a gente consegue trabalhar bem isso, que todas as famílias, praticamente todas, tenham uma visão que é preciso se ajudar entre si para permanecer no campo. *[P., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria].*

Este depoimento chama a atenção por manifestar uma rara concepção negativa do lugar anterior, compreensível devido ao fato de associarem-se às atitudes dos moradores de lá diante das promessas e receios que a chegada da UHE trazia, como Bloemer (1996, 2000) descreve em relação à chegada da UHE Campos Novos. Ao mesmo tempo, destaca o encontro da desejada perspectiva de conviver coletivamente na terra conquistada, onde se pode realizar muito do que caracteriza como padrões de relação e significação do camponês com a terra.

A menção à “roça de toco” (também chamada de “roça de capoeira”), modalidade de produção agrícola muito presente em comunidades como a Capela São Paulo, em Anita Garibaldi, requer um melhor detalhamento. Nos depoimentos abaixo, ficam evidentes alguns de seus aspectos, como a policultura, o baixo nível tecnológico e a recorrência dos mutirões de roçada e plantação — também chamados de “troca de dia”, nos quais um vizinho colaborava com o outro na lida com seu lote, sem custo monetário: apenas o fornecimento da refeição e, ao término do processo, bebidas alcoólicas e mesmo a realização de pequenas festas com todos os participantes. Havia também dificuldades devido às íngremes margens do Pelotas, onde estavam localizadas a maioria das terras muito férteis para plantio:

Leonardo – Roça de quê vocês faziam?

J. – Roçada de foice. Daí roçava, queimava, a gente plantava de máquina, à mão, braçal. Tudo braçal, era. Depois a gente limpava de enxada. Depois a gente colhia. Em muitos lugares tinha que puxar nas costas os mantimentos até o lugar em que chegava algum animal com cargueiro, pra trazer pra casa. Muitos lugares não tinha como entrar animal, então a gente tinha que puxar tudo nas costas, até sair onde que dava para carregar.

L – E o que vocês plantavam?

J. – A gente plantava milho, feijão, moranga, abóbora, batata doce, aipim...

P. – Era tudo lá embaixo.

L – Não tinha gado? O gado ficava pra cima, certo?

J. – Não. O pai tinha um outro terreninho, que era de dois alqueires e meio, e ali ele criava gado. Lá embaixo, onde nós tinha o rocio de plantar, terreno de planta, também tinha um potreirinho, que não era muito grande, e daí a gente também tinha criação lá.

L – Criação pra corte ou pra leite?

J. – De corte.

P. – E os animais que a gente levava para puxar milho, né? Porque era só com cargueiro...

J. – A gente descia de manhã, ficava lá o dia inteiro, almoçava, fazia almoço lá, e de tardezinha voltava pra casa.

[J. e P., reassentados no Laranjeiras, em Capão Alto, e antigos moradores da comunidade Capela São Paulo, em Anita Garibaldi].

Residente na comunidade do Sagrado (Cerro Negro) antes de transferir-se para o reassentamento Laranjeiras, em Capão Alto (SC), o jovem H. relata alguns aspectos do “antes” e do “depois”:

A diferença é grande. Os primeiros anos... Olha, faz quatro anos que eu moro aqui, mas é complicado. Até então, lá onde nós morávamos, a gente só tinha mão-de-obra, né? A gente plantava e colhia, a gente não tinha gastos. A gente não adubava a terra. A própria natureza adubava, a própria natureza se encarregava de dar tudo para nós. O nosso trabalho era plantar e colher — não tinha outro. E daquela época ainda existia, a gente trocava muito mantimento. O que a gente produzia a gente conseguia trazer e trocar por outro tipo de mercadoria, que a gente não tinha.

E aqui é bem diferente onde a gente mora, a realidade é bem diferente. A realidade é outra. A gente conversando um com o outro assim, é como se fosse uma pessoa que já aprendeu a caminhar e caminha de

um jeito, e aqui vai ter que aprender a caminhar de outro jeito. Por que é bem diferente, a realidade é outra, o tipo do tempo é outro, a comunidade é outra. Que nem eu: eu vim de lá, conhecia as outras pessoas (através dos acampamentos não tem quem não conheça). Mas desde conhecer as pessoas e lutar pelo reassentamentos é uma coisa. Conviver com as pessoas, como vizinho, a realidade é outra. Então eles têm o jeito deles de conviver, eu tenho o meu jeito, né? Tudo isso a gente tem que aprender. Pra convivência na comunidade é bem diferente pra gente, é difícil até, nos primeiros anos, nos primeiros meses. [*H., morador do reassentamento Laranjeiras ex-morador da comunidade do Sagrado, em Cerro Negro*]

A percepção da mudança é parecida em um casal, também morador do Laranjeiras, vizinhos e familiares do informante anterior, embora alguns anos mais velhos. Seu depoimento assinala outro elemento importante, ocorrido com a mudança de espaço, que foi a transição de uma especialidade produtiva (ligada ao cultivo de grãos) para outra (o gado leiteiro), cuja rotina, necessidades de investimento e conhecimento técnico são distintos aos praticados até então. Além do fato de que a pecuária de leite não era desenvolvida à margens do Pelotas. Tal mudança produtiva teve muito a ver com as assessorias técnicas atuando junto ao MAB à época da implementação dos reassentamentos, que indicaram ser importante utilizar em gado leiteiro as verbas de fomento à produção negociadas com a Baesa. Alguns se acostumaram, outros não tanto. O relato abaixo é um exemplo dos que adotaram a produção leite em seu formato ⁸⁷ integrado, visando com isso a garantia de uma renda fixa

87 A integração consiste na relação entre empresas do agronegócio empenhadas em industrializar a produção agropecuária de pequenos produtores rurais, de quem comprem as matérias-primas. Implica na perda parcial da autonomia do tempo de trabalho, geralmente vindo acompanhada por metas de produtividade, necessidade de adoção de certos padrões tecnológicos exigidos pelas empresas e a permanência da incerteza em relação aos preços de pagamento estabelecidos. É muito comum no oeste catarinense, no regime de criação de suínos e aves voltados para a venda para grandes consórcios destes ramos.

independente dos resultados da lavoura, passível inclusive de resultar em algum lucro, a ser reinvestido em diversificação da produção, compra de equipamentos ou mesmo arrendamento de porções de lotes vizinhos para ampliação do cultivo ou do pasto.

T– Ah, mudou bastante, né? Eu, pra ser sincero contigo, acho que não mudou só na terra, no trabalho: mas mudou até a convivência com o povo. Eu sinto que até hoje aqui o pessoal não tem aquele entrosamento que tinha lá na comunidade. Mesmo o pessoal que era vizinho lá me parece que sei lá, sei lá o que aconteceu, mas acho que tem efeito ainda da barragem na convivência do pessoal.

Leonardo – E a produção, o que mudou?

T – Ah, mudou bastante, né? Lá tu fazia a roça, plantava, e sabia que plantava e colhia. Aqui já tudo depende de químico, depende de máquina, tem que a terra estar bem corrigida com calcário, com fosfato, senão tu não produz nada. Tu quer produzir milho e feijão, principalmente, hoje é bem difícil.

L – Lá vocês produziam?

T – Lá a gente conseguia produzir. Bem mais fácil do que aqui.

L – Ao mesmo tempo, lá era menos tecnologia.

T – Menos tecnologia, mas a gente conseguia produzir mais... Tipo assim, lá a gente conseguiria produzir mais com menos área plantada. A terra era mais fértil.

L – A terra era mais fértil... Até hoje a gente estava conversando no almoço, o H. estava contando, o P. também, que lá tinha a troca de dia, que todo mundo meio que se ajudava... Você poderia falar um pouco sobre isso?

S – Isso. Nós voltamos na questão que nós estávamos falando, que mudou até a convivência do povo. Antes, o mesmo pessoal que morava lá que hoje mora aqui, o que acontece? Hoje o pessoal que mora aqui ninguém mais tem esta forma de troca de dia. Era isso que eu queria te falar antes. Lá, o pessoal hoje ia trabalhar pra mim, amanhã ia pro vizinho, pro compadre, e hoje aqui não tem mais este tipo de coisa.

Esta questão que eu quis te dizer: mudou a convivência do povo. Mesmo sendo da mesma comunidade, morando aqui...

J– A terra precisa de adubo, a semente louca de cara, então a pessoa quando vai trabalhar é por que precisa já estar ganhando. Lá, não, lá é que nem a gente está falando, tu ia, pagava o milho, o dia pagava troco de dia, e não tinha o custo tão grande. Hoje a gente precisa do ganho para sua sobrevivência e para seu compromisso, né? Então acredito que quer ajudar mas precisa ser ajudado da mesma forma, né? Pra cumprir seus compromissos...

L – Hoje, na propriedade de vocês, vocês produzem o quê?

S – Produzimos um pouco de feijão, um pouco de milho, mas a base da sobrevivência é o leite.

L – E lá como era?

S – Milho, feijão e gado de corte.

L – Lá não tinha leite?

S – Só pro gasto, mesmo.

[T. e J., reassentados em Laranjeiras, antes residentes, respectivamente, nas comunidades da Capela São Paulo e do Sagrado].

Por fim, outro informante, jovem e ex-morador da Capela São Paulo (comunidade de origem que mais gente forneceu para o reassentamento Laranjeiras) fornece com algum grau de precisão as diferenças de produtividade entre os espaços:

Lá a gente plantava um quilo de feijão e colhia 40, 50 quilos de feijão. Aqui, se você plantar um quilo, se facilitar, vai colher dez! Dá uma diferença muito grande. Lá o que nós gastava... quer dizer, não era gasto, era só o nosso serviço, era trocar dia com os outros. Era tipo um mutirão, né? Nosso grupo tinha às vezes uns 14, 15 que nós trabalhava junto. Então ia lá e roçava a do P, noutro dia ia lá no meu, né? Depois ia no tio C., no J. ... Trabalhava tudo reunido. Funcionava porque todo mundo era organizado. *[K., reassentado em Laranjeiras, antes residente na Capela São Paulo, em Anita Garibaldi]*

Outro jovem, morador do lado gaúcho do Pelotas (comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria), traz mais nuances, apontando semelhanças e diferenças com o lado catarinense:

Em relação à minha comunidade: a gente vivia em uma comunidade de tradição, de origem, de descendência de italianos, predominava a cultura da produção de feijão, de milho, de uva. Girava em torno destas questões culturais da descendência italiana. A gente vivia numa região em que o processo de produção era em torno da roça de toco, da roça queimada, né? E que, vindo pra cá, isso se perdeu, em função de lavouras mecanizadas. Aqui gira muito mais em torno da mecanização, e lá não era. Lá girava em torno do uso intenso de animais (principalmente do cavalo), o serviço era braçal, mas que muitos avaliam que tinham uma renda maior, em função da não-necessidade de investir em insumos agrícolas, em adubos, em venenos e sementes. Existia lá também uma presença forte da semente crioula, que aqui se perdeu completamente. [R., *reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria*].

4.2- A chegada da barragem

Nos depoimentos que tentaram recapitular as trajetórias individuais aparece um elemento recorrente: a incredulidade, por parte dos ribeirinhos, diante da implantação de uma hidrelétrica que alagaria suas terras e moradas. Impensável alguém conseguir “cercar o rio”! No entanto, a partir da chegada das medições, do sobrevôo de aviões e helicópteros, dos primeiros rumores pelo município de Anita Garibaldi e, principalmente, das primeiras visitas de representantes do MAB, de sindicatos de trabalhadores rurais, de padres da teologia da libertação e de partidos de esquerda nas comunidades, com o intuito não só de informar, mas também de iniciar a organização dos futuros atingidos através da metodologia da criação dos grupos de base, a coisa foi ficando mais palpável:

Eu vou contar desde o comecinho, desde que eu ouvi a palavra 'barragem'. Acho que eu tinha uns dez anos aí, e já ouvia falar na palavra barragem. E os aviões passavam meio baixo. Meu avô sempre dizia que isso nunca ia sair, nunca que o homem ia ter capacidade de trancar o rio, aquela mundeira d'água, pra fazer uma barragem.

Foi passando o tempo, e passando, daí já veio as medições e vieram medir no terreno em que a gente trabalhava. Pela medida deles, ia ficar tudo debaixo d'água. E daí meu vô disse: 'não, isso nunca vai acontecer.'

E foi indo naquele tempo, e foi passando, passando, daí logo começou a vir a medição mais detalhada, assim, e foi começado a fazer mobilização, e coisa. E naquele tempo eu estudava. Assim, eu fiquei de fora nas duas, três primeiras reunião lá. Os piá que eram mais da minha idade participavam e diziam que eles iam ganhar e eu não ia. E eu ficava meio assim: 'como que eles vão e eu não? Eu vou entrar na luta!' E foi aí que eu comecei a ir nas primeiras reuniões. Comecei a conhecer o pessoal do MAB, né? *[K., reassentado em Laranjeiras, antes residente na Capela São Paulo, em Anita Garibaldi]*

J. - Primeira vez que a gente ouviu falar das barragens foi uns 7, 8 anos antes de construir a barragem, foi o presidente do sindicato, o A., que foi fazer uma reunião nas comunidades e explicar que ia haver esta construção de barragens. Mas como a gente não acreditava que isso ia acontecer, foi ficando e passou o tempo. Ele continuou, assim, incentivando as famílias nas comunidades.

Aí foi formada outra equipe no sindicato. Nessa época, também o B. *[também entrevistado nesta pesquisa]* que é do movimento agora — ele já estava estudando pelo movimento num colégio, daí ele voltou pra casa, tomou peito disso e deu continuidade nas iniciativas para ajudar o povo que ia ser atingido. Orientando, explicando como é que ia ser, o que ia acontecer, quais eram os procedimentos que iam acontecer com as famílias, o que a gente tinha que fazer.

Daí a gente já começou a se organizar e se preparar para esperar eles chegarem e invadir, já digo, os terrenos da gente, dos proprietários. Por que eles chegavam e não

pediam licença pra ninguém, pra fazer as medições, pra fazer o que eles tinham que fazer. Só chegavam e diziam: 'tô entrando', e iam medindo, fincando piquete na beirada dos lajeados, dos rios, onde ia ser alagado. Muitas vezes, eles queriam obrigar a gente a fazer aquilo que eles queriam: assinar algum papel, acertar os direitos, pagar só aquilo que eles queriam pagar. Nós, eu e o pai ali, eles queriam que o pai assinasse os papéis de desistência do terreno, que desse ordem para eles entrarem e fazerem o que eles precisavam. Daí a gente — que era mais novo que o pai e sempre trabalhava junto no mesmo terreno — se organizava e quando eles chegavam na propriedade que a gente tava trabalhando... Uma vez nós pegamos e atropelamos eles de lá. Eles queriam fincar os piquetes, queriam fazer o pai assinar os papéis, nós não quisemos aceitar. Até estava eu, o pai, a mãe, o P., meus outros irmãos... A gente tava plantando feijão, não é? *[J., reassentada no Laranjeiras, em Capão Alto, e antiga moradora da comunidade Capela São Paulo, em Anita Garibaldi]*.

A revolta causada devido à invasão das propriedades por parte de técnicos para a medição é algo recorrente em outras pesquisas sobre a implantação de hidrelétricas, até porque é um exemplo pequeno de como a estratégia do fato consumado torna-se lógica prática entre os funcionários dos consórcios. Em Itá, por exemplo, ainda à época da Eletrosul como empresa geradora, os marcos eram seguidamente arrancados e ressignificados como cruzeiros, assinalando a morte da região — numa nítida influência da igreja progressista entre as bases organizacionais dos atingidos (Reis, 2001). Igreja cuja presença é reiterada no trecho abaixo:

Quando começou a história, que anunciaram várias vezes que seria construída uma usina hidrelétrica aqui no rio Pelotas, já o pessoal da comunidade tinha ficado meio arrepiado, né? Isto lá em 85, 86. Nós era recém-nascido. O pai naquela época foi destacado para uma comissão da comunidade, da Fátima, para acompanhar o processo de discussão. Junto aí com o padre Eliseu Vicenzi, de Vacaria, o Dom Orlando Dotti, o pessoal tirou uma comissão da comunidade para

acompanhar esse processo e se organizar pra garantir os direitos. Porque já na época tinha começado a construção da barragem de Itá e estava tendo muito problema.

Então historicamente já vem dessa parte da família fazer parte de uma coordenação pra combate à hidrelétrica.

E daí por um período de tempo ficou meio em banho-maria esta história da barragem. Até a coordenação praticamente se desfez. Ali no período de 97, 98, começou muito forte a retomada das discussões, já com a construção da hidrelétrica, sendo passado do setor público para o privado, uma privatização dos projetos de energia elétrica. Nesse período, através do sindicato dos trabalhadores de Vacaria.

No período de 2000, 2001, com a construção da barragem... Daí se encerrou em Machadinho a construção de lá e a empresa veio iniciar as obras aqui em Barra Grande. Daí se retomou mais forte ainda a questão do Movimento dos Atingidos por Barragens. Que em 1986 se chamava CRAB: 'Coordenadoria Regional dos Atingidos por Barragens'.

O pessoal na época começou a se organizar. Eu lembro que na comunidade nossa eram cinco famílias que se juntaram com o movimento. Considerados 'os teimosos da Fátima', que era o pessoal que batia na Baesa e tinha toda a ideologia de ir contra a barragem. *[P., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria].*

O consórcio Maesa, responsável pela primeira grande hidrelétrica no rio Pelotas (Machadinho), pouco mudou em termos de configuração de acionistas para transformar-se em Baesa e operacionalizar os trabalhos da UHE Barra Grande, o que é perceptível nos dados fornecidos pelo Observatório Social das Barragens: ELETROSUL [Agora Tractebel GDF-Suez], (16,9400%) ALCOA (19,7228%), Camargo Corrêa (4,6347%), Companhia Brasileira de Alumínio – CBA (9,0373%), S. A. Indústrias Votorantim (7,8776%), Companhia de Cimento Portland Rio Branco (7,8776%), VALESUL ALUMÍNIO (7,2845%), INEPAR S.A. Indústria e Construções (2,8905%), DME (2,4004%), COPEL

(4,3191%), CELESC (12,1577%) e CEEE (4,8578%).

[...] a empresa quando chegou, da noite pro dia, comprou o canteiro de obras e pagaram bem (razoavelmente bem: não que pagaram o justo, mas assim, do ponto de vista econômico, da região na época, foi razoavelmente bem, que seguiram o que eles vinham fazendo em Machadinho. Inclusive, as mesmas pessoas que estavam negociando em Machadinho que compraram). Já no canteiro de obras ia saindo uns reassentamentos, que é um direito não para os proprietários de terra, mas para os arrendatários, filhos de proprietários, meeiro, posseiro... *[refere-se aos reassentamentos Boa Vista (Anita Garibaldi-SC) e Esmeralda-I (Esmeralda-RS)]* Compraram e começou a descer máquina, que cada dia aumentava. Estavam no mesmo ritmo de Machadinho: só foram transferindo as pessoas que tocavam e as máquinas de lá pra cá. Cada semana mudava a paisagem na beira do rio, no canteiro de obras.[...] *[B., reassentado em Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC]*

Há, por fim, três breves relatos sobre a estratégia patrimonialista assumida pelo consórcio e a necessidade de operacionalizá-la com rapidez, para que os proprietários das terras compradas não se mostrassem reticentes, tornando-se empecilho ao andamento das obras :

-
- 88 Este tipo de ação tem sido muito observado na lida dos consórcios e empresas com os atingidos no projeto Uruguai, mesmo antes do momento privatizante da década de 1990, como bem ilustra o trecho abaixo: “(...) os trabalhos de aquisição e 'limpeza do terreno', destinados à implantação da obra e da infraestrutura básica para sua construção e funcionamento, eram preferencialmente realizados através de negociações individuais, entre o proprietário da área requisitada e a Empresa responsável por esta tarefa. (...) embora pareça irracional do ponto de vista organizativo, tal opção tinha objetivos claros: impedir, ou dificultar, a discussão e organização coletivas. A Eletrosul tentou, no Vale do Rio Uruguai, reproduzir, em parte, estas mesmas práticas 'tradicionais', esquivando-se, inclusive, até onde foi possível, ao diálogo

[...] na nossa comunidade muita gente não acreditava que ia acontecer. Mas quando eles viram que ia ser mesmo, 60% era contra [a barragem] e 40% era a favor. Porque a empresa vai lá, acerta com umas pessoas e deixa outras pra criar atrito dentro da comunidade. Lá a empresa foi e acertou com o meu tio e com o vizinho dele. Com o meu tio era na beirada do rio e o vizinho dele já era mais pra cima, quase nem era atingido. Aí meu tio acertou e ficou pro lado da barragem, pro lado da empresa.

Aí o que acontece? Começa a dar briga. A empresa pega e não acerta, vamo dizer, comigo. Aí eu começo: 'Empresa sem-vergonha, não acertou comigo! O dia que eles vierem aqui eu vou atropelar eles, não-sei-o-quê!'. Aí o meu tio está lá num canto: 'Não, eles acertaram comigo. Decerto eles não acertaram com você porque você não tem direito.' Começa a criar atrito ali, dentro da família.

Quando foi passando o tempo e eles começaram a negar muito direito, pra tudo, pra grande maioria, 70% lá da nossa comunidade, que foram se reunindo mais — e aqueles que já tinham acertado, eles viram que tinham acertado num preço baixo, bem baixo... Que nem o meu tio: comprou uma casinha na beirada da estrada lá e um terreno que é uns cinco quilômetros da casa dele, terreno ruim! Aí, o que que ele fez? Veio junto, pra ver se ele conseguia mais. Ali meio pro final da barragem já era 90% contra a barragem, já digo, né? Mas não adiantava mais, porque ia sair de tudo jeito, mesmo. [*K., morador do reassentamento Laranjeiras*]

com os agricultores, além de invadir propriedades rurais, provocando danos em cercas e plantações, derrubando árvores e 'plantando' marcos, ou seja, os piquetes destinados a demarcar as áreas a serem alagadas. Mas a reação negativa das populações locais ao Projeto Uruguai, especialmente em relação às duas primeiras usinas a serem implantadas – UHE Machadinho e UHE Itá, antecipou-se ao início da implantação das obras em pauta, o que acabou por interferir no modo tradicional de atuação da própria empresa.” (Reis, 2007, p.5)

Leonardo – Quando a Baesa veio, ela disse que ia indenizar o seu pai, mas não você nem os outros arrendatários do terreno, é isso?

T – Exato, exato. Daí, eles meio que levando na conversa, pegaram e depositaram o dinheiro do acerto dele em juízo sem falar com ele. Só depositaram e chegaram: 'ó, o seu dinheiro está lá, assim, assim...' Aí que nós fomos para a negociação, já perante o juiz, tudo, né? E aí que nós conseguimos reassentamento para mim e outro meu irmão.(...)

L- E quando a Baesa depositou para o seu pai ela depositou um preço justo ou um preço que era baixo?

T – Preço baixo, né? Preço baixo, e na verdade, peleamos, peleamos, e não conseguimos aumentar muita coisa, não. Na verdade, saiu um preço injusto.

L – E você lembra o preço?

T – Na época, eles tinham depositado cerca de [R\$] 62 mil.

L- Por hectare, ou pela área total?

T – Não, pela área toda! Saiu ali uma média de dois mil reais o hectare.

[T., morador do reassentamento Laranjeiras]

P. – Com a gente aconteceu assim: nós fomos para a luta e a irmã do meu sogro tinha terreno junto e não quis. O véio [*pai do sogro*] deu o terreno pros dois, um pedaço, e os outros ele repartiu. Aí ficou: 'eu quero criar gado, fico pra cima, vocês que querem trabalhar, fiquem pra baixo'. Meu sogro ficou pra baixo. Daí nós casamos. Ficou eu, o K. e meu sogro trabalhando lá embaixo. Quando chegou a barragem, ela [*irmã do sogro*] quis. Daí nós demos o contra e eles me pularam em oito.

Leonardo – Briga? Deu briga? Briga física?

J. – É, de faca!

[J. e P., moradores do reassentamento Laranjeiras]

4.3 - Grupos de Base

Ao chegarem às famílias, os diversos segmentos que procuravam alertar acerca das consequências da implantação do

empreendimento hidrelétrico propunham que elas se organizassem em grupos, com o intuito de capilarizar ao máximo as ações políticas, fazer com que a informação circulasse com o máximo de velocidade e alcance e, por fim, conseguissem dispor de pessoas suficientes para mobilizações de maior vulto, tais como acampamentos, marchas e bloqueios de vias. Para isso, a organização dos futuros atingidos era feita através da metodologia dos grupos de base — que, segundo algumas lideranças do MAB, funcionou excepcionalmente bem no caso de Barra Grande, sendo a ela atribuído algum quinhão do sucesso das ações políticas.

Podemos perceber sua importância pela recorrência do tema nos relatos colhidos. Alguns explicam em detalhes seu funcionamento:

Esse grupo era assim: quando começou a se organizar e ter união pra fortalecer mais a luta contra a turma das barragens, a gente formou esses grupos. Cada grupo tinha dez participantes, dez famílias que podiam participar. Aí a gente ia em cada encontro dos coordenadores de grupo e via o que precisava para a gente se organizar para conseguir nossos direitos e também o das pessoas que precisavam, que iam ser atingidas de um forma ou outra. Então aí surgiram os coordenadores de grupo. A gente ia nas reuniões [*de coordenadores de grupos de base*], combinava o que tinha que fazer, voltava pra casa, reunia o grupo e explicava pra eles: 'é assim, assim, tal dia vai ter uma manifestação, todo mundo vai ter que ir.' Daí a gente combinava: 'tem que levar panela, fogão, tem que levar comida...' Aí aquele grupo se organizava pra ficar lá, um dia, dois ou três, quantos dias precisava... E se aquela pessoa que estava cadastrada com o nome no grupo não pudesse ir, podia o marido ir, ou um filho ir, que era representando a família.

Lá no acampamento a gente colhia assinatura. Porque a gente fazia manifestação para conseguir crédito pra poder viver — porque não podia mais plantar, mais colher, porque eles [*a Baesa*] não liberaram mais, trancaram tudo, daí a gente não tinha mais de onde tirar o que comer. Aí a gente foi pra lá e fazia manifesto para eles liberarem crédito, algum salário, alguma coisa, pra gente poder viver até chegar no terreno que a gente ia morar. Saber quando, a gente não sabia, se levava um

ano, dois anos, para conquistar.

(...) Depois que começou a coordenação dos grupos, não lembro bem, eram onze ou doze grupos na comunidade com todas as famílias atingidas. Aí depois que a gente começou a se organizar em grupo, o pessoal começou a participar bem mais. Aí a gente fazia as atas, o que ia ser tratado, o que a gente estava procurando quando ia lá na manifestação, com as assinaturas de cada pessoa que estava lá. Se viesse algum crédito a fundo perdido para os atingidos, só ia receber quem estava lá participando. Quem não participava não recebia, porque na hora de ir para a luta para conseguir, não aparecia, mas na hora de ir lá aparecia, né?

Então daí a gente fez esse grupo e colocava que todo mundo tinha que ir por que se não participasse, não ganharia nada, né? Daí foi que a a gente conseguiu que o povo se unisse, se organizasse e fosse pra luta. E foi aonde que a maioria conseguiu casa, conseguiu terreno, conseguiu o crédito... Foi conseguido salário, que era pago para as famílias até que viessem para o reassentamento. Conforme a família, era o salário que recebia. O solteiro era [R\$] 230, 250, e o casal era 280, parece. [...]

[...] Cada família que recebia o crédito, aquele crédito que a gente conquistava nas manifestações, dependendo da quantia que vinha, a gente fazia uma porcentagem. Era [R\$] 20, 25, de cada pessoa que recebia, né? Já deixava em caixa, pra quando precisasse sair em reunião. Pra pagar o carro pra levar, comprar comida, né? Muitas coisas a gente levava de casa, que tinha, mas muitas tinha que comprar no armazém. Daí era comprado com esse dinheiro. [*J. Reassentada em Laranjeiras, ex-moradora da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC*]

A partir de outra perspectiva, embora com a mesma avaliação positiva, falam três lideranças do MAB:

Na verdade, a gente resolveu que a forma como a Baesa vinha tratando o pessoal já nessa época era uma forma injusta. A gente tentava levar um conhecimento melhor para aqueles que estavam mais desinformados... Talvez a indignação da gente, a

revolta contra o sistema capitalista fazia a gente pensar desta forma, contra o capitalismo, e tentar instruir o pessoal que estava desavisado.

Na comunidade em que estava, eu também fazia parte de um grupo. Não conseguia acompanhar muito o grupo por que tinha tarefa mais geral que a organização discutia. Mas na nossa comunidade a gente tinha em torno de uns 7 ou 8 grupos, porque era uma comunidade grande. Os grupos eram a cada 10 famílias (em torno de 10, embora tivesse grupo de 7 famílias e grupo de 12, 13 famílias). Cada grupo desse tinha um coordenador e uma coordenadora, que ajudavam a encaminhar a tarefa da organização.

A gente tinha também uma coordenação mais reduzida, que se reunia mais seguido, por que é difícil reunir este grupão grande. Tinha em torno de 120 grupos, de Barra Grande inteiro. Fizemos vários 'encontros' de formação com os coordenadores — fica mais fácil de encaminhar. Tinham grupos que tinham seu dinheiro, sua estrutura de acampamento (fogão, lona, tudo que era coletivo eles tinham pra poder sair nas atividades do movimento — tanto atividades de mobilização quanto encontros de dois, três dias, uma semana). *[B., reassentado em Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC)*

Foi muito importante, muito boa essa questão dos grupos de base. Foi onde a informação circulava mais rápido entre os grupos. Nós tinha na Fazenda Estrela [*comunidade em Vacaria*], tinha uns 7 ou 8 coordenadores de grupo... Mas, assim, no dia a dia, se nós precisava de 'ó, temo que fazer isso' ou 'temo que se articular por isso', o pessoal dava conta na comunidade. Eles organizavam o povo, eles botavam o povo pra ir — eram eles que faziam esse trabalho, não precisava a gente voltar pra fazer o trabalho. Eram eles mesmos que faziam. E nós reunia em torno de três vezes ao ano, uns quarenta e poucos coordenadores que a gente tinha no local, pra gente discutir, debater, ver quem eram os nossos inimigos... Fazer formação, mesmo, pros coordenador. Isso foi muito importante pra nós, esta questão dos grupos de base. *[L.P., reassentado no Esmeralda-II, ex-morador de Pinhal da Serra-RS]*

Aí assim, ó: de cada mobilização, das mobilização feita, ia avançando. Por isso que a gente olha pras outras barragens, pelo menos eu, na minha avaliação, Barra Grande foi um dos lugares que tinha muita força, porque ali não se criou nenhuma outra comissão [*de atingidos*]⁸⁹ (tentaram criar, mas não vingou). O que tinha mesmo forte era a coordenação dos atingidos, que era basicamente a organização, assim, do MAB, que era a coordenação dos municípios, que era a coordenação dos grupos, daí tinha a coordenação da região ... Então essa coordenação que era forte, era muito articulada. Eram aqueles que decidiam as coisas e faziam. Se decidia de fazer, tava decidido! Não precisava voltar de novo pra discutir — que hoje é a dificuldade que a gente tá organizando [*nas negociações referentes à UHE Garibaldi*], que a gente encaminha as coisas, discute, e parece que não vai. [S., *reassentada em Laranjeiras, ex-moradora da comunidade do Sagrado Coração de Jesus, em Cerro Negro-SC*]

O destaque para fatores como circulação rápida de informação, prontidão para mobilizações ou facilidade de auto-organização deve ser complementado com um elemento fundamental para uma sociologia da política neste meio rural, que diz respeito ao fato de os grupos de base formarem-se por vizinhos,

89 O trabalho de Zen (2005) descreve detalhadamente o trabalho empreendido no município de Itá, durante o longo processo de implementação da barragem, de constituição de uma comissão de interlocução com a Eletrosul e posteriormente com o consórcio privado responsável que prescindisse da participação dos atingidos organizados sob a CRAB e posteriormente sob o MAB. Esta comissão estaria composta por políticos, comerciantes e fazendeiros locais.

Quando da construção da UHE Campos Novos o consórcio (Enercan) também se esforçou no sentido de constituir uma comissão que, segundo relatos colhidos entre os membros do MAB, pulverizasse os interesses dos atingidos de forma a comprometer sua organização comum — no que foi bem-sucedido, contando para isso com a participação de advogados e corretores de terras.

amigos e, principalmente, parentes. Não se pode, entretanto, atribuir uma relação causal entre eficácia dos grupos de base e os laços familiares pois, como visto antes, a barragem também gerou rugas no interior das famílias. Mesmo assim, acredito que a base familiar colaborou imensamente para tal eficácia, quando conjugada às características já mencionadas referentes à ordem moral (Woortmann, 1990) ou ideológico-cognitiva (Almeida, 1990) do camponês.

Parece-me importante também distinguir entre o tipo de colaboração existente nos grupos de base e as relações que Almeida (1990, p.75), na esteira de Maria Isaura Pereira de Queiroz, chama de *parentela política*. A parentela política se caracteriza por ser uma coalizão marcadamente hierárquica, em que a figura de um oligarca (“o coronel”) torna-se a referência para um grupo familiar e de compadrio, cuja dinâmica interna está marcada pela dominação interclasses (entre fazendeiros e peões, por exemplo) voltada para o conflito com outras parentelas similares. Mesmo que possam ter havido conflitos e assimetrias no interior dos grupos de base, aqui estamos num cenário em que tal figura encontra-se ausente, num contexto mais próximo daquilo que Almeida (1990, p. 74) caracterizou como *mobilização política territorial e intraclasse*. Ou seja, em prol da solução do problema do excessivo fracionamento da terra surgem estratégias políticas distintas das existentes na parentela — que, em nosso caso, ganham contornos particulares devido à atuação de um movimento social rural na região e à ameaça de alagamento, elemento exterior que traz novos desafios à lógica de sucessão.

Os relatos a seguir esclarecem tanto a influência familiar no engajamento nos grupos de base quanto as tensões em seu interior:

Então na próxima reunião até me lembro que eles passaram lá em casa, os do MAB que tinham ido lá fazer a reunião [na comunidade de São Jorge, Cerro Negro, em 2001]. Daí na outra reunião o pai começou a participar, começou a ir, pegar informação e tudo. Logo eles discutiram a questão dos grupos, o pai ficou como coordenador da região de Cerro Negro, da comunidade, junto com o Toinho, seu Manué e uns outros que agora não me lembro bem direito. Mas sei que o pai ficou de coordenador lá no município.[S., *reassentada em Laranjeiras, ex-morador da comunidade do Sagrado Coração de Jesus, em Cerro Negro-SC*]

Minha história começou quando eu estava com quase 18 anos, já. Tinha mais uma mobilização, só que era do lado de cá [*de SC*] do rio. Meu pai não pode ir, aí ele pediu pra eu ir lá na mobilização. Só que no momento eu não sabia o que era. Mas hoje, depois que passou a história, hoje que eu sou reassentado, o pai veio falar que ele mandou eu não porque ele não podia ir, né? Mas pra ver se eu tinha algum interesse mesmo. Eu já estava completando a minha idade, e como os meus outros irmãos já tinham reassentamento, eu ia ficar sozinho lá [*na propriedade atingida*] e ia sobreviver do quê? Se eu tivesse interesse no terreno... Como ele não tinha acertado o terreno ainda, através dele e do movimento, iam pressionar para ver se eu tinha algum direito ainda. Meus irmãos já estavam reassentados, daí chegou lá a mulher da firma [*da Baesa*]. Chegou lá para negociarem e fecharem negócio. Isto numa sexta-feira, para numa quarta-feira o pai ir lá na firma assinar os documentos. Isto faltava uns dez dias, era começo de agosto, lá pra metade do mês eu fazia 18 anos.

O pai pegou e disse: ‘você deram direito para os meus dois outros filhos, só que eu tenho mais um aqui. Pra ele, você não deram nada até agora. Como é que vai ficar?’. A mulher que estava lá falou pro meu pai que, pelo que a firma já deu pros dois irmãos meus e a quantia que ela ia pagar pelo terreno dele, tava mais do que suficiente. O pai pegou e disse: ‘não, pra você pode estar bom, só que pra mim, se você não derem o direito dele, eu não acerto. Não assino documento nenhum.’

Daí voltaram para Anita Garibaldi, onde era a sede da Baesa, e o pai não foi acertar o terreno naquela semana. Dali a um mês, mais ou menos, tinha mais uma mobilização no mesmo lugar do lado de cá do rio, que era onde eu já tinha ido uma vez. E nessa vez que tinha mobilização era pra botar todos os casos pendentes que faltavam, né? Quem queria pegar reassentamento, quem queria pegar melhoramento. Como eu tinha ido só uma semana ainda (naquele tempo eu era piá solteiro, a gente não tem a cabeça pra muitas coisas), voltei de novo lá, ficar mais cinco dia. O rapaz que era lá da minha comunidade me perguntou se eu estava lá atrás de

alguma coisa ou se estava representando o meu pai. Eu disse que queria reassentamento, né? Como fazia só uma semana (isso ainda estava no começo do movimento) que eu tinha ido, ele não quis botar o meu nome como reassentamento. Achava que eu tinha que ir representando meu pai.

Daí voltamos para casa na sexta-feira e ficou a mobilização ainda. Chegando em casa, o pai perguntou se eu tinha me inscrito. Eu disse que não tinha. Numa quarta-feira, minha irmã, que morava numa outra comunidade, foi lá na casa do pai e perguntou se eu tinha dado o meu nome e os meus documentos para incluir neste ‘acordão’, que era para botar todos os casos pendentes. Foi falado que o coordenador do grupo não quis colocar meu nome.

Ela voltou pra casa. Meu cunhado era coordenador do grupo e fazia parte das lideranças do movimento, entrou em contato com o B. e [*disse que*] eu fazia parte do movimento, o pai fazia parte do movimento, e o coordenador da comunidade não quis colocar meu nome como reassentamento, que eu não tinha direito. Aí eles conversaram e acharam que tava errado – eu tinha direito, né? Minha irmã veio atrás dos meus documentos para ver se ainda dava tempo de colocar no projeto, que já estava vencendo. Eles já tinham entregado os documentos lá pra firma e os nomes das pessoas que estavam em pendência ainda. Mas conseguiram ainda colocar o meu nome incluído. [*H., Morador do reassentamento Laranjeiras ex-morador da comunidade do Sagrado, em Cerro Negro*]

4.4 - Conflitos, paritárias, lutas por critérios de compensação

No início, eu me lembro bem, tinham 509 propriedades atingidas cadastradas [*pela Baesa*]. O total de famílias cadastradas em 1997, que viviam nestas 509 propriedades, somava 823. No final das contas, a empresa admitiu que indenizou em dinheiro, ou reassentou, ou complementou os direitos, de mais de 1500 famílias. Comprova que o conceito adotado pela empresa de início não resolve os problemas. Eles sempre levantam menos famílias no início do que de fato são atingidas — e que, depois, onde tem pressão, eles são obrigados a reconhecer.

No acordo social que teve em 2004, em dezembro, contemplava parte disso. Mas também tinham várias outras questões que ampliavam o conceito de atingido, que era: indenizar os pequenos comércios nas comunidades (que era um direito que até então não se tinha); tentar levantar e resolver o problema dos professores, das escolinhas ou funcionários da educação; bem como ter um aporte de recursos, por parte da empresa, para fomentar um plano de desenvolvimento da região. Plano esse que era tanto investimento individual mas principalmente coletivo. *[B., reassentado em Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC]*

Os grupos de base constituíram, então, o eixo organizativo proposto pelo MAB para que uma porção do contingente de atingidos buscasse as medidas compensatórias. O que implicou, então, em reivindicá-las, com diferentes ações, graus de intensidade, alianças, expondo um conflito que existe historicamente — como explicado quando sumariadas as lutas na bacia do rio Uruguai — mas que os empreendedores tendem a minimizar ou mesmo invisibilizar. Como explicado no conceito de política adotado neste trabalho a partir da obra de Jacques Rancière (1996), esta implica em atos e palavras que promovam a visibilização de um conflito que não era considerado, pois os agentes que o expõem (no nosso caso, os atingidos) nem mesmo eram contados como fazendo parte das parcelas que compunham determinada comunidade política. Assim, o conflito é elemento fundante da política aqui analisada, produzindo um território que não somente estava lá para ser alagado — mas para ser disputado.

Neste item, a ideia é trazer informações sobre alguns pontos dos conflitos envolvendo atingidos e consórcio. Primeiramente, no que diz respeito ao reconhecimento de um número amplo de atingidos como merecedores das compensações — o que chamo de *lutas por critérios* — onde entrou em jogo a própria definição de atingido e o universo de indivíduos que ela comportaria.

Tais critérios eram fundamentais para nortear decisões nos espaços chamados de *paritárias*, ou seja, audiências de uma comissão formada por membros do MAB e do consórcio, que realizavam estudos de caso sobre cada indivíduo ou família que alegava merecer

medidas compensatórias. Alguns casos poderiam ser postos para análise repetidas vezes, em situações que me foram descritas como angustiantes até o desenlace final. Embora explicação mais completa sobre as paritárias venha a seguir, um trecho da entrevista com o jovem P. é ilustrativo:

Nós [*P. e R., seu irmão*] passamos por duas ou três reuniões de equipe paritária — que era onde se decidia (que era uma coordenação dos atingidos por barragens junto com a Baesa, fazendo estudo de caso das pessoas que tinham interesse de ser indenizadas e que a empresa dizia que 'não', né?). Numa dessas reuniões, uma pessoa da empresa, da Baesa, disse que não queriam desmanchar as famílias, não queriam desestruturar... Foi onde nós discutimos bastante que, caso nós não saísse pruma terra que pudesse comportar toda a família naquele momento, nós, os filhos, teríamos que sair de casa pra ir trabalhar na cidade, pra ter um ganho, pra poder se manter. [...] [*P., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria*].

Pretendo neste item ainda reconstituir momentos agudos de enfrentamento, alguns deles recorrentes nas narrativas colhidas, como o primeiro protesto à beira do portão da obra da UHE Barra Grande, em Pinhal da Serra (RS), em março de 2002, que resultou em cerca de trinta manifestantes feridos e o envolvimento de autoridades do governo estadual do Rio Grande do Sul à época; ou outro acampamento feito simultaneamente em ambas as estradas de acesso à obra, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, no final de 2004, que culminou na derradeira negociação no escritório da empresa em Florianópolis, em 22 de dezembro deste ano; ou a mobilização que tomou de assalto o município de Anita Garibaldi, em 15 de fevereiro de 2005, como forma de pressionar a implementação de medidas atrasadas no cronograma estabelecido junto à Baesa, em protestos que levaram a espancamentos, prisões de lideranças do MAB e perseguição a outras, obrigadas a se esconder.

Entre muitos outros, estes são alguns marcos cronológicos possíveis, diferentes de algo a ser feito num tom mais, digamos, oficial. Se quisesse seguir esta última senda, vários eventos poderiam marcar

o surgimento da UHE: a partir de 1999, quando sua Licença Prévia foi fornecida pelo Ibama (mediante Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental realizado pela empresa Engevix, de Florianópolis, entre os anos de 1997 e 98), ou em 2001, quando o consórcio Baesa S.A recebe a Licença de Instalação (LI) da UHE e inicia as obras da barragem; ou no final de 2004, quando acirram-se tensões na região devido a existência de possíveis violações sócio-ambientais em seu trâmite, ensejando Ação Civil Pública contrária à UHE; ou ainda em julho de 2005, quando recebe a Licença de Operação (LO) mediante Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) acordado após audiência pública na justiça, em que estiveram presentes ambientalistas, membros do Ibama, do Ministério de Minas e Energia, da Advocacia Geral da União, Ministério Público Federal e Baesa, passando a UHE definitivamente a funcionar em 1º de novembro de 2005.

Esta não será a abordagem aqui, embora valha assinalar fatos específicos que levaram a UHE Barra Grande a ser reconhecida em âmbito internacional, ligados ao EIA-RIMA produzido pela Engevix, que ocultou informações cruciais e conferiu, na opinião de atingidos e ambientalistas, um caráter fraudulento às posteriores obras. Prochnow (2005) resume esse impasse:

Em 2003, já no governo Lula, ao analisar o pedido de supressão *[das árvores a serem alagadas pelo reservatório]*, o Ibama solicitou um inventário florestal, elaborado e apresentado pelo empreendedor, que mostrou, desta vez, a real situação da cobertura florestal existente na área a ser inundada. Na verdade, o Rima apresentado havia reduzido a cobertura florestal primária da área a ser alagada de 2.077 para 702 hectares, a área de floresta em estágio avançado de regeneração — tratada no documento como um “capoeirão” — de 2.158 para 860 hectares e a área de floresta em estágios médio e inicial de regeneração — tratada apenas como “capoeira” — de 2.415 hectares para apenas 830 hectares. Além disso, não fazia menção clara sobre os campos naturais, que estão presentes em mais de 1.000 hectares.

Ou seja: a licença de instalação da obra havia sido concedida pelo próprio Ibama, em junho de 2001, em

pleno vigor da Resolução CONAMA no 278 de 27/05/2001(que protege as espécies ameaçadas de extinção), com base em um documento que falsificara a real situação dos remanescentes de Mata Atlântica existentes na área a ser diretamente afetada pelo reservatório. Omitira, inclusive, a existência de um raro fragmento de Floresta com Araucária com alto índice de diversidade genética — informações que, considerando a legislação em vigor, poderiam inviabilizar a instalação do empreendimento. (Prochnow, 2005, p. 6-7)

Esses eventos são mencionados pelas lideranças entrevistadas e proporcionaram certa inflexão nos acontecimentos, em que ganhou força a aproximação MAB/entidades ambientalistas (Apremavi, Amigos da Terra, FEEC) e também registrou uma tensão entre a necessidade ou não de adotar a estratégia daquilo que Lopes (2006) chama de “ambientalizar conflitos sociais.” Ou seja, transformar o foco de um conflito a partir da introdução, por vezes inadvertida, da denúncia de crimes ambientais onde antes prevalecia um discurso de conflitos pela busca de direitos sociais, produzindo outro regime de visibilização e legitimidade diante da opinião pública. O MAB relutou em assumir esta linha, que poderia obscurecer seu real objetivo de problematizar as consequências sociais da UHE. Vale, portanto, neste resgate dos conflitos, trazer trechos dos depoimentos que se refiram a isso também.

No entanto, comecemos “do começo”, no ano de 2001. O trecho abaixo, fruto de entrevista com membro do MAB reassentado em Laranjeiras, é bastante longo, porém maravilhosamente sintético em relação a pontos fundamentais. Por isso, servirá de base empírica para o desenvolvimento deste item. A seguir, será possível perceber questões como a relação com os técnicos que negociavam (num primeiro momento, os mesmos da UHE Machadinho), a dinâmica das paritárias e os seguidos períodos de espera após as negociações, que sempre motivavam as mobilizações mais intensas:

A gente teve várias iniciativas de negociar, de tentar conversar com a empresa. Num primeiro momento tivemos uma reunião em Anita [*Garibaldi*] com alguns dos diretores da empresa. Foi com um tal de ‘Allá Mercado’ (*sic*), que foi tocando, que já conhecia o movimento e vinha negociando em Machadinho. Junto com ele trouxeram o Horácio Martins, que a empresa

dizia que estava assessorando. Do ponto de vista de resolver parte dos problemas sociais, teria um avanço. Só que não botava em discussão o ponto central que nós queríamos, que era a questão da obra em si. Era assim: 'Fizemos a obra, vamos reconhecer o que temos feito até agora, que é a questão dos direitos, vamos indenizar, temos aqui um protocolo de intenções' — até bom na época, nós ficamos surpresos no início. Enfim, pontos de pauta históricos do MAB eles vieram ali com a proposta de que iam resolver. Botar fim nas polêmicas principais. Reassentamento pra solteiro — enfim, que era a pauta nossa, que nós já tínhamos entregado, ele disseram que iam fazer.

Logo em seguida teve uma mobilização grande em Machadinho. O FHC [*Fernando Henrique Cardoso*] era presidente ainda. Ia vir inaugurar a barragem de Machadinho, que já estava pronta — então, quando estavam terminando Machadinho já estavam subindo para fazer a de Barra Grande. As mesmas pessoas, o mesmo grupo. O FHC ia vir e, como tinha várias pendências ainda para resolver em Machadinho, o MAB fez uma mobilização grande e impediu a vinda do FHC. E aí esse grupo que estava negociando, enfim, deu um retrocesso dentro da empresa e eles trocaram as pessoas que faziam contato com o movimento. Trocaram inclusive as pessoas que estavam fazendo contato em Barra Grande.

Aí entrou uma 'linha dura' da empresa, já dizendo que era para esquecer aquele protocolo de intenção que eles tinham apresentado um período antes para nós e que ia ser tudo diferente ali. Então não ia ter reassentamento, enfim.[...]

Em outubro nós ocupamos o canteiro de obra. Eles começaram a montar a barragem no início de 2001, passou todo esse período e em outubro de 2001 nós ocupamos. Os de Santa Catarina, nós, ocupamos o lado catarinense e o pessoal do Rio Grande ocupou o lado gaúcho do canteiro de obras, que estava em dois lugares. Tivemos isso, tivemos várias audiências e reuniões com essa nova diretoria. Ficamos uns dias, poucos dias, acampados. Saímos. Fomos esperando, esperando, e nada. Tivemos reunião com essa diretoria nova — eles eram, assim, bem ruins de lidar. Teve reunião de nós

começar, demorar cinco minutos e na apresentação a empresa levantar, toda a equipe da empresa, e abandonar a reunião. Ficamos só nós.

Leonardo- E eles eram da Baesa mesmo?

É, era da Baesa mesmo. Era um grupo de um tal de Maurício [...], meio japonês. Ele era funcionário, engenheiro, da Eletrosul — que com a privatização da Eletrosul ele ficou... Era da Baesa, foi contratado um período pra tocar os trabalhos da empresa. Mas sempre teve, desde o período da Eletrosul (a gente conversou com outras pessoas da Eletrosul), ele sempre foi uma pessoa muito ruim de lidar, muito complicado para resolver os problemas sociais.

Fizemos uma reunião em São Paulo, que era onde tinha a sede de algumas empresas acionistas. Fomos até lá com um ônibus de pessoas. Também não avançou nada. Já cansados de esperar, foi decidido fazer um acampamento no RS [*em março de 2002*]. Inclusive parte do nosso pessoal de Santa Catarina teve muita dificuldade em passar — de Anita pra cima o pessoal se juntou e passaram de bote, caíco (aqueles barquinhos de madeira) pelo rio. Subiram numa comunidade de Esmeralda e Pinhal da Serra e foram de caminhão se concentrar até o Pinhal [*da Serra*], na cidade de Pinhal. E um grupo grande, mais próximo de Anita e Cerro Negro, nos reunimos na comunidade de Vila Petri em Anita e descemos na balsa, que era acima da barragem uns oitocentos metros. Passamos por atalhos, porque a estrada pública, a estrada principal, tinha que passar por dentro do canteiro de obras e a empresa trancou na época. A estrada pública que tinha ali, de ônibus, de tudo, ficava dentro do canteiro de obras. Por causa da movimentação e da mobilização, a empresa trancou com pedras (pedrão, né?), buracos, e não teve como passar. Nós tínhamos uma estradinha secundária... Nem! Que não prestava mais. A gente foi indo, foi indo, correndo o rio, fomos com carro, caminhão, caminhoneta, tudo, e se juntamos com o pessoal numa comunidade de Pinhal, próximo à obra. Então teve três grupos se juntando: o pessoal do Rio Grande, que já tinham se juntado em Pinhal da Serra e lá se juntou com parte do pessoal de Santa Catarina, dos municípios de Campo Belo [*do Sul*], Cerro Negro e parte de Capão Alto; e aí parte de Cerro Negro e Anita, que nós

estávamos em outro lado próximo, era outro grupo e se juntamo tudo já dentro duma marcha que eles estavam fazendo do Pinhal no sentido da obra, numa comunidade próxima, que era São Miguel.

Nos juntamos todos lá e de lá seguimos, em caminhada de novo, até o portão da obra. Tinha muita polícia, eles fecharam o portão. Na chegada do portão tinha um deputado estadual do Rio Grande, que era o Marcon. Entrou por fora do portão e veio um policial a cavalo, tacou em cima dele e ele teve que correr de volta. Ele ia falar na ideia de que a empresa recebesse uma comissão de negociação. Ali, então, nós fomos na frente do portão protestar e da empresa não apareceu ninguém. Tinha muita polícia, policiais do Rio Grande, começaram a jogar bomba de gás e tiros de borracha. Tinha vários policiais em cima dos barrancos, aí atiravam de pontaria.

Sei que deu um confronto feio... ih! Confronto, não! Foi um massacre por parte da polícia para cima de nós. Teve várias pessoas bem machucadas mesmo, com bala de borracha. No total foram socorridas 29 pessoas. Foram prum hospital de Esmeralda, algumas foram para Vacaria.

Daí então a gente voltou, recuou um pouco, e ficamos acampados em torno de 12 dias, bem próximos ao portão da obra. Estes 12 dias então foram um inferno, demorou muito a passar, ficava acordado dia e noite a maioria do pessoal. A polícia tinha uma tática deles que era de não deixar nós dormir: eles largavam foguete em cima do acampamento nosso. Estourou, né? A noite inteira...

Esse período deu uma repercussão muito grande. O Olívio Dutra era o governador do estado e a presidenta hoje, Dilma, era a secretária de Minas e Energia do estado. Miguel Rossetto era o vice-governador e o Bisol, uma liderança política grande do RS, era secretario de segurança. Devido ao Marcon, Frei Sérgio [*Göergen*], nós também tínhamos pessoas do MAB que tinham sido chamadas para fazer parte do governo do estado [*à época*]. Então, mexeu dentro do governo. Eu me lembro que o secretário de segurança do estado desceu de helicóptero dentro do canteiro de obras. Foi trocado o coronel que comandou esta ação da polícia e a Dilma,

como secretária de Minas e Energia, e o Miguel Rossetto intermediaram uma negociação com a diretoria da empresa — junto com o Frei Sérgio, que viria a ser deputado (ele não era ainda, ele era de um departamento rural, de uma secretaria de agricultura, não sei, que era dentro do governo), também ajudou a intermediar.

Tivemos a primeira reunião em Caxias do Sul [RS] com a empresa, com a diretoria, com os acionistas, mesmo, né? Um grupo grande. Eles, na primeira reunião, foram meio sem proposta concreta. Lembro bem que a Dilma disse: ‘Ó, quantos dias vocês precisam pra trazer uma proposta concreta que venha a atender, senão toda a pauta, mas parte da pauta do MAB?’’. ‘Uma semana’.

A reunião começou e acabou, não demorou muito. Mas uma semana depois teve outra reunião que, aí sim, se começou a discutir de fato pra ter um acordo grande. Nesta segunda reunião, que aconteceu também em Caxias, foi onde se conseguiu sinalizar vários pontos centrais: a questão dos direitos dos não-proprietários — que é a questão dos reassentamentos, um recurso disponibilizado pela empresa para reativar algumas questões econômicas das propriedades dos atingidos das comunidades — atingidos no nosso conceito, não no da empresa. Nós chamamos de ‘crédito de investimento da porteira pra dentro’, pra investir dentro das propriedades. Foi conseguido coletivamente, mas pra melhorar a situação individual das famílias. Desde leite, desde horta, foi um recurso sem retorno.

Nesta reunião se conseguiu isto, bem como sinalizar e acordar que teria esses direitos as famílias que se encaixassem nos critérios, e tal — que foi um ‘acordão’ que veio a ser posteriormente assinado, bem depois. Bem nessa reunião ficou acordado que uma equipe, nós chamamos de ‘comissão paritária’, que tinha técnicos da Baesa, técnicos da ETS (que era uma empresa terceirizada) e as lideranças nossas, que analisariam os casos que tinham sido negativados pela empresa. Todas as famílias que tinham seu estudo de caso feito e estes estudos tinham sido negativados pela empresa, eles não eram descartados. Nós tínhamos esta comissão, que nós íamos indicando a cada semana, a cada dez dias do máximo, que nós juntávamos 10, 15 famílias, para estudar o caso — pra ver se conseguíamos reverter a situação com as informações a mais. (Eram as famílias

que não tinham como provar com documentos os critérios estabelecidos pelo acordo.) Por que um acordo ele acaba limitando, fecha um círculo, né? Tinha família que estava bem no centro do círculo, família que estava quase fora e família que estava fora. A ideia nossa era sempre ampliar este círculo, para abranger mais famílias — criando critérios para isso — e a empresa era sempre tentando reduzir.

Alguns pontos centrais no acordo que, num primeiro momento, deixavam muita gente de fora, foram: as famílias que tinham até 25 hectares [*nas comunidades de origem*] podiam optar por reassentamento ou a indenização; depois, num segundo momento, foi reformulado o acordo e elevado para 40 hectares; quem tinha contrato de arrendamento e a terra era parcialmente atingida, independente se era na fração atingida ou não, ele também era objeto de estudo, e se a propriedade não comportasse mais o tanto de famílias que comportava antes era visto, e com possibilidade de ser reassentado. Enfim, vários casos que acabaram reconhecendo o direito de mais famílias.

Foi formulado e assinado o acordo e depois desse período, assinado já com a ideia de que alguns pontos ficavam em aberto, pra ir melhorando. Nós sempre cobrando da empresa que cumprisse o acordo nos anos seguintes, bem como tentando melhorar o acordo, para que, na prática, quando a gente se deparava com casos que o acordo não previa, nós sentávamos com a empresa e dizíamos: “olha, precisamos melhorar, por que tem casos assim, assim, e assim, de família que está ficando fora.” Foi bastante reunião neste sentido, se fortaleceu muito a organização, para identificar os casos, porque muitas famílias de camponeses que estavam na condição de ter seu direito, mas que no entanto, ficavam acomodadas, ficavam esperando. E os técnicos da empresa, quando iam visitar eles, eles não perguntavam muita coisa. Ou a família tinha que se apresentar e expor a documentação ou então eles faziam o relatório e era negativado. Passamos por um longo período neste sentido, de muita movimentação de pessoas, de liderança, de muita gente das comunidades.

Leonardo – E isto era mais ou menos 2003?

É, final de 2002 e 2003 foi um período muito grande

disso.

Passado este período, a gente via que várias famílias das comunidades, dos municípios, que às vezes não preenchiam todos os critérios que a empresa exigia e a gente mesmo com todos os esforços não conseguia provar ou fazer que elas tivessem seu direito assegurado, foram sobrando, foi ficando muita família nesta situação. Casos negados, principalmente de lideranças do movimento, os coordenadores dos municípios, que eram mais perseguidos no início, que já tinham passado quatro, cinco vezes por esta comissão, esta equipe paritária que analisava. E mesmo assim, o caso vinha e era negativado. E foi indo, foi ficando um grupo grande. Quando chegou lá em 2004, a empresa quase terminando a barragem, e nós: ‘ó, vai ficar mais de 200 famílias de fora, mais de 200 famílias’, o que significava quase 1000 pessoas.[...] Por exemplo: o que era que pegava um grupo grande de famílias? É que elas tinham que ter atividade na região que formaria o lago, na terra, atividade de produção comprovada, tipo, de um período de 1995 a 2001. E tinha família que num período desse teve que sair da região e aí, por algum motivo, não foi cadastrada no cadastro sócio-econômico feito em 1997 — e que depois nós estendemos até o início da obra, através da pressão, pra pegar mais gente. Mesmo assim, tinha família que era da região, que não estava cadastrada e que não tinha como provar com documento esse período. Que foram famílias que foram se formando. Várias famílias assim. Várias famílias que não conseguiam provar que viviam economicamente das áreas, embora vivessem, mas não tinham como provar que viviam, que tiravam sustento destas áreas. E foi ficando um grupo grande de famílias. *[B., reassentado em Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC]*

Os reassentamentos vão se instalando no decorrer desses anos, principalmente no ano de 2004 (falaremos um pouco mais sobre seu início no próximo item, intitulado “Organização pós-barragem”). Mas ocorreram atrasos na implementação de alguns: a segunda fase do reassentamento Laranjeiras, que contemplava a instalação dos dez últimos lotes, desde a escolha por parte dos beneficiários à sua preparação (terraplenagem, estradas, correção do

solo); e ainda alguns candidatos a reassentamento ficaram de fora, o que resultou na criação de mais um, ainda não existente — o “15 de Fevereiro”. Para que os processos fossem adiante, ou ao menos se iniciassem, fizeram-se necessárias mais mobilizações. Estávamos em 2004. Neste ano, assim como na virada para 2005, a jornada foi intensa. Até porque, além da vinda à tona da discrepância entre o conteúdo do EIA- RIMA e a real extensão do alagamento, a obra encontrava-se já perto da conclusão.

Os depoimentos apontam para uma série de manifestações feitas no período, que casavam a denúncia da supressão ilegal da cobertura vegetal à não-resolução da condição de uma série de atingidos. A madeira a ser cortada antes do alagamento foi inclusive alvo de propostas do MAB para a construção de casas populares na região — o que não foi realizado. Ocorreram ainda conflitos entre os atingidos e os funcionários da empresa terceirizada contratada pela Baesa para realizar o corte da madeira para posterior venda, pois estes últimos consideravam que os manifestantes seguidamente atrapalhavam seu trabalho.

O acampamento transcorrido entre 18 de outubro e 23 de dezembro de 2004, situado próximo a ambos os portões da obra (lado catarinense e lado gaúcho), buscava principalmente finalizar a situação de cerca de 280 famílias ainda não confirmadas na lista de beneficiários de medidas compensatórias. Contou com uma série de atos, como marchas em direção ao portão das obras e místicas⁹⁰, que buscavam animar os participantes e reavivar os sentidos da luta ali. Como explicou-me uma liderança do MAB, havia, em dias rotineiros,

90 A mística é uma forma de mobilização muito praticada pelos movimentos sociais do campo brasileiro, que tem origem em práticas da igreja católica, que podem representar (através de pequenas cenas elaboradas em espécies de esquetes teatrais, declamação de poemas, canções ao violão, realizadas pelos próprios camponeses) tanto situações vividas no cotidiano e nas lutas dos camponeses quanto os desejos de melhoria e transformação social. Nas palavras de um membro do MST, a mística, mesmo que por um breve momento, “busca trazer para perto o que está longe” — ou seja, o horizonte de emancipação social, encarnado na posse da terra e, para alguns, a construção da sociedade socialista.

uma circulação de cerca de 100 a 200 pessoas, basicamente aqueles que tinham seu nome na lista que o movimento indicava como merecedores das compensações ou daqueles que, já agraciados, reforçavam o apoio. Tática consagrada de protesto e mobilização entre movimentos sociais camponeses, o ambiente dos acampamentos combinava prazer, penúria e tensão:

Então nós ficamos ali esse período. Tinha negociação, não avançava, a gente descia até o portão em forma de marcha para envolver o pessoal e tal. O período do acampamento foi interessante, porque muita gente aprendeu bastante. Não só com esse, mas com os outros, também. Tinha a coordenação, a gente se reunia, encaminhava as coisas por dentro do acampamento, tinha regra dentro do acampamento. Na época a gente discutia muito esta questão de bebida, de manter organizado. Mas o pessoal era muito divertido: tava lascado, mas não se lixava por cinco, dez pila. Nós carneamos quantas vacas no acampamento! Fazia vaquinha, assim, nos barraco, e comprava uma vaca, dividia a carne ou assava tudo junto e comia. Então foi bem divertido. *[S., moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro]*

Aí chegamos nesse outro barraco *[do acampamento]* lá, foi uma noite muito chuvosa, sem lugar para ficar. Assim, tinha momentos de tristeza, mas na mesma hora tinha aquelas pessoas que se animavam. Daquele momento de tristeza e medo que nós passamos, chegamos lá no outro barraco e, como nós não tinha como dormir, pois os nossos colchões molharam, ficaram no outro barraco, os alimentos... Aí quem estava colocado lá fez a janta pra nós e, em vez de eles irem dormir – por que eles tinham onde dormir – pegaram e ficaram acordado, ficaram acordado também. Uns vinham conversar, outros vinham tomar chimarrão, outros vinham jogar baralho... Então, daquele sofrimento que nós passava tinha umas pessoas que tiravam daquela coisa ruim para as pessoas se sair bem, pra no outro dia estar bem. Mas assim mesmo, depois desse acampamento, a coisa

ficou bem ruim, porque o policiamento pegou forte, forte mesmo. A gente só tinha o nosso lugarzinho pra chegar, pra ir buscar lenha, pra ir buscar água não podia sair sozinho, porque se saísse sozinho eles pegavam mesmo, né? Aí chegava a noite e tinha que ficar dez pessoas cuidando da guarita do acampamento, pros outros poder dormir. Iam se revezando, de hora em hora, trocava de pessoa. E mesmo assim de noite eles intimidavam, davam tiro, largavam bomba, pra cansar o pessoal. Pro pessoal sair dali, né? [*H., morador do reassentamento laranjeiras ex-morador da comunidade do sagrado, em cerro negro*]

Outra coisa que a gente tinha bastante dificuldade nos acampamentos, que a gente sofreu bastante para conquistar este terreno, a casa que a gente mora hoje, era a comida e a forma de sair de onde a gente estava acampado. A polícia trancava o caminho, né? Não deixava ninguém passar... A gente saía escondido, pelo meio do mato, ia até onde dava pra comprar comida — ou avisava alguém da família pra fazer pão, ou alguma coisa pra mandar pra lá — e aí iam de volta de novo, pelo meio do mato, subindo morro, descendo, atravessando capoeira, cortando com o facão, com a foice, fazendo carreiro pra chegar até onde a gente estava acampado para poder levar comida. Se não a gente ia ficar sem e eles não deixavam passar pra ir comprar. Muitas vezes saía o carro pra ir comprar comida e chegava numa altura aí eles atacavam e não deixavam passar. [*J. Reassentada em Laranjeiras, ex-moradora da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC*]

Esses excertos referem-se ao acampamento de 2004, já mencionado. Retornemos ao desenrolar da história:

Quando chegou o final de 2004, foram feitas aquelas mobilizações grandes no sentido de discutir estes casos: 'agora é a hora, não podemos deixar fechar a barragem, porque a empresa vai embora e vai ficar um monte de famílias sem direito.' Casado com isso, se descobriu depois de várias denúncias desde o início da barragem,

no sentido de que os estudos, o EIA e o RIMA, não apontavam a real situação, qual era, na beira do rio. Mas, como no início, desde as audiências públicas, não se teve força para conseguir fazer isso, então nesse período que começou a vir à tona, quando a empresa teve que pedir autorização para suprimir a vegetação do reservatório, então eles mesmos... a gente sempre diz, tem um ditado que 'o peixe morre pela boca'... A própria empresa pediu para suprimir a vegetação, e essa vegetação que ela pediu não tinha nenhum estudo em que ela aparecia.

Casou com a denúncia, e foi aí que se juntaram várias forças, de ambientalistas, de movimento social. A empresa, mesmo sem autorização, começou a desmatar. Nós montamos um acampamento numa comunidade acima de onde a empresa queria desmatar — a comunidade São Vicente, em Anita — e também no Rio Grande o pessoal montou várias barreiras. Em várias comunidades, onde a empresa (que tinha terceirizado este serviço para outra empresa) ia desmatar, nós impedimos de desmatar, para tentar jogar o problema para a sociedade discutir. Junto com isso, dizer: 'tem o problema ambiental, gravíssimo, e tem o problema social também'. Foi aí que se juntou estas pautas e a gente impedia de desmatar. E aí com isso teve liminar de juiz mandando parar, teve liminar de juiz concedendo para eles continuarem a desmatar... Teve, enfim, várias forças, tanto jurídicas quanto políticas, envolvidas no sentido de resolver o problema da empresa, na verdade — que era de acertar isso. Aí que aparece que eles tinham fraudado os estudos, em que não apareciam 2077 hectares de vegetação primária, que não apareciam nos primeiros estudos, aí eles iam suprimir isso, derrubar pinheiro, cedro, angico, cabreúva, madeira nobre, centenária, que existia na região onde ia formar o lago. Com isso, teve repercussão internacional — nós tivemos inclusive a visita, no acampamento, de um repórter da BBC de Londres. A própria Globo mesmo, esteve fazendo matéria ali... Deu uma repercussão grande, matéria no Jornal Nacional teve uma, que não tratou da questão social, só da questão ambiental e da questão dos enroscos dos grandes investimentos; o 'Globo Repórter' esteve fazendo uma matéria ali depois, que ficamos sabendo que, por intervenção das grandes empresas para não sair,

acabaram censurando. O Globo Repórter teve uma equipe inteira na região, ficaram uma semana, filmando neste período, fazendo matéria. Enfim, deu uma repercussão muito grande, onde a empresa se viu amedrontada de novo: ou por decisão judicial eles eram impedidos de trabalhar, quando não era, nós não deixávamos desmatar.

[*A partir de*] outubro de 2004 ficamos 60 dias acampados, contínuo, tanto mobilizados nesse lugar quanto nas comunidades, também as famílias não deixavam a empresa circular. Até mesmo escola ficava dando aula na estrada, a escolinha da comunidade, com uma loninha, e quando os técnicos da empresa vinham pra circular eles eram barrados. Tinha uma organização muito grande, uma articulação muito forte. A organização dos grupos funcionou. Foi o período que mais funcionou.

Foi quando então a empresa teve que sentar com o movimento para fazer um tal de 'acordo social'. Já tinha um acordo para remanejamento, que já tinha sido melhorado neste período, mas que mesmo assim deixava muitas famílias de fora. No final, foi feito um acordo social para tentar atender estas famílias que nós estávamos pleiteando. Casado com isso teve um Termo de Ajuste de Conduta, onde se juntaram vários ministérios do governo federal, Casa Civil e tudo, onde aplicaram meio que uma multa para a empresa, de 21 milhões de reais, para repor parte da floresta. Até hoje não se sabe o que a empresa fez, se repôs ou não.

Quando teve esse acordo, a avaliação política da direção do movimento foi que a barragem mesmo assim ia ser fechada e que se não pressionasse para resolver a questão social nós não teríamos a força de impedir, nós íamos ter que sair, as famílias iam ter que sair (muitos já não estavam nem trabalhando) e que pela questão ambiental não ia parar a obra. Foi então que no dia 22 de dezembro de 2004, em Florianópolis, foi fechado esse acordo que acabou mais de 200 famílias tendo seu direito. Não foi um direito padrão, como no caso dos reassentamentos — vários sim, mas várias famílias que foram atingidas parcial tiveram algumas delas uma casa, outras delas uma casa e um pedaço de terra, outras uma casa na cidade.

Foi onde se conseguiu ampliar, do ponto de vista do conceito de atingido. A empresa admitiu que mesmo as famílias que não eram atingidas por água, mas que foram impactadas, ela teve que reconhecer o direito — por causa da pressão, por causa da conjuntura da época — para as famílias. Foi um avanço muito grande na questão dos direitos de Barra Grande. *[B., reassentado em Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC]*

Observa-se aqui como o conceito de atingido, coincidindo com a interpretação de Vainer (s/d) em texto de referência sobre este debate, é constante objeto de disputas, pois se refere à possível ampliação ou redução de um campo de direitos e da legitimidade de seus detentores. Sua discussão busca politizar o tema, ou seja, inseri-lo num campo de forças sociais e retirá-lo do discurso técnico de viés economicista presente nos documentos dos consórcios. Para isso, o autor procede a um resgate histórico, demonstrando as diversas acepções assumidas pelo termo, transformadas a partir das críticas dos atingidos organizados e também de contribuições de diversos pesquisadores: da concepção *patrimonialista* (na qual o atingido é apenas o proprietário das terras alagadas) à *hídrica* (em que o atingido é todo aquele que vivia nas terras a serem inundadas), às concepções das agências multilaterais e da Comissão Mundial de Barragens (que passam a perceber, em consonância com uma série de estudos de antropólogos e sociólogos, que o escopo de transformações é muito maior, incidindo em territórios com relações sociais historicamente arraigadas, forçadas a se reconfigurarem), chegando a formulações mais claras e diretas, na qual deve-se levar as múltiplas camadas sociais atingidas, das populações à jusante do barramento aos municípios que sediam canteiros de obras e veem sua demografia alterada pela chegadas de levadas de trabalhadores de alhures, que lá permanecem alguns anos e depois se vão.

4.4.1 – 15 de fevereiro de 2005

Dois meses depois, no entanto, houve necessidade de outra mobilização. Era fevereiro de 2005. Desta vez, não em forma de acampamento à beira da estrada de acesso à obra, mas em pleno centro do município de Anita Garibaldi. Lá estava o escritório

administrativo da Baesa. A intenção era pressionar para apressar a implementação da segunda fase do reassentamento Laranjeiras (que tinha encaminhados apenas dois terços dos 34 lotes previstos) e a viabilização de mais um reassentamento em Santa Catarina, para dar conta de casos já aprovados em paritárias, porém seguidamente ignorados nas medidas concretas do consórcio.

Como é notório neste tipo de negociação, mesmo após sacramentados os compromissos em contratos e documentos assinados pelas partes envolvidas, surge a necessidade de pressão para que aquilo realmente se concretize. Um breve parêntese aqui: analisando ofícios enviados pelo MAB tanto ao consórcio quanto para instâncias estatais de fiscalização (Fatma, Ibama, procuradorias, ministério público estadual e federal), é possível notar que uma série de pontos estabelecidos no acordo resultante da reunião em Florianópolis no dia 22 de dezembro de 2004 ainda estavam pendentes nos idos de 2007, como verbas para implementação de um plano de desenvolvimento para a região e, ainda, a questão da madeira suprimida antes do alagamento.

Num dos ofícios mais curiosos, datado de 23 de janeiro de 2007 e dirigido ao Ministério Público Federal (MPF), em Brasília; à procuradora Luciana Guarnieri, do MPF Caxias do Sul; ao procurador Nazareno Jorge Wolff, do MPF Lages; ao procurador Luiz Augusto, do MPF Vacaria; e à 4ª Câmara da Procuradoria de Porto Alegre, o MAB solicita a prisão dos diretores da Baesa à época por não cumprirem os pontos do acordo (no caso, não assinarem nem liberarem verba para convênio com o Ippur-UFRJ, para o plano de desenvolvimento regional) e também de não voltarem a madeira para a construção das casas populares (o número de árvores, presente no parecer técnico 086/2006 do Ibama, é inclusive mencionado: 10.875 unidades).

O ato no dia 15 de fevereiro de 2005, entre os depoimentos que colhi, foi o mais rememorado, o mais comentado, o que mais êxtase acabava por despertar nos narradores. Além das repercussões midiáticas e das narrativas em torno das prisões arbitrárias e outras violências, havia também um aspecto de diversão sempre destacado, devido à decisão de levar animais de criação como parte do protesto, para demonstrar o que seria perdido caso as determinações do acordo não fossem cumpridas. Porcos e galinhas “desfilaram” pelo centro da cidade e em seguida foram soltos no interior do escritório.

Como me relatou informalmente um dos reassentados de Laranjeiras, isso funcionou inclusive para aproximar — embora de forma chocante — os técnicos do consórcio do cotidiano camponês, que eles fingiam ignorar.

Tão importante tornou-se este protesto, que “15 de Fevereiro” é o nome do reassentamento para 17 famílias que fica à beira da rodovia SC-358. É o menor e o mais recente. Além disso, como celebração desta conquista, ocorreu uma grande festa no dia 15 de fevereiro do ano seguinte (registrada em vídeo ao qual tive acesso) em que se percebe a presença de milhares de pessoas para celebrar este marco, que paira com muita força no imaginário dos reassentados.

Naquela lá tinha um monte de coisa que tava emperrado, sabe? Mas basicamente, nesta atividade, mais do que aqui, o que a gente queria ressaltar era o *[o que seria o futuro reassentamento]* 15 *[de fevereiro]*, lá. Aquela terra, lá. Que não era 15 de fevereiro, não tinha nome, ainda.

Aí nós articulemas pra ter uma atividade de meio dia, um dia, no máximo. Foi assim, meio que 'vamos lá, levamos umas vacas, uns porcos, umas galinhas e fazemos um barulho lá na empresa e tal'. Só que, na verdade, hoje se fizemos uma atividade daquele jeito nós estamos tudo enrolado, porque foi meio artesanal, nós não pensamos muito bem no que poderia acontecer. Não foi bem avaliado. Aí nós marcamos lá, não tinha muita gente nessa mobilização. Umas 300 pessoas. Nós fomos no escritório da empresa. *[S., moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro]*

Essa mobilização de 15 de fevereiro de 2005 foi devido ao acordo que teve. Várias coisas que estavam pendentes a empresa demorava em fazer. Foi decidido então dar uma pressão na empresa: 'vamos pressionar, vamos juntar as famílias que já estavam dois, três, cinco anos sem ter lugar pra plantar, e não tem previsão de ter, e vamos pressionar para que a empresa resolva.' Foi pra eles adquirirem mais uma área para reassentamento. Fizemos. Fizemos isso em Anita. Acabou virando uma coisa bem maior, ocupamos o escritório da empresa e, do escritório da empresa, acabou que um advogado da empresa disse que estava indo protocolar no fórum o

pedido de desapropriação de uma fazenda, de uma área de terra, para reassentar as famílias, que era em Anita. Pra provar que era sério, mostrou o processo e disse que estava indo lá resolver as taxas, as guias no banco e dar entrada no Fórum. Para isso, poderiam ir algumas pessoas junto, para acompanhar, que era verdade.

Bom, se fosse isso — e isso era um ponto da pauta —, ok, era um dos pontos centrais. Acabou que foram três pessoas junto com o advogado. O advogado foi lá e disse pro juiz, pro promotor lá que tinha sido sequestrado e que os sequestradores estavam aguardando do lado de fora da porta. Aí o promotor pediu para que o juiz emitisse mandado de prisão para as famílias. O juiz emitiu e prenderam estas três pessoas dentro do fórum. Na hora. Flagrante, decerto.

Daí tomou uma dimensão bem maior a mobilização. Juntou um pessoal da barragem de Campos Novos, que estavam vindo de uma audiência em Lages, com bastante gente, e fomos lá na frente do fórum, pressionar para que o juiz soltasse estas pessoas. O juiz acabou pedindo a prisão de mais gente e ali acabaram de prender. Eu também na ocasião fui preso.

Tinham prendido: o U., que é do *[atual reassentamento]* 15 de fevereiro, O D., do 15 de fevereiro, e o Z., do 15 de Fevereiro, que estavam pleiteando, que já tinham o direito reconhecido pela empresa e alguns deles fazia três, quatro anos que não tinham nem mais onde plantar, porque não deixavam mais eles plantarem na beira do rio. Eles estavam lá pedindo: 'Olha, nós queremos a terra, para nós podermos nos mudar e reorganizar nossas vidas.'

Esses três e mais eu e o G., que era de uma comunidade de Anita, de São Roque. E mais outros que tiveram mandado de prisão expedido e que a polícia não conseguiu achar.

A mobilização acabou durando... Era pra ser um dia, dar uma pressão e sair com datas. Acabou que durou dez, quinze dias o acampamento. Deu um desgaste muito grande para nós, mas ao mesmo tempo uma repercussão grande. Porque como que a empresa inunda, alaga, expulsa as famílias do seu habitat, reconhece que está expulsando — tanto é que para isso já tinha dado o parecer positiva para reassentamento

destas famílias — e já fazia vários anos, e não se via terra para essas famílias? *[B., reassentado em Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC]*

O relato de B. encerra-se quando ele é preso. No entanto, o conflito ainda se desenrolava na cidade. Em dois locais específicos: o fórum e o escritório da empresa. Ao fórum foram alguns negociar a liberação dos presos com o juiz. No escritório permaneceu outro contingente de atingidos, para continuar a pressão sobre a Baesa. Ao mesmo tempo, agregavam-se grupos ao conflito: pelos atingidos, “três ou quatro ônibus” que vinham de Lages, contendo atingidos pela UHE Campos Novos que acabavam de participar de audiência pública com o MPF. Do outro lado, policiais do batalhão de Lages dirigiam-se a Anita Garibaldi para reprimir os protestos.

No fórum houve confusão e tumulto, levando à expedição de mais mandatos de prisão para lideranças do MAB. Daí logo os atingidos se retiraram, buscando novamente o escritório da Baesa, para onde os atingidos pela UHE Campos Novos também iriam.

Daí nós descemos aquela rua de cima, tudo aquele grupo correndo, com pau, pra ir se juntar com os do escritório, pra fortalecer lá — que a polícia tava indo pela rua de baixo. Pense: foi um dia que marcou Anita. Até hoje, se você perguntar pro pessoal lá do comércio, eles devem estar marcados. Porque o comércio foi fechando as portas, assim, sabe? Farmácia fechando as portas, tudo fechando. Parecia que ia ser uma mortandade, ali. Nós ia passando correndo e o pessoal dizia: 'minha nossa senhora, hoje o cemitério vai lotar!'

Foi feio, mesmo.

E daí parecia um enfrentamento de guerra, assim... Nós pela rua de cima e eles pela rua de baixo. Mas nós só com pau e pedra e eles, tudo armado. Tava lá a cavalaria, tinha mais ou menos uns setenta cavalos. *[S., moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro]*

Diante do escritório ambos os lados cerraram fileiras e foram tentadas propostas de negociação, ligadas à liberação dos presos e à anulação dos outros mandatos. Em vão. Membros da direção nacional

do MAB, presentes na região, articulavam a liberação com entidades de direitos humanos e com representantes de partidos políticos de esquerda. Ao mesmo tempo, a tensão crescia, alguns manifestantes eram agredidos pela polícia, que usava bombas de gás, de efeito moral e balas de borracha, cerca de 40 feridos, e um clima de desespero, pois as pessoas buscavam fugir para se proteger. Algumas ações isoladas no grupo dos atingidos contribuía para piorar ainda mais a situação, acentuando a dificuldade de coordenar qualquer tipo de reação: os manifestantes estavam desorientados. A situação ficava insustentável, levando a uma retirada negociada dos atingidos para um salão paroquial no centro do município, onde permaneceriam por cerca de doze dias, sem a presença de alguns dos coordenadores mais antigos, presos ou obrigados a fugir devido à ameaça de prisão.

Sobre esses dias de fuga, S. destacou o sentimento de impotência, de não poder contribuir com os companheiros em momento tão crítico. Um trecho sobre aqueles dias, em que, após a retirada para o salão paroquial, as lideranças visadas tiveram que sair em para ocultar-se:

Daí nós viajamos de noite. Nós saímos, dormimos lá na casa de um vereador, eles [o MAB] providenciaram carro, tudo. Eu, o L.P, o C., fomos pra Vacaria. O N. e o I., pagaram um táxi pra levar até um município perto de Erechim e dormiram num hotel, pra ficar escondido, porque nós sempre discutimo no movimento que nós temo que evitar ser preso. É um princípio, assim: nós podemos deixar ser tudo, mas não podemos deixar ser preso, porque estando preso não ajuda em nada e ainda vai botar a organização pra trabalhar pra tirar ele. E a gente tava com mandado de prisão.

Daí nós saímos e ficamos agilizados. E essa foi triste, nós escondidos sem poder fazer nada. Eu continuei dando entrevista, mesmo sem a orientação do movimento, dizendo que era um abuso, que nós tínhamos que libertar os presos. Daí o pessoal discutiu e montou um acampamento, ali em São José, até tirar os presos. Conseguimos tirar os processos (quando tirou os dos presos, os nossos também caíram). Mas foi uma coisa que marcou muito, uma situação que ninguém quer passar. Que nem eu: a minha situação era

muito ruim. O B. (na época nós já tava junto, tudo) preso, eu escondida, me arrebatava, não podendo fazer nada, sabe? Eu tava me sentindo uma covarde por não poder ajudar e nem ir lá. O movimento mandou gente lá onde eu tava, pra conversar. Queriam me mandar prum outro lugar, longe, preu me esconder. Eu digo: 'não vou'. Eles avaliavam que a situação dos homens presos era ruim, mas a de uma mulher era muito ruim. Você sabe os abusos que tem... [S., *moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro*]

Mesmo tendo trazido um clima de pânico para a cidade e restaurado, por algum tempo, a estigmatização da qual os atingidos foram objeto, os protestos neste dia contribuíram para acelerar a concretização das demandas, assegurando as mudanças para as novas propriedades e novos lugares.

Reassentar-se também não ocorreu sem conflitos. Foram processos de territorialização em que novas modalidades de relação se estabeleceram entre aqueles que até então se engajavam coletivamente no conflito e negociação frente ao consórcio. Resultaram em novas conquistas (a materialização dos lotes) e em novos conflitos, desta vez em menor escala, entre os atingidos, durante a implementação de suas conquistas. A chegada ao reassentamento implicou em novos desafios: a necessidade de organizar-se em mutirão para construir casas e adaptar-se às novas possibilidades produtivas colocadas. Vejamos um pouco como isso ocorreu.

4.5 - Organização pós-Barragem

Encerrada a reconstituição dos períodos mais intensos de confronto entre atingidos e o consórcio responsável pela UHE Barra Grande, passemos a breve descrição das ações e dilemas que circundaram a instalação dos reassentamentos. O primeiro destaque vai para o fato de que ambos os conjuntos de eventos (confrontos e início nos reassentamentos) não ocorreram de forma a um ciclo encerrar-se para outro começar, mas concomitantemente, tendo muitas vezes a implementação precária das medidas compensatórias servido para impulsionar avaliações e, em seguida, novas demandas,

negociações e conflitos.

Além disso, vale destacar a concretização de outra metodologia de ação (posterior à dos grupos de base) desenvolvida pelo MAB em sua história, a partir de experiências com UHEs anteriores: a construção das casas em cada reassentamento a partir de mutirões de atingidos, em que estes organizam-se de para realizar desde as pesquisas de preço de materiais até o estabelecimento de turnos de trabalho. No caso de Barra Grande, o mutirão não se responsabilizou por toda a construção, visto que os atingidos não dispunham de conhecimento técnico suficiente para erigir casas de alvenaria. Mas eles ficaram responsáveis por trabalhar como serventes de pedreiro, recebendo a quantia pré-estabelecida de cinco reais por dia trabalhado. Esta iniciativa, ancorada na experiência de atingidos no Paraná, evitava repetir experiências anteriores, em que os próprios consórcios realizavam a construção das casas, com resultados insatisfatórios. A nova empreitada proporcionava não só a participação dos atingidos no processo, mas principalmente facultava-lhes a capacidade de fiscalizar a qualidade dos materiais e das empreiteiras contratadas.

O reassentamento, como já ressaltado anteriormente em depoimento de um coordenador do MAB, está longe de compor um coletivo integrado, com mecanismos de decisão e ação dos quais as famílias ali residentes participam com vigor e assiduidade absolutos. A queda de participação após a conquista é algo muito notado, percebida junto à dificuldade de alavancar associações de pequenos produtores e mesmo para ações mais pontuais ligadas à sociabilidade comunitária. É possível, no entanto, acenar para algumas características comuns aos reassentamentos, como o fato de serem grandes propriedades compradas e divididas em dezenas de lotes. Estes são estabelecidos de acordo com as características da família reassentada (mais ou menos filhos, mais jovens, menos jovens); e o fato de para além dos lotes, gozarem de certos equipamentos coletivos escolhidos pelos moradores de cada um e bancados pelo consórcio (outra demanda dos atingidos, também herdada de lutas anteriores, referentes a outras hidrelétricas). Tais equipamentos poderiam variar, de acordo com as definições feitas pelos moradores para o consórcio, mas foram quatro por reassentamento e giraram em torno de possibilidades como quadra de esportes, igreja, escola, cancha de bocha, cancha de laço, cemitério, equipamentos de produção (câmara fria, abatedouro). Tais

definições interferiram em algum grau na dinâmica dos reassentamentos, como fica evidente no depoimento de P., morador do reassentamento Esmeralda-II (também chamado, como ele explica, de “São Francisco de Assis”, na esteira da tradição de eleger um santo para nomear as comunidades rurais), cuja comunidade consensuou em torno de equipamentos que potencializassem alguma vocação produtiva, como agroindústria de frutas e instalação de estrutura para abate de bovinos e ovinos. O trecho abaixo interessa também por matizar concisamente as idas e vindas do processo de estabelecimento dos reassentados em sua nova terra:

O reassentamento aqui onde eu vivo, 'São Francisco de Assis', ele surge desse processo de Barra Grande — da luta e da organização em torno de Barra Grande — por volta de 2003, 2004. Muitas famílias haviam conquistado seus direitos e não tinham terra garantida para serem remanejadas. A empresa naquele momento dizia que não tinha terra, e a população organizada no MAB apresentou sim, que tinha terra para essas famílias serem reassentadas. Muitas das famílias que vivem aqui são da região [*dos municípios de Pinhal da Serra, Esmeralda e Vacaria*], que não queriam deslocar-se para outras regiões. A empresa dizia que tinha terra, mas em Santa Catarina, não no estado do Rio Grande do Sul. A direção [*do MAB*] apresentou essa área [*no município de Esmeralda-RS*] e a partir daí foi intensificado o processo de lutas em torno dessa área.

Era uma área produtiva, que foi desapropriada. Quando as famílias vieram pela primeira vez para ver se servia, se era adequada, se seria essa mesma que elas queriam, elas foram barradas de entrar na propriedade aqui — por pistoleiros, pessoas com tratores, aramadas até os dentes.

A partir daí, a partir da desapropriação, começou esse processo de divisão dos lotes, de organização. Em 2005 começa o processo de construção do reassentamento, pra você ter energia elétrica, rede de água das casas, de galpões nessa área. As famílias que foram reassentadas aqui vieram, ficaram um período de um ano (aproximadamente um ano) acampadas num alojamento que foi construído, participando ativamente e diretamente da construção de suas novas propriedades.

Desde o processo de construção das estradas até o processo de preparo de solo e da construção das casas em si. Juntamente com a construção das casas, a gente fazia um trabalho de discussão sobre a produção também. Orientava para algumas situações que já haviam acontecido em alguns reassentamentos, mais antigos e, principalmente, com o nosso reassentamento vizinho aqui, o 'Nossa Senhora da Salete' [*também situado no município de Esmeralda e conhecido como 'Esmeralda-I'*]. Naquele momento (período de 2003, 2004, 2005), no estado do Rio Grande do Sul, tinha havido três secas prolongadas, três estiagens. Muitas daquelas famílias perderam a primeira safra que haviam plantado na nova propriedade, acabaram num processo de endividamento, muitos estão hoje trabalhando como empregados em madeireiras, em função daquele fato acontecido. Perderam a safra, se endividaram, e não conseguiram mais obter recurso para investir numa nova safra.

A partir disso, foi feita uma discussão aqui no reassentamento, em cima desse fato principal, de que os recursos de apoio à produção não deveriam ser investidos necessariamente todo ele na produção agrícola de grãos. Foi discutido, foi investido em outros processos de produção. Como é a produção de amora preta, hoje, produção de frutas (inclusive maçã), produção de pomares... A opção de investir mais forte na produção de leite, na aquisição de máquinas, equipamentos e animais para a produção de leite e para a preparação da propriedade em torno disso. Outros fizeram a opção também na produção de grãos, mas não foi todo o recurso de apoio à produção investido nisso. Uma parte destinada a isso, outra a outros processos, diversificando a produção — o que garantiu a sobrevivência das famílias daqui até hoje. [...] [*R., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria*].

O depoimento de outro morador do mesmo reassentamento auxilia a compreender melhor a rede de colaboração tecida entre os últimos reassentamentos que se consolidaram para viabilizar o mutirão de construção das casas:

No início, foi tirada uma coordenação, que sempre estava na compra dos materiais de construção, que era uma comissão que ia visitar todas as lojas da região, tentando barganhar preço e fazer uma análise dos materiais que iam ser comprados, desde qualidade, quantidade, toda essa questão financeira da compra dos materiais, que envolvia aqui Esmeralda-II, Laranjeiras, em Capão Alto, Santa Catarina, e o Santa Catarina, em Anita Garibaldi, lá em SC.

Na época, eram 66 famílias pra ser assentadas naquele período, então tinha que comprar os materiais para todas essas casas e galpões. Junto, aqui na comunidade, no reassentamento, todas as famílias tinham que permanecer no reassentamento. Nós ficávamos num alojamento que tinha na antiga sede da fazenda. Tinha a casa, tinha o galpão e tinha um barracão que nós tínhamos construído e que servia de cozinha e depósito de material, alojamento para quem ficava aqui.

Como a maioria das famílias não tinha experiência com construção de obra civil, foram contratadas algumas equipes de pedreiro, que tinham mais uma questão profissional pra construção, e daí as famílias trabalhavam de servente dessas equipes de pedreiro. Também essas famílias foram aprendendo, né? [...] Praticamente os galpões foram as famílias que fizeram, né? Tirar esquadro, erguer pé direito, cobertura, fazer parede, tudo, né? Foi um período um pouco gostoso da nossa história, né? Quando as famílias permaneciam todas juntas, no mesmo local, e que ali tinha um bom local de debate, até pela ocasião de estar todo mundo junto propiciava que todo mundo discutisse o que era de interesse para o reassentamento, pro movimento, pra construção das casas, pro preparo de solo, pro plantio da primeira safra, né? E que todo mundo tomava decisões junto, era praticamente uma sociedade socialista dentro de uma pequena comunidade, de um espaço próprio, né? Daí em diante (final de 2005, já 2006), foi encerrada a construção das casas, galpões, e todas as famílias passaram a morar nas próprias propriedades, nas casas, né? *[P., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria]*

Há uma recorrência importante nos discursos neste momento, já mencionada neste texto, que é a novidade que o tipo de terreno representou. Devido às negociações realizadas, os terrenos foram entregues corrigidos, terraplenados, lavrados. O primeiro ano de permanência neles ainda não foi dedicado à produção, devido ao fato de a chegada ter-se dado em datas enviesadas para um bom procedimento de plantio. Além disso, os reassentados precisavam familiarizar-se com os terrenos, finalizar os esforços do mutirão, estabelecer-se nos novos lares que, para alguns, guardavam diferenças significativas em relação ao lugar anterior. Assim, ainda viveram o primeiro ano (entre meados de 2005 e 2006) com a ajuda de custo fornecida pelo consórcio, a mesma recebida nas barrancas dos rios, onde ainda habitavam mas encontravam-se proibidas de cultivar.

Ao mesmo tempo, havia o recurso destinado à estruturação da produção, que cada proprietário teve liberdade para usar como bem entendesse — alguns para o gado de leite e equipamentos como ordenhadeira e resfriador, alguns para pomares, outros para parreirais... No entanto, um elemento novo inseriu-se nesse cotidiano, que foi a necessidade de lidar com empréstimos bancários que auxiliassem nos percalços encontrados no caminho, principalmente daqueles que investiram maciçamente na produção de grãos, à qual já estavam acostumados. Assim, há muitas menções ao contato com o universo do

⁹¹

Pronaf⁹¹, cujo funcionamento necessitou ser devidamente detalhado por técnicos ou militantes do MAB. Da experiência do contato com crédito bancário agrícola poucos falam com entusiasmo, embora eivados pelo discurso da necessidade.

É importante, no entanto, trazermos contrapontos ao processo de fixação nos reassentamentos. Há uma impressão contraditória dos mutirões. Enquanto os depoimentos já apresentados permitem entrever uma avaliação positiva do processo, um participante em Laranjeiras atribuiu-lhe a origem de divergências até hoje observadas em seu

91 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, viabiliza empréstimos bancários a pequenos agricultores com rendimento anual de até R\$ 160 mil, a baixas taxas de juros. Volta-se tanto para o custeio de lavoura e atividade agroindustrial, quanto à compra de equipamentos e de infraestrutura.

reassentamento:

O mutirão ficou assim: você trabalhava, ajudando a fazer sua própria casa e ganhava os cinco reais por dia, né? E, no final, o dinheiro que sobrasse ia ser repartido entre os dias que foi trabalhado. Enquanto eu trabalhei mais, eu ganhava uma percentagem a mais por cima. Mas, assim, pouco funcionava bem, porque não é fácil lidar com o pessoal, né? Muita gente, dos nosso companheiro mesmo, ia trabalhar só na sua casa. Aí faltava peão, faltava servente. Sobrou muito serviço quase pruma pessoa só. Não é me queixar, mas eu trabalhei em todas as casas aí. Concretando, fazendo piso... Aí um dia eu cheguei e falei: 'não, assim não vai dar! A gente trabalha só no serviço pesado e tem gente aí que fica à toa!'. Tinha — não vou citar nomes, mas... — tinha gente que a casa dele tava pronta e ele ficava no quarto até meio-dia, quieto lá. Só pro tempo passar, chegar o fim da tarde e marcar o seu dia. Pronto.

Aí eles [*a coordenação do mutirão*] mudaram um pouco, né? Foi mudado. Foi meio repartido. Um dia você trabalhava num serviço, noutro dia eles te botavam num outro. Foi feito tipo um rodízio, né? Aonde funcionava melhor. O mutirão, ele funciona. Mas tem que ter uns caras que saibam organizar, se não sobra serviço muito pesado prumas pessoas só, umas pessoa trabalham e outros ficam mais ou menos na boa. Aqui, pra nós aqui, teve uns quatro, cinco aí que queriam saber só de dirigir. E outros: 'não, eu vou fazer só a minha casa.' Ia pra casa dele, ficava lá, passava o dia, chegava a tarde, assinava e queria dar nó, ainda! Queria meio que mandar nos outros. Então você, em mutirão, tem que ter paciência, tem que saber engolir... Senão você não convive com as pessoas. [...]

[...] a grande parte da desunião, que eu acho, começou já no tempo das casas. De fazer as casas. Já nesse tempo do mutirão. Porque muitas pessoas deixaram só pra umas e aquelas pessoas que bancaram os mais espertos, que ficaram mais na boa, as outras pessoas se queimaram com eles. 'Não, você eu vou deixar de lado, porque você só quer pra você.' No mutirão já começou a dividir o pessoal. [*K., reassentado em Laranjeiras, antes residente na Capela São Paulo, em Anita Garibaldi*]

Momentos coletivos importantes para a constituição do sentimento de pertencimento que dá sentido ao novo lugar e também marcos na distribuição de pequenos grupos no interior dos reassentamentos, contribuindo para delinear as relações de territorialização ali existentes desde então, os mutirões definiram solidariedades e antagonismos já no interior dos espaços conquistados pelos atingidos. Permeiam aí pelo menos três dimensões fundamentais: a capacidade de estabelecer grupos e modelos de produção, a permanência da colaboração com os projetos do MAB (desde a resistência a novas barragens, como no caso da UHE Garibaldi, até o apoio a convênios externos conseguidos pelo movimento), e a própria rede de sociabilidade tecida intra e inter-reassentamentos. Todas são facetas relevantes para pensarmos processos de reprodução social no ciclo longo, a permanência das famílias em seus lotes e, no que mais interessa a este trabalho, as condições postas para os jovens no campo traçarem projetos de vida e sua relação com a política.

4.6 - Um pouco sobre os reassentamentos hoje

4.6.1 - Reassentamento Laranjeiras

Como explicado na introdução deste trabalho, as informações que buscam dar contornos a dois reassentamentos oriundos dos conflitos de Barra Grande (o Laranjeiras, em Capão Alto (SC) e o Santa Catarina, em Anita Garibaldi (SC)), possibilitando ao leitor um pouco mais de detalhe acerca do *locus* de reprodução social dos sujeitos pesquisados, foram obtidas através da aplicação de questionários entre as famílias.

As primeiras informações dizem respeito ao tamanho médio dos lotes encontrados. No Laranjeiras, a média encontrada foi de 21,72 ha, sendo a maior propriedade contando com cerca de 50 ha, embora seu proprietário afirme que a “terra é muito quebrada”, ou seja, com poucos trechos realmente aproveitáveis para lavoura) e a menor contando com 6,5 ha (de propriedade de uma viúva com três filhos pequenos, cuja utilização voltava-se mais para a moradia, a horta e o arrendo do restante). Ambas discrepam da média do reassentamento,

cujos lotes geralmente variam entre 18 e 30 ha. Neles habita uma média de 4,69 pessoas, no que se deve ressaltar uma quantidade significativa de crianças de até 10 anos.

Os lotes geralmente contam com casas completamente de alvenaria, galpões de madeira, hortas (algumas delas agora incrementadas com a implementação do PAIS (Programa de Agricultura Integrada e Sustentável)⁹², outras quase abandonadas), pequenos pomares (compostos por mudas resultantes das negociações com a Baesa), galpões de madeira (alguns deles guardando os equipamentos para a lida com o gado leiteiro) criação de suínos, galinhas e vacas. Um único lote que conheci produzia mel para consumo próprio, o único que também criava gansos, patos e marrecos. Em ambos os reassentamentos não havia criação de ovinos. Além disso, o grosso de suas extensões era coberto basicamente pelo plantio de feijão e milho para a venda, roças de policultura para consumo (abóbora, amendoim, batata, melancia), pastagem para o gado e, em diferentes graus, para o reflorestamento de eucaliptos, plantados em áreas variantes entre 0,5 e 3 ha, geralmente para o consumo próprio. (Em outros reassentamentos observei áreas maiores de plantio, contando também com a variedade *pinus*. Alguns questionários confirmaram que há uma tendência incipiente de venda de madeira reflorestada também, mais forte no reassentamento Santa Catarina).

Os equipamentos comunitários do reassentamento Laranjeiras, também estabelecidos em negociação com a Baesa e limitados a quatro, consistiam em: uma quadra de futebol coberta com estrutura

92 A página do MAB na internet explica o que é o PAIS: “A experiência consiste em construir um galinheiro que é rodeado por uma horta de canteiros circulares, de uma estufa e de um pomar com 150 mudas frutíferas. O objetivo dessa experiência é, além de fortalecer a organização dos camponeses, produzir alimentos saudáveis para a subsistência das famílias e a geração de renda através da venda do excedente da produção. A aplicação desta técnica tem também como objetivos: reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; diversificar a produção; utilizar com eficiência e racionalização os recursos hídricos; alcançar a sustentabilidade em pequenas propriedades; e produzir em harmonia com os recursos naturais.” Disponível em: <<http://mabnacional.org.br/noticia/mab-inicia-nova-experiencia-produ-alimentos-saud-veis>> Acesso em: 28 de fev. 2013.

de cozinha (fogão industrial, freezer e churrasqueira externa), utilizada regularmente não só para jogos, mas para encontros envolvendo o MAB ou alguma outra atividade do reassentamento (festas de natal, reuniões para a implementação do PAIS, almoços comunitários) e mesmo eventos particulares (como festas de aniversário), mediante prévia combinação; uma cancha de bocha anexa à quadra, pouco utilizada; uma escola multisseriada até a quarta série, situada ao lado; e uma igreja católica em frente. Por ser uma antiga fazenda, todo este aparato foi estabelecido ao lado da antiga sede, ladeada de taipas e um açude utilizado pelos moradores para a pescaria.

Um dos focos do questionário foi compreender as dificuldades e custos de produção. Este quesito trouxe diferenças entre os dois reassentamentos. No Laranjeiras uma série de motivos apareceram, trazendo também uma multiplicidade de preocupações e mesmo um quadro de diversidade produtiva interessante: desde explicações mais clássicas como o clima ou a dificuldade com a escassez de mão de obra (consequência direta da obsolescência da instituição da “troca de dias”) até outras extremamente contemporâneas, como pouca capacidade de focar e administrar a produção de acordo com vocações do mercado e ajustar a logística necessária para isso — o que abrange outros fatores apontados, tais como a dificuldade de transportar gêneros extremamente perecíveis (como hortaliças) e a dependência de atravessadores para conseguir escoar a produção, o que diminuía o excedente monetário nas transações da produção. Não se deve deixar de mencionar como obstáculos à produção os altos custos com insumos agrícolas (ureia, calcário, adubos orgânicos, agrotóxicos), que levam à contração de dívidas bancárias, geralmente através da participação no Pronaf. E, por fim, o fato de das lavouras de milho e feijão, outrora consagradas à beira do rio, não se mostrarem mais tão recompensadoras — embora, paradoxalmente, sua prática continuasse presente na maioria absoluta dos lotes e em sucessivos anos desde a chegada ao reassentamento.

Já que mencionamos o contato com políticas públicas para a agricultura, como o Pronaf e o PAIS, vale aprofundar o ponto. Além do usufruto de direitos como a educação (Ensino Fundamental-I realizado na própria escola do reassentamento, através de professora da rede municipal ali especialmente locada, e Ensinos Fundamental-II e Médio

contando com ônibus da prefeitura, que transportava todos os dias os alunos para unidades escolares na área urbana do município de Capão Alto) e a saúde (presença de uma reassentada como agente comunitária de saúde do município e também de um “carro da saúde”, como lá era chamado, que a prefeitura enviava para emergências ou transporte de pacientes necessitados de exames e outros atendimentos hospitalares), é digna de nota a presença do programa Bolsa-Família, que beneficiava 16 das 19 famílias pesquisadas. Pode-se afirmar, com base neste universo, que só não usufruía deste recurso quem não tinha filhos nas faixas de benefício.

O Pronaf era utilizado por cerca de 65% dos abordados, tendo mais dois deles deixado bem claro que “havam quitado a dívida com os bancos”. Ou seja, é muito presente na realidade dos reassentados (a enquete no reassentamento Santa Catarina confirmará isso), embora recente — pelas entrevistas narrativas e também em conversas informais percebi que não era prática comum em suas comunidades de origem assumir este tipo de compromisso. O acesso ao PAIS, por outro lado, era algo típico do Laranjeiras e também do Esmeralda-II (não havia no Santa Catarina, no 15 de Fevereiro ou no Barra do Imigrante), pois estava em fase de experimentação e era resultado de articulações e pressões feitas pelo MAB junto ao governo federal, com o intuito de garantir políticas públicas de desenvolvimento agrícola para os reassentamentos. Assim, os primeiros espaços eleitos para implementação foram reassentamentos com vínculos mais próximos à coordenação regional do movimento. Das 19 entrevistas feitas, 11 propriedades contavam com o PAIS. Além disso, alguns agricultores, articulados numa associação, vendiam sua produção orgânica de hortaliças para a merenda escolar de unidades da região e participavam, com uma banca de hortaliças orgânicas, de feira semanal na zona urbana do município de Capão Alto.

Sobre esta organização é importante tecer um comentário. Tive pouquíssimo contato com ela, pois dela minha rede de informantes não participava — embora de vez em quando sua existência e atuação entrassem em pauta nas conversas. Além disso, apareceu como prática de associativismo em três questionários. Minha falta de contato com ela tem a ver com sua origem, resultado de uma cisão no reassentamento, que opôs famílias próximas ao MAB a outras não tão próximas — inclusive muitas vezes discordantes de linhas de ação propostas pelo movimento para o

reassentamento. Este exemplo de divisão foi apresentado como problema por alguns entrevistados, para demonstrar as diferenças não só entre a sociabilidade de outrora e a atual, mas também em relação a como se concebiam os projetos de vida e de produção a partir do reassentamento e a dificuldade de agir coletivamente — como também ficou evidente tanto no relato sobre o mutirão de construção das casas quanto nos de reassentamentos resultantes de outras UHEs. Segundo alguns, a cisão obrigou famílias a escolherem lados, levando ao afastamento e mesmo rupturas. De qualquer forma, este cenário passou a se consolidar cada vez mais, pois as famílias próximas ao MAB também constituíram uma associação com fins de comercialização e captação de recursos através de projetos (ou seja, para propósitos similares aos da outra associação) levando a uma “duplicidade associativa” no reassentamento.

A relação com o movimento também foi um tema explorado. Pelas razões já listadas na introdução deste trabalho, a maioria de meus informantes nas entrevistas narrativas envolveu-se intensamente nas ações em prol das medidas compensatórias, muitos deles cultivando vínculos com o MAB até o período da pesquisa. Mas a aplicação dos questionários permitiu acessar um universo menos “politizado”, que matizou algumas das minhas impressões iniciais sobre a presença do movimento. Um dos itens do questionário, inclusive, foi sugerido por uma das lideranças do MAB que, ciente da ambiguidade presente na relação de muitos reassentados com o movimento, indicou: “pergunte se eles participariam de uma mobilização que o MAB chamasse.” O que foi muito esclarecedor.

Percebeu-se um panorama dividido. Um pouco menos da metade dos reassentados tinha algum tipo de vínculo com o MAB à época da pesquisa, mesmo que 71% tenham respondido que participariam de ações do movimento se fossem chamados. Está generalizada a percepção da dificuldade de mobilizar os reassentados para atividades, o que ficou evidente quando da convocação para apoiar os atingidos pela UHE Garibaldi e, no cotidiano, na elaboração de um plano conjunto de desenvolvimento para a região.

Trecho do depoimento de um coordenador do MAB residente em Laranjeiras ilustra bem o quadro, sem deixar de perceber as potencialidades ainda existentes. Vale citá-lo também porque agrega uma série de outros elementos — como o contraste entre as condições ainda precárias dos reassentamentos e a geração de riquezas (em

forma de energia como mercadoria) da UHE situada ao lado ou, ainda, a necessidade de buscar articular a prática nos reassentamentos com uma visão mais ampla de desenvolvimento rural e mesmo de sociedade:

Voltamos *[de atividades do MAB no estado de Goiás]* em 2008, e daí retomar a questão do lote e se inserir de novo na organização na região. Tentamos ajudar, como a gente vinha fazendo, mas com mais dificuldade no período pós-barragem, né? Porque se faz uma luta... Quando se travou a luta em Barra Grande, foi para conseguir os direitos das famílias. E parte deste direito se conseguiu. Então, quem entrou na luta para conseguir o direito... Fica mais difícil, parte das famílias se acomodam depois de conseguir este direito. Se acomodam, não param de vez, né? Porque elas sabem que, qualquer problema que elas venham a ter, como se resolve. É tipo uma brasa coberta de cinzas. Ela fica ali escondida, mas ela queima, né? As famílias sabem como foi, mas algumas delas se acomodam de fato — os reassentados, as próprias comunidades.

Tem um desafio muito grande: cada barragem, no período pós-barragem, como você continua com a mesma força, com a mesma intenção depois da barragem. Que é mais difícil... Como é que faz? O problema, ele tem ainda. Todas as comunidades, os próprios reassentamentos, enfrentam muita dificuldade. E estamos do lado de uma mina de ouro, que gera muito dinheiro, muita riqueza. E toda essa riqueza vai embora.

[...] Ao mesmo tempo, as comunidades, a agricultura, enfim, está mais desestruturada a cada ano, por falta de incentivo, falta de uma política de incentivo ao camponês, ao pequeno agricultor. Mais difícil, por que tem menos gente.

[...] Ao mesmo tempo que estamos reassentados, vivendo uma conquista do MAB, temos uma tarefa, que é contribuir para que mais pessoas possam ter seu direito assegurado. O direito desse não é o direito a alguma coisa onde se constrói uma barragem. Garibaldi, nós achamos que o direito é as famílias ficarem lá, morando na beira do rio. Esse é um direito que a família tem. Então a briga é por esse direito.

[...] Cada conquista, cada avanço que tem, tem que servir para as famílias resistirem, resistir, e resistir. Uns

dizem que não é construir uma sociedade nova: quem sabe construir novos valores dentro dessa sociedade, que a sociedade está aí. É muito difícil, a gente acha, mas não é impossível. Nós termos que ir lutando, embora demore, né? Se nós não vamos conseguir viver nesta sociedade que a gente sonha e almeja, mas que as futuras gerações possam ou que a gente possa morrer semente, não viver em vão e não fazer toda a luta em vão. 'Ó, bom, conseguimos mais um reassentamento, que mais tantas famílias vão ter um pedaço de chão e uma casa.' É justo? É. Mas ao mesmo tempo, quantas famílias por ano deixam a roça por causa deste modelo de produção que está aí? [B., reassentado em Laranjeiras, ex-morador da Capela São Paulo, em Anita Garibaldi-SC]

Por fim, no mapeamento das origens territoriais dos reassentados, percebe-se que a grande maioria (63%) provém da comunidade Capela São Paulo, do município de Anita Garibaldi. Percebem-se ramos de parentesco e compadrio lá constituídos entre membros de diversos lotes. Convém adiantar que esta também é a comunidade de origem de 75% dos entrevistados no reassentamento Santa Catarina, totalizando 21 menções à comunidade nos 31 questionados aplicados (ou seja, 67%) nos dois reassentamentos, o que lhe confere papel importante no que diz respeito à organização dos grupos de base e participação em negociações, lutas e conflitos junto ao consórcio. Além disso, foi perguntado quanto tempo os ascendentes dos reassentados residiram nas comunidades de origem, desde sua fixação lá até a migração compulsória devido à hidrelétrica. No caso dos reassentados de Laranjeiras com origem na Capela São Paulo, a média de permanência girou em torno de 60 anos, tendo sido citados intervalos de no mínimo 25 anos e no máximo um século de permanência.

Além desta comunidade, foram mencionadas as comunidades da Raia do Soita e Capela São Sebastião, também em Anita Garibaldi; Estela, De Toffoli, São Jorge e Sagrado Coração de Jesus, todas do município de Cerro Negro; e ainda a comunidade de Santo Antônio Gasperin, em Campo Belo do Sul. A média do período de permanência entre a fixação dos ascendentes nas comunidades e a saída devido à

hidrelétrica foi de 81 anos, com intervalos entre 16 e 150 anos.

No que diz respeito às localidades de onde as famílias vieram antes de se instalar à beira do rio Pelotas, percebeu-se duas tendências. Uma delas, muito parecida com o descrito no trabalho de Bloemer (2009), é a de ocorrência de migrações de regiões próximas do Rio Grande do Sul (Antônio Prado, Barracão, Bom Jesus) para Santa Catarina. Outra tem a ver com migrações entre territórios ainda menores: entre as comunidades dos municípios da própria microrregião dos Campos de Lages, como Lagoa da Estiva e a própria Capela São Paulo (ambos em Anita Garibaldi), geralmente antes do desmembramento do município de Lages em vários outros, que compõem a microrregião hoje em dia.

4.6.2 - Reassentamento Santa Catarina

Visitei o reassentamento Santa Catarina, em Anita Garibaldi, no fim de 2011. Fica numa antiga fazenda desapropriada e a estrada que o singra leva, mais adiante, ao que restou da comunidade da Capela São Paulo. Este foi um fator importante para que alguns optassem em ter seu lote ali, mais próximo a familiares e vizinhos que permaneceram na antiga “raia.”⁹³ Pernoitei por lá, realizei uma entrevista narrativa e, junto a este informante e mais meu anfitrião geral nas etapas de pesquisa, percorremos a pé alguns lotes para aplicar os questionários. Esta brevidade — em oposição à minha familiaridade com o ambiente do Laranjeiras — resultará num relato mais sumário, essencialmente extraído das tabulações, mais a título de ampliação do panorama pesquisado do que de aprofundamento deste.

A média de tamanho dos lotes no reassentamento está em torno de 28 ha, havendo também extremos, situados entre 54 e 10,9

93 A “raia” é a maneira como os moradores nesta região a beira dos rios chama a forma de organização espacial das comunidades em que viviam. Como visitei apenas uma delas uma única vez, não pude comparar com descrições como as de Seyferth (2009) acerca das linhas, forma característica de organização das colônias de alemães no Vale do Itajaí, que consistem em caminhos abertos ao longo de cursos d’água, que possibilitam a comunicação entre os diversos lotes da colônia, que geralmente ficavam de frente para elas e com os fundos voltados para outros lotes que, por sua vez, tinham sua frente para outras linhas.

ha (alterações que geralmente se dão, como explicado no caso de Laranjeiras, a partir do critério de quantidade de mão de obra familiar e, em segundo lugar, devido à percepção de que a terra é “quebrada”). Há, nesse universo de 12 propriedades pesquisadas, a razão de 4,47 pessoas por lote. No quesito produção, além de encontrarmos muitas semelhanças com o apresentado sobre Laranjeiras (presença de suínos e galinhas para consumo próprio; gado de corte e de leite, que alguns comercializam em sistema de integração para laticínios; hortas domésticas, lavouras de milho e feijão, plantio de eucaliptos para consumo próprio), o grande destaque vai para a produção de mel, em torno de uma associação lá fundada nos primórdios do reassentamento (cujas casas foram construídas também em sistema de mutirão, simultaneamente a Esmeralda-II e Laranjeiras, durante o ano de 2004).

Os apicultores reunidos em torno desta associação contam com uma “casa do mel”, como é chamado o espaço físico em que realizam alguns dos processos finais da extração, após a retirada das caixas de abelhas, geralmente colocadas em árvores existentes nos lotes de cada um. A ideia era produzir e comercializar o produto, mas quando da minha ida lá este segmento de produção estava parado, ao menos no que diz respeito à associação — meu informante produzia ainda, em sua própria casa, embora solitariamente naquele momento. De qualquer forma, foi um espaço concebido em sua origem para viabilizar a produção coletiva de uma alternativa de renda para os reassentados.

Além disso, outra associação ali existente (presente também em outros reassentamentos também, como o 15 de Fevereiro e o Esmeralda-II) é a chamada “associação do reassentamento”, responsável principalmente por gerir equipamentos de produção conseguidos à época das negociações com a Baesa. Neste conjunto de recursos destacava-se o trator e seus apêndices, cuja posse coletiva diminuía os custos da produção. Além disso, a associação fornecia as condições burocráticas necessárias (leia-se: pessoa jurídica) para o caso de envio de projetos de fomento à produção agrícola. Chamou-me a atenção a inexistência deste tipo de associação no Laranjeiras, combinada com o fato de o trator fornecido ao reassentamento estar sob a gestão da prefeitura de Capão Alto, devido a motivos que não ficaram muito claros.

No entanto, este associativismo acabava assumindo

consequências distintas para o Santa Catarina, como fica claro quando percebemos a inexistência de propriedades inseridas no programa PAIS ou em programas de venda para alimentação escolar. Ao mesmo tempo, muitos (75% dos entrevistados) estavam vinculados a alguma modalidade do Pronaf, seja o voltado para custeio, seja para investimento. 75% também recebiam alguma quantia do programa Bolsa-Família.

No que diz respeito às dificuldades de produção, é importante chamar atenção para o contraste entre a homogeneidade nas respostas aqui existentes, resultado muito distinto da complexidade apontada pelos reassentados em Laranjeiras. No Santa Catarina, o problema primordial apontado ligava-se a dificuldades na implementação da lavoura de milho e feijão (custo, clima, condições de solo), que ainda parecia ser a alternativa de produção mais comum nos lotes. A homogeneidade de problemas pode indicar pouca diversidade nas estratégias de capitalização e reprodução colocadas no ciclo curto — o que mereceria uma pesquisa mais aprofundada, até porque o pouco tempo que passei no reassentamento Esmeralda-II (RS) me trouxe impressões (não fundamentadas na aplicação de questionários, apenas na observação) de que havia maior preocupação em diversificar a produção, como ficou claro pela existência de pomares de frutas, produção leiteira, lavouras de feijão e milho, hortas voltadas para a venda em feiras, PAIS, Mais Alimentos e Merenda Escolar, além da implantação de uma microdestilaria de etanol, de um abatedouro de animais, de uma agroindústria de conservas e geleias e uma câmara fria.

As origens das famílias seguem a mesma lógica do Laranjeiras: 75% mencionaram terem migrado da Capela São Paulo para ali devido à UHE Barra Grande. No caso, apenas “subiram um pouco”, pois a distância era de menos de 10 quilômetros de sua comunidade de origem. Houve menções residuais também às comunidades Raia do Soita, Capela São Sebastião e Lagoa da Estiva (as três em Anita Garibaldi) e, por fim, à comunidade de Barra Grande, em Pinhal da Serra (RS).

Padrão muito similar ao de Laranjeiras, no que se refere à migração anterior — ou seja, aquela que levou os ascendentes dos entrevistados a se fixarem nas comunidades atingidas — foi encontrado entre os reassentados no Santa Catarina. A média de tempo de permanência naqueles locais foi de 53 anos, com intervalos variando entre 80 e 29 anos. No que diz respeito aos locais de onde

vieram, há leve predominância (cerca de 60% dos casos) de municípios próximos situados no Rio Grande do Sul (Bom Jesus, Lagoa Vermelha, Pinhal da Serra, Esmeralda, Antonio Prado) em relação a comunidades mais próximas, geralmente em torno de Anita Garibaldi (Lagoa da Estiva, Lajeado dos Portões, zona central do município, Pinheiro), com menções ainda a comunidades de Cerro Negro e à cidade de Urussanga (SC).

Para encerrarmos este preliminar inventário, cabe descrevermos a relação com o MAB. Como já dito, neste reassentamento há ligação menos intensa com o cotidiano e as deliberações, devido à ausência de membros mais ativos do movimento que residam por ali. (Embora deva ser ressaltado que há coordenações locais do movimento no reassentamento, que se encontram periodicamente e buscam construir vias de comunicação e capilaridade nestes espaços). No entanto, tanto em relação à atual participação no movimento quanto acerca de um hipotético engajamento em ações convocadas pelo movimento, houve esmagadora resposta positiva (em ambos os casos, a percentagem foi igual e chegou a 83%), o que deve ser comprovado em pesquisa mais aprofundada acerca do cotidiano de ações do movimento ali. Uma referência importante diz respeito às ações que ocorriam em relação à UHE Garibaldi: não se sabe se por dificuldades de logística ou de mobilização, não havia reassentados do Santa Catarina entre os apoiadores das ações e, como já dito, entre os beneficiários do PAIS em processo de experimentação.

4.7 - Epílogo

Por fim, três contribuições advindas das entrevistas narrativas. A primeira, excerto de um depoimento de membro ativo do MAB residente no Esmeralda-II, também oferece dados interessantes, embora sem a mesma intenção de sistematicidade dos questionários:

A produção do reassentamento — isso em levantamento do ano passado [2010], tá um pouco defasado, né? — a gente fez um levantamento de quando a fazenda era área de produção bovina, que era totalmente campo; de um período posterior, que

se tornou granja de produção de soja e, depois, de se tornar reassentamento da divisão das famílias. Nesse levantamento a gente viu que, tanto quando era fazenda de pecuária quando era fazenda agrícola, apenas uma família morava nessa propriedade. São 658ha e apenas uma família tocava toda essa propriedade. Na época em que era fazenda de criação de gado, tinha capacidade de ter 600 bois no período e era conhecida como “Fazenda do Gravatá” (do “caraguatá”, como é conhecido aqui).

Depois que se tornou granja de produção de soja, dados que a gente tem que ela produzia cerca de 35, 40 sacas por hectare, e entre 50 e 60 % da área dela não era usada para lavoura – era uma área desperdiçada, na verdade. 300 bois nessa área eram criados, quando era fazenda de criação de boi.

Depois que foi transformado em reassentamento — nesses dados de 2010 — nós fizemos um levantamento e constavam cerca de 200 cabeças de gado na área, 200 porcos, cento e poucas ovelhas e galinha nem chegamos a contar, porque era muito. Pessoas: eram 32 famílias e em torno de 116 pessoas que moram aqui hoje.

Então, transformando de quando era fazenda de criação de boi, hoje tem quase a mesma quantia de boi na metade da área, praticamente. Tem porcos, galinhas, ovelhas, outros animais, tudo nessa área também (que aumentou, que não tinha antes) e na lavoura se tem muito mais hoje do que se tinha quando era lavoura de produção de soja. Então o acréscimo produtivo, de renda, na mesma área, de manutenção de famílias, de diversificação de culturas, de produção foi muito superior. Chegando a um ponto que a gente fez um levantamento aqui comparando com o município e nós tínhamos a capacidade de gerar 7% do PIB do município em 0,2% da área. Já faz algum tempo que foi feito esses dados, esse levantamento, mas que o município não reconhece por que não quer admitir que as fazendas do município não são produtivas. Que as fazendas daqui do município são boas e que o município não tem interesse de reforma agrária aqui na região. E que a gente tem visto que a reforma agrária dá certo e tem como provar isso em números. Não em ‘disse-me-disse’, mas em números, de fato. Comprovado, isso. *[P, reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria]*

Ainda sobre este reassentamento, outro informante toca na questão da juventude:

Aqui a juventude é um pouco complicada de trabalhar até o momento, porque como são famílias que vieram de comunidades diferentes, tem famílias de etnias diferentes, de culturas diferentes, pra tu trabalhar, harmonizar todas estas culturas, é complicado. Há tempo a gente vem tentando trabalhar para montar um time de futebol, de jovens se unirem para fazer alguma atividade junto, mas não consegue. A gente tem trabalhado bastante... A juventude aqui se engaja bastante em tentar jogar, de vez em quando, mas muito disperso, organização sem uma convicção — ou sem um amor — à comunidade, mais por diversão mesmo, não por uma causa. E tem um pessoal que tem laçado em rodeio, torneio de laço, que é tradição desta região. E o restante desta juventude, que não se enquadra nestas categorias, um pouco faz o que quer, outro fica em casa, outros nem saem de casa, outros não tem uma visão de se unir pra fazer uma atividade em comum. (...) [R., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria].

Por fim, uma impressão dos paradoxos de deter a propriedade da terra, orgulhar-se de ter-se engajado nas ações em prol de sua conquista e, ao mesmo tempo, ver-se circundado por restrições até então inauditas. Escolho o trecho abaixo porque, embora dê uma primeira impressão de pessimismo, oferece também uma boa síntese dos problemas e das potencialidades do reassentamento enquanto local específico de reprodução social. Note-se que aparecem questões como o individualismo, a desconfiança mútua (que surge basicamente em relação a muitos vizinhos de outrora, embora o tom final do depoimento assegure que “lá” era diferente e “todo mundo se conhecia”), o envolvimento problemático com o crédito agrícola, a ausência de fontes de complementação de renda ligadas à proletarianização rural e a um circuito econômico mais denso, o êxodo mesmo depois da conquista do reassentamento. Ao mesmo tempo, há o delineamento de um programa alternativo, nem tão vago assim, ligado

à organização coletiva no ramo da produção, visando à quebra das mediações econômicas (aqui representadas pela figura do atravessador, mencionada diuturnamente em conversas durante a pesquisa). Parece-me importante ter em mente os relatos acima sobre o Esmeralda-II e este último sobre o Laranjeiras para estabelecer um panorama multifacetado da experiência cotidiana de viver “os direitos”, como dizem os atingidos:

K - Eu acho assim, que nem, quando eu tava contando do tempo em que nós se ajudava, eu acho que passa assim pela cabeça dos outros: ‘como aqui é mais difícil, eu vou garantir o meu. Lá, como era mais fácil, então um dia eu ia lá trabalhar pra você e no outro dia você ia lá trabalhar pra mim, né?’ Um negócio que a gente ia fazer era sempre um negócio compatível com o outro, né? Se tua vaca custasse mil, tudo bem, eu ia lá e pagava mil. Hoje aqui, pra você fazer negócio, a tua vaca custava mil, a pessoa vinha e pagava quinhentos. Porque ela se sente assim, ameaçada, eu acho. Porque ela acha que não vai conseguir manter a família dela, então ela quer tirar os outros.

Eu acho que nós tinha que poder tirar isso da cabeça das pessoas. Começar a voltar aquele tempo que, de nós se ajudar. Porque se nós não se ajudar, cada um pra si, não vamos chegar a lugar nenhum. O primeiro que tinha que fazer era tirar isso da cabeça das pessoas, tentar fazer um trabalho junto, trabalhar unido, fazer uma associação pra produzir um produto. Sei lá, abóbora, moranga, feijão, milho, não sei, mas nós produzir, junto e em bastante quantidade. Pra tirar bastante dos atravessadores. Pra subir na vida e conseguir se manter!

Porque, deste tipo que nós estamos, aqui do nosso já teve uns quantos que foram embora. E vai continuar assim, vai ter mais gente indo embora, porque muita gente não vai conseguir se manter sem se atolar no banco. Vai lá e empresta dinheiro no banco com cinco anos, com dez anos pra pagar... Só que chega o tempo pra pagar o banco. E quando chega o tempo eles não vão ter o dinheiro. Desse tipo que tá aí eles não vão ter o dinheiro, porque entra ano, sai ano, a renda é a mesma. Planta feijão e milho e chega num tempo só dá pra pagar o maquinário que foi e o adubo que comprou. Aí você vai ter que inteirar pra pagar comida, pra...

Quando chegar o tempo de pagar o banco, o que vão

ter que fazer? Vão ter que vender um pedaço do terreno, vai ter que vender o lote. Vai chegar um tempo que vai ter que vender o lote e ir embora. Não tem outra forma de você se manter aqui. Não tem um serviço pra você trabalhar por dia. Lá tinha. Tinha serviço direto. Você trabalhava a semana inteira. Lá, pra renda, você trabalhava, vamos dizer, uma quarta, de potreiro que você empreitasse, você ganhava 100 reais... Então aqui por mês você não ganha um real, lá, por semana, você ganhava 100. Se você somar, no fim do mês daria 400 pila. Tinha dinheiro pro rancho, tinha dinheiro pra ir no bar, tomar sua cerveja, jogar sinuca, tinha dinheiro pra jogar futebol, quando perdia tinha o garrafão de vinho procê pagar. Aí eu tinha, meus amigos tinham, meus vizinhos, todo mundo tinha. Então não tinha os pagamentos que tem hoje. Todo mundo tinha seu jeito de se manter.

N - Mudou um pouco também porque lá todo mundo se conhecia, desde pequeno, a gente se queria junto, amigo e parente. Aqui veio umas família diferente, nós nem se conhecia, né? Às vezes acho que pode ser isso, né? Veio de lá, nem sei que família que é. Pode ser isso, né? Daí não se conhecia, não sabe como aquela pessoa é. *[K e N.,, reassentados em Laranjeiras, antes residentes na Capela São Paulo, em Anita Garibaldi]*

5. Juventude rural

5.1. Situando o debate

A presença das hidrelétricas afeta claramente algumas das características basilares do campesinato, elencadas por Mendras (*apud* Stropasolas, 2002), tais como a “relativa autonomia face à sociedade global”, o “sistema econômico de autarquia relativa”, a “sociedade de interconhecimentos” e, inclusive, as possibilidades de formular estratégias de transmissão do patrimônio aos mais jovens.

A categoria “jovem rural” tem recebido crescente atenção da literatura contemporânea nas áreas da antropologia e sociologia rurais, devido a preocupações em torno de padrões sucessórios na agricultura familiar, masculinização do campo, formatos de educação rural e recrudescimento ou maior visibilidade do êxodo rural juvenil. Além disso, como já mencionado na introdução deste trabalho, pesquisa de Castro et alii (2009) realiza sistematização acerca de uma questão existente na dinâmica de movimentos sociais camponeses: como fazer com que estes se renovem, a partir do interesse de permanência dos jovens não apenas nas organizações políticas, mas primordialmente no próprio espaço agrícola? Por fim, ainda haveria um leve aumento de políticas públicas, basicamente no plano federal, voltadas a esta população⁹⁴.

Assim, parece-me interessante agora confrontar este movimento múltiplo à realidade empírica de Barra Grande, em que tanto o movimentalismo político — ligado, como nos casos estudados por Castro et alii (2009), a uma forte reivindicação de pertença à terra — quanto a ameaça da migração compulsória estão presentes. Cabe também apontar outras características da literatura recente sobre o tema, que ampararam a ida a campo.

94 Entre outros, cabe destacar o Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Incra/MDA, 1998), o “Nossa Primeira Terra” (MDA, 2003), o Pronaf Jovem (MDA, 2004) e o Consórcio Social da Juventude Rural (MDA/MTE, 2004).

A primeira delas é o esforço não só de conceituar, mas também de visibilizar a categoria social *juventude rural* a partir do aprofundamento de pesquisas. Em seu mapeamento de investigações realizadas sobre o tema no universo acadêmico entre os anos de 1990-2004, Weisheimer (2004) constata a aridez que assolava até então a área de estudos sobre juventude rural. Quando existentes, estavam muito atrelados a estudos de educação no campo, sem a ênfase na especificidade da sociabilidade juvenil no espaço rural. Isto está, em sua visão, absolutamente articulado com outra modalidade de invisibilidade experimentada por este segmento, que representava ao menos 18% da população de 34.081.330 jovens com 14 a 24 anos de idade no Brasil (Censo IBGE 2000) e se encontra em conspícua redução: a ainda marcante exiguidade de políticas públicas setoriais. Em sua opinião, estas seriam necessárias para mitigar o êxodo rural juvenil, fenômeno que, embora identificado há tempos, continua a acontecer maciçamente.

Ao mesmo tempo, Maria José Carneiro (2005) aponta duas dificuldades para conceituar a juventude rural:

- percebe-se o jovem no campo apenas a partir de sua socialização no processo de trabalho agrícola, seja no âmbito familiar, seja como proletário rural desvinculado de uma determinada propriedade. Outros espaços de sociabilidade dos quais os jovens também participam são ignorados;
- a própria conceituação de rural é problemática. Não é nova a constatação de que cada vez há mais comunicação entre diversos universos culturais e produtivos, devido à expansão das fronteiras urbanas e ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte. Assim, o rural não pode mais ser

95 Os dados mais atualizados do Censo de 2010 trazem o seguinte panorama: são 37.729.771 brasileiros na faixa de idade entre 14 e 24 anos, o que corresponde a 19,78% da população brasileira total. Estão divididos entre 31.585.843 jovens em áreas urbanas (83,5% do total de jovens) e 6.143.771 jovens em áreas rurais (16,5% do total de jovens). Se colocamos os dados em série histórica, nota-se que de 2000 a 2010 ocorreu declínio de quase 10% da proporção de jovens rurais em relação ao total de jovens.

caracterizado apenas pelo agrícola, mas por uma noção ampliada que comporte a *pluriatividade*, ou seja, atividades econômicas não simplesmente vinculadas ao trabalho agrícola. O que leva a uma ampliação da heterogeneidade social nos espaços rurais, visível na introdução de novas referências de padrão de vida e de necessidades — geralmente são os jovens os primeiros a entrarem em contato com estas influências. A conclusão da autora é que o rural tem sido construído em oposição ao urbano, o que não é mais possível hoje.

Abramovay et alii. (2004) investigam os processos migratórios, articulando-os a outra noção importante para compreensão da experiência juvenil no campo e as condições que constroem os sujeitos a constituírem projetos: *a dinâmica de padrões sucessórios*, ou seja, as possibilidades de permanência dos jovens dependem de como e por quem a pequena propriedade rural será gerida a partir do envelhecimento dos pais. Alguns fatores aí são decisivos:

- *o grau de capitalização* de determinada propriedade (relacionado ao acesso à tecnologia, às políticas de financiamento e ao escoamento da produção). A pesquisa de Bloemer (2000), realizada junto aos “italianos” e “brasileiros” em região contígua à atingida pela UHE Barra Grande, mostra como os primeiros são considerados “colonos fortes” (ou seja, conseguem capitalizar-se e acumular a partir da produção agrícola, geralmente assentada em policultura tecnificada) e, com isso, assegurar a compra de novas terras ou, ao menos, a transmissão da propriedade com viabilidade econômica;
- *o acesso à escolarização* por parte dos filhos (importante por ser considerado uma alternativa ao trabalho pesado ainda muito ligado à agricultura familiar, constituindo o que, nas palavras dos jovens, constitui a “chance de ser alguém na vida” — o que na agricultura não aconteceria). Neste ponto, os autores demonstram que, apesar do aumento do grau de escolaridade, a educação rural está

atrasada em relação à urbana, constituindo-se em *dupla violência simbólica*. Pois além de inculcar um arbitrário cultural desvinculado da realidade dos estudantes, ainda o faz de forma defasada à maneira como ocorre nas cidades. Além disso, é interessante destacar que a escola é um espaço de socialização infanto-juvenil que traz conteúdos capazes de desafiar a tradicionalidade existente na família camponesa;

- * *alijamento das mulheres jovens dos processos decisórios* faz com que elas sejam as primeiras a migrar;
- * *contextos de possível pluriatividade* nas regiões de agricultura familiar, com espaços para os jovens se inserirem produtivamente, garantindo-lhes oportunidade de permanência, que geralmente ocorre no formato de *circulação intensa* entre espaços rurais e urbanos próximos, como constata Castro (2005) e que também pude observar na presente pesquisa.

Por fim, vale citar Stropasolas (2002) para adentrar um pouco mais nas tensões intrafamiliares, que manifestam claramente o que Bourdieu (1983) denomina “conflito entre sistemas distintos de aspirações” no mundo rural. Aparecem no questionamento, por parte dos jovens camponeses, da ética da *auto-exploração intensiva do trabalho* (alicerce da relativa autonomia econômica do agricultor familiar), contrariando a ideia há muito estabelecida de que “o trabalho adoça a vida”:

As mágoas e os ressentimentos expressos nos depoimentos de mulheres e jovens que não são reconhecidos pelo seu esforço sistemático e contínuo nas relações sociais de produção indicam a ocorrência de um viés importante de gênero e geração na agricultura familiar, demandando análise mais cuidadosa destas representações. (STROPASOLAS, 2002, p.111)

Na discussão sobre invisibilidade, migração juvenil, conflitos geracionais e dinâmica dos padrões sucessórios, encontram-se poucas reflexões sobre a influência de experiências políticas na sociabilidade da juventude rural. Devido à história de associativismo e mobilização

política no espaço rural brasileiro, sumarizada regionalmente aqui nas lutas existentes na bacia do Uruguai, é importante relacionar às questões presentes no debate contemporâneo à percepção acerca de ações coletivas e da presença de movimentos sociais no campo catarinense.

Para isso, deve-se pensar um conjunto de fatos complementares a isso: a incorporação de políticas específicas para a juventude no interior destes movimentos. Como isto incide na maneira como os jovens encaram a participação política? Como tem influenciado na possível integração dos jovens aos movimentos? Como esta “guinada” dos movimentos diante da nova temática influencia em sua estrutura e métodos?

Na literatura relacionada à prática do MAB e/ou jovens atingidos barragens, nada específico foi encontrado. No entanto, há produções mais próximas, que contribuem com elementos empíricos para comparação. Na já citada obra de Castro et alii (2009), o objeto em questão está constituído por jovens organizados em movimentos sociais rurais⁹⁶, tais como os que compõem a Via Campesina⁹⁷, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e a Fetraf-Brasil (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil). Apresenta, antes de tudo, o *duplo enquadramento* estigmatizante vivido por tais jovens: por um lado, são desvalorizados pelos pais por serem considerados “muito urbanos” e, por outro, sofrem a descapitalização de uma significativa parcela de pequenas propriedades agrícolas no Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, são positivamente encarados como o “futuro” — que, como ressalta Stropasolas (2002) com muita precisão, para se materializar depende das estratégias intrafamiliares de estabelecimento da heranças, que podem eleger alguns filhos como

96 As autoras destacam que estudos sobre “outros jovens rurais”, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de côco e filhos de empresários do agronegócio são ainda mais raros no panorama das pesquisas sobre juventude rural.

97 Embora composta por MAB, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), PJR (Pastoral da Juventude Rural) e MST, a ênfase da pesquisa recai sobre os jovens dos dois últimos movimentos.

próximos mantenedores da terras, enquanto outros devem migrar para áreas de fronteira agrícola (cada vez mais exíguas) ou para a cidade.

A juventude, enquanto categoria da modernidade e, por consequência, objeto científico, também vê-se comumente associada a avaliações negativas, calcadas em supostos riscos que traz e corre em diversos âmbitos da sociabilidade (drogas, sexualidade, violência, desemprego etc)⁹⁸. Motiva muito frequentemente pesquisas “interessadas” e buscas por uma espécie de terapêutica social — estranha às possibilidades da ciência da sociedade. No caso da juventude rural, o foco é o “êxodo rural”, que passa a substancializar e homogeneizar a categoria de tal forma que impede de vê-la para além desta questão, encarada como quase inevitável. Enfim, como um “problema”. Assim, Castro et alii (2009) propõem que se afaste tal abordagem, a partir do reconhecimento de pluralidades no seio desta população e que, na busca de compreender empiricamente a juventude rural enquanto geração, façamo-lo em intersecção com outros marcadores, tais como raça, gênero, classe, região.

Outra argumentação importante é a proposta de Karl Manheim (1982) e tem a ver com a proposição de que a juventude permite-nos compreender com agudeza as mudanças pelas quais o mundo social passa — em nosso caso, não apenas o mundo rural, mas a maneira como ele ainda é seguidamente contrastado com o urbano, nos planos material e simbólico. Manheim é relevante aqui por outro motivo: a juventude rural em emergente visibilização se coloca como **unidade de geração** — na interpretação sugerida por Weller (2010) de uma *tendência formativa*, que não deve ser confundida com o grupo social concreto — que acredito poder ser observada nos jovens no seio dos movimentos sociais camponeses. Ou seja, os jovens atuais percebem sua relevância exatamente como jovens, esforçando-se antes de tudo para serem vistos assim no interior das organizações. Para deixar mais claro, citemos Castro et alii (2009):

De fato, a presença de jovens na direção dos

98 Veremos mais adiante como esta percepção apareceu nos relatos colhidos, tanto entre jovens quanto de mais velhos, relacionada à sociabilidade da juventude urbana, justificando a necessidade de recorrer às mais diversas estratégias para evitar o êxodo rural juvenil.

movimentos sociais não é novidade. O que aparece como novidade é o reconhecimento da categoria como tal, capaz de atuar e representar todo o movimento social, ainda que identificada como jovem, e não mais como **jovem adulto**. Porém, não apenas o espaço da fala parece estar sendo mais disputado pelos próprios jovens, como também o formato e as práticas políticas. (2009, p.180)

Tal “autopercepção geracional” faz a juventude rural tornar-se uma categoria social e também política, auxiliando na atual reordenação das práticas dos movimentos sociais rurais como um todo. Os depoimentos abaixo auxiliam-nos a compreender experiências iniciais de alguns jovens, especificamente no interior do MAB. Embora um tanto conflituosas, os informantes acabaram por permanecer no movimento e hoje estão inseridos como militantes:

No começo *[das ações em torno das medidas compensatórias devido à UHE Barra Grande]* eu não fazia parte da coordenação nem da direção que tinha na região por que, sei lá, acho que não acreditavam. Me lembro que num reunião eu fui com o H., que era da coordenação, naquela época, que teve aquele tabu: quem sabe, quem tem experiência, é os velhos, os mais de idade. Que a juventude não tem nada na cabeça... Então eu me lembro que nessa fase eu passei no movimento, que era a fase que eles achavam que a gente não sabia nada, umas lideranças da região.

Aí numa reunião ele disse (bem assim ele me apresentou): 'A S. é filha de agricultor, tá estudando pra não ser burra que nem o pai dela, tá estudando pelo movimento, e hoje ela vai passar a lista de presença.' Eu fiquei pensando: 'mas um dia não vai ser assim, não pode!' Por quê, né? Por quê? O fato de ter essa concepção de que 'eu sou o líder, eu sei e por enquanto sou eu que mando!' *[S., moradora do reassentamento Laranjeiras e ex- moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro]*

[...] O pessoal da direção aqui são todos eles mais velhos que nós, mas o interessante é que quando a juventude entra pruma organização social, eles aprendem. Uma organização social é 'aprendente e ensinante'. Ao mesmo tempo que tu aprende, tu

ensina alguma coisa — e essa é a função de uma direção de um movimento social: está aprendendo e ensinando também. *[P., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria]*

O depoimento de B., jovem à época dos conflitos de Barra Grande e atualmente dirigente nacional do MAB é ainda mais interessante, pois demonstra o quanto as ações políticas em seu momento mais agudo foram capazes de galvanizar a participação de muitos jovens. Chama a atenção a inclusão de um critério na negociação das medidas compensatórias (o direito ao lote para o solteiro a partir de 18 anos) como alavancador do engajamento juvenil:

Teve vários jovens envolvidos. Participaram da mobilização, até porque sempre teve, já era um debate do movimento, de tentar envolver a juventude. Tanto é que um dos grandes avanços que teve foi que, independente se era solteiro ou casado (que nas outras barragens tinha que ser casado para obter o direito), aqui em Barra Grande conseguimos que o solteiro também teria direito, desde que fosse independente economicamente e conseguisse provar, apresentar elementos que viessem a comprovar isso e ter mais de 18 anos. Envolvia jovens neste sentido. Mas nós não conseguimos envolver muitos jovens em coordenação, em ter o poder de coordenar, né? Então talvez tenha sido uma falha nossa muito grande naquele período. Hoje estamos pagando, porque daí são só as pessoas de mais idade, que daí tem vários limites, né? Mas *[os jovens]* se envolveram bastante. Daria para citar muita gente. *[B., morador do reassentamento Laranjeiras e ex-morador da comunidade Capela São Paulo, em Anita Garibaldi]*

Este depoimento chama a atenção por apontar para a “perda” daqueles jovens, que atualmente não participam tão ativamente do movimento. No entanto, é importante relativizá-lo pois, embora não estejam organicamente em todos os espaços de mobilização trazidos pelo movimento, meus sujeitos de pesquisa ainda se veem “lutando” cotidianamente pelas causas que os levaram a contrapor-se ao consórcio, pois buscam viabilizar economicamente suas propriedades e mesmo transformar os reassentamentos em espaços mais

coletivamente geridos. Veremos isso com mais detalhe adiante.

Eu arriscaria ainda outro fator para explicar o engajamento juvenil à época dos eventos, que pode ser depreendido a partir de como praticamente todas as narrativas selecionam e apresentam com destaque e detalhe as lembranças de enfrentamentos, fugas, mobilizações, acampamentos — ou seja, de momentos de emoção e “aventura”, tão importantes para certa sociabilidade juvenil. (Naquilo que Pollak (1989) aponta como mecanismo típico da memória). Participar estes eventos, além de ter a ver com a busca por uma medida compensatória capaz de assegurar a reprodução social em ciclo longo, pode ser relacionada também à partilha de uma solidariedade entre pares e à experiência de viver algo fora do cotidiano.

Continuando a apresentação de pesquisas sobre jovens em movimentos sociais rurais, a de Suely Aparecida Martins (2009) lida basicamente com jovens já participantes do MST, trazendo questões importantes para alicerçar a visão de política existente nos jovens e a de juventude existente no interior do movimento. Citemos algumas delas, pois contribuem como parâmetros de comparação para a nossa própria investigação:

- A juventude passa a ser um tema de preocupação específica do MST no fim dos anos 90, pois a geração composta por crianças na primeira década do movimento (anos 80) passava a crescer e demandar atenção. Além disso, muitos jovens de espaços urbanos, geralmente da periferia de cidades, aproximavam-se do movimento nos momentos de ocupação e acampamento;
- O movimento viu a integração destes jovens no *setor de educação* como uma das saídas.
- Outra: criação de *atividades específicas do setor de cultura* — na primeira geração de jovens sem-terra, os espaços de sociabilidade juvenil vinculavam-se mais à religião e lazer. Agora, arte e política.
- Há *rotatividade intensa*, devido à assunção, por parte dos jovens, de tarefas organizativas no interior do movimento, implicando em multiplicidade de atividades e constantes viagens;

- Um dos problemas verificados nas conversas com a juventude foi a *pouca autoridade conferida aos jovens no interior dos assentamentos*, o que aparecerá em outras etnografias sobre juventude em assentamentos de reforma agrária;
- Outro problema: cultura de resistência da primeira geração do MST não foi necessariamente incorporada pelos filhos deste grupo. “MST é o movimento dos meus pais, não o meu” é uma frase que sintetiza bem este dilema geracional e as aspirações conflitivas que desenha.
- Por sua vez, o MST constrói uma específica concepção de juventude, atribuindo-lhe características como o inerente potencial revolucionário, vitalidade/energia/criatividade, pensamento progressista. Além disso, na esteira de Che Guevara, é vista como agente de constante sacrifício. Devido a isso, a formação proposta pelo movimento aos jovens leva muito em consideração as condições objetivas e materiais e confere pouco espaço para as dimensões intersubjetivas e identitárias.
- Isto leva os jovens a perceberem uma *cisão entre viver a juventude e realizar a militância*.

Evidencia-se um caráter programático e substancializador/adjetivador na concepção do movimento, cujas causas e evoluções a pesquisa nos auxilia a entender, principalmente no que diz respeito à compreensão do processo de consolidação da categoria “juventude” num espaço até então estranho a ela. Vejamos como isto se dá em Barra Grande.

5.2. *Habitus camponês e experiência de geração em contexto de implantação de hidrelétricas*

Tendo delineado nos capítulos anteriores desta dissertação o contexto de conflitos relacionados a Barra Grande enquanto expressão da acumulação por espoliação via CHB, busca-se agora, a partir dos

jovens, investigar como tais eventos contribuíram para uma microscópica experiência de *geração* — conceito caro à sociologia da juventude e formulado sinteticamente nos seguintes termos:

a geração não é uma simples coincidência na data de nascimento, mas uma verdadeira irmandade frente aos estímulos de uma época, uma diacronia compartilhada, uma simultaneidade em processo que implica em cadeia de acontecimentos dos quais se pode dar conta em primeira pessoa, como ator direto, como testemunha ou ao menos como contemporâneo. Sobre isto se constituem os eixos da memória social, é sobre esta facticidade dos acontecimentos do que efetivamente foi o caso, ou seja, do que faz ambiente e, por fim, condiciona e conduz identificações (MARGULIS & URRESTI, 1996, p.27).

Para melhor situar a ideia de uma experiência de geração, vale mobilizar outros conceitos, como as duas moratórias sugeridas também por Margulis & Urresti (1996), a *vital* e a *social*, já apresentadas na introdução deste trabalho, confrontando-as com um universo empírico que lhes é pouco usual: o mundo rural. Desdobrando tais conceitos a partir do objeto pesquisado, acrescentemos a ideia de um *habitus camponês*, defendida por Abramovay (2004), e sua relação com as “moratórias”. Camponeses, desde a tenra idade, são socializados pelo trabalho na agricultura. Expostos à rotina do mundo agrícola — tanto na condição de filhos de pequenos agricultores quanto de proletários rurais — na primeira adolescência estão dotados de inúmeras habilidades e, principalmente, de uma espécie de *ethos* da disciplinarização para o trabalho. Tal configuração, independente de gênero, levaria inclusive tais jovens, quando em situação⁹⁹ de êxodo, a serem bem aceitos por empregadores no meio urbano .

99 Abramovay et alii. (2004) advogam, inclusive, que a disciplinarização e qualificação ocorridas a partir da dinâmica da agricultura familiar desempenham um papel que, no meio urbano, têm sido cada vez mais assumido pelo Estado brasileiro, no que diz respeito à formulação e implementação de políticas públicas voltadas à inserção de jovens de

A ideia de moratória social, por outro lado, preconiza exatamente as condições que permitem aos indivíduos gozarem um período em que as obrigações do mundo adulto ainda não os submetam de forma incontornável – como, por exemplo, a entrada nas relações capitalistas de trabalho. No caso da juventude rural e dos processos precoces de formação do *habitus camponês*, ela parece reduzir-se drasticamente, pois infância e primeira adolescência já são períodos de relativa responsabilização. Portanto, podemos considerar que a baixa moratória social caracteriza fortemente o universo da juventude rural vinculada à agricultura familiar ao campesinato.

Em contexto de implantação de hidrelétricas, o *habitus* que caracteriza o camponês e a baixa moratória social que marca a juventude rural são afetados de maneira particular. Podemos dizer que a ameaça de perda da terra e do trabalho nela, marcas fundamentais para compreender a moral camponesa, põem o *habitus* à prova. Como nos termos propostos por Bourdieu (2009,[1980] p. 86-107) que, para além da matriz geradora de práticas sob a qual é geralmente conhecida, acresce à noção um esquema classificatório que apresenta os “possíveis presumidos” e faculta ao agente um “uma relação prática com o porvir” — que, quando por qualquer motivo é rompida, cria inadaptação ao presente e ao próprio porvir. Ou, como gostaríamos de propor, influencia na explicitação de um conflito, de uma discordância, organizada a partir de práticas antagônicas e surpreendentes, materializadas na ação política.

O *habitus* é o locus por excelência da dialética sócio-histórica entre liberdade e determinação. No que diz respeito ao indivíduo, o *habitus* enquanto sistema de estruturas interiorizadas constitui uma capacidade de geração infinita de práticas que, ao mesmo tempo, se veem estritamente limitadas pela lógica dos campos em que se inserem. No entanto, também é exatamente tal operador, encurralado nestes limites que fomentam certa homogeneidade nas práticas, que mostra a margem de diversidade destas, devido à experiência distinta nos campos e, por consequência, na incorporação da história e dos esquemas. Por fim, Bourdieu admite ainda que o *habitus* está aberto para o contato com o acontecimento, que incita a “arte de inventar” nele existente a gerar “um problema” que, quando não solucionado a partir dos esquemas de seleção, inadaptado

às “estruturas objetivas coincidentes às esperanças subjetivas” pode levar à revolta, ao estranhamento, a permanências anacrônicas.

Pensando a partir desta abertura do *habitus* ao ser confrontado com novos elementos da realidade sócio-histórica, parece-me importante relacioná-lo não somente ao contexto conflitivo da implantação da UHE Barra Grande, ou seja, “um problema” que demandará algum tipo de ação, mas às condições que se apresentam para que esta se dê. No caso em tela, gostaria de sugerir que o contato com a estrutura dos movimentos sociais do campo mobiliza de forma peculiar o *habitus camponês* e apresenta aos sujeitos um espaço de ação inaudito, que apareceu com força nos relatos do jovens entrevistados. Ao resgatarem o início de seu engajamento nos eventos de Barra Grande, todos destacaram a participação em espaços de formação viabilizados pelo MAB.

Há, é claro, uma gradação: enquanto para os que permaneceram no movimento a formação aparece como um ponto de mudança, uma experiência disparadora para a transformação do *habitus*, nas narrativas de outros jovens (ainda próximos, porém não mais orgânicos ao movimento), estas experiências aparecem claramente de modo lateral. Ou seja, com igual ou mesmo reduzida importância quando comparadas a outras ações enumeradas nas narrativas. O ponto é exatamente este. Para os militantes atuais do MAB as minúcias da formação àquela época são apontadas nos depoimentos. É importante destacar que os movimentos da Via Campesina têm na educação um foco arraigado de atuação e se organizam conjuntamente neste sentido, esforçando-se em formular abordagens pedagógicas capazes de transmitir tanto os conteúdos políticos desejados (relacionados à história de movimentos camponeses no mundo e a um conjunto de teorias ligados em sua maioria à produção marxista, ao pensamento progressista latino-americano e a autores brasileiros ligados ao pensamento nacionalista progressista e ao debate sobre a reforma agrária no país) quanto saberes técnicos apropriados à reprodução dos camponeses (principalmente a formação de técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários especializados em agroecologia, além de professores, pedagogos e, em menor escala, advogados e médicos). Ao mesmo tempo, são constantes as atividades de formação de menor duração, em que os participantes mais diretos das ações nas quais os movimentos estão envolvidos passam algumas horas ou dias, servindo

para apresentá-los a fundamentos dos conflitos sobre terra, sobre construção de barragens, sobre agrotóxicos, sobre machismo no mundo rural, sobre o avanço do agronegócio etc. São, portanto, diversos os planos de formação promovidos pelos movimentos, pensados para alcançar o heterogêneo público que buscam mobilizar.

No caso específico dos jovens que citarei a seguir, é importante atentar para alguns fatores. Após a participação em atividades promovidas pelo MAB nos primórdios de Barra Grande, eles foram convidados por alguma liderança para participarem em cursos promovidos pelo movimento, geralmente em associação com a Via Campesina. No caso, três foram para cursos técnicos em agroecologia no Rio Grande do Sul e uma para um curso universitário de Pedagogia no Iterra¹⁰⁰. Vamos a alguns excertos de depoimentos para entender isso melhor:

Eu comecei no MAB participando nas reuniões nas comunidades que o pessoal da época fazia. A primeira reunião que eu participei foi em 1997, na nossa comunidade. Teve o pessoal da igreja, do sindicato de Anita e lideranças do MAB, na ideia de levar a informação da barragem de Barra Grande — mas também do movimento como um todo. No final da

100 Algumas instituições mencionadas no decorrer da pesquisa onde ocorrem as formações dos movimentos da Via Campesina: Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP); Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), em Veranópolis (RS), as escolas técnicas agrícolas do Pontão e FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero), ambas no Rio Grande do Sul. Todas elas funcionam no sistema conhecido como pedagogia da alternância, em que o jovem passa determinado período (um módulo) imerso nas atividades educativas, residindo e se alimentando no mesmo local onde elas ocorrem, para depois retornar às propriedades rurais para passar mais ou menos o mesmo período aplicando na prática os conhecimentos adquiridos. Outro espaço de formação importante, mais específico ao MAB, é o convênio com o Ippur-UFRRJ, numa parceria que existe há décadas e cujo fruto atual é um curso avançado para militantes (que, além dos atingidos, também inclui trabalhadores do setor elétrico organizados em sindicatos) intitulado “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, que inclusive tem *status* de especialização acadêmica para aqueles com uma graduação universitária já concluída.

reunião, nos encaminhamentos, tinha um curso de educação popular, que era o Centro Vianei de Lages que fazia. Já tinha acontecido duas etapas, e eram três. E eu fui participar da 3ª etapa, só, que era falando de neoliberalismo. Na época era a CRAB ainda, eu nem sabia o que era a CRAB. Fiquei sabendo no curso, depois. No fim, fui, participei do curso (desta etapa, que era uma semana, em Lages). Depois daí se abriu a possibilidade de eu fazer (eu tinha estudado só até a 8ª série) um supletivo com o curso técnico junto, que era em Braga-RS — na FUNDEP, que é uma escola dos movimentos sociais e o MAB fazia parte, com vários educandos.

Naquele período tinha os testes de seleção, que eram feitos juntando todos os interessados em fazer o curso. Teve um teste em Passo Fundo (RS). O pessoal do movimento na época, as lideranças, levaram nós em dois carros, me parece, e fizemos o tal teste de seleção. Que eram algumas perguntas, básicas, e uma redação. Fiz, passei, e fui estudar. Fui ainda em 97: tudo aconteceu no mesmo ano.

Lá era a segunda turma em técnico em agropecuária ecológica. Estudei lá, eram seis etapas, funcionava em período de alternância, ficava dois meses em casa e dois meses na escola. Eu me empenhei bastante. No movimento, a gente não participava de nenhuma instância, nada. Participava de reuniões quando estava no tempo-comunidade [*como é chamado o tempo alternativo ao passado em estudo*]. Eu me dediquei bastante no curso, tentei aprender e quando estava no tempo comunidade era mais isso. Depois, nas últimas etapas, me dedicando mais às tarefas da organização.

Quando terminei o curso, em 2001, estava fazendo estágio, fechou o tempo quando estava meio que começando a barragem de Barra Grande. [*B., morador do reassentamento Laranjeiras e ex-morador da comunidade Capela São Paulo, em Anita Garibaldi*]

O MAB tem lidado principalmente com a juventude que tem participado, que tem organizado no MAB, através de reuniões, nos processos de organização, na participação inclusive na coordenação dos grupos de

base — a gente tem orientado que tem que ter um jovem, prele se inserir. O jovem do MAB que tem participado, que participa ativamente, ele tem sido destinado para cursos (tanto cursos técnicos quanto cursos políticos) até ele ir se capacitando, pra ter uma visão política, um processo político do mundo hoje.

[...] em 2005, quando eu vim construir a minha casa, ajudar a construir o reassentamento aqui, é que eu comecei a participar de fato, efetivamente, do MAB. Mais direito, das atividades. Em 2006 eu já havia sido convidado para fazer cursos pelo MAB — em função de eu estar acompanhando a construção da minha casa não havia saído ainda, mas em 2006 fui novamente convidado e fui fazer o curso técnico em agropecuária agroecológica na FUNDEP.

A partir daí, começa um processo de ampliação do campo de visão política. A gente começa a participar, sim, das atividades políticas do MAB também — não só de atividades de cunho econômico, de melhoria das condições de vida.

Em 2008 eu me formei, no finalzinho de 2008. Acabei um tempo ficando mais aqui em casa [*em seu lote no reassentamento Esmeralda –II*]. Em 2009 fui fazer o curso ‘Teoria Política para Movimentos Sociais do Brasil’, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo. Concluí ele em 2009, ainda. [*R., reassentado no Esmeralda-II e ex- morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria*]

Dali pra frente, comecei a participar do curso de militante junto com o pai e eu sempre ... eu estudava bastante na escola, sempre fazia debate com minha professora de história, sociologia, sobre esta questão de política e coisa, e lá no curso eu gostei, comecei a apresentar, era relatora do grupo, e tal. Na outra etapa do curso de militante, daí, que eu fui (eu tava mais ou menos na metade do 3ºano), eles [*lideranças do MAB*] conversaram que, se saísse uma vaga num curso [*de graduação universitária em Pedagogia da Terra*], se eu não ia estudar pelo movimento. [...]

[...] Fevereiro já começava a etapa, que era período de férias e já começava lá no Iterra. E daí foi uma confusão pra convencer o pai preu ir estudar. Daí o movimento me chamou e disse que a vaga era minha, que tinha mais

uns outros mas que eles indicavam meu nome, porque era do município aqui que a barragem estava se instalando e precisava de bastante gente pra ajudar, que tinha a possibilidade de estudar (aqueles que estudam muitos vão embora, mas alguns ficam ajudando). [...]

[...] O pai achou ruim: 'Não, acho que não vou deixar. É ruim. Essa gurizada nova sai, vira numa coisa. É na cidade...' Lá a escola que faz o curso, no Iterra, que é em Veranópolis, é dentro da cidade. E, sabe, que a pessoa a vida inteira na barranca do rio, ela tem um receio da cidade, não adianta dizer que não... [...]

[...] Daí sei que eu fiquei nervosa. Eu queria estudar! Daí chegamos em casa e fomos convencendo ele, eu e a mãe. E o pessoal do movimento decidiu fazer uma conversa com ele, de não desistir. 'Nós não vamos perder de ela estudar'. Daí vieram e fizeram a conversa com ele. [...]

[...] Foram lá e convenceram o pai. Até assumiram a responsabilidade que não ia dar problema comigo, que eles assumiam de me cuidar, todas essas coisas. Prele poder deixar eu ir. [...]

[...] Daí fomos pra escola, fui estudar e... Um desafio muito grande, porque eu tinha participado pouco do movimento e chegamos lá e... Não era apenas começar estudando os conteúdos. Tinha que contar a história do movimento, estudar sobre as místicas e coisa. Eu tive muita dificuldade no começo, porque me lembro que a primeira atividade que tinha era contar a história do MAB pros outros, porque era uma turma mista da Via Campesina. Eu me lembro que um do MAB, que hoje é da direção da Via, [...] disse: 'então, a parte da S. vai ser estudar a história do MAB hoje de noite para depois contar (isso já pra botar na força pra ir aprendendo). Eu me lembro que eu passei a noite inteira lendo uma cartilha pra no dia seguinte sair uma meia dúzia de palavra, porque a gente, quando começa, assim, tinha vergonha até de dizer o nome pras pessoas.[...]

[...] Depois dessa primeira etapa nós ficamos lá, nos inserimos na turma e, (quando voltamos), eu era a mais nova dos estudantes e do movimento também. Aí quando voltamos da primeira etapa eu comecei a participar das outras atividades do movimento, também. Comecei a assumir a organização dos encontros de

formação, preparar mística, organizar material, umas tarefinhas práticas, discutir ‘ó, tem que ir em tal lugar.’ Daí pra frente comecei a assumir tarefa, eu já comecei a ajudar. Ia pros encontros de formação (eu me lembro, nós fomos pro Paraná, ajudamos ali na região Oeste nuns cursos de militante — no começo mais na organização e, mais pra frente, depois da segunda, terceira etapa, já ia lá trabalhar os temas, a organização do MAB. Daí a gente se dividia: os que tinham mais experiência faziam a parte mais difícil, os outros, as mais fáceis). [...] [S., moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro]

Minha tese é que a inserção dos sujeitos neste conjunto de situações educativas contribui para a inculcação paulatina de todo um esquema de classificações e de um arbitrário cultural distintos e anti-hegemônicos. Empiricamente, acredito que o *habitus camponês* entre os atingidos pesquisados tornou-se *locus* de crise devido a uma situação concreta e heterônoma, obrigando os sujeitos a reformularem suas perspectivas de porvir e suas lógicas de ação, auxiliados fundamentalmente por um movimentalismo político histórica e geograficamente arraigado, que tem como uma das características principais a atração, principalmente de possíveis lideranças juvenis, para seus espaços de formação. Além disso, tais experiências de conhecer novos espaços de sociabilidade, de conviver com jovens de outros locais, embora em condições materiais e engajamento político razoavelmente parecidas, fornece um elemento de novidade existencial que agrega um elemento atrativo especial.

Mas ter apresentado aqui primeiramente narrativas de engajamento não esconde o fato de que nem todos os jovens permanecem nos espaços de formação mais longos, pois exigem um compromisso de anos, o afastamento da família, a incorporação de esquemas de disciplina intelectual e de identificação com as propostas pedagógicas e políticas apresentadas — além de tempo para poder frequentar os cursos, muitas vezes escasso devido ao fato de o jovem constituir mão de obra importante na organização produtiva familiar. Há uma série de desistências dos cursos. O que geralmente implica também num afastamento das instâncias mais orgânicas do movimento. Os trechos abaixo nos fornecem um

panorama de um espaço de formação, apontando também alguns de seus revezes:

Junto comigo iniciaram mais dois rapazes, que eram daqui da região. Mas, depois do período que era para conhecer como eram as linhas de formação da escola, acabaram desistindo, acharam pesadas demais. Porque a gente ia pra escola, ficava mais de 60 dias praticamente interno na escola. Então dormia, tomava café, almoçava, tudo na escola. Durante o turno da manhã tinha aula e parte da tarde também. O restante sempre tinha alguma atividade, de produção da escola, de acompanhamento do setor produtivo da escola ou outras atividades de oficinas práticas, leituras... Sempre à tarde ou à noite a gente tinha este tipo de atividade.

Na escola, o currículo é praticamente da formação técnica profissional dos jovens, de quem estava lá. Mas junto com isso tinha toda a formação profissional com uma visão diferenciada, que é a produção agroecológica, com a quebra de toda a cadeia produtiva baseada no uso de agrotóxicos, dos agroquímicos, dos petroquímicos, coisa e tal. Tentando uma visão de produção mais orgânica, mais sustentável, econômica, ambientalmente, socialmente, né? E que venha a contribuir com a organização dos movimentos sociais, das cooperativas sociais, do público, enfim, de fato, que pertence àquela região onde a gente trabalha. *[P., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria]*

Então é um desafio muito grande. Muito embora é necessário, é preciso e é importante, nós temos que achar um jeito de ver como envolve essa juventude e nós discutimos, né? Um processo de formação, e tal, pra eles se envolverem nisso. Porque, senão, vai ter muito pouco. Nós mesmos temos muito poucos jovens que assumem no movimento. Hoje, se for pegar, assim, na coordenação tem muito pouco jovem. Tem alguns que o movimento indica pra estudar, mas aí é que tá: é uma das coisas que tem que pensar, de como nós inserimos esses jovens. Que daí ele, por uma necessidade de fazer um curso que hoje ele tem dificuldade de pagar (por

exemplo, um curso superior), ele vai, depois ele fica. Mas, ao mesmo tempo, se você não tiver num recurso presse jovem no mínimo se manter, no processo de organização e de luta, ele vai embora. Então muita gente que se formou no MAB, dos jovens, estudaram ali, se formaram e depois foram embora. E depois nós ficamos dizendo: 'mas é um pelego, não vale nada, saiu porque não-sei-o-quê...!' Mas a gente também tem que entender o outro lado, porque a pessoa, nesse mundo, também precisa viver. Então tem muito isso. [S., *moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro*]

Para encerrar este item, é importante pensar as trajetórias destes jovens, envolvidos em processos de ação política que implicaram em paulatinas transformações de seu *habitus camponês*, a partir da ideia de *unidade de geração* de Manheim e de *geração* de Margulis & Urresti. Ambos apontam para um grupo social que, marcado por uma especificidade etária, compartilha uma série de experiências — ligadas tanto pelos conflitos pela terra quanto à maneira como o movimentalismo político formula as estratégias para lidar com eles e buscar assegurar a reprodução social. Afirmando isso não só em relação aos jovens que pesquisei, mas buscando inseri-los no contexto mais amplo de jovens em movimentos sociais rurais que, além de buscarem garantir a continuidade e renovação destes movimentos (conferindo dinâmica aos seus padrões internos de sucessão) buscam ser vistos como sujeitos específicos, tanto no âmbito da organização interna quanto no das políticas públicas (o que tem implicado em buscar políticas para a educação no campo, para lazer, para fomento à produção dos jovens assentados, para o estímulo de formação de cooperativas etc).

Ou como resume P., que inicialmente aponta a tensão clássica à qual o jovem rural se vê apresentado:

O papel geral do jovem, de forma geral, no campo, é ele não permanecer mais no campo. É ele se tornar uma força de trabalho com potencial produtivo pra sair pruma cidade, trabalhar numa empresa na cidade. O que a gente tem visto muitas vezes é o envelhecimento do campo, ficando nas propriedades do campo só as pessoas mais velhas, já aposentados. Pessoas que

nasceram, se criaram e viveram sempre na roça e que tem uma dificuldade hoje de sair pra uma cidade e permanecer lá, que tem ainda um carinho e um amor pelo campo, né?

O papel do jovem hoje pro campo, se sobrar lá no campo algum, é trabalhar numa fazenda. Muito raramente alguém vai dizer 'eu vou produzir nessa terra, eu vou trabalhar pra mim'. Não tem mais um amor, de fato, pela terra. [*lágrimas*]

Dentro do movimento também, a gente tem trabalhado a permanência do jovem. Mas hoje, no MAB, a gente não tem um setor que trate especificamente do jovem. Tem toda a coordenação política, todo o debate do movimento em torno do modelo energético instituído hoje, mas não tem um grupo que debata a questão dos jovens no campo, né? A gente tem tentado puxar. Eu, até, há uns dias atrás estava tentando juntar a juventude do campo para participar da feira de economia solidária em Santa Maria [RS], onde junto se constrói o Acampamento do Campo e da Cidade — acontece junto com a feira — que tem a finalidade de articular um pouco mais a questão da juventude, que é a luta por uma educação de qualidade, que tenha uma educação no campo e do campo (porque hoje a educação tem se centralizado totalmente na cidade), o da universidade pública, para que todos tenham acesso a uma educação de nível superior. Por que hoje quem está no campo é muito pouco o que tem acesso a essa educação. [*P., reassentado no Esmeralda-II e ex- morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria*]

5.3. Juventude reassentada e o futuro

Ser jovem é uma briga, né? Tu tá sempre naquela coisa das pessoas mais velhas te dizerem que a juventude não tem cabeça pra nada, e ao mesmo tempo tu tem que construir tua moral, tua imagem perante a sociedade. Aqui em casa somos eu e meu irmão reassentados. Ele acabou indo trabalhar em Santa Catarina, ficou a propriedade toda pra mim administrar. E tem a minha mãe, que mora junto. Mas é bem difícil, assim, porque

tem horas que você não sabe pra onde se atira: se é de um penhasco ou se vai se esconder em algum lugar, né? Eu trabalho como técnico agrícola aqui na região, fazendo os projetos de Pronaf-A e acompanhando. Agora tô montando os projetos dos PAIS na prática, implantando nas propriedades as hortas. Ao mesmo tempo tem toda a atividade do movimento, atividade política pra participar. Eu faço parte da diretoria da comunidade — então quarta de noite, sábado de tarde e de noite e domingo de tarde tem que cuidar do ginásio lá em cima, abrir a comunidade pro pessoal participar. Durante o tempo vago ainda tem que arrumar, dar tempo pra gente trabalhar no lote, pra por pra produzir, né? Porque uma coisa que a gente tem visto é que a gente batalhou tanto pra conseguir isso daqui e, de repente, se a gente não cuidar um pouquinho, acaba perdendo de volta, né? Que é a questão da primeira propriedade: sempre vai ter alguém de olho pra tirar ela de você, sempre. Toda a estrutura da sociedade hoje é montada para que o pequeno não sobreviva no campo, né? Que só a grande propriedade permaneça no campo. Então todas essas atividades sempre tem que ter algum tempo pra se dedicar para a propriedade. Tem que fazer as atividades técnicas, tem que fazer as atividades do movimento, tem que cuidar da comunidade, e ainda achar um tempo, no meio de tudo isso, pra lazer e diversão, né? Então é bem difícil. O tempo da gente aqui não é fácil. *[P., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria]*

O futuro, ao menos na opinião dos jovens entrevistados, passa um pouco pelo que o depoimento de P. aponta. Ou seja, aparece como uma sucessão de tarefas, para as quais se faz urgente uma estrita organização do tempo e, portanto, escolhas. O contexto é de possibilidade e, muitas vezes, necessidade, de agir em múltiplos espaços e assumir distintos papéis. Selecioná-los foi preocupação que perpassou os depoimentos. Militantes, pais recentes, agricultores, além de poderem (e desejarem) gozar ainda algumas das oportunidades da juventude, sem que suas atitudes sejam vistas com desconfiança pelos mais velhos ou mesmo comparadas às de certos estereótipos relacionados à juventude urbana: tudo se afigurava no horizonte,

embora a maneira de se relacionar com isso fosse muito distinta.

De um lado, há os que abertamente priorizam a viabilidade produtiva em seus lotes do reassentamento, acoplando a isso o início de seu papel como responsáveis por seus recém-nascidos filhos. A continuidade do lote e, por consequência, da família no reassentamento seria, por si só, o alcance do objetivo do movimento no que diz respeito à reprodução social no ciclo longo. Isso porque contradiz na prática o modelo de expulsão do jovem do campo, ocasionado tanto pela ausência de perspectivas ligadas ao trabalho agrícola quanto pelos fatores extra-econômicos (principalmente a independência em relação aos mais velhos e certo fascínio por uma vida caracterizada por alguma descartabilidade consumista e hedonista. Descrita em diversos depoimentos em contraposição ao ideal de um lote bem administrado no reassentamento, a vida que um jovem do campo na cidade seria precária, insegura e licenciosa, algo a ser enfaticamente evitado). No trecho abaixo, H. sintetiza esta posição, conferindo detalhe à ideia de que “se o movimento precisar, estarei lá” (ouvida reiteradas vezes em conversas informais, outros depoimentos e mesmo no resultado dos questionários):

Com o MAB eu sempre estive envolvido, desde os meus 18 anos. Foi quando comecei com ele. A hora que começou os cursos, há uns dois anos atrás, aí eu estava bem envolvido mesmo. Onde tinha curso eu ia, onde vai ter uma barragem, na [UHE] Garibaldi, até nas primeiras conversas que teve, as primeiras reuniões, eu participei, né? Aí chegou um ponto que eu dei uma parada, analisei, somos casados, eu comentando com a minha esposa: o movimento me deu casa, me deu terreno, e eu comecei a olhar pra ele e eu vi que ele também não tava produzindo. Eu também: lutei tanto por uma coisa e deixar abandonado? Também não vai me dar retorno. Amanhã ou depois chega uma pessoa e diz: 'você lutou tanto, o movimento te deu as coisas e tudo, e você não soube cuidar.' Eu dei uma parada, dei uma pensada... Eu jamais deixei de lutar pelo movimento. Eu só me afastei um pouco dos cursos, das mobilizações. Como eu te digo: a gente tem ele como um irmão: quando precisar e chamar, eu sempre vou estar lá.

Só que eu precisava cuidar daquilo que ele me deu. (...)

Isso deve ser uma inspiração, um orgulho pro movimento. Isso não é só no meu caso. Que nem o meu reassentamento: o movimento dizer, daqui a 10 anos, que as pessoas foram reassentadas e estão tudo bem de vida, criando a família, graças ao movimento. E isso deve ser orgulho.

E se cada um cuidar da sua propriedade, que nem eu parei os cursos um pouco por causa disso. Comecei minha família, está aumentando a minha família, daí pegar e, daqui a 10 anos dizer: 'ó, o H. está com o lote todo abandonado e estão vivendo numa cidade.' Então, eu trabalhei pro movimento, dois anos eu trabalhei, agora faz dois anos que eu estou trabalhando pra mim. Eu ajudo o movimento, mas tô cuidando do que o movimento me deu. Daqui pra frente, a gente estando estruturado, estamos dispostos a ajudar no que for preciso. No que precisar, tamo junto. *[H., Morador do reassentamento Laranjeiras ex-morador da Comunidade do Sagrado, em Cerro Negro]*

Há nesse tipo de postura uma reivindicação clara que associa a responsabilidade diante dos resultados da ação política do qual se tomou parte à busca por aquela autarquia relativa, aquela autonomia diante da gestão do tempo e do trabalho que caracteriza a ordem simbólico-moral camponesa (Woortmann; 1990; Sauer, 2012) e é garantida pelo usufruto da propriedade agrícola. Diante da propriedade do lote, pouco se mencionou o dilema entre “ficar ou sair” (Castro, 2005), visto que, embora houvesse as dificuldades financeiras mencionadas no capítulo anterior, aspectos como a independência diante dos mais velhos da família aparecem como fixadores dos jovens do campo.

Por outro lado, há os que encontram menos clareza nas escolhas a serem feitas. Percebem multiplicarem-se principalmente as responsabilidades e a maneira como a moratória social torna-se concreta. Aparece no tom do depoimento de S. ao relatar as dificuldades de conciliar seu cotidiano pré-existente, marcado pela gestão da propriedade e pelo intenso engajamento no MAB, ao fato novo de ter-se tornado mãe meses antes da gravação da entrevista:

(...) o movimento pode discutir outra tarefa. Pode discutir... Até outro dia nós tivemos reunião e eu

coloquei a situação [*de que está muito ocupada cuidando de sua primeira filha, recém-nascida*] pro movimento decidir, se valia a pena tá ajudando agora, ou se pararia um tempo porque não estaria com tempo integral, assim, das 7 da manhã à meia-noite. Aqui em casa é puxado, toda vida foi assim, puxado. Então nós quase nunca temo fim de semana, de noite é meia-noite, às vezes uma da manhã, tem gente ligando. Então nós temo uma responsabilidade muito grande. Mas ao mesmo tempo não tem como deixar, assim. Pois tem muita coisa que nós já tá fazendo... Tipo: vai numa reunião sexta e fica um monte de tarefa. Se não fizer, outros não vai fazer. E eu também, não... A gente fica meio nervoso com alguns debates, mas... Parece que tá no sangue. Eu não me vejo [*sem participar do MAB*], não consigo!

E também acho que, da região, assim, eu sou uma das pessoas que mais encarna o movimento, assim. Tudo eu compro dor, sabe? Se falarem do movimento, qualquer coisinha contra o movimento... Acho que isso me carrega bastante. Também por isso o movimento tem um respeito muito grande por mim, e eu pelo movimento. Então... Se não fosse o movimento, eu digo, nós não era nada, nós aqui de casa. Nós não tinha, do ponto de vista econômico, não tinha nada. Eu não tinha nada! Eu estudei por causa do movimento, eu conheci muita coisa por causa do movimento, eu viajei pra fora do Brasil, fui pro Equador, pra Guatemala, pra El Salvador... Eu agradeço a experiência, sabe? Qual o jovem, qual a pessoa dessas barrancas de rio que tem a oportunidade de fazer isso que a gente fez? Mas isso não é um mérito de sair se gabando, 'eu conheço, eu sou'. Não! Mas é importante, né? Coitado do pai, nunca vai conhecer, né? O Rio de Janeiro a mãe teve oportunidade de ir, por que foi pra cuidar da T. [*filhinha recém-nascida*] no curso de energia. Então muitas coisas a gente aprende com o movimento. [*S.,moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro*]

Fica evidente a diferença em relação ao depoimento anterior. Este é um ponto importante, pois aponta para uma tensão existente na própria concretização da ação política dos atingidos,

significativamente encarnada na juventude: participar das próximas lutas, articulações, mobilizações, que surgem devido à dinâmica do capitalismo hidrelétrico brasileiro contemporâneo e, ao mesmo tempo, assegurar que se concretizem as medidas compensatórias conquistadas (com foco aqui nos reassentamentos) e fortemente utilizadas como exemplo de sucesso e de legitimação das estratégias do MAB. Parece-me que esta é uma questão relevante, que ronda não apenas o MAB, mas os movimentos da Via Campesina como um todo: assegurar a sucessão das lideranças políticas (como forma de continuidade e renovação de pautas, estruturas e formas de participação dos movimentos) sem comprometer a reprodução social (em ambos os ciclos) nos espaços construídos como resultado, em grande parte, da existência de movimento.

Como forma de assegurar a continuidade da ação política juvenil no campo, surgem dos relatos colhidos alguns apontamentos, feitos em tom de sugestão pelos entrevistados:

- a manutenção das escolas rurais em todos os níveis de educação básica e também a instalação de universidades no campo ;
- a clareza da necessidade de, quando da formação de grupos de base em futuras mobilizações, expandir a importância da participação dos jovens, assegurando que um de seus coordenadores seja um jovem (assim como se tenta que um seja uma mulher);
- a própria existência dos grupos de base enquanto uma estratégia a ser reiteradamente retomada e renovada pelo movimento, pois confere-lhe vitalidade e, ainda, estabelece espaços coletivos que podem constituir referências de associativismo para o jovem, importantes para mitigar o êxodo rural. Tais grupos podem inclusive servir como primeiros espaços de formação política juvenil e, por consequência, como ponte para cursos de maior duração, como relatado anteriormente. E, ainda, como contraponto à visão hegemônica da juventude como consumista, hedonista e pouco engajada.

Parece-me adequado encerrar o capítulo com mais algumas falas dos próprios informantes, que deem conta tanto de visões acerca da juventude rural na região atingida quanto os planos

individuais de futuro. Nas narrativas essas duas dimensões se mesclam, tanto no plano individual quanto no coletivo — o que por si só é muito significativo.

R., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria:

Leonardo – E pegando o jovem do campo, qual que você vê o papel dele na política?

R – O papel do jovem tem sofrido muita intimidação e muito preconceito na participação política direta, né? Ele é muitas vezes repreendido na participação. Mas ele tem tido algumas contribuições no processo de organização: em mudanças nas formas de pensar e organizar no campo, também.

L – Mas você vê os jovens se engajando? Os jovens do campo?

R – Existe uma grande dificuldade de organização do jovem do campo, principalmente onde não existe uma organização que tenha uma direção que oriente e que incentive a participação dele. Onde não existe isso muitos acabam por se isolar dessa participação política e ficam muito na dependência do patriarcalismo da família e da sociedade.

L – E como é que o MAB lida com isso?

R – O MAB tem lidado principalmente com a juventude que tem participado, que tem organizado no MAB, através de reuniões, nos processos de organização, na participação inclusive na coordenação dos grupos de base — a gente tem orientado que tem que ter um jovem, prele se inserir. O jovem do MAB que tem participado, que participa ativamente, ele tem sido destinado para cursos (tanto cursos técnicos quanto cursos políticos) até ele ir se capacitando, pra ter uma visão política, um processo político do mundo hoje.

L – No seu caso, como você concilia, como você junta: ser jovem, ser militante, e ser produtor agrícola?

R – Algumas vezes a gente tem que abrir mão de algumas coisas. Muitas vezes, o militante, a gente faz a opção de ser militante, mas muitas vezes não deixa de ser jovem também, e também não deixa de ser agricultor.

É verdade que também, muitas vezes, alguns acabam por abrir mão de umas coisas pra fazer outras coisas, né?

L – Em outras entrevistas que eu fiz com jovens também, eles usaram o argumento de que a constituição da família foi, de certa maneira, o motivo para se afastar do movimento. Como você vê essa questão?

R – Muito da juventude que participou no processo de construção e organização de Barra Grande tem dificuldade hoje, sim, por terem constituído família. Isso é, em grande parte, um empecilho para eles saírem e largarem as suas atividades, largarem a família e estarem participando ativamente de uma organização. Em função, muitas vezes, da família não estar engajada diretamente nisso. É verdade, sim, que existe este empecilho. Mas não seria o principal.

P., reassentado no Esmeralda-II e ex-morador da comunidade Nossa Senhora de Fátima, em Vacaria, cuja visão remete a um misto entre decepção pela juventude não demonstrar algum grau de conscientização política (e mesmo aquela disposição guevarista para o sacrifício identificada por Martins (2009) na visão do MST sobre juventude) e alguns laivos de esperança:

Na política, hoje a gente vê que toda esta questão que passa na televisão, mesmo que distorcida, é frustrante, na verdade, ver principalmente os jovens da cidade querendo saber de drogas, de diversão barata, não querer assumir uma tarefa, uma identidade que o conduza por uma linha correta de pensamento. Ele só quer saber hoje de ganhar dinheiro, gastar em festa e não tem uma visão política que venha de fato a contribuir com a formação da sociedade.

Há pouco tempo, o padre Eliseu, de Vacaria, tava falando que isto até tem mudado um pouco, porque as crianças desta geração, que estão hoje com 10,12 anos, tem vindo com uma percepção um pouco diferente do que estes jovens que estão com 15, 18, 20 anos, né? Que estes jovens pensam é no consumismo do telefone, da festa, e tal, e as crianças tem começado a questionar um pouco mais a sociedade perguntando 'porque que isso é assim?', 'porque aquilo é daquele jeito?', 'tal coisa é de certa forma'... Estas crianças, se tiver um trabalho melhor, elas poderão ter um desenvolvimento melhor

na sociedade, participar, se engajar na política, tentar mudar a sociedade.

Mas hoje é muito precário. Se não tiver alguém que imponha limites ou que contribua para a formação da juventude, não é muito fácil de trabalhar. Aqui no reassentamento a gente tem visto que é um lugar onde a gente consegue trabalhar um pouco. Mesmo pra tu formar um time de futebol onde todos participem, onde todos se ajudem, não é fácil. Tem que ter muita força de vontade para ajudar a fazer isso. [...]

Pro futuro a gente pensa que todas as pessoas tenham tratamento igual. Que tenha uma condição econômica justa, tratamento social justo, que a gente deixasse de ser taxado de marginal só por ser reassentado. A minha esperança é que nós vivamos numa sociedade de iguais, social, cultural, econômica, e que seja todo um povo que se ajude e que venha a contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

L – Mas e o seu projeto individual? Não individual, digamos assim, mas a tua história?

P – O meu projeto individual se junta ao projeto dos outros também, né? Que eu possa me ajudar e ajudar as outras pessoas a se ajudarem, né? Construir essa nova sociedade.

S., moradora do reassentamento Laranjeiras e ex-moradora da comunidade São Jorge, em Cerro Negro:

O problema é que os jovens hoje, a cabeça deles tá pra outra! Eles tão inseridos num modelo capitalista, então eles não (como nós também: todo mundo tá inserido)... mas a juventude não quer saber, assim, de transformação social. Até mesmo os que tão no MAB hoje, a cabeça deles é... entendeu? É seguir a lógica do sistemão aí. É seguir a moda, é ter o dinheiro para comprar o celular... É outra! Eu vejo que tem um desafio muito grande, que é a gente trabalhar essa questão da formação mas ao mesmo tempo (nós fazemos esse debate no MAB) como nós fazemos essa questão da

formação da juventude mas, ao mesmo tempo, como nós damos as condições pra eles. Principalmente, em muitos casos, a juventude do campo, da roça, que a maioria ali completou seus 14, 15 anos e a cabeça deles é ir pra cidade. Então, como nós temos uma formação pra ele ter esse pensamento de que é preciso mudar, do jeito que tá não vai se sustentar por muito tempo mas que, ao mesmo tempo, se nós não criar condições pra ele também ter uma vida boa ali, ele não vai conseguir pensar além disso.

Nós debatemos bastante. Esses tempos a gente tava debatendo um plano de desenvolvimento para a região e o problema da juventude. De que, junto com a formação, nós tinha que pensar como é que nós criamos a questão do lazer pra juventude, de ter uma renda na agricultura pra juventude... Porque se não tiver, como é que o jovem vai ficar ali? A gente sabe que discutir revolução, transformação com a juventude, se não tiver as condições junto, é muito difícil.

Considerações Finais

Quando se trata de juventude, é lugar comum associá-la à ideia de futuro. No entanto, este trabalho buscou fugir, ao menos esquivar-se, desta tentação: aqui os sujeitos de pesquisa *foram* jovens. Há certa trajetória consolidada, a moratória vital encurtou-se. Além disso, pesquisou-se seus projetos e como foram sofrendo transformações desde que Barra Grande aconteceu. Um entrelaçamento entre as temporalidades, portanto — reforçado pela investigação acerca dos procedimentos da memória. Memória, projeto, juventude, geração, progresso: noções que acossaram e fertilizaram a pesquisa, todas calcadas numa determinada relação com o tempo. As considerações finais não poderiam deixar de passar por aí. Curtas, são também ambiciosas: sua intenção é sugerir a ampliação empírica e conceitual do que foi realizado no corpo deste trabalho, expandindo também a série histórica para a qual se deve voltar o olhar.

Tentei delinear trajetórias individuais diante de circunstâncias e determinações mais amplas. No exercício de organizar dados e reflexões para redigir a dissertação, ficou evidente como há múltiplas escalas a partir das quais podemos apreender os atores sociais e a maneira como as influenciam e por elas são influenciados. No presente caso, havia desde a dimensão demográfica, que constata o êxodo rural e questiona as decisões do grupo pesquisado diante disso, passando pela chegada da UHE Barra Grande como um evento desestabilizador (que busquei inserir, ao mesmo tempo, na lógica mais ampla do capitalismo hidrelétrico brasileiro) e pelo contato com um movimento tributário da ampla tradição de resistência camponesa existente na região Sul do país desde meados da década de 70. Passando ainda às estratégias de reprodução social em ambos os ciclos, numa condição (proprietários individuais reassentados) e em terrenos (relativamente distantes da beira do rio Pelotas) estranhos.

Há uma série de estudos sobre as lutas no campo nesta região acumulados nos últimos trinta anos. Por outro lado, surgem prognósticos voltados para a pequena agricultura frente ao agronegócio, vislumbrando ou sua completa desapareição ou sua subordinação à lógica deste último, em que os proprietários (assentados, reassentados, pequenos agricultores etc.) tornam-se

fornecedores de matéria-prima, de mão de obra e de terra para cadeias produtivas capitalistas mais amplas, que lhes impõem as condições técnicas de produção. Calcado numa reforma agrária não mais voltada para a modernização capitalista do campo, como feito em países como Alemanha, EUA e Japão há mais de um século atrás, mas como medida de democratização da terra sob bases agroecológicas, associada à venda de alimentos a preços acessíveis para o mercado interno, à policultura e à luta por políticas públicas de fixação da população rural (escolas, lazer juvenil e ações voltadas à economia da cultura no campo), é possível perceber que o programa dos movimentos sociais no interior da Via Campesina diverge daquela lógica, embora também se veja ameaçado por ela no interior mesmo dos lotes de assentamentos, reassentamentos e pequenas propriedades. Há atualmente também críticas à Via Campesina por iniciativas de aproximação com o modelo do agronegócio¹⁰¹.

Além disso, uma série de apostas políticas mais amplas, feitas a partir dos vínculos históricos com o PT (que remetem às origens de ambos) têm apresentado resultados ambíguos — de colaboração e expectativa, ao mesmo tempo em que ocorrem frustrações e processos de domesticação e docilização da pauta até então ferrenhamente contrária ao agronegócio. Assim, o futuro traz inúmeras interrogações não apenas acerca de como estes movimentos darão continuidade às suas ações, mas também à maneira como operarão reconfigurações sócio-territoriais regionais (através da pressão pela materialização de políticas de redistribuição fundiária) e em modelos de produção agrícola. O que inevitavelmente leva à

101 O artigo “MST S/A” (disponível em <http://passapalavra.info/2013/04/75172>) aborda casos de relações controversas principalmente do MST com multinacionais, como a a papelreira sueco-finlandesa Stora Enso, mediadas em grande parte por iniciativas estatais que concorrem para articular o agronegócio às pequenas propriedades de assentados. O artigo critica também a opção de produção agroecológica existente nos assentamentos como algo voltado ao consumo de camadas elevadas da sociedade. Não será tema de debate aqui, mas com certeza é caro a estas “considerações finais”, que buscam apontar para a necessidade de estudar a experiência de classe camponesa no sul do Brasil voltando-se para seu passado e também para seu futuro, a partir das ações de jovens.

questão dos jovens em seu interior.

O fato destas reconfigurações sócio-territoriais, fundiárias e produtivas já existirem e serem fruto de um conjunto de ações e discursos políticos (no sentido de Ranciére) no sul do Brasil resultam num sistemático processo de visibilização de conflitos historicamente delimitados (da década de 1970 para o tempo presente) que reputo fundamental para pensarmos uma *experiência de classe* (como nos informa Thompson (2004a)) camponesa. Para o historiador britânico, o conceito de experiência se constitui como mediação concreta (“conceito-junção”, em sua terminologia), maneira como o modo de produção capitalista é vivenciado por um determinado conjunto de indivíduos num contexto histórico preciso.

Thompson preocupava-se com a formação da classe operária inglesa entre os séculos XVIII e XIX. A experiência, no caso, tinha a ver com a auto-identificação dos sujeitos enquanto pertencentes a uma determinada situação comum de exploração do trabalho e o antagonismo que se instaura a partir daí. A expressão deste conflito através da linguagem e do simbolismo destes sujeitos chama-se, por sua vez, *consciência de classe*.

A luta pela manutenção das condições de reprodução social dos camponeses no sul do Brasil explicita o que Thompson caracterizaria como “experiência de classe”? É possível compor um quadro de análise para pensar continuidades e rupturas desta experiência no futuro imediato, ou seja, daqui a cerca de duas décadas? Como as noções de *projeto* e *geração* podem contribuir nesse sentido, servindo como outras ferramentas analíticas capazes de captar o concreto — outros conceitos-junção? Assim, valeria expandir o recorte e buscar alcançar jovens participantes não apenas do MAB, mas de múltiplos movimentos da Via Campesina atualmente, e confrontá-los com os relatos dos primeiros participantes das mobilizações contras UHEs e pelo direitos à terra há mais de três décadas. Cruzar os contextos materiais, as expectativas agora e então, as estratégias e ações, as formas de organização, as conquistas, os antagonismos, principalmente no sentido de desenhar as contradições colocadas, destacando a agência e como ambas as gerações vivenciam no presente a política frente à modernização no campo. E como tudo isso aponta para o futuro, para os projetos individuais e os campos de possibilidades vislumbrados.

No caso do público pesquisado, busquei pensar a experiência

enquanto o modo de reprodução dos camponeses da região da bacia do Uruguai, calcado também numa ordem simbólico-moral próxima àquilo que Woortmann (1990) denomina campesinidade, em grande parte partilhada por Sauer (2012). Isto implica no desejo de deter autonomia produtiva e, em seu cerne, de administrar o próprio tempo de trabalho. De não separar-se de seu meio de produção (algo que é o cerne dos processos de resistência à acumulação por espoliação) ou, ao menos, de evitar que a região no qual se trabalha se reconfigure de tal forma a aniquilar as relações sociais até então existentes. A implantação do empreendimento hidrelétrico (assim como também formas de avanço do agronegócio capitalista) impôs um conflito no qual esta experiência corria o risco de se esgarçar e, por isso, se agudizou — expressando-se enquanto consciência de uma contradição posta materialmente, que afetou percepções de cotidiano e também de possíveis futuros.

A instauração dos múltiplos conflitos diante do progresso capitalista no campo em forma de barbárie (como propõe Benjamin), pensados como experiência de classe camponesa, pode ser associada a outra elaboração teórica: a de *subjetivação política* (Rancière, 1996), que demarca a constituição de um conjunto de discursos e práticas que rompem com esquemas hegemônicos de dominação, em prol da visibilidade daqueles que geralmente não são contados na constituição dos espaços de deliberação. Vale apresentá-la um pouco mais, pois parece um instrumento importante para desenharmos teoricamente a experiência e a consciência de classe enquanto interrupção e, por isso, conflito posto contra o progresso.

Retomo, então, a noção de *política* do filósofo francês. Ao funcionamento cotidiano e naturalizado de uma determinada comunidade, à administração de seus problemas de forma a mitigar ou escamotear conflitos que ameacem sua constituição primordial (em nosso caso, calcada no progresso capitalista no campo e na contradição de classes perceptível analiticamente a partir de sua experiência) Rancière denomina “polícia” ou “lógica policial”. No sentido de

(...) uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; e uma ordem do visível e do dizível que faz com que esta atividade seja visível e outra não seja, que essa palavra seja entendida como

discurso e outra como ruído. (...) A policia não é tanto uma disciplinarização dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que estas ocupações são distribuídas.” (1996, p.42).

A lógica policial pode ser pensada enquanto administração do *status quo*, legitimada por uma miríade dos mais variados discursos, que se entrecruzam. Nacionalismo, desenvolvimentismo, higienização, controle demográfico, pragmatismo, imprevisibilidade e instabilidade da economia global, violência urbana — estes e outros podem ser mobilizados para justificar a existência ou expansão de aparatos de gestão social. Este conceito remete a outros, arriscando-se emaranhar-se e dificultar a compreensão. Afastemos o perigo esclarecendo que polícia, aqui, difere de *baixa polícia*, e, principalmente, de **política**. *Baixa polícia* é a violência organizada para assegurar a manutenção da ordem e a harmonia sob a qual, antes de tudo, deseja-se que os homens funcionem. Constitui elemento importante da polícia, mas não podemos tomá-las metonimicamente.

A **política**, por sua vez, também deve ser diferenciada da polícia. Esta última é a harmonização das parcelas a partir da disposição matemática dos corpos. Quando tal panorama é interpelado pela lógica igualitária, questionando-a e interrompendo-a, temos uma situação de política, cuja primeira ocorrência se dá, segundo Rancière, quando o *demos* ateniense contesta seu estatuto diante dos oligarcas e aristocratas componentes da *polis*. Houve política quando os operários modernos passaram a sair da privacidade do mundo do trabalho, das catacumbas da exploração industrial, e exigiram visibilidade — não apenas aparecendo e sendo reconhecidos, mas operando, através da demanda das mais diversas plataformas, com graus distintos de radicalidade, a visibilização de um modo de *subjetivação política* até então inexistente. A política acontece também quando as mulheres passam a explicitar sua vontade de intervir mais publicamente na sociedade, principalmente no que diz respeito a direitos civis, trabalhistas e políticos.

No caso da presente pesquisa, há que se pensar os conflitos em torno de Barra Grande como uma subjetivação política que

buscava alertar para a necessidade de vislumbrar os destinos de milhares de atingidos. A princípio, eram sujeitos não reconhecidos pelo consórcio e que pouco apoio obtinham das instituições políticas locais. Seriam, na expressão de Espíndola (2009), membros de mais uma coletividade a ser “alagada” — no sentido de que seriam ignorados, mesmo que sua permanência na região fosse inviabilizada pela subida do volume do rio devido ao barramento. A percepção desta inevitabilidade por parte dos atingidos concorreu para sua negação, através da organização dos grupos de base, das mobilizações, das inúmeras negociações e paritárias e, com a conquista das medidas compensatórias, através dos mutirões de construção nos reassentamentos e da tentativa de constituição de associações de produção.

Esta noção de política baseia-se, portanto, num encontro, numa interrupção, numa apresentação e numa aparição.

Encontro: da dinâmica igualitária com a dinâmica policial. Ou seja, da lógica do capitalismo hidrelétrico com a dos atingidos que a interpelam e lhe expõem sua natureza contraditória.

Interrupção: da distribuição policial dos corpos. Ou seja, da não-aceitação do “alagamento de coletividades” sem resistência.

Apresentação: de um litígio, de uma contagem que leva e, concomitantemente, não leva em conta uma parcela existente no tecido social. Ou seja, necessidade de compensar uma série de atingidos até então não incluídos nos cadastros sócio-econômicos realizados pelo consórcio Baesa.

Aparição: de uma parcela não-contada que encontra um meio de expressar e criar uma nova situação de palavra, engendrando uma específica *subjetivação política*, que pode enfim ser assim definida:

produção, por uma serie de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência(...) A subjetivação política produz um múltiplo que não era dado na constituição policial da comunidade, um múltiplo cuja contagem se põe contraditória com a lógica policial. (...) Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar a materialidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados do

relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela. (Ranciére, 1996, p.47-8).

Ou seja, de um grupo de camponeses auto-organizados que se negam a aceitar o anúncio de que devem abandonar as terras e, mais importante, as condições primárias de reprodução social. Esta atitude, em si, é a manifestação de uma subjetivação política. Que se dá, aqui, como expressão de um conflito pela posse e contra a separação dos meios de produção em relação a seus proprietários iniciais. Ou seja, uma experiência de classe.

Gostaria de sugerir que esta “correlação de conceitos” (subjetivação política/experiência de classe/progresso capitalista) deve ser usada para compreender outros casos concretos de antagonismo entre modernização capitalista no meio rural (*acumulação por espoliação*, seja no que diz respeito ao agronegócio, à hidreletricidade ou à mineração) e resistência à separação que tal modalidade de acumulação propõe. Resistência que se manifestaria, portanto, como experiência de classe manifestada nos conflitos ocorridos desde os anos 70 no sul do Brasil, seja entre atingidos ou sem-terra, em especial. Isto proporcionaria uma visão de conjunto mais efetiva acerca da natureza destes eventos, permitindo-nos inquirir sobre como a geração de jovens atualmente existentes e organizados nesta região expressará as contradições entre modernização, progresso e desenvolvimento (enquanto lógica policial) e projetos individuais e coletivos que se pautem por outros valores, estratégias e objetivos.

Para compreender os desdobramentos desta subjetivação e desta experiência no momento futuro deve-se investigar como os jovens hoje reassentados (ou mesmo assentados, ou ainda os inseridos em pequenas propriedades e também participantes de outros movimentos que compõem a Via Campesina, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas ou o Movimento dos Pequenos Agricultores), principalmente os organizados no interior dos movimentos, buscarão lidar com esta experiência e com o progresso capitalista diante do qual, sob novas formas, permanece o antagonismo.

A proposta para a continuidade deste estudo seria, portanto, pesquisar a ocorrência concreta, histórica e sociologicamente situável,

de uma manifestação de subjetivação política camponesa a partir da visão de duas gerações envolvidas em situações de litígio — a atual e a que formou os movimentos sociais rurais, entre as décadas de 1970 e 80. Por consequência, analisar a ruptura da lógica policial e de instauração da política. Esta subjetivação política, marcadamente campesina, se deu devido à injunção imposta pela instalação de uma série de UHEs, ao mesmo tempo em que levou ao aumento do êxodo e da perda de perspectiva produtiva nas áreas rurais da região Sul devido à modernização capitalista. Parte destas determinações se transformaram em ação política, que reputamos central na consolidação da experiência de classe. O futuro será semelhante? Ou mudaram as condições de subjetivação política, porque se alteraram as condições de reprodução social? O que a experiência de geração dos jovens nos movimentos camponeses poderá dizer sobre isso?

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo et alii. “Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?” In: *Estudos - Sociedade e Agricultura*. vol.12, n.2. 2004 p. 237-71.

ACSELRAD, Henri e BEZERRA, Gustavo das N. “Inserção econômica internacional e 'resolução negociada' de conflitos ambientais na América Latina”, In: ZHOURI, Andrea e LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.) *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.34-62.

_____. “Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais” In: Berno de Almeida, Alfredo W. et. Alii. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro; Editora Lamparina, 2011. p. 179-209.

ADORNO, T. W. “Progresso” In: *Lua Nova - Revista de Cultura e Política* São Paulo, CEDEC, nº27, 1992. p. 217-36. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451992000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção* — Homo sacer, II, 1. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005. 142 p.

ALMEIDA, Mauro W.B. “Redescobrimdo a Família Rural” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, nº 14, ano 5, 1990. p. 66-83.

ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTONAZ, Diana “Especialistas e militantes: um estudo a respeito da gênese do pensamento energético no atual governo (2002-2005)”

In: SEVÁ, Arsênio Osvaldo (Org.). *Tenotã-Mö* - Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p.150-168.

BAUER, M., GASKELL G. e ALLUM, S. “Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões” In: *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis, Vozes, 2004. 3ª ed. Trad. Pedrinho A.Guareschi. p.17-36.

BERMANN, Célio. “Impasses e controvérsias da hidreletricidade”. In: *Estudos Avançados* n. 21 vol. 59. Dossiê Energia. 2007 p. 139-53.

_____. “Indústrias Eletrointensivas e Autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público”, 2004. Acessado no sítio do Instituto Ilumina (www.ilumina.org) dia 09 jul. 2012.

_____. “O Setor de EletroIntensivos” In: *O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21: Oportunidades e Desafios*. Brasília: Rios Internacionais, 2012. p.29-34.

BERNARDO, João “A soberania das empresas na origem do colonialismo moderno” In: *Democracia Totalitária* - Teoria e prática da empresa soberana. Cortez Editora, São Paulo: 2004 p.41-62.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente)

BLOEMER, Neusa Maria. *Itinerâncias e migrações: a reprodução social de pequenos produtores e as hidrelétricas*. 1996. 301,[3]f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

_____. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

_____. “'Colonos italianos' e 'brasileiros' no planalto

catarinense”. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 311-31.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo, Unesp, 1996.

BOEIRA, Sabrina. *Estudo da dinâmica territorial rural: a implantação da Usina Hidrelétrica Barra Grande no planalto sul catarinense*. Florianópolis, SC, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, Vozes, 2009. 471p.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007. 3ª Ed.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Trad. Vários. São Paulo, Perspectiva. 369p.

_____. A “juventude” é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112 – 121.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”. *Estud. afro-asiáticos*. 2002, vol.24, n.1, pp. 15-33.

BRUMER, Anita. “Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88) ”In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez Silveira. (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 33-52

BRUNO, R. (2010). “Agronegócio, palavra política”. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino- Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.

CANALI, Gilberto Valenti. “A Definição e a Importância do Projeto Uruguai”. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos & REIS Maria José (Orgs.), *Memória do Setor Elétrico na Região Sul*, Florianópolis,

Editora da UFSC, 111-130.

CARNEIRO, Maria José. “Juventude rural: projetos e valores”. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261

CARVALHO, Orlando Albani de. *Águas sobre a Terra: lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas*. Porto Alegre, UFRGS/PPGE, 2006. 185f.

CASTRO, Elisa G. “Juventude rural: 'apenas uma palavra' ou 'mais que uma palavra'”. Apresentado no XXIX Encontro da Anpocs (2005). mimeo. 38p.

_____ et alii. *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro, Mauad X; Seropédica - RJ, EDUR, 2009. 221p.

CASTRO SOTO, Gustavo. “El Plan Puebla-Bogotá – La Geopolítica del Agua y La Energía”. Anais do II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas 2007, Salvador. 15p.

CERNEA, Michael M. (2004) “Riesgos de empobrecimiento y reconstrucción : Un modelo para el desplazamiento y la relocalización de poblaciones”. In: *Revista Avá* No 5, 2004. Publicación del Programa de Postgrado en Antropología Social, Universidad Nacional de Misiones, Argentina.

CHAUI, Marilena. “Sob o signo do neoliberalismo”. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006.

CRÉDIT SUISSE. *Global Wealth Databook*. Credit Suisse Group AG, Genebra, 2010. 128p.

D'ARAÚJO, Roberto Pereira. *O setor elétrico brasileiro – uma aventura mercantil*. Brasília; Confea, 2009. 300 p. (Coleção Pensar o Brasil – Construir o Futuro da Nação).

DE ANGELIS, Massimo “Marx and primitive accumulation: the continuous character of capital’s “enclosures”, In: *The Commoner*, n.2, september 2001. (arquivo pdf disponível no sítio da revista www.thecommoner.org)

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. “Empresariado e estratégias de desenvolvimento”. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, Jun 2003, vol.18, no.52, p.15-34.

DUMANS GUEDES, André. “Discurso e resistência: a construção da questão do neoliberalismo pelo Movimento dos Atingidos por Barragens”. Informe final del concurso: Partidos, movimientos y alternativas políticas en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2005, 31p.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Geografia. *As transterritorializações na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades*. Florianópolis, SC, 2009. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

FONTES, Virginia. “O Brasil Capital-Imperialista”. In: *O Brasil e o Capital-Imperialismo – Teoria e História*. 2a. edição, Fiocruz e Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. pp.303-350.

GASKELL, G. “Entrevistas Individuais e Grupais” In: BAUER, M. & GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis, Vozes, 2004. 3ª ed. p. 64-89.

GATTI, L. “Experiência da transitoriedade - Walter Benjamin e a modernidade de Baudelaire” In: Revista Kriterion, Belo Horizonte, no 119, Jun./2009, p. 159-178.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro LTC, 1978. 323p.

GEISER, Gustavo C. *O pólo madeireiro e suas implicações no desenvolvimento da região dos campos de Lages, Santa Catarina*. Florianópolis, 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

GLASSMANN, J. “Neoliberal primitive accumulation” In: HEYNEN, N., MCCARTHY, J., PRUDHAM S., & ROBBINS P. (Orgs.). *Neoliberal Environments - False promises and unnatural consequences*. Nova Iorque; Routledge, 2007. p.94-7.

GOMES, João Paulo Pombeiro & VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. “O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002” In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 43(2):295-321, Mar./Abr. 2009.

HARVEY, David *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, 2005 (2a.ed.) 200p.

_____. *O Neoliberalismo – História e Implicações*. São Paulo, Loyola, 2008, 280p.

HEYNEN, N., MCCARTHY, J., PRUDHAM S., & ROBBINS P. (Orgs.). *Neoliberal Environments - False promises and unnatural consequences*. Nova Iorque; Routledge, 2007. 298p.

HOBBSBAWN, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX, (1914-1991)* Tradução Marcos Santarrita. São Paulo; Companhia das Letras, 1995. 598p.

IORIS, Antonio. A. Rossotto. “Da foz às nascentes – análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil” In: *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro; Editora Lamparina, 2011. p. 211-55.

JERONYMO, Alexandre Cosme José. *Deslocamentos de populações*

ribeirinhas e passivos sociais e passivos econômicos decorrentes de projetos de aproveitamentos hidrelétricos: a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. 167p.

JOVCHELOVITCH S. & BAUER, M. “Entrevista Narrativa” In: BAUER, M. & GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis, Vozes, 2004. 3ª ed. p. 90-113.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008, 590p.

LEROY, Jean-Pierre “Amazônia: Território do Capital e Territórios dos Povos”. In: ZHOURI, Andrea e LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 92-113.

LETURCQ, Guillaume. “A Diversidade dos Atingidos por Barragens no Brasil”. In: *II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas*. 2007, Salvador: Brasil. 15p.

LOPES, José Sérgio Leite. “Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação.” *Horizontes antropológicos*. Jun. 2006, vol.12, no.25, p.31-64.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo, Boitempo, 2005. 160p.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MANCUSO, Wagner Pralon. “Construindo leis: os construtores e as concessões de serviços”. *Lua Nova*, 2003, nº 58, p.61-87.

_____ & OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. “Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional”. *Lua Nova*, 2006, no.69, p.147-172.

MANNHEIM, K. (1982). “O problema sociológico das gerações”. Trad. Cláudio Marcondes. In: FORACCHI, Marialice M. (Org), *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo, Ática, p. 67-95.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: *Tecnologia, guerra e fascismo*. Trad. Maria Cristina V. Borba. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p.73-104.

MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. “La juventud és más que una palabra” In: MARGULIS, M. (Ed.) *La juventud és más que una palabra*. Buenos Aires, Ed. Biblos, 1996. p.13-30.

MARTINS, Heloisa Helena T. “Metodologia Qualitativa de Pesquisa”. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.2,p. 289-300, maio/ago. 2004

MARTINS, Renato Domingues Fialho. *O setor elétrico pós-privatização: novas configurações institucionais e espaciais*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2009. 142 f.

MARTINS, Suely Aparecida. *A formação política da juventude do Movimento Sem-Terra no estado do Paraná*. Florianópolis, SC, 2009. 282 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

MARX, Karl *A origem do capital – A acumulação primitiva*. Ed. Fulgor, São Paulo:1964.140p.

MENEZES, Marluci. “Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais ” In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 6, n. 13, jun. 2000, p. 155-175.

MIDNIGHT Collective. “The New Enclosures”. In: *The Commoner*,

n.2, september 2001, (disponível no sítio da revista www.thecommoner.org).

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 246p.

NOVOA GARZÓN, Luis Fernando. “Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos” In: Berno de Almeida, Alfredo W. et. alli. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro; Editora Lamparina, 2011. p. 71-100.

Observatório Social de Barragens.
<http://www.ettern.ippur.ufrj.br/projetos-em-andamento/6/observatorio-socio-ambiental-de-barragens>

ONU. *Personal Wealth from a Global Perspective* (Editado por James B. Davies). Oxford, Oxford University Press, 2008. 467p.

OXFAM. *Deixados para trás pelo G20? Desigualdade e degradação ambiental ameaçam excluir os pobres dos benefícios do crescimento econômico*. Informativo Oxfam 157, Janeiro de 2012.

PADILHA, José. “Sobre a representação da fome na arte” In: *Democracia Viva*. Rio de Janeiro: Ibase, n.42, maio de 2009, p. 70-75.

PAULA, José Antônio de. “Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil” In: *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro; Editora Lamparina, 2011. p. 9-38.

PÊGO, B. & NETO, Carlos. “O PAC e o Setor Elétrico: Desafios para o Abastecimento do Mercado Brasileiro (2007-2010)”. *Texto para Discussão n°1329*. Brasília, Ipea, 2008. 37p.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. “A Dialogical Relationship. An Approach to Oral History”. s/d. Disponível em: <http://www.swaraj.org/shikshantar/expressions_portelli.pdf> Acesso em: 22 set. 2012.

PROCHNOW, Miriam (Org.). *Barra Grande – A Hidrelétrica que não viu a Floresta*. Rio do Sul, Apremavi, 2005. 104p.

RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento – Política e Filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo, Ed. 34, 1996. 144p.

REIS, Maria José. “O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas” In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis, 2007. p. 473-501.

_____; BLOEMER, Neusa Maria Sens (Orgs.). *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura: Ed. da UFSC, 2001. 198p.

RENK, Arlene. “Expropriação do campesinato caboclo no Oeste catarinense”. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 297-310.

ROSSATO, Alexania. *A Recepção de Rádio e Televisão por Jovens do Movimento dos Atingidos por Barragens: As Representações da Classe Popular*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFSM, 2008. 169p.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. “A Eletrobrás e suas subsidiárias: projetos termo e hidrelétricos no Sul” In: SANTOS, Sílvio Coelho dos & REIS, Maria José. *Memória de setor elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002 p. 99-110

_____. REIS, Maria José. *Memória de setor elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002. 239p.

SAUER, Ildo. *Um Novo Modelo para o Setor Elétrico Brasileiro*. USP/Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. 2002. 78p.

SAUER, Sérgio. “Land and Territory: Meanings of Land between Modernity and Tradition” In: *Agrarian South: Journal of Political Economy* April 2012 1: 85-107.

SEVÁ Filho, A. O. “Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazôniaas” In: ZHOURI E LASCHESFKI (Orgs). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte: 2010. pp. 114-147 + mapas

SEYFERTH, Giralda. “Colonização Europeia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC)” In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo: UNESP, 2009. p. 275-95.

SIGAUD, Lygia. “Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico” in: SANTOS, Leinard Ayer; ANDRADE, Lucia M.M. (orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988. p.103-110.

SILVA, Luiz Antônio Medeiros da. *Reestruturação do setor elétrico, conflito e negociação na bacia do rio Uruguai*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. 175f.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. Florianópolis, 2002. 277 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado

THOMPSON, E. P. “Prefacio” In: *A Formação da Classe Operaria Inglesa* (Vol. 1 – A Arvore da Liberdade). Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Paz e Terra, 2004a.p. 9-14.

_____. “Exploração” In: *A Formação da Classe Operária Inglesa* (Vol. 2 – A Maldição de Adão). Trad. Denise Bottman São Paulo, Paz e Terra, 2004a.p. 11-38.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Ensaio*s. Org. Antonio Luigi Negroe Sérgio Silva. Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

_____. “Introdução: Costume e Cultura” In: *Costumes em Comum* – Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002. Trad. Rosaura Eichenberg. p.13-24.

VAINER, Carlos B. ”Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais” In: *Estudos Avançados* n. 21 vol. 59. Dossiê Energia. 2007 p. 119-37

VELHO, Gilberto (Org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 7. ed. 144p.

_____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 149p.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia. “Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas.” In: SANTOS, Leynad; ANDRADE, Lúcia. (Orgs.) *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p. 7-23.

WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes Rurais* – Mapa de Estudos Recentes. Brasília, MDA, 2005. 76p.

WELLER, Wivian. “Atualidade do conceito de gerações de Manheim” In: *Revista Sociedade e Estado* - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010 Brasília, DF p. 205-224.

WOOD, Ellen Meiskins. “Classe como Processo e como Relação” In: *Democracia Contra Capitalismo – A Renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo, Boitempo, 2002. Trad. Paulo Cezar Castanheira. p. 73-98.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia - O camponato como ordem moral”. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília; Editora Universitária de Brasília/ Tempo Brasileiro, p.11-73. 1990.

ZEN, Eduardo Luis. *Movimentos sociais e a questão de classe: um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2005. 211 f.

ZHOURI, Andréa & OLIVEIRA, Raquel. “Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas” In: *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 2 p. 119-135 jul.-dez. 2007.

Anexo

I – Questionário aplicado nos reassentamentos Santa Catarina (Anita Garibaldi, SC) e Laranjeiras (Capão Alto, SC):

Linhas de interrogação – Questionário Reassentamento:

No. Do Questionário no reassentamento:

No. Do Questionário geral:

Data:

Hora:

1. Produção e renda familiar

Tamanho da propriedade:

Área é suficiente para o sustento da família? () Sim () Não ()

Motivos

Produção da propriedade:

Produção Animal

Animal	Quantidade	Venda
Aves (galinhas, patos marrecos, gansos etc.)		
Vaca Leiteira		
Bovinos para carne		

Suíños		
Ovelhas		
Ovos (Dúzias)		
Mel (Kg)		
Peixe (kg)		

Produção Vegetal

Vegetal	Tipo	Hectares	Venda?
Lavouras/ safras (grãos)			
Horta			
Reflorestamento			

Já produziu outra coisa? () S () N Se sim, o quê? _____

Por quê parou? _____

Gastos com produção (valores aproximados):

() sementes () máquinas () adubo químico () adubo orgânico ()
veneno () Outros _____

Alguém recebe aposentadorias? () S () N Se sim,
quantas pessoas? _____

Proletarização Rural

Alguém trabalha em outras propriedades em troca de salários?

☐ S ☐ N

Se sim, quantos? ☐ Qual o salário? _____

Qual a tarefa? ☐ _____

Proletarização Urbana

Alguém trabalha na cidade em troca de salários?

☐ S ☐ N

Se sim, quantos? ☐ Qual o salário? _____

Qual a tarefa? _____

Recebe ajuda financeira de parentes? ☐ S ☐ N Parcela significativa do orçamento familiar? ☐ S ☐ N

Recebe Bolsa-Família? ☐ S ☐ N() Quantos filhos? Valor mensal: _____

Participa de algum programa do governo?

☐ Pronaf ☐ PAIS ☐ PAA ☐ Mais Alimento ☐ Outros:

Recebe Assistência Técnica? ☐ S ☐ N De que órgão?

Arrenda a terra para alguém? ☐ S ☐ N

Quanto de terra? _____

O que recebe em troca? _____

Arrenda a terra de alguém? ☐ S ☐ N Quanto de terra? _____

O que dá em troca? _____

Formas de comercialização ☐ Direta ☐ Comércio ☐ Cooperativa ☐

Conab ☐ Outros

O que dificulta a produção e a obtenção de renda a partir dela?

2. Composição Familiar

Quantas pessoas moram na propriedade?

Gênero () M () F

Idade

() 0 a 6 anos () 6 a 15 anos () 15 a 24 anos () 24 a 35 anos () 35 a 50 anos () 50 a 65 anos () acima de 65 anos

Quem é o chefe de família ?

Bloco de Notas de produtor está no nome de quem?

Propriedade está no nome de quem?

Desde o reassentamento, alguém já migrou para a cidade?

() Quantidade () Gênero () Idade

Desde o reassentamento, alguém voltou?

() Quantidade () Gênero () Idade

Antes do reassentamento, alguém migrou para a cidade?

() Quantidade () Gênero ()

Idade

Jovens: Têm vontade de ir embora da comunidade?

() S () N

Motivo: () Trabalho () Estudo () Sair de Casa () Outro

Atividades por Gênero

Homens	Mulheres	Os dois

3. Religião

As pessoas da família praticam alguma religião? Se sim, qual?

Há alguma que nunca praticariam? Se sim, qual?

4. Documentação Civil

() Certidão de Nascimento () Carteira de Habilitação () CPF () RG ()
Título de eleitor () Bloco de Produtor

5. Relação com a Terra

Em que comunidade morava?

Qual município?

Desde quando a família estava lá?

Antes disso, veio de onde?

O que produzia antes de ser reassentado?

Era proprietário ou não? () P () N Se não, o que era?

A vida melhorou ou piorou depois de ser reassentado?

6. Educação, Saúde e Lazer

Quantos estudam? ()

Em que série?

Escolarização dos mais velhos?

Comunidade tem escola? () Sim () Não

Há necessidade de deslocamento para estudo? () S () N ()

Quantidade de pessoas? Distância _____

Alguém tem interesse em voltar a estudar? () S () N

Parou em que série? _____

Quais os principais meios de comunicação utilizados pela família?

() Rádio () TV () Internet/Computador () Celular () Jornal () Outro

O que a família faz para se divertir?

O que os jovens fazem para se divertir?

Há alguém com problemas de saúde na casa?

() S () N

Se sim, qual? _____

7. Política

Participa de algum grupo na comunidade?

() grupo de jovens () time de futebol () sindicato rural () clube de mães
() cooperativas () Outros _____

Participa atualmente de atividades do MAB? () S () N

() Reuniões () Mobilizações () Seminários () Cursos de Formação
() Grupos de Base () Outros _____

Se o MAB convocar para alguma mobilização/atividade política, você

participaria?

☐ S ☐ N Motivo:

Votou nas últimas eleições? ☐ S ☐ N

Se sim, em quem? (Nome e Partido)

@ Dep. Estadual

@ Dep. Federal

@ Senador

@ Governador

@